

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 13/2022
5 a 18 de julho de 2022



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 19 de julho de 2022



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

04 Apresentação - Paulo M. Buss e Pedro Burger

Sistema Nações Unidas

10 Diário de bordo do FPAN/HLPF - *Santiago Alcázar*

14 Se - *Santiago Alcázar*

18 O mundo depois da Ucrânia - *Jose Luís Fiori*

22 Onde mora a verdade na Ucrânia - *Embaixador Jório Dauster*

25 Ainda se vive em uma pandemia. Ainda viveremos pandemias - *Luana Bermudez, Paula Reges e Luiz Augusto Galvão*

29 O dualismo humano-natureza alimenta a ilusão de que a humanidade poderia existir à parte ou no controle do resto da natureza - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

41 As novas plataformas de dados do PNUD e o monitoramento do futuro pós-Covid - *Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa*

45 Migrações, refúgio e saúde global - *Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

50 Entre discursos, gestações não-desejadas e insegurança alimentar e nutricional: Desafios permanentes para mulheres e crianças - *Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho*

59 A impermanência da fome global no advento dos sistemas alimentares cooperativos no século XXI - *Denise Oliveira e Silva, Eduardo Nilson e Erica Ell*

63 Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde - *Isis Pillar Cazumbá*

66 Diagnósticos e Medicamentos e Assembleias dos Estados Membros: Informe sobre OMC e OMPI - *Claudia Chamas*

70 Pobreza & ensino: os impactos da Covid-19 - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues*

Movimentos sociais globais e saúde

74 Conflitos armados, crise climática e insegurança alimentar são focos das manifestações da sociedade civil - *Anna Carole D'Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis e Luis Eugênio de Souza*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

84 Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*

- 90 Resultados do G7 para a saúde global e crise no multilateralismo e tensões geopolíticas no G20 - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 97 O efeito multiplicador do BRICS *plus* - *Claudia Hoirisch*
- 100 Saúde global e diplomacia da saúde na América Latina e Caribe - *Sebastian Tobar, Miryam Minayo, Montserrat Vargas Solórzano, Laura Guadalupe Rolón Gregorio, Juan Carlos Coronel Zarate, María del Carmen Calle Dávila de Saavedra, Bertha Luz Pineda Restrepo, Ivis Pavez Carrasco, Francisca Sabugo Brandes e Marisela Mallqui Osorio*
- 127 O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 141 Entre incêndios incontroláveis e quedas de premiês, gás e energia nuclear ganham rótulo verde na Europa - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 143 Oriente Médio e Ásia Pacífico no *High Level Political Forum* - *Lúcia Marques*
- 156 China: As voltas que o mundo dá entre Bali e Bandung - *André Costa Lobato*
- 159 EUA: os esforços para cumprir compromissos com as crises social, climática e sanitária – *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 161

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 164

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 165

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 13/2022 – 5 a 18 de julho de 2022

Apresentação

A *Agenda 2030 e seus ODS* estiveram em debate no *Foro Político de Alto Nível* (HLPF, em seu acrônimo em inglês), que se realizou de 5 a 15 de julho, na sede das Nações Unidas em Nova York, durante a reunião anual do Conselho Econômico-Social (ECOSOC) da ONU. Foi o evento magno da quinzena no plano global. A euforia habitual das aberturas e encerramentos destes eventos multilaterais não foi capaz, contudo, de esconder a decepção com a distância que ainda estamos da consecução da maior parte dos ODS, já com a metade do caminho percorrido desde 2015 até 2030. Muitos dos nossos analistas mencionam diferentes dimensões do HLPF nos seus informes.

Outros momentos políticos significativos da quinzena foram as reuniões dos ministros das relações exteriores e das finanças do G20, em Bali, ambos devidamente analisados pelos nossos analistas pela importância das ações políticas das 20 maiores economias do mundo, que detém juntas cerca de 20% do PIB mundial, e peso nas decisões do *FMI e Banco Mundial*, necessárias para o alívio das dívidas dos mais pobres do mundo ganharem espaço fiscal para investir em saúde, resolver a fome e a insegurança alimentar e enfrentar a crise climática.

De outro lado, ainda se assentam no mundo as repercussões das recentes Cúpulas do G7, da OTAN e do BRICS, conforme sinalizam nossos analistas.

Alcázar apresenta dois ensaios sobre o **HLPF 2022**. Em um deles debruça-se sobre o que seria um 'diário de bordo' do evento que fez o balanço anual da implementação dos ODS no último ano, com um olhar de certa amargura, mas também com um certo sarcasmo diante da inépcia de altos dirigentes que representavam os Estados-membros, incapazes de convencer mesmo a si próprios com as eventuais palavras e promessas grandiloquentes em relação ao alcance dos ODS e, menos ainda, à implementação de um modelo de desenvolvimento efetivamente sustentável.

No outro artigo, sugestivamente intitulado **Se, Alcázar** reforça o sentimento de que o estado de situação dos ODS é preocupante, que o retrocesso é o termo que melhor registra a realidade e que frustração o que expressa o estado d'alma dos que ainda conservam fiapos de esperança.

As profundas transformações por que passa a **geopolítica global** com o conflito na Europa (pelo menos, já que os do Sul Global parece importar menos ao mundo do que aquele) mantém a guerra da Ucrânia e suas consequências na ordem do dia. Não por outra razão, dois especialistas de alto nível escreveram artigos especiais para o Observatório do CRIS, comentados a seguir.

Para **Fiori**, no seu artigo escrito especialmente para o Caderno 13 do CRIS, a **nova ordem mundial** está cada vez mais parecida com seu modelo original, criado pela Paz de Westfália de 1648. Com a grande diferença que agora este sistema incorporou definitivamente a China, a Rússia, a Índia e mais outros 180 países, e não terá mais uma potência ou região do mundo que seja hegemônica e defina unilateralmente as suas regras. Em poucos anos, o sistema interestatal se universalizou, a hegemonia dos valores europeus está acabando, o império americano

encolheu, e o mundo está passando de um “unilateralismo quase absoluto” para um “multilateralismo oligárquico agressivo”, em trânsito na direção de um sistema mundial sem uma potência hegemônica.

Também num artigo especial para o Caderno 13, o embaixador **Jório Dauster**, um dos mais experientes diplomatas brasileiros, escreve sobre *Onde mora a verdade na Ucrânia*, uma análise de algumas das diversas narrativas que, com indisfarçável ‘conflito de interesses’, buscam impor uma leitura da guerra e do que vem pela frente: o desenho estratégico de uma possível nova ordem, ao menos pelos próximos anos, será fortemente influenciado pelo desfecho do conflito da Ucrânia.

Dentre os diversos temas discutidos e eventos que aconteceram na última quinzena na **Organização Mundial da Saúde**, a linha comum de todos é a percepção na necessidade de trabalhos contínuos e articulados. **Reges, Galvão e Bermudez** enunciam ‘lembretes’ que não podem se perder. Ainda se vive num contexto pandêmico de Covid-19, como reiterado pelo [Comitê de Emergência do RSI](#). Ainda há persistência das iniquidades no acesso a vacinas e instrumentos tecnológicos de suporte. Ainda há muito trabalho para ser trilhado na resolução de crises atuais e na preparação de bases mais consolidadas e efetivas para o enfrentamento das próximas pandemias.

Neste caminho, a consolidação do *Órgão de Negociação Intergovernamental (INB)* na construção do *Instrumento Pandêmico* tem mais um capítulo. De 18 a 22 de julho ocorre a nova reunião do grupo, desta vez com organizações da sociedade civil como espectadoras. Serão discutidos tópicos importantes, como a identificação da melhor modalidade para estabelecimento do documento frente à OMS. No contexto de catalisador de atuações frente a emergências em saúde pública, aconteceu a 11ª. Reunião do *Conselho de Facilitação do ACT-A*, na qual foi destacada a permanência das desigualdades na distribuição de vacinas para Covid-19 e a falta de coerência nas atuações nacionais, reforçando a importância de analisar o papel do Acelerador na arquitetura de saúde global. Considerando a transversalidade da saúde na Agenda 2030, durante o *High Level Political Forum* houve a defesa de alguns pontos pela OMS, tais como a centralidade da saúde no desenvolvimento sustentável; o apoio ao foco estratégico para uma arquitetura de saúde global mais forte; e o fortalecimento dos incentivos à colaboração e responsabilização sobre como apoiar conjuntamente os países para alcançar os ODS.

O mesmo Fórum Político de Alto Nível também se debruçou sobre a questão de **ambiente e saúde**, avaliando que as ações para cumprimento dos ODS foram paralisadas durante a pandemia, causando a regressão em muitas metas. Na interpretação de **Magalhães e Galvão**, as partes reafirmaram os acordos multilaterais já estabelecidos, reconheceram os impactos humanos na biodiversidade e no clima, mas mesmo diante do cenário catastrófico, com quase nada se comprometeram ou propuseram. O *IPBES* lançou dois relatórios, um sobre uso sustentável de espécies silvestres e outro sobre valoração da biodiversidade. Ambos trazem um olhar holístico de conhecimentos diversos, incluindo a sabedoria local e indígena. As informações, análises e ferramentas oferecidas pela Avaliação de Valores fazem uma contribuição inestimável para a realização dos ODS e para guiar decisões para melhores resultados centrados em valores para as pessoas e o resto da natureza. Uma belíssima análise, clamando para que as pessoas se assumam como natureza. Ambos os relatórios servirão de base para compor as negociações na Convenção da Diversidade Biológica no fim do ano.

O informe sobre o **PNUD**, preparado por **Martins e Sousa**, aborda a plataforma de dados “*Covid-19 Data Futures Platform*” organizada pelo Programa, que aborda análises

multidimensionais para o planejamento de políticas e tomadas de decisões socioeconômicas considerando os efeitos da pandemia. São destacados os principais bancos de dados disponíveis diretamente relacionados à saúde. O informe também aborda o recente relatório sobre o impacto do Covid-19 nas carteiras dos investidores e suas futuras estratégias de investimento.

O informe sobre **migrações, refúgio e saúde global**, preparado pelo grupo liderado por **Deysi Ventura e profissionais da FSP/USP**, destaca os 25 anos da lei brasileira sobre o refúgio (Lei 9.474/97). Aborda também o novo Relatório de Revisão de Evidência da OMS em Saúde e Migração, que demonstra como a implementação de planos de imunização inclusivos é crítica para atingir a cobertura universal de saúde. Destacam duas das maiores crises humanitárias do leste da África - no Sudão do Sul e na Etiópi - ambas geradoras de importantes fluxos de refugiados, causados por conflitos armados e efeitos da crise climática, além da contínua negligência internacional. Por fim, o grupo repassa o conteúdo do último relatório anual da Cruz Vermelha, entidade com longa história de suporte a refugiados e em conflitos ao redor do mundo.

A área de **saúde da mulher e da criança** teve expressões em diversos espaços políticos globais, conforme nos reportam **Massari, Gomes e Carvalho**. No ECOSOC, o destaque na área foi o discurso da Diretora Executiva da **ONU Mulheres**, Sima Bahous, e da Diretora Executiva da **UNICEF**, Catherine Russell. A **UNFPA** lançou o relatório “Vendo o Invisível: em defesa da ação na negligenciada crise da gravidez não intencional”. A **OPAS** manifestou-se sobre a Situação da Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças em 2022. Na **OMS**, os temas relevantes foram a notícia de que mulheres no setor de cuidados e saúde ganham 24% menos que os homens e a divulgação de números atualizados da hepatite aguda grave de origem desconhecida em crianças.

Segundo **Silva, Nilson e Ell**, o princípio da fome global é impermanente e conjuga ao longo de seu desenvolvimento determinantes com temporalidade decorrentes da histórica desigualdade social, econômica de continentes, países e povos. Este mês, o *Fórum Político de Alto Nível do Comitê de Segurança Alimentar da FAO (HLPF/CFS/FAO)* organizou um seminário sobre Transformações nos Sistemas Alimentares como Aceleradores da Agenda 2030, trazendo experiências nacionais e debate sobre oportunidades e barreiras para as transformações necessárias. O *Relatório SOFI* traz más notícias: os ciclos impermanentes da fome continuam, mesmo depois de anos de progresso no aumento da disponibilidade de grãos oriundos da produção de *comodities* alimentares globais, que não promoveram à eliminação da fome a soberania e garantia de segurança alimentar e nutricional, tendo a fome aumentado vertiginosamente a partir do último biênio. Assim, a impermanência da fome podem ter indicadores favoráveis em alguns momentos, como no caso brasileiro, mas sem mudanças nos sistemas alimentares e uma governança global equitativa e participativa para garantir inclusão, resiliência e sustentabilidade, há risco cada vez maior de aumento nas desigualdades e de não alcance das metas globais para a fome, saúde e meio ambiente.

A superação da pobreza é um dos objetivos estratégicos da Agenda 2030 da **UNESCO**, assim como um determinante social de saúde. Em 2019, um relatório da UNESCO já chamava a atenção para o que foi considerado como ‘*Learning Poverty*’ ou a dificuldade de crianças de baixa/média renda com até 10 anos lerem e compreenderem textos: 7 entre 10 crianças apresentam tal dificuldade. Tal cenário foi agudizado pela pandemia, segundo relatório publicado em 2022: para a agência, as interrupções escolares causadas pela enfermidade aumentaram acentuadamente a pobreza de aprendizagem (ca. 70%) e tais aumentos foram

maiores no sul da Ásia e na América Latina e no Caribe, segundo informam **Gaspar, Sanglard e Rodrigues**.

As instituições do sistema financeiro mundial tiveram quinzena discreta, conforme reporta **Cazumbá**. O **BID** lançou livro com análises a respeito do agronegócio na América Latina e Caribe. O **Banco Mundial** registra recorde de financiamentos em seu ano fiscal. O **FMI** participou na Reunião de Ministros do G20 e explicitou suas prioridades para lidar com a crise de insegurança alimentar.

O Conselho de TRIPS da **Organização Mundial do Comércio (OMC)** (*Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights – TRIPS*) iniciou debates sobre possível extensão da Decisão sobre Propriedade Intelectual (*Ministerial Decision on the TRIPS Agreement*) para cobertura de diagnósticos e medicamentos para o combate à Covid-19. As Assembleias dos Estados-membros da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI) ocorrem de 14 a 22 de julho de 2022 e serão reportadas por **Chamas** no próximo número do Cadernos.

Nos últimos 10 dias, as Nações Unidas estiveram voltadas para o HLPF. Este ano, o **UNOSSC** organizou um evento paralelo, para apoiar a cooperação Sul-Sul e triangular na implementação dos ODS, com o objetivo de refletir sobre a importância de impulsionar a cooperação Sul-Sul e triangular para acelerar os resultados em todos os ODS, considerando que faltam somente oito anos para 2030.

O **G-77 e a China** participaram da sessão de encerramento do 5º comitê da AGNU e mostraram-se satisfeitos pelo avanço da proposta sobre o racismo e discriminação no Sistema ONU e pela adoção de uma resolução sobre a melhoria da acessibilidade para pessoas com deficiência. O destaque do **Centro Sul** é a próxima conferência anual sobre a resposta da África à resistência antimicrobiana e a implementação dos Planos de Ação Nacionais de Saúde para os próximos 5 anos, considerando a abordagem de “*One Health*”.

A principal marca da presidência da China no agrupamento dos **BRICS** em 2022 foi a revelação de planos para institucionalizar o formato BRICS+ e explorar as possibilidades de expansão do núcleo do bloco BRICS. O presidente argentino Fernandez anunciou que seu país está pronto para se tornar um membro pleno dos BRICS. O Irã apresentou seu pedido para se tornar um membro do BRICS e Egito, Arábia Saudita e Turquia esperam aderir ao grupo em breve. China, Rússia e Índia discutiram a questão da expansão do grupo na 14ª Cúpula dos BRICS, ocorrida em junho. Segundo **Hoirisch**, se o pedido de entrada desses países for aceito, aumentará a influência dos BRICS no mundo. Desde 2017, o BRICS vem convidando países em desenvolvimento para participar de suas Cúpulas. O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), criado pelos países BRICS em 2015, também se abriu para expansão, ao anunciar a entrada de Bangladesh, Emirados Árabes Unidos e Uruguai, em setembro de 2021, e do Egito em dezembro de 2021. As possibilidades de ampliação do grupo oferecidas pela modalidade BRICS+ são substanciais, proporcionará o "efeito multiplicador" no processo de cooperação e poderá desencadear uma nova globalização, que conecta arranjos regionais do mundo desenvolvido e em desenvolvimento. O debate atual sobre as trajetórias futuras do formato BRICS+ centra-se em saber se a expansão do bloco deve prosseguir adicionando membros um a um ou por meio do formato de "integração de integrações" com acordos regionais nos quais os países do BRICS são membros.

Ainda na sequência da cúpula do **G7**, o informe preparado por **Burger, Esteves e grupo** destaca os temas sublinhados pela presidência alemã, os resultados no campo da saúde global e, finalmente, os protestos da sociedade civil durante a cúpula do grupo nos Alpes bávaros.

Em quinzena marcada por uma série de eventos, os mesmos autores destacam o encontro de Ministros das Relações Exteriores do **G20** (FMM) e o encontro de Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais (FMCBG). Ambos, à sua maneira, discutiram o fortalecimento de princípios e fóruns multilaterais, e enfatizaram a relevância de temas como segurança alimentar, transição energética e abordagens para mitigar impactos colaterais de questões globais. Tensões entre os membros com a Rússia, todavia, ainda pairam sobre o G20 e dificultam a coordenação e ações coletivas. Em termos de resultados concretos, cabe destacar o apoio da China ao estabelecimento do Fundo Financeiro Intermediário (FFI) para Prevenção, Preparação e Resposta à Pandemia (PPR) administrado pelo Banco Mundial.

Nesta quinzena, foram registradas manifestações de 28 **organizações da sociedade civil (OSC)**, das quais 21 de interesse público e sete de interesse privado.

As OSC de interesse público se manifestaram sobre questões de equidade de gênero, conflitos armados e crises humanitárias, crise climática e sua associação com a crise alimentar, aumento recente da incidência de covid-19 e a redução das coberturas vacinais em crianças. Uma ou duas OSC ainda se manifestaram sobre o combate ao tabagismo, o papel da indústria de alimentos frente às doenças não transmissíveis e a governança global.

As OSC de interesse privado, por sua vez, manifestaram-se especialmente sobre a covid-19, as vacinas e as iniciativas de apoio financeiro a pesquisas e programas de saúde pública. Foram destacadas as desigualdades sociais e as ações em prol da equidade, assim como a preparação para as próximas pandemias. As crises climática e alimentar também foram objetos de manifestações, destacando-se um amplo relatório da Wellcome Trust sobre os vários aspectos do problema.

Em síntese, como nos informa o grupo de trabalho liderado por **Sousa**, as crises associadas aos conflitos armados em curso e às mudanças climáticas dominaram as manifestações das OSC na última quinzena, incluindo-se a insegurança alimentar e a fome. As OSC de interesse privado, mais uma vez, concentram suas manifestações públicas para registrar as iniciativas de apoio financeiro a pesquisas e programas de saúde pública em países de baixa renda.

No informe sobre **América Latina e Caribe, Tobar, Minayo e colegas** fazem uma análise da situação política e a possível nova onda rosa que se acena no cenário regional, trazendo ainda um breve recorrido das graves tensões sociais que alguns países estão vivenciando.

Em seguida, participantes do curso ligados à entidades da região abordam, com toda a propriedade: o documento lançado pela ORAS-CONHU sobre Desigualdades Sociais em Saúde; a saúde no projeto da nova Constituição chilena; o Plano de Autossuficiência em Saúde da Celac para a América Latina e Caribe: oportunidades e desafios - Uma reflexão da Costa Rica e, por fim, as principais atividades e resultados da Presidência Pro Tempore do Paraguai do Mercosul, durante o primeiro semestre de 2022.

Na **África**, o Conselho Executivo da União Africana iniciou os seus trabalhos com uma agenda extensa. A União Africana estabelece Grupo de Coordenação Uma Saúde/One Health sobre doenças zoonóticas. Fortalecimento de Centros de Operações de Emergência de Saúde Pública em África na agenda dos dirigentes africanos. A OMS/AFRO preocupada com aumento das zoonoses. Lançado o Plano Estratégico da OEACP com 4 eixos de impacto. Participação da Fiocruz na SALMA Dialogue for Health Innovation Conference. IGAD divulga relatório de desenvolvimento econômico sustentável do Sudão. O BAD investe no desenvolvimento dos

ecossistemas da África Austral e Oriental. A SADC faz revisão das políticas e estratégias para o crescimento do comércio regional e estimula novas abordagens para a segurança alimentar, hídrica e energética. Estes momentos políticos são analisados com a acurácia reconhecida dos autores dos informes sobre o continente, **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**.

Em meio a uma forte onda de calor e incêndios descontrolados, **Freire** nos informa que o **continente europeu** vê dois premiês renunciarem, na mesma quinzena: Boris Johnson, do Reino Unido e Mario Draghi, da Itália. A parada programada do gasoduto russo NordStream 1 que abastece a Alemanha, gera temor de cortes no fornecimento. Projetos com gás e energia nuclear são classificados como verdes, para fins de acesso a incentivos para a transição energética, gerando reações de governos e sociedade civil.

Oriente Médio e Ásia Pacífico abrigam 71 países com diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social e diferentes realidades. Muitos deles abrigam centenas de refugiados e, às vésperas da Covid-19, a maioria não estava no caminho certo para alcançar os ODS. Ao mesmo tempo, as fragilidades que vieram à tona pela pandemia foram vistas como uma oportunidade estratégica para promover mudanças estruturais. Segundo **Marques**, esse cenário de perdas, de esforços e exemplos de abordagens inovadoras podem ser vistos nos relatórios finais dos dois fóruns organizados pela ESCWA e ESCAP no ECOSOC e nas Revisões Nacionais Voluntárias apresentadas no HLPF. A autora comenta as revisões do Cazaquistão, uma das mais completas, que trabalhou com consulta popular; do Djibouti e de Tuvalu, que apresentaram suas primeiras VNRs, do Sri Lanka, que enfrenta uma grave crise econômica; da Jordânia, cujos sistemas estão tensionados pelo aumento de refugiados, que têm acesso aos sistemas de saúde - além disso, o país foi um dos primeiros países a aplicar vacina Covid-19 aos refugiados; dos Emirados Árabes, que trouxe estudos de caso para cada ODS; e, embora avançado em tecnologias, ainda precisa avançar em direitos humanos e do trabalho. No Tabuleiro da Geopolítica, EUA tentam recuperar as relações com Oriente Médio, mas é mais fácil de dizer do que fazer. E a promessa de aumento na produção de petróleo pela Arábia Saudita não saiu de graça para a América.

No informe sobre **China**, **Lobato** relata a reunião de Blinken e Wang na Indonésia e sugere que o provável isolamento do G7 no G20 faz lembrar a conferência Afro-Asiática de Bandung. Pequim volta atrás e cancela medida que tornaria obrigatória a apresentação de certificados de vacinas para entrar em lugares públicos.

O informe de **Galvão** sobre os **Estados Unidos** aponta para os esforços que deverá dispender a administração Biden para cumprir compromissos com as crises social, climática e sanitária presentes no mundo e no país.

As fotos da nossa capa retratam singelamente as reuniões do HLPF e do G20, sem deixar de registrar que os compromissos dos dois magnos momentos políticos só ficarão para a história se forem capazes de contribuir na resolução da pobreza mundial, fonte original e primária das imensas desigualdades sociais, econômicas, ambientais e sanitárias.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 19 de julho de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger

Coordenação do CRIS/Fiocruz

(com Erica Kastrup)

Diário de bordo do FPAN/HLPF

Santiago Alcázar

Domingo, dia 10 de julho

A primeira parte do Foro Político de Alto Nível, que este ano se realiza de 5 a 15 de julho, deverá concluir-se na quarta-feira, dia 13 de julho. Nesse dia terá início o segmento ministerial, que deverá retomar os principais pontos levantados pelos delegados, sintetizá-los e concluir com a tradicional declaração a ser encaminhada para a Assembleia Geral.

Dos cinco Objetivos de Desenvolvimento Sustentável escolhidos para exame pelo FPAN este ano (ODS 4 – educação de qualidade; 5 – igualdade de gênero; 14 – vida aquática; 15 – vida terrestre; e 17 – parcerias e meios de implementação) somente o 15 não foi ainda contemplado. Com base no que até agora foi apresentado, no entanto, é possível fazer um quadro impressionista do que está sendo esta sessão do Foro.

O clima é de desânimo indisfarçável. No primeiro dia, por exemplo, todos os que se manifestaram deram mostras de preocupação com respeito aos retrocessos que se abatem sobre a comunidade global desde a última sessão presencial do Foro, em 2019. É preciso ter presente que os ODS e as suas metas encontravam-se já defasadas naquela ocasião, ao ponto que muitos se perguntavam se poderiam ser alcançadas na data marcada.

A Agenda 2030 e os 17 ODS eram, e são, o melhor projeto para o desenvolvimento sustentável. O consenso é geral, ao menos na retórica. Impressiona como todos a eles se referem como o caminho a ser seguido. Tal um relógio de precisão, todas as partes são essenciais. Nada está por acaso. Nada pode ser retirado. Tudo está amarrado. A 2030 e os ODS são um todo harmônico e somente têm sentido assim. Todos estão de acordo.

O problema é que há uma tendência em vê-los de maneira separada do todo. A prática de escolher uns quantos ODS para exame da sessão anual do Foro é um exemplo. Vários fatores podem entrar para tentar explicar essa tendência, mas o fato concreto é que ela existe e acaba se constituindo no maior entrave para a realização do desenvolvimento sustentável.

Pode-se avançar, como se avançou, por exemplo, na redução da pobreza extrema. Trinta anos atrás, havia 1,9 bilhão de pessoas vivendo na extrema pobreza. Quinze anos depois, em 2015, o número de pessoas nessa condição foi reduzido para 734 milhões, uma redução de quase 1,2 bilhão. O avanço foi considerável, mas 734 milhões representa aproximadamente um décimo da população do Planeta. É muito, sem considerar os mais de 250 milhões que deverão ingressar, ou reingressar, na pobreza extrema por conta da pandemia da Covid-19, praticamente desfazendo o todo o trabalho realizado.

A redução da pobreza extrema não pode ser feita de maneira independente ao ODS 3 – saúde e bem-estar para todos, em todas as idades. A Covid-19 demonstrou como os sistemas de saúde do mundo estavam despreparados, a maioria por falta dos necessários investimentos em saúde. Por um lado, tanto o objetivo de redução da pobreza extrema quanto o objetivo de saúde e bem-estar dependem da redução das inequidades (ODS 10), de sociedades pacíficas, justas e inclusivas (ODS 16), bem como de parcerias solidárias (ODS 17). Por outro lado, a pandemia da Covid-19, a primeira verdadeiramente global, não pode ser examinada em abstrato, separada do conceito de Uma Saúde (One Health), harmonicamente integrada na ação

contra a mudança de clima (ODS 13), do cuidado com a vida terrestre (ODS 14) e com a vida marítima (ODS 15).

Como, no entanto, agir contra a mudança de clima, o cuidado com a vida na terra ou na água, sem ajustar as atividades humanas a energias limpas e acessíveis (ODS 7) e a um modo de produção e consumo responsáveis (ODS 12), assentados em trabalho decente e crescimento econômico sustentável (ODS 8)? Para isso é preciso que a indústria seja inclusiva e sustentável (ODS 9), instalada perto de cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), com água potável e saneamento (ODS 6).

Reduzir a pobreza extrema seria fácil se todos esses outros ODS fossem cumpridos. Mas a promessa de 2015 era maior. O sonho era acabar com a pobreza, em todas as suas formas, em todos os lugares (ODS 1). Para isso, ademais de alcançar todos aqueles ODS é crucial também cumprir o ideal de acabar com a fome, apoiada em uma agricultura sustentável (ODS 2), educação de qualidade em todas as idades (ODS 4) e alcançar a igualdade de gênero (ODS 5). Eis aqui o problema.

Valentina Muñoz Rabanal é uma jovem ativista chilena. Foi a Nova York para participar de um painel do FPAN sobre igualdade de gênero. Misturada aos presentes, não chamava a atenção e não se destacava. Quando lhe coube falar, apresentou-se com a credenciais da juventude. *Tenho 19 anos*, disse. Não é comum iniciar uma fala em ambiente sisudo dessa maneira. Quando se tem 19 anos, no entanto, nada é comum e nunca se é comum. Se é extraordinário, como Valentina, que não foi a Nova York para falar de flores descortinadas em horizontes azuis. Com sorriso desafiador de menina travessa continuou ante os olhares sorridentes, cheios de ternura, da plateia: *Nem eu, nem vocês, nem qualquer pessoa hoje viva neste mundo verá a igualdade de gênero*.

Dizem que quando explode uma bomba nuclear, o que se vê primeiro é a luz cegante. Depois forma-se um cogumelo e um pouco mais tarde a onda de choque que arrasa tudo. Valentina cegou os presentes, formou cogumelos nas cabeças surpreendidas e arrasou qualquer pretensão ao *build back better* que figura em todos os relatórios e discursos oficiais.

Baseada nos mais recentes estudos da OCDE sobre o tema, Valentina explicou que os dados apontavam para uma brecha de 135 anos para ser vencida. 135 anos para alcançar a igualdade de gênero, segundo Valentina, apoiada na OCDE. E como se fosse pouco, acrescentou mais 36 anos por conta da crônica crise na área da saúde.

Se, como sublinhado acima, os ODS são um todo harmônico, que somente assim têm sentido, e se os dados da OCDE com relação a igualdade de gênero estiverem corretos, o objetivo de desenvolvimento sustentável está fora de alcance do século XXI e de quase todo o século XXII, ainda quando os demais ODS tenham sido atingidos. Ainda quando os dados da OCDE estejam a merecer críticas, a dimensão da barreira, que poderá ser a mesma para os outros ODS, não pode ser subestimada. Talvez a barreira não possa ser vencida e o objetivo do desenvolvimento sustentável seja uma miragem que, em última análise, resulta de aglutinações vaporosas de desejos mais ou menos conscientes. Talvez a quantificação dos objetivos e das metas, que têm de ser cumpridos em determinado tempo, seja uma forma, perversa, de manter apoio político. Dizem que devemos pôr-nos objetivos e metas para vencer. Que sem eles, não somos nada. O problema é que os ODS não são realizáveis ou, ao menos, não são realizáveis enquanto as políticas para a sua realização forem dominadas por outras políticas que as frustram.

No primeiro dia, um delegado deu o tom das frustrações ao enfatizar as disparidades no acesso a vacinas, às crescentes inequidades na educação, gênero, saúde e pobreza, concluindo: *o que resta são migalhas para os pobres.*

A vice-Secretária-Geral das Nações Unidas ressaltou os importantes retrocessos na implementação dos ODS, exacerbados pela pandemia. E como sombra é luz do outro lado, procurou iluminar os avanços realizados por alguns países que estariam iniciando políticas inovadoras por meio de, por exemplo, moratória da dívida, planos nacionais de resiliência, proteção social reforçada – *que seriam transições profundas para voltar ao normal.* Duas observações: 1) voltar ao normal é tudo o que não se quer; 2) as medidas exemplificadas parecem refletir um incontido otimismo. Ontem, o diário *Le Monde*, publica matéria sobre a necessidade de reduzir a política pública de ajuda iniciada com a pandemia, por conta da inflação generalizada, o que constituiria uma instância do domínio de políticas contrárias aos ODS.

Nicolas Stern, Professor da prestigiosa *London School of Economics*, enfatizou a necessidade de repensar a produção e o consumo. Tomando em conta a escala, a localização geográfica e setores específicos, os recursos necessários somariam investimentos equivalentes a 2 por cento do PIB global, ou aproximadamente US\$ 2 trilhões.

A dificuldade para os países em desenvolvimento ante a enormidade do desafio talvez tenha sido melhor captado por Kailash Styarhi, Prêmio Nobel da Paz de 2014. Seguem as suas palavras, como transcritas pelo serviço de comunicação da ONU: *Temos que agir com urgência. Somente 0,13% dos US\$ 12 trilhões anunciados pela Agenda Global de Ação do G-7¹ foram alocados para países de baixa renda, nem sequer meio por cento. Dos US\$ 650 bilhões de Direitos Especiais de Saque do FMI foram alocados US\$ 2.000 por criança europeia contra US\$ 60 para crianças africanas.* Sem comentários.

Quarta-feira, dia 13 de julho

Na segunda-feira, dia 11, o FPAN focou atenção sobre o ODS 15 – vida terrestre. A expansão agrícola é responsável por 90% da deflorestação global, bem como pelo risco de extinção de espécies em escala nunca vista. Na mesma linha, Yuxi Zhang, do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais alertou que a perda de florestas como parte do total da área terrestre caiu de 31,9%, em 2020, para 31,2% em 2021, o que representaria a perda de 100 milhões de hectares. A pecuária, segundo o mesmo funcionário, responderia pelo risco de extinção de 40.000 espécies nas próximas décadas.

Estar-se-ia observando, segundo se depreende do debate geral, tendência crescente de proteção de florestas na Ásia, Europa e América do Norte, enquanto na África subsaariana e América Latina, ao contrário, as perdas seriam a norma.

Muitos dos presentes evocaram a necessidade de incorporar a voz dos excluídos na formulação de políticas, ignorando que o verdadeiro problema não é a exclusão daquelas vozes, mas a dominação das políticas em favor dos ODS por políticas que a ignoram, ou a eles se sobrepõem. Curiosamente, representante da CERES² ofereceu um panorama de esperança: *Há mudança surpreendentes nos mercados financeiros. Cinco anos atrás, seria difícil encontrar investidores interessados em clima. Hoje, existem 78 investidores, que controlam US\$ 32 trilhões, interessados em mudança climática, perda da biodiversidade e recuperação de áreas*

¹ Ver <https://www.consilium.europa.eu/media/50361/carbis-bay-g7-summit-communicue.pdf>

² <https://ceres.org.au/about/>

degradadas. É de fato uma mudança importante. Resta saber como será resolvido o conflito entre as políticas de dominação e as da ODS.

Ainda na segunda-feira, Uruguai e Togo apresentaram as suas respectivas contribuições nacionais voluntárias.

O segmento ministerial do FPAN começou hoje. A previsão meteorológica prevê ventos e frente fria. Será difícil avançar nessas condições. Não perca a sequência dos acontecimentos que serão comentados em separado.

Se

Santiago Alcázar

O primeiro segmento do HLPF terminou na terça-feira, dia 12. Como programado, realizaram-se painéis sobre os cinco Objetivos de Desenvolvimento Sustentável selecionados para a presente sessão. O estado de situação dos mesmos é preocupante. Retrocesso é o termo que melhor registra a realidade. Frustração, o que expressa o estado d'alma dos que ainda conservam fiapos de esperança. Durante cinco dias ouviram-se relatos, testemunhos, experiências e análises sobre este ou aquele aspecto. Alguns, poucos, por dever de ofício, tentaram animar a plateia com mensagens positivas que pareciam assegurar que sombra é luz do outro lado, talvez sem perceber que aí reside a ironia.

Realizaram-se avanços, não se pode negar, como mostram os dados. A pandemia, contudo, os foi desfigurando, desfiando cada uma de suas representações, deixando em seu lugar uma desordem que é nada. Não é que se volte ao ponto de partida, que seria uma decepção, mas que não há ponto de chegada. Luz é sombra do outro lado, como a face da Lua, que é sempre a mesma e, por isso, sequer sabe que há um outro lado.

Como qualificar de avanço algo tão frágil, que retrocede com a certeza de uma equação matemática quando se apresentam condições que pesam mais sobre os menos favorecidos? Não há avanço quando se está do outro lado da Lua. Ao esforço titânico para avançar sobrepõem-se os sinais invertidos de políticas de interesse, talvez sugerindo que, de fato, não há ponto de chegada.

A quem representam os representantes? Certamente não aos menos favorecidos, que talvez ignorem quem são ou o que representam. O que explica que desde 2015, quando surgiu o objetivo *O futuro que queremos*, tenhamos caminhado a contragosto para o futuro que não queremos? Que políticas são essas, votadas e aprovadas no processo democrático, que como molas, puxam sempre em direção contrária ao bem comum, como em uma inexplicável fatalidade?

A implementação dos ODS decepciona, como registram as seguidas intervenções ouvidas no FPAN/HLPF. Há grave deficiência da governança em todos os níveis, sugerem de maneira velada. Não parece descabido, nesse contexto, que para alguns responsáveis a pandemia tenha sido um inesperado golpe de sorte. Sentado no banco dos acusados, o culpado, o terrível vilão, responsável pela morte de mais de quinze milhões de pessoas. Relatórios, resoluções, declarações, intervenções, debates ou conversa do dia a dia – todos acusam a pandemia pelo estado em que nos encontramos. Não cabe dúvida que a pandemia é terrível, mas atribuir a ela culpa por seguidos fracassos políticos é irracional e somente pode ser explicado pela necessidade de encontrar um bode expiatório. Com o tempo, a ilusão do bode se esvai e o olhar crítico volta. Quem é o culpado pelos desinvestimentos em saúde, pela precarização das condições laborais, pelo desfazimento das redes de proteção sociais, pelos descasos com a educação, pela constância das inequidades e a manutenção da desigualdade de gênero? Quem, pelo suicídio ecológico? Quem, pelos anti-ODS, o anti-desenvolvimento sustentável, a anti-Agenda 2030 e os anti-direitos humanos? Alguém, com certeza, terá de ser responsável.

O multilateralismo está em crise. As Nações Unidas não cumprem o seu ideal. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, às vezes é ouvido como um grito no deserto que mete medo. O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de

1966, que entrou em vigor dez anos depois, é um estorvo que atravança o funcionamento das máquinas. A Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento, de 1986, virou guardanapo na festa de Reagan e Thatcher. Por que tanta demora em cumprir o ideal? Por que *O futuro que queremos* e o Acordo de Paris, em 2015? Que sentido têm? Não se sabe por acaso que o curso de um transatlântico não se desvia assim?

O que aconteceria se caísse a máscara? Se o que nos querem fazer acreditar não passasse de embuste barato?

T – O que lê?

M – Não leio. Penso em voz baixa, para não incomodar.

T – Não incomodas

M – Aos que estão próximos, talvez.

T – A esses sempre se incomoda. Não tem jeito. Ouvi algo sobre perfume barato.

M – Embuste barato.

T – Dá na mesma. Às vezes se confundem.

A conversa seguiu, como numa peça de teatro do absurdo. Só falta uma girafa entrar pela porta com uma xícara na cabeça e um exemplar de jornal debaixo do braço.

Enquanto isso, em Nova York, Antônio Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, Abdulla Shahid, Presidente da Assembleia Geral, Mokgweetsi Masisi, Presidente de Botsuana, Marcelo Rebelo de Souza, Presidente de Portugal, Huang Runqiu, Ministro da Ecologia e Meio Ambiente da China, Alok Sharma, Ministro de Estado do Reino Unido, Sima Sami Bahous, Diretora Executiva da Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, Anja Fortuna, Vice-Presidente do Foro Europeu de Jovens e Collen Vixen Kelapile, Presidente do Conselho Econômico e Social – fizeram uso das palavras, na quarta-feira, dia 13 de julho, por ocasião do início do segmento ministerial do FPAN/HLPF.

O primeiro disse que o sistema financeiro global falha em atender aos países em desenvolvimento ou, talvez, como não foi concebido para essas coisas, funciona a contento. O segundo disse que é possível desviar o curso do navio. O terceiro fez notar a ocorrência de eventos extremos. Chuvas torrenciais, erupções vulcânicas e pestilência. O quarto salientou o compromisso de seu país com a proteção dos oceanos. O quinto assegurou que o seu país alcançaria a neutralidade de carbono em 2050. O sexto solicitou à comunidade internacional que respeite o Pacto sobre o Clima, acordado em Glasgow. A sexta, sublinhou que somente um indicador da igualdade de gênero estaria próximo a ser cumprido: a proporção de assentos ocupados por mulheres em diferentes níveis de governo. Economia verde e mais justa foi levantado pela sétima e, por último, o Presidente do ECOSOC, reconheceu que há um ar de otimismo do FPAN/HLPF, não obstante as negatividades apresentadas e ouvidas.

T – Tenho certeza de que vi uma girafa saindo pela porta, com uma colher sobre a cabeça e uma sacola da Chanel na mão.

A guerra na Ucrânia é a nova pandemia. Não diziam que a Covid-19 era, é, apenas a primeira de uma série? Pois a OTAN se adiantou e soltou o bicho. As consequências são terríveis. Alta de preços de combustíveis, de alimentos. Inflação generalizada. O que muda? Para os que não tinham nada, nada. Para os que tinham muito, muito, para melhor, claro.

T – Falando sozinho de novo? Olha lá.

M – Não estou falando sozinho. Estou lendo em voz alta.

T – Não te importa incomodar aos que estão próximos?

M – A esses sempre se incomoda. Não tem jeito. Melhor seria incomodar aos que estão longe.

T – Esses são virtuais.

M- Não têm virtudes.

T- Não, mas estão longe. O que dizias sobre a Chanel da girafa?

Continuaram assim, sem dar importância ao Sol que, a oito minutos, vinte segundos-luz da Terra, empurrava a sombra para fora da mesa onde estavam os dois, impondo-lhes calor, suor e *fastídio*, como diz Isabel, a amiga madrilenha. Luz, sombra para o outro lado.

Em sua visita a Jerusalém, o Presidente Biden disse que Moscou deve sofrer uma derrota estratégica em sua campanha militar. Não é a primeira vez que uma alta autoridade diz uma coisa dessas, sem medir palavras, sem os comedimentos de praxe.

Sentado no banco dos réus, à frente da pandemia que, no banco de trás não mais assusta tanto, a Rússia, essa monstruosidade horrorosa que come criancinhas. Tudo nela aponta para o crime, o tamanho colossal, a literatura e a música semibárbara, a dança selvagem e o ar da loucura. Tudo deve ser cancelado, para o bem de todos. Por isso não se cansam de dizer aos quatro ventos, devemos defender a Ucrânia, custe o que custar, pois ela luta pela nossa liberdade, a nossa democracia, os nossos valores. A mesma cantilena em Paris, Londres, Bruxelas ou Roma.

M – Olha aqui. O Primeiro-Ministro Mario Draghi, que até pouca se destacava no coro com timbre de ouro, apresentou carta de renúncia. La Stampa.

T – Eu vi em meu aplicativo da CNN.

M – Habemus consensus. Deve ter sido por conta da crescente insatisfação com a alta de preços de combustíveis, alimentos. A inflação generalizada, enfim. Parece que o Euro vale tanto quanto o Dólar, o que significa que houve perdas importantes.

T – Onde vamos parar?

M – Não sei, mas leio aqui que Biden diz que não permitirá que o Irã tenha armas nucleares e que fará tudo o que tiver que ser feito para garantir que não as tenham.

T – Soa como ameaça.

M- Não é?

O sol está alto. Os dois pistoleiros caminham lentamente para as suas posições na rua de terra. Redemoinhos de vento levantam poeira. O silêncio é interrompido por portas que se fecham com violência. Entra o tema de Ennio Morricone. A câmera dá um close no rosto dos dois. O bom, é o de olhar firme, mas tranquilo. O mau, é o outro.

E, se? Se não for mais possível voltar atrás. Se o caminho a frente levar para a aniquilação total. Se a história da humanidade tiver um encontro marcado. Se...

T – Se formos embora? Não está legal hoje. Esse sol.

E se os representantes se descolarem completamente de seus representados e forem para o outro lado, onde nunca mais os veremos, como a face oculta da Lua?

M – Não se descolaram ainda? Ouvi um rasgar. Deve ser alguma carta.

Rasgo, rasgas, rasga, rasgamos, rasgais, rasgam. Quanta rasgação. Na reunião de ministros do G-20, os chanceleres da Europa rasgaram todas as regras de bons modos. Aos gritos, como colegiais arruaceiros, exigiram ao colega que a Rússia parasse a guerra, recolhesse as suas tropas e ordenasse que voltem para casa. E de quebra, que não impedisse a exportação de grãos. O que passa pela cabeça de chanceleres que dizem essas coisas, ademais de vento? Não se dão conta do ridículo espantoso? Não se dão conta que eles próprios, ao frustrarem as possibilidades da paz com a venda de armas para a Ucrânia (são vendidas, não?) não fazem outra coisa que alimentar a insensatez. Que importa que venham à tona sérias dúvidas sobre o caráter desses supostos defensores dos valores do Ocidente. E se o Ocidente precisar desses defensores, vós que entraís, deixai toda esperança.

T – Está quente, não?

M – Efeito da mudança climática.

T – Afinal, a que conclusão chegaram teus amigos no FPAN?

M – Como? Não sabes? À mesma que chegaram ano passado.

T – Que bom saber que algumas coisas nunca mudam.

M – Pois é.

O mundo depois da Ucrânia

José Luís Fiori

Desde a década de 70 do século XX está em curso uma grande “explosão expansiva” do sistema mundial. Nossa hipótese é que o aumento da “pressão competitiva” dentro do sistema foi provocado pelo expansionismo imperial dos Estados Unidos, pela multiplicação do número dos Estados soberanos dentro do sistema, e pelo crescimento vertiginoso do poder e da riqueza dos Estados asiáticos, e da China em particular. O tamanho dessa “pressão competitiva” permite prever, neste início do século XXI, uma nova “corrida imperialista” entre as grandes potências.

Fiori, J. L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: Fiori, J. L.; Medeiros, C.; Serrano, F. *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008. p. 24.

Após 140 dias do início da guerra na Ucrânia, já é possível identificar fatos, decisões e consequências estratégicas, econômicas e geopolíticas que são irreversíveis, e que podem ser considerados como as portas de entrada da “nova ordem mundial” de que tanto falam hoje em dia os analistas internacionais. Neste momento, do ponto de vista estritamente militar, ninguém mais acredita na possibilidade de vitória da Ucrânia, e muito menos ainda na retirada das forças russas dos territórios que já conquistaram. O mais provável, inclusive, é que os russos sigam avançando sobre o território ucraniano, mesmo depois da sua conquista de Dornbass, pelo menos até o início de negociações de paz que envolvam a participação direta dos Estados Unidos, em torno da proposta que foi apresentada pela Rússia, em 15 de dezembro de 2021, e que foi rejeitada pelos norte-americanos, naquele momento.

Mesmo assim, não é improvável que as tropas ucranianas se retirem para uma posição defensiva e se proponham levar à frente uma guerra de atrito prolongada por meio de ataques e reconquistas pontuais. Neste caso, o conflito pode se estender por meses ou anos, mas isto só será possível caso os norte-americanos e europeus mantenham seu apoio financeiro e militar ao governo da Ucrânia, que rigorosamente não dispõe da capacidade de sustentar sozinho um conflito dessa natureza. E terá cada vez menos capacidade, na medida em que sua economia nacional vem se deteriorando aceleradamente, e já se encontra à beira do caos.

Na verdade, esta guerra está sendo travada, de fato, entre os Estados Unidos e a Rússia, e é aí que se encontra o núcleo duro do problema da paz. Ou seja, são duas guerras sobrepostas, mas a chave da paz, neste momento, encontra-se – nos dois casos – nas mãos dos Estados Unidos, o único país que pode tomar o caminho diplomático de uma negociação de paz, uma vez que a Rússia já fez a sua proposta e entrou em guerra exatamente porque ela foi rejeitada ou simplesmente desconhecida pelos americanos, pela OTAN, e pelos europeus. E é aqui que se encontra o impasse atual: os russos já não têm como aceitar uma derrota, e para os norte-americanos, qualquer negociação é vista como um sinal inaceitável de fraqueza, sobretudo depois de sua desastrosa “retirada do Afeganistão”. Por isso mesmo a posição oficial do governo americano é prolongar a guerra indefinidamente, por meses ou anos, até exaurir a capacidade econômica russa de sustentar sua posição atual na Ucrânia, e mais à frente, de iniciar novas guerras.

Apesar disto, existe uma brecha para a paz, que está se consolidando com o avanço da crise econômica e social dos principais países que apoiam neste momento a resistência militar do governo ucraniano. Com algumas repercussões políticas imediatas, em alguns casos, como a queda abrupta da popularidade do presidente Biden, nos Estados Unidos; as derrotas eleitorais de Macron, na França, e de Draghi, na Itália; a queda de Boris Johnson na Inglaterra; e a fragilidade notória do governo de coalisão de Sholz, na Alemanha.

Alguns dos principais países que desencadearam uma verdadeira guerra econômica contra a Rússia, propunham-se asfixiar a economia russa no curto prazo, excluindo-a do sistema financeiro mundial, e alijando-a, no longo prazo, com o banimento do petróleo e do gás russos dos mercados ocidentais. Esse ataque econômico, entretanto, fracassou nos seus objetivos imediatos, e pior do que isto, vem provocando uma crise econômica de grandes proporções dentro dos próprios países que lideraram as sanções contra a economia russa, em particular no caso dos países europeus. E o que é mais importante, os Estados Unidos e seus aliados não conseguiram isolar e excluir a Rússia do sistema econômico e político internacional. Apenas 21% dos países-membros da ONU apoiaram as sanções econômicas impostas à Rússia, e nestes quatro meses de guerra, a Rússia conseguiu manter e ampliar seus negócios com a China, com a Índia, e com a maioria dos países da Ásia, do Oriente Médio (incluindo Israel), da África, e da América Latina (incluindo o Brasil). Os superávits comerciais russos alcançaram sucessivos recordes, e suas exportações de petróleo e gás do último mês de maio foram superiores ao período anterior à guerra (US\$ 70,1 bilhões no primeiro trimestre, e US\$ 138,5 bilhões no primeiro semestre de 2022, o maior superavit comercial russo desde 1994). O mesmo acontecendo, surpreendentemente, no caso das exportações russas para os países europeus e para o mercado norte-americano, que cresceram neste período apesar do banimento oficial imposto pelo G7 e seus aliados mais próximos. A expectativa inicial do mercado financeiro era que o PIB russo caísse 30%, a inflação chegasse à casa dos 50% e que a moeda russa, o rublo, se desvalorizasse algo em torno dos 100%. Depois de quatro meses de guerra, a expectativa é que o PIB russo caia uns 10%, a inflação foi contida um pouco acima do nível em que estava antes da guerra, e o rublo foi a moeda que mais se valorizou no mundo nestes últimos quatro meses.

Enquanto isto, do outro lado desta nova “cortina financeira”, a economia europeia vem sofrendo uma queda acentuada e pode entrar num período prolongado de estagflação: neste quatro meses de guerra e de sanções, o euro desvalorizou 12%, e a inflação média do continente está em torno de 8,5%, alcançando cerca de 20% em alguns países bálticos; e a própria balança comercial da Alemanha, maior economia exportadora da Europa, teve um saldo negativo no último mês de maio, no valor de 1 bilhão de dólares. Tudo indicando, portanto, que as “potências ocidentais” possam ter calculado mal a capacidade de resistência de uma país que além de ser o mais extenso do mundo é também uma potência energética, mineral e alimentar, sendo também, neste momento, a maior potência atômica do mundo.

Um fracasso econômico, do ponto de vista “ocidental”, que vem repercutindo também no plano diplomático, onde o deterioro da liderança americana vem ficando cada vez mais visível, como se pode observar na viagem improvisada de Biden à Ásia, no insucesso da Cúpula das Américas, na baixa receptividade das posições americanas e ucranianas entre os governos africanos, e na mais recente e desconfortável visita do presidente americano à Arábia Saudita e ao seu principal desafeto da Casa de Saud, o “príncipe estripador”, Mohammad bin Salman.

Quando se olha para estes fatos e números é quando se consegue também visualizar algumas das características desta nova ordem mundial que está nascendo, à sombra desta nova guerra europeia, como já aconteceu no caso da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais.

- i) Pelo “lado oriental”, caso a Rússia não seja derrotada, e o mais provável é que não o seja, seu simples ato de insubordinação contra a ordem imposta na Europa pelos EUA e pela OTAN, depois de 1991, por si só já inaugura uma nova ordenação internacional, com o surgimento de uma potência com a capacidade e com a disposição de rivalizar com o “ocidente” e sustentar, com suas próprias armas, seus interesses estratégicos com suas “linhas vermelhas” e com o seu próprio sistema de valores. Uma nova potência capitalista que rompe o controle monopólio da “ordem internacional pautada pelas regras” definidas há pelo menos três séculos pelos canhões e canhoneiras euro-americanas e, sobretudo, por seus povos de língua inglesa. A Rússia rompe assim, definitivamente, qualquer tipo de aproximação com a União Europeia, e em particular com os países do G7, optando por uma aliança geopolítica e por uma integração de largo fôlego com China e Índia. E contribui desta forma, para que a China assuma a liderança e redefina radicalmente os objetivos do grupo do BRICS+, que era um bloco econômico e agora está sendo transformado num verdadeiro bloco alternativo ao G7, depois da provável inclusão entre seus membros, da Argentina, do Irã, do Egito, da Turquia e da própria Arábia Saudita. Com cerca de 40% da população mundial e com um PIB quase igual ao do G7, já é hoje uma referência mundial em franco processo de expansão e projeção global do seu poder.
- ii. Pelo “lado ocidental”, por sua vez, o fato mais importante – caso se confirme - será a derrota econômica das “potências econômicas ocidentais” que não terão conseguindo, em conjunto, nem asfixiar, nem destruir a economia russa. O uso militar das “sanções econômicas” será desmoralizado, e as armas voltarão a prevalecer na Europa. Primeiro, com a ascensão da OTAN, que substituirá, no curto prazo, o governo dividido e fragilizado da União Europeia, transformando a Europa num “acampamento militar” – com 300 mil soldados sob a bandeira da OTAN – sob o comando real dos Estados Unidos. No médio prazo, entretanto, esta nova configuração geopolítica deve aprofundar as divisões internas da União Europeia, incentivando uma nova corrida armamentista entre seus Estados membros, liderada provavelmente pela Alemanha que, após 70 anos de tutela militar americana, retoma o seu caminho militarista tradicional. E com isto a Europa volta ao seu velho “modelo westfaliano” de competição bélica, liquida sua utopia da unificação, e se desfaz definitivamente do seu modelo econômico de sucesso, puxado pelas exportações e sustentado pela energia barata fornecida pela Rússia.
- iii. Por fim, pelo lado do “império americano”, a grande novidade e a grande mudança foi a passagem dos norte-americanos e seus aliados mais próximos para uma posição defensiva e reativa. E esta foi, ao mesmo tempo, sua principal derrota nesta guerra: a perda de iniciativa estratégica que passou, no campo militar e econômico, para as mãos da Rússia e da China. As “potências ocidentais” parecem ocupadas em “tapar buracos” e “refazer conexões” perdidas ao redor do mundo, enquanto o próprio conflito vai explicitando a perda da liderança ocidental no sistema internacional, com o rápido encolhimento da hegemonia secular dos valores europeus e da supremacia militar global dos povos anglo-saxônicos. Nesta crise ficou claro, mais do que nunca, o verdadeiro tamanho do G7, que costuma falar em nome de uma “comunidade internacional” que não existe mais, ou que foi sempre uma ficção ou “narrativa” dos sete países que já foram os mais ricos e poderosos do mundo. Mais do que isto, o próprio poder do “capital financeiro” desregulado e globalizado está sendo posto em cheque, com a explicitação da face parcial e bélica da “moeda internacional”, e com o desnudamento da estrutura de poder estatal que se esconde por trás de dois sistemas internacionais de troca de informações financeira de pagamentos, o SWIFT (*Society for*

Worldwide Interbank Financial Telecommunicatios), que tem sua sede em Bruxelas, mas que é controlado de fato, pelos Bancos Centrais de apenas 10 Estados, os mesmos do G7, e mais Suécia, Suíça e Países Baixos. Ou seja, o mesmo grupo de Estados e bancos nacionais que controlaram o sistema político e econômico internacional, durante os últimos 300 anos e que, neste momento, estão sendo questionados por esta “rebelião eurásiana”, Afinal, um “segredo de Polichinelo” que foi guardado por muito tempo e com muita cautela: o “capital financeiro globalizado” tem dono, obedece a ordens e pertence à categoria das “tecnologias duais”: pode ser usado para acumular riqueza, mas também pode ser usado como uma arma de guerra.

Resumindo, a nova ordem mundial está cada vez mais parecida com seu modelo original criado pela Paz de Westfália de 1648. Com a grande diferença que agora este sistema incorporou definitivamente a China, a Rússia, a Índia e mais outros 180 países, e não terá mais uma potência ou região do mundo que seja hegemônica e defina unilateralmente as suas regras. Em poucos anos, o sistema interestatal se universalizou, a hegemonia dos valores europeus está acabando, o império americano encolheu, e o mundo está passando de um “unilateralismo quase absoluto”, para um “multilateralismo oligárquico agressivo”, em trânsito na direção de um sistema mundial sem uma potência hegemônica.

Onde mora a verdade na Ucrânia

Embaixador Jório Dauster

A invasão da Ucrânia pela Rússia tem gerado, além do conflito militar com perdas de vida entre civis e militares, um outro também muito potente entre as narrativas de um lado e do outro conflito, nesse caso tendo como vítima a verdade. Afinal, qual é o real jogo no confronto entre Rússia e Ucrânia? E quais as implicações dessa guerra para o sistema internacional no longo prazo?

No que tange à primeira pergunta, há duas maneiras de entender as relações internacionais e praticar a diplomacia. A primeira é representada pela vertente do Liberalismo, segundo a qual todos os países deveriam obedecer a um conjunto de valores éticos, tais como igualdade entre as nações, respeito à soberania, não ingerência nos negócios de outros Estados e, resumindo tudo isto, a promoção da democracia em todo o mundo, uma vez que tal regime engloba por definição todos esses princípios. Caso você esteja em Brasília, Berlim ou Baltimore, olhando o noticiário sobre a invasão da Ucrânia e ouvindo a maioria dos comentaristas, ficará convencido de que os Estados Unidos e a OTAN estão agindo com respeito à crise movidos por esses elevados princípios e interessados apenas no bem-estar da população ucraniana. É isso que pensaria sem dúvida a velhinha de Taubaté, aquela formidável personagem inventada por Luís Fernando Veríssimo. Mas, se a nossa velhinha tivesse tido a ousadia de se mudar para Moscou, vendo a televisão local, ela se convenceria de que os russos invadiram o país vizinho exatamente com o elevado propósito de salvaguardar os interesses dos chamados irmãos ucranianos, salvando-os de um processo de nazificação em marcha e destruindo os laboratórios secretos onde, com ajuda dos norte-americanos, estariam sendo desenvolvidas armas biológicas.

Diante desse impasse, desse conflito de narrativas, a saída está em recorrer à segunda vertente de pensamento sobre as relações internacionais, o chamado Realismo, segundo a qual cada país busca obter e usar o máximo de poder possível na defesa de seus interesses próprios. Essa é uma visão milenar, que seus partidários chamam de pragmatismo e os adversários chamam de maquiavelismo. E, quando se trata das ações de grandes potências (como o próprio nome implica), essa é de fato a melhor maneira de entender o que está acontecendo.

Basta olhar o mapa da Europa para compreender a extraordinária importância da Ucrânia, segundo país com maior extensão territorial depois da Rússia, com 2.300 quilômetros de fronteira entre os dois países, atingindo as costas do Mar de Azov e Mar Negro, as saídas de ambos para águas quentes via o Mar Mediterrâneo. Não é à toa que, desde o desmoronamento da União Soviética e a independência da Ucrânia, em 1991, esse país tenha se transformado num poderoso objeto de desejo pelo Ocidente. Desde então, Kiev se tornou um foco de atividade de todos os serviços de inteligência que se prezam, e os governos que se sucederam, num comportamento espertamente bipolar, também exploraram a rivalidade entre a Rússia e o Ocidente, facilitados pelos níveis reconhecidamente altos de corrupção no país.

Assim, o que estamos vendo agora é a trágica evolução de um conflito de poder, que muito pouco ou nada tem a ver com o gozo da democracia pelo povo ucraniano, e sim com interesses estratégicos vitais de uma Rússia que vinha se recuperando como potência e não podia admitir que a expansão da OTAN, iniciada em 1999 com a adesão de Polônia, Hungria e República Tcheca, chegasse à sua *“soft belly”*. Algo parecido com o que vivemos faz 60 anos,

quando os russos tentaram plantar seus foguetes nucleares em Cuba e os Estados Unidos reagiram com a ameaça de uma guerra total. Inúmeros comentaristas independentes concordam em que a Rússia tinha razões para querer impedir que a Ucrânia participasse de uma organização militar que vê como sua inimiga, mas, ao recorrer à violência da intervenção armada, à invasão maciça de um país menos poderoso num mundo em que tudo se reflete em sua telinha em real time e a cores, gerou com boas razões uma repugnância praticamente universal, cujos efeitos estamos longe de poder apreender no momento.

Mas é certo que esses efeitos serão suficientemente amplos e profundos a ponto de alterar as coordenadas da ordem mundial. A melhor maneira de contemplar o futuro é dar uma olhadinha pelo espelho retrovisor. Ao longo da história, assistimos a uma rica e extensa parada de impérios que, por períodos mais ou menos longos, dominaram parte importante do mundo conhecido. Seguramente, em muitos momentos seus monarcas acreditaram que o império estava fadado a se expandir ainda mais e nunca ser varrido da face da Terra. No entanto, a única certeza que a História nos fornece é que todos ruíram e foram substituídos por outros que também se julgaram eternos.

Aprendemos nos livros escolares que a *Pax Romana* foi bem longa, durando cerca de dois séculos. Mais recentemente, tivemos a *Pax Britannica*, que durou um século, entre o fim das guerras napoleônicas e a Primeira Guerra Mundial. Terminada a Segunda Guerra Mundial, durante quase meio século vivemos uma Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, mas em que os Estados Unidos eram a nação hegemônica em termos militares, políticos e econômicos. Com a queda do Muro de Berlim e o desmonte da União Soviética, no começo da década de 1990 teve início a verdadeira *Pax Americana*, levando inclusive um intelectual norte-americano, o sr. Francis Fukuyama, a escrever um livro intitulado *O Fim da História*, na realidade proclamando o término da evolução ideológica da Humanidade uma vez que o modelo de democracia liberal dos Estados Unidos seria adotado, cedo ou tarde, por todas as nações.

Sabemos perfeitamente que, supostamente para dar uma mãozinha nesse processo inevitável, os Estados Unidos invadiram o Iraque em 2003, já que a Doutrina Bush – alô, alô velhinha de Taubaté! – preconizava derrubar Saddam Hussein a fim de instalar a democracia desejada pelos iraquianos, além de destruir certas armas de destruição em massa que o pobre general Powell foi obrigado a dizer que existiam, na ONU. Uma vez instalado no Iraque, esse regime logo, logo se espalharia para todo o Oriente Médio, patati-patata.

Ora, o que estamos vendo na Ucrânia – do chamado lado Ocidental – é uma tentativa de os Estados Unidos, usando a OTAN como massa de manobra, para ao menos postergar a gradual perda de seu poder hegemônico diante de uma Rússia em ligeira ascensão e de uma China impetuosa que, já em 2030, será a maior economia do mundo. Evidente também que os Estados Unidos de Biden/Hillary estavam preocupadíssimos com a apatia dos países europeus e, em especial, com a crescente dependência da Alemanha com relação ao petróleo e ao gás provenientes da Rússia. Será um mero acaso que foi sustada a entrada em operação do famoso gasoduto Nord Stream 2, que corre sob o Mar Báltico, que deveria aumentar substancialmente a capacidade anual de exportação russa de gás? Pois o fato é que sua operação, prevista para ter início em maio de 2022, após um investimento de 11 bilhões de dólares, resultaria em forte queda nas exportações do produto pela Ucrânia e praticamente eliminaria o potencial de venda de gás liquefeito norte-americano à Europa.

Mas, do outro lado da equação, tudo fica mais claro ao se ler a declaração conjunta de Putin e Xi Jinping expedida quando o autocrata russo foi a Beijing, em 4 de fevereiro, na abertura das Olimpíadas de Inverno. Seu título é bastante expressivo: Declaração Conjunta sobre as Relações Internacionais no Início de uma Nova Era. E, nos primeiros parágrafos, para que não haja qualquer dúvida sobre as características dessa nova era, os dois afirmam o seguinte: “Não existe um modelo único que sirva para guiar os países no estabelecimento da democracia. Uma nação pode escolher aquelas formas e métodos de implementar a democracia que melhor se adaptem a seu Estado específico, com base em seu sistema social e político, sua formação histórica, tradições e características culturais que lhe são peculiares.”

O desenho estratégico dessa nova ordem, ao menos pelos próximos anos, será fortemente influenciado pelo desfecho da invasão da Ucrânia. Num primeiro momento, os países europeus parecem aceitar, sob pressão dos Estados Unidos, mas também de suas populações, chocadas pelo espetáculo até recentemente impensável de nova guerra em suas portas, a necessidade de aumentar significativamente seus orçamentos militares e de fortalecer a OTAN. Por outro lado, as pesadíssimas sanções contra a Rússia tendem a jogá-la nos braços da China, o que não constitui uma perspectiva salutar para os Estados Unidos num mundo tripolar.

E a grande dúvida é: o que acontecerá com a posição dos Estados Unidos se, na próxima eleição presidencial, os democratas forem derrotados por Trump? Sobreviverão até lá as relações especiais que Trump e Putin parecem ter? A forma trumpiana de isolacionismo, representada pelo America First prevalecerá? Quem viver, verá.

Ainda se vive em uma pandemia. Ainda viveremos pandemias.

Luana Bermudez, Paula Reges e Luiz Augusto Galvão

Segunda reunião do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB)

Um importante passo foi dado na negociação de um instrumento internacional para fortalecer a prevenção, preparação e resposta à pandemias, com a [segunda reunião do Órgão de Negociação Intergovernamental](#) (INB #2), que acontece de 18 a 22 de julho.

Na ocasião, o secretariado da OMS apresentou uma [proposta](#) de texto para consideração do INB. Além de discutir este documento, o INB também deverá discutir e [identificar o dispositivo da Constituição da OMS](#) sob o qual o instrumento deve ser adotado. Por fim, espera-se que os países membros definam como irão trabalhar entre esse e o próximo encontro (INB #3) em dezembro para que as negociações avancem de forma organizada.

Destacou-se que a pandemia de Covid-19 ainda não acabou e que temos diversos surtos de doenças infecciosas acontecendo pelo mundo, como Marburg e Monkeypox, o que reitera a importância de se preparar para futuras emergências sanitárias.

11ª Reunião do Conselho de Facilitação do ACT-Accelerator

O [Conselho de Facilitação do ACT-A](#) se reuniu no dia 6 de julho. Durante a reunião foi discutido o trabalho realizado para melhorar a cobertura vacinal dos países com baixa cobertura, o acesso a novos tratamentos para Covid-19 e o papel do ACT-A na transição para o controle de longo prazo da Covid-19.

Em sua [fala de abertura](#), Dr. Tedros Adhanom, Diretor Geral da OMS, destacou a persistente desigualdade na cobertura vacinal, com apenas 58 países do mundo tendo alcançado a meta de 70% da população vacinada até junho de 2022. Fez também um chamado aos países membros para que se comprometam política e financeiramente para transformar vacinas em vacinação, testes em testagem e fornecer acesso a novos tratamentos às comunidades.

O atual plano estratégico do ACT-A termina no final de setembro de 2022, quando a iniciativa entrará em um período de transição que durará seis meses. À medida que os países adaptam suas ações de controle e resposta à Covid-19, o ACT-Accelerator também deve se adaptar, porém defende-se a necessidade de manter um estado de prontidão para responder com rapidez a possíveis novos surtos.

Cabe ressaltar que os membros do Conselho deixaram claro que a pandemia ainda não acabou e que o trabalho do ACT-A ainda é essencial para muitos países e que o financiamento do ACT-A continua sendo a melhor forma de prevenir doenças graves e salvar vidas. É crucial tirar lições da experiência do ACT-A para fortalecer a arquitetura global de saúde para prevenção, preparação e resposta a emergências.

Maior retrocesso contínuo nas vacinações em três décadas

A pandemia de Covid-19 sobrecarregou os sistemas de saúde em todo o mundo e causou interrupções na cadeia de suprimentos e serviços e desvio de recursos para esforços de resposta e contenção do vírus, o que acabou afetando o acesso e disponibilidade dos serviços de

imunização. Neste sentido, a OMS e a Unicef estimam que em 2021 cerca de [25 milhões de crianças](#) menores de 1 ano não receberam as vacinas básicas, número mais alto desde 2009.

Além do fato de os países concentrarem seus esforços para o controle da pandemia, acredita-se que há também outros fatores para este declínio, como o número de crianças vivendo em áreas de conflito e o aumento da desinformação. Especialistas levantam a preocupação em relação à convergência dessa lacuna de imunização com uma crise de fome, o que pode significar que doenças comuns da infância venham a se tornar letais.

Serão necessários grandes esforços para reverter esse retrocesso, alcançar níveis adequados de cobertura vacinal e prevenir surtos. Para abordar esta grave crise, a OMS e a Unicef estão trabalhando com a Gavi, the Vaccine Alliance, e outros parceiros para alcançar a [Agenda Global de Imunização 2030](#) (IA2030), uma importante estratégia global na prevenção e doenças através da imunização e entrega de vacinas. A IA2030 tem como objetivo reduzir a mortalidade e morbidade por doenças evitáveis por vacinação, aumentar o acesso e uso equitativo de vacinas existentes e novas, e fortalecer a imunização na atenção primária à saúde.

Lançamento de informes

Na última quinzena, a OMS lançou alguns relatórios de temas considerados prioritários pelo secretariado da organização.

1. Vacinas bacterianas em desenvolvimento

Pela primeira vez na história, a OMS lançou um [relatório](#) sobre as vacinas que estão atualmente em desenvolvimento para prevenir infecções causadas por patógenos bacterianos resistentes à antimicrobianos. A resistência a antimicrobianos é um desafio emergente na arena da saúde global e é considerada uma pandemia silenciosa, já que as infecções bacterianas resistentes causam cerca de 5 milhões de óbitos por ano.

O relatório destaca que as vacinas podem ser ferramentas altamente eficazes no combate à resistência antimicrobiana e apresenta um total de 61 vacinas candidatas em desenvolvimento clínico ativo para quatro grupos de patógenos. Além disso, a OMS também faz um chamado para que os países membros garantam o acesso equitativo às vacinas que já existem e analisa alguns desafios enfrentados na pesquisa, desenvolvimento e inovação em vacinas, como desafios biológicos, econômicos e relacionados ao desenvolvimento clínico. Destaca-se o aprendizado adquirido durante a pandemia de Covid-19 e o desenvolvimento de vacinas de RNA mensageiro como uma relevante oportunidade, pois podem ser desenvolvidas e ampliadas mais rapidamente do que com plataformas convencionais, além de ter um menor custo.

2. Acelerando o acesso a codificação genômica para a saúde global

Outra publicação lançada foi o [relatório](#) do Conselho Científico da OMS com recomendações para a OMS e os Estados membros para acelerar o acesso à genômica para a saúde global. O relatório é resultado de uma série de webinars realizados em 2021 para compreender melhor a importância e as dificuldades de acelerar o acesso às tecnologias genômicas, especialmente em países de baixa e média renda.

O relatório expressa a visão do Conselho Científico sobre os usos atuais e futuras aplicações das tecnologias genômicas, principalmente para melhorar a saúde das pessoas. Assim, são apresentadas 15 recomendações agrupadas em quatro temas:

- promoção da genômica através de advocacy,
- implementação de metodologias genômicas,
- colaboração entre entidades envolvidas em genômica, e
- atenção às questões éticas, legais e sociais (ELSI) levantadas pela genômica.

3. As disparidades salariais de gênero no setor da saúde

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) elaborou um [relatório](#) em conjunto com a OMS sobre as disparidades salariais entre homens e mulheres no setor da saúde. O documento apresenta dados que sugerem que as mulheres possuem uma diferença salarial de 24 pontos percentuais em comparação com os homens no setor. Além disso, o relatório traz evidências que o impacto da pandemia no emprego afetou desproporcionalmente as mulheres, que em sua maioria estão na extremidade inferior da escala salarial.

Neste sentido, são apresentadas algumas ações que podem ser tomadas para diminuir essa diferença:

- melhorar a coleta e análise de dados salariais desagregados por gênero
- investir em empregos decentes no setor
- diálogo social
- promover carreiras em ciência, tecnologia, engenharia e matemática para mulheres jovens com vistas a reduzir a segregação ocupacional
- atrair mais homens para categorias de ocupação intermediária e mais mulheres para o topo
- valorizar a transparência salarial e instrumentos legais contra a discriminação salarial
- implementar políticas para corrigir a diferença salarial da maternidade
- expandir o emprego formal e facilitar a transição dos trabalhadores da economia informal para a formal

4. Revisão Global de Evidências sobre Saúde e Migração

A OMS lançou o terceiro [relatório](#) da série de Revisão Global de Evidências sobre Saúde e Migração sobre a integração de refugiados e migrantes nas políticas de imunização, planejamento e entrega em todo o mundo. O informe apresenta as barreiras que refugiados e migrantes podem enfrentar no acesso à vacina, tais como barreiras administrativas e políticas; barreiras logísticas como disponibilidade e acessibilidade; barreiras de informação e comunicação; barreiras financeiras; e barreiras individuais como confiança e crenças culturais, religiosas e sociais.

Destaca-se a importância da inclusão desse grupo nos planos nacionais de imunização para alcançar a cobertura e acesso universal à saúde. Assim, são apresentadas três áreas para consideração de políticas inclusivas:

- Garantir o acesso universal e equitativo a vacinas para todos os refugiados e migrantes, independentemente do status de migrante, idade e gênero, por meio de políticas inclusivas de imunização;

- Fortalecer os sistemas de saúde para fornecer vacinação de recuperação em populações móveis ao longo da vida para fechar as lacunas de imunização existentes e garantir recursos adequados para essas atividades por meio do aumento da capacidade nacional de vacinação;
- Fortalecer a coleta de dados para monitorar a cobertura de imunização e as lacunas na prestação de serviços em populações de refugiados e migrantes por meio de apoio financeiro para coleta e análise de dados nacionais.

OMS no HLPF

Considerando a centralidade e transversalidade da saúde na Agenda 2030, o Diretor Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom, e outros funcionários da organização participaram do High Level Political Forum, realizado nos dias 5 a 15 de julho.

Em sua [fala](#), o Diretor Geral da OMS destacou a importância de promover ações multissetoriais e de fortalecer parcerias, defendeu a necessidade de reorientar os sistemas de saúde para a atenção primária e de fortalecer a arquitetura global de preparação e resposta a pandemias. Além de reiterar o compromisso da OMS com equidade, inclusão e coerência e a relevância da OMS ter um papel de coordenação na saúde global. Dr. Tedros terminou sua fala com três pedidos:

- Priorização da saúde no centro do plano de desenvolvimento sustentável
- Apoio ao foco estratégico para uma arquitetura de saúde global mais forte
- Fortalecimento dos incentivos à colaboração e responsabilização sobre como apoiar conjuntamente os países para alcançar os ODS

Durante os dez dias, foram realizados diversos eventos paralelos com o objetivo de destacar as ações da OMS para apoiar os países a alcançar os ODS, na recuperação da pandemia e preparação para futuras emergências. Abaixo listamos os eventos organizados pela OMS:

- Melhor saúde para reconstruir melhor: Recuperando-se melhor da COVID-19 e avançando na implementação completa da Agenda 2030 (WHO)
- Lançamento do Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI) 2022 (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO)
- Se você luta para ver, luta para aprender: acelerando o progresso em direção aos ODS por meio de programas escolares de saúde ocular (Friends of Vision, WHO)
- Sem educação, sem saúde! Sem saúde, sem educação! Promoção da Saúde e Alfabetização em Saúde Impulsionando a Cobertura Universal de Saúde e a Recuperação da COVID-19: Reconstruindo Melhor para Melhor Saúde e Bem-Estar ao longo da Vida (Group of Friends of UHC, Group of Friends of Education & Lifelong Learning, WHO, IFRC)
- Lançamento do relatório: As disparidades salariais de gênero no setor de saúde e cuidados: chave para alcançar a igualdade de gênero no trabalho e na sociedade e empoderar todas as mulheres e meninas (Governo do Canadá, Missão Permanente da Costa Rica junto às Nações Unidas e Missão Permanente de Luxemburgo junto às Nações Unidas; Governo da Espanha; Organização Internacional do Trabalho; Organização Mundial da Saúde; e Fundação das Nações Unidas)

O dualismo humano-natureza alimenta a ilusão de que a humanidade poderia existir à parte ou no controle do resto da natureza

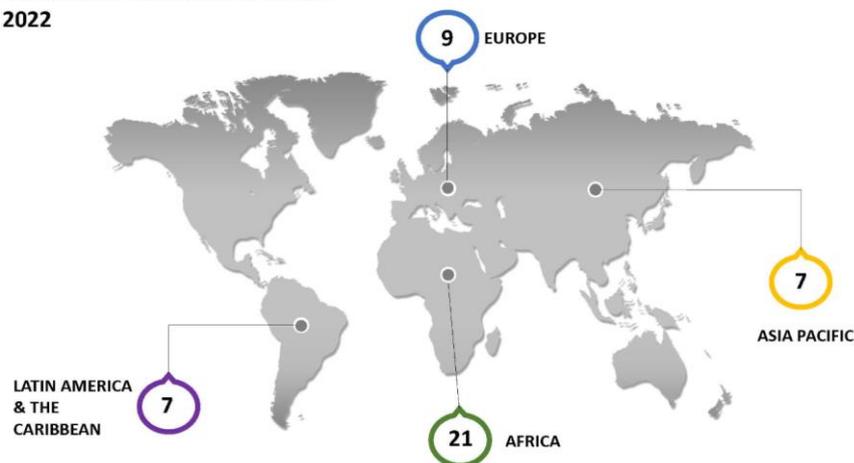
Danielly de Paiva Magalhães e Luiz Augusto Galvão

O Fórum Político de alto nível (sigla em inglês, HLPF -High Level Political Forum) é a principal plataforma das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável e tem um papel central no acompanhamento e revisão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em nível global. O Fórum ocorre anualmente sob os auspícios do Conselho Económico e Social (ECOSOC) durante oito dias, incluindo um segmento ministerial de três dias e de quatro em quatro anos a nível de Chefes de Estado e de Governo sob os auspícios da Assembleia Geral durante dois dias (último ocorreu em 2019).

O HLPF de 2022 ocorreu de 5 a 15 julho, sob os auspícios do ECOSOC, contou com um segmento ministerial de três dias, de quarta-feira, 13 de julho, a sexta-feira, 15 de julho de 2022. O segmento de alto nível do Conselho será concluído com um último dia na segunda-feira, 18 de julho de 2022. O tema do HLPF 2022 foi “Recuperar melhor a doença do coronavírus (COVID-19) enquanto avança na implementação completa da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A edição tem como objetivo refletir sobre como as políticas de recuperação podem reverter os impactos negativos da pandemia nos ODS e levar os países a um caminho para realizar a visão da Agenda 2030.

As várias sessões se concentraram em analisar o [Relatório de progresso dos ODS](#) do secretário-geral e partir daí compartilhar experiências sobre políticas e abordagens integradas que estão sendo implementadas para lidar com os impactos da COVID-19 e alcançar uma recuperação sustentável, resiliente e inclusiva. As sessões também apresentaram os resultados das Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs, sigla em inglês) e as experiências de países em vários níveis de desenvolvimento. Os dados dos VNRs deste ano e anteriores ajudam a identificar áreas de crescimento potencial e áreas onde é necessária assistência urgente, por isso é de extrema importância que países em desenvolvimento as apresente para que sejam mobilizadas ajuda e ações relevantes para acelerar os ODS. A síntese das VNRs apresentadas pode ser encontrada [aqui](#). No entanto, apenas 44 VNRs foram apresentadas, apesar de ser uma contribuição voluntária, sendo a agenda 2030 um pacto de prioridade global, seria no mínimo respeitoso que grande parte dos países membros a apresentasse. A distribuição continental das VNRs apresentadas encontra-se na Figura abaixo.

VOLUNTARY NATIONAL REVIEWS 2022



A partir delas o [Relatório de progresso dos ODS](#) concluiu que “mesmo antes da pandemia, o progresso em direção aos ODS era desigual entre metas e países, com muitos países em desenvolvimento ficando para trás até em metas que medem o bem-estar humano básico (taxas de pobreza, segurança alimentar, acesso a cuidados de saúde acessíveis). Muitos países desenvolvidos ficaram para trás nas metas focadas no meio ambiente e no combate às mudanças climáticas. A pandemia atrasou o progresso em direção aos ODS em quase todos os lugares e retardou a implementação da Agenda 2030. Serão necessários esforços extraordinários para recuperar o terreno perdido e acelerar o progresso. Até certo ponto, medidas extraordinárias foram tomadas pelos governos após a pandemia para amortecer o impacto nas populações pobres e vulneráveis. No entanto, as desigualdades entre os países se traduzem em grandes discrepâncias na acessibilidade e implementação de medidas emergenciais de proteção social e pacotes de estímulo. Fomos fortemente lembrados dessas desigualdades pela própria pandemia – notadamente, nas diferentes e nas vulnerabilidades de diferentes grupos sociais dentro dos países. As desigualdades no acesso a vacinas e terapias que salvam vidas entre países e regiões causaram muitas mortes e dificultam a recuperação, nos países mais pobres, mas também no mundo como um todo. A recuperação econômica mundial vem desacelerando devido a novas variantes do vírus. Para que a Agenda 2030 seja totalmente implementada e os ODS plenamente alcançados, é necessária uma redução drástica nas desigualdades globais e nas desigualdades dentro dos países. Reduzi-los resultará de uma combinação de governança mais eficaz em vários níveis: maior acesso a recursos financeiros nos países em desenvolvimento e investimento nos ODS, incluindo saúde, educação, oportunidades de emprego, políticas de proteção social, bem como medidas fiscais destinadas a mitigar os problemas sociais internos. exclusão e desigualdade. O comércio e o acesso às tecnologias também são críticos”.

A edição também focou na revisão de cinco ODS com reuniões específicas sobre Educação de qualidade (ODS 4), Igualdade de gênero (ODS 5), Vida abaixo da água (ODS 14), Vida em terra (ODS 15) e Parcerias (ODS 17).

O Comitê de Representantes Permanentes do PNUMA analisou as VNRs e preparou um documento base para o Presidente do ECOSOC ([documento PNUMA/SC/2022/7/2](#)) sobre o estado da arte dos referidos ODS e algumas sugestões para serem consideradas no documento final. No que diz respeito ao o ODS 4, a UNEA e o PNUMA consideraram importante aproveitar o momento e em colaboração com a UNESCO para produzir uma campanha de sensibilização e/ou introdução de temas ambientais no Ensino Fundamental, Médio e nas Universidades.Em

relação ao ODS 14 sobre a vida abaixo da água, o PNUMA sugeriu que os insumos para o HLPF devem levar em conta a Governança oceânica, tendo em vista que existem metas relevantes sob o ODS 14, que merecem ser alcançadas oportunamente, por exemplo, a meta 14.1 "Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, em particular das atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e poluição de nutrientes", e meta 14.c "Melhorar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos, implementando o direito internacional como refletido na UNCLOS, que fornece o arcabouço legal... ". Em relação ao ODS 15 sobre a gestão sustentável das florestas, os insumos para o HLPF devem recordar a importância da gestão sólida de todos os tipos de florestas, de deter o desmatamento e aumentar a arborização e o reflorestamento globalmente e também devem tocar na mobilização de recursos de todas as fontes, a fim de conservar e usar de forma sustentável a biodiversidade e os ecossistemas.

Nas reuniões de cada ODS realizaram primeiro uma análise aprofundada da situação dos mesmos. A segunda parte das reuniões abordou as interligações, sinergias e compensações com o restante da Agenda 2030 e formas práticas de aproveitá-las para acelerar o progresso. Os pontos de maior importância foram abordados na [Declaração Ministerial](#), na qual destacaremos aqui às questões relacionadas aos ODS 14 e 15 e ao ambiente natural.

A Declaração Ministerial deveria ser um documento para orientar a ação, demonstrar uma forte liderança política, fazer recomendações para superar as desigualdades e promover compromissos sobre o desenvolvimento sustentável, mas ao invés disso se manteve em reafirmar tudo que já foi acordado e pedir o comprometimento das Partes com a cooperação internacional, o multilateralismo e a solidariedade internacional como a melhor maneira de o mundo superar e se recuperar efetivamente da pandemia de COVID-19, construir e aumentar a resiliência de longo prazo às crises e retomar o caminho do progresso acelerado para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Com apenas oito anos para chegar à Agenda 2030, e diante de dados de regressão tão alarmantes, principalmente no que diz respeito a pobreza e inequidade, o pilar principal dos ODS, a Declaração Ministerial não propôs nada de novo.

No que tange às questões ambientais, as partes reafirmaram seus compromissos com a Agenda de Ação de Adis Abeba, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e o Acordo de Paris, a Estrutura de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015–2030, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Nova Agenda Urbana e outros importantes documentos resultantes das Nações Unidas acordados internacionalmente nos campos econômico, social e ambiental, que são totalmente complementares e se reforçam mutuamente com a Agenda 2030.

Mudanças climáticas

A questão climática foi colocada como prioritária e como um dos maiores desafios da atualidade porque seus impactos adversos minam a capacidade de todos os países alcançarem o desenvolvimento sustentável. As Partes comprometeram-se em adotar ações resilientes, sustentáveis, inclusivas, de baixo emissões de gases de efeito estufa e caminhos de desenvolvimento resilientes ao clima de maneira transparente e inclusiva no contexto do desenvolvimento sustentável.

Já no parágrafo 97 e em todas as demais ações referentes ao ambiente, a palavra compromisso não aparece, *"Reafirmamos a meta de temperatura do Acordo de Paris de manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e*

buscar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Reconhecemos que os impactos das mudanças climáticas serão muito menores com o aumento de temperatura de 1,5°C em comparação com 2°C e resolvemos buscar esforços para limitar o aumento de temperatura a 1,5°C. Reconhecemos que limitar o aquecimento global a 1,5°C requer reduções rápidas, profundas e sustentadas nas emissões globais de gases de efeito estufa, incluindo a redução das emissões globais de dióxido de carbono em 45% até 2030 em relação ao nível de 2010 e zero líquido em meados do século, conforme bem como reduções profundas em outros gases de efeito estufa. Reconhecemos que isso requer uma ação acelerada nesta década crítica, com base no melhor conhecimento científico disponível e equidade, refletindo responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades à luz das diferentes circunstâncias nacionais e no contexto do desenvolvimento sustentável e esforços para erradicar pobreza. De acordo com o artigo 4 do Acordo de Paris, também reiteramos o objetivo de atingir o pico global das emissões de gases de efeito estufa o mais rápido possível, reconhecendo que o pico levará mais tempo para os países em desenvolvimento e realizar reduções rápidas posteriormente, de acordo com a melhor ciência disponível, para alcançar o equilíbrio entre as emissões antrópicas por fonte e as remoções por sumidouros de gases de efeito estufa na segunda metade deste século, com base na equidade, e no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços de erradicação da pobreza.”

As Partes também pediram que os países que revisem e reforcem as metas de 2030 em suas contribuições nacionalmente determinadas, conforme necessário para se alinhar com a meta de temperatura do Acordo de Paris até o final de 2022, para transições justas para emissões líquidas zero por volta de meados do século, levando em consideração diferentes circunstâncias nacionais. Um ponto muito importante é a questão do financiamento para as ações de adaptação climática que foi colocada em tom de cobrança como parte do compromisso dos países desenvolvidos: *“Observamos com profundo pesar que a meta dos países desenvolvidos de mobilizar conjuntamente 100 bilhões por ano até 2020 no contexto de ações significativas de mitigação e transparência na implementação ainda não foi cumprida e saudamos as promessas crescentes feitas por muitos países desenvolvidos e pelo Plano de entrega do Climate Finance. Instamos os países desenvolvidos a cumprir plenamente a meta de US\$ 100 bilhões com urgência e até 2025 e enfatiza a importância da transparência na implementação de suas promessas. Acolhemos com satisfação o início das deliberações sobre uma nova meta quantificada coletiva sobre financiamento climático e aguardamos o programa de trabalho ad hoc estabelecido pela decisão 9/CMA.3 e o envolvimento construtivo nas ações nele contidas.”* Vale destacar que nunca os 100 bilhões de dólares anuais foram alcançados, ficando sempre ao redor de 70 a 80 bilhões de dólares, sendo a maioria em empréstimos para os países em desenvolvimento. Os Estados Unidos, o maior emissor histórico de gases de efeito estufa é o que menos colabora em termos proporcionais.

One Health

O documento também enfatiza a importância da abordagem *One Health*, reforçada pela crise da Covid-19, como forma de produzir benefícios múltiplos para humanos, animais, plantas e ecossistemas, mas também como forma de fortalecer a capacidade de resolver a perda da biodiversidade, e prevenir, preparar e responder à emergências de doenças, incluindo zoonoses e outras pandemias, além do combate a resistência microbiana – cita a parceria Quadripartite para One Health, composta pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH)

e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e recordar a definição operacional de *One Health* acordada pelo *One Health High Level Expert Panel*.

ODS 14: Vida aquática

As Partes reconhecem que um oceano saudável, produtivo, sustentável e resiliente é fundamental para a vida em nosso planeta e que o bem-estar das gerações presentes e futuras está intrinsecamente ligado à saúde e produtividade do nosso oceano, sendo o cumprimento do ODS 14 crucial para a transformação em direção a sistemas alimentares sustentáveis e para alcançar o Objetivo 2 até 2030. Reafirmaram o compromisso de conservar, usar e gerenciar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável e agir de forma decisiva e urgente, ampliando a ação oceânica para acelerar a implementação de todas as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14. E também de deter e reverter o declínio na saúde e produtividade dos oceanos e seus ecossistemas marinhos e costeiros e em proteger, conservar e restaurar sua resiliência e integridade ecológica. *“Enfatizamos a necessidade de uma abordagem integrada, interdisciplinar e intersetorial para a gestão dos oceanos, bem como para uma maior cooperação, coordenação e coerência política em todos os níveis para conservar e usar de forma sustentável o oceano, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Reconhecemos que a conservação e gestão sustentável dos recursos aquáticos vivos é uma estratégia eficaz para proteger e restaurar os ecossistemas marinhos, impulsionar o crescimento econômico, fortalecer a resiliência dos meios de subsistência, reduzir a pobreza, aumentar a segurança alimentar e melhorar a nutrição. Tomaremos medidas eficazes, alinhadas com a abordagem de precaução e as abordagens baseadas no ecossistema, para conservar, proteger e restaurar o oceano e seus recursos de perigos naturais e causados pelo homem.”*

Nesse contexto, o documento também coloca como uma necessidade urgente conter a poluição por plásticos nos ambientes marinhos e da necessidade de reciclar, reaproveitar e diminuir a produção de plástico, e cita com satisfação a resolução 5/14 adotada pela 5ª Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente para a criação de um instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre poluição plástica para o final de 2024, inclusive no ambiente marinho, com base em uma abordagem abrangente que aborda todo o ciclo de vida dos plásticos.

Um ponto também importante foi o apoio a Década das Nações Unidas da Ciência do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável, reconhecendo a necessidade de aumentar ainda mais a pesquisa científica marinha e a cooperação para informar e apoiar a tomada de decisões, promover centros e redes de conhecimento para melhorar o compartilhamento voluntário de dados científicos, melhores práticas e know-how, aumentar a capacitação em todos os níveis, mobilizar recursos financeiros adequados de todas as fontes e facilitar a transferência voluntária de tecnologia para países em desenvolvimento, contribuir para a proteção do ambiente marinho e a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha, combater a poluição marinha de todos os tipos e garantir padrões sustentáveis de consumo e produção - O ambiente marinho é muito pouco conhecido e o pouco que se conhece, já foi possível identificar alguns princípios ativos que ajudam no tratamento de doenças, sendo o investimento em conhecer os oceanos compensado pela potencialidade de soluções químicas e biológicas. Um exemplo é a recente descoberta do Laboratório de Tecido Conjuntivo do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) de um análogo da heparina em vários invertebrados marinhos, entre eles as ascídias.

ODS 15 - Vida na terra

As Partes ressaltaram a necessidade urgente do manejo sustentável das florestas e da proteção, restauração, conservação e uso sustentável de áreas úmidas, secas, montanhas e outros ecossistemas naturais, particularmente aqueles em áreas protegidas, que atuam como sumidouros naturais e reservatórios de biodiversidade e gases de efeito estufa, reduzindo a vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas, permitindo a continuidade do ciclo hidrológico. Eles também apoiam o papel vital dos povos indígenas e comunidades locais que dependem dos ecossistemas para sua subsistência e têm um papel fundamental em sua administração, e lembraram de proteger os direitos dos povos indígenas sob a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e internacional direito dos direitos humanos. Enfatizamos ainda que florestas, pântanos, terras áridas, ecossistemas de montanha e outros ecossistemas naturais são essenciais para o desenvolvimento sustentável e que as mudanças climáticas e o aquecimento global continuam a representar uma ameaça direta a eles.

Destacaram a relevância dos ecossistemas de Montanhas tendo em vista que 2022 é o Ano Internacional do Desenvolvimento Sustentável das Montanhas. O uso sustentável, proteção, conservação e restauração dos ecossistemas de montanha contribuem para a implementação da Agenda 2030. O importante papel de sua criosfera, particularmente para a biodiversidade, produção de alimentos e água doce, e sua importância cultural chama a atenção para a necessidade urgente de aumentar a cooperação internacional com os países montanhosos em desenvolvimento, especialmente para erradicar a pobreza, eliminar a insegurança alimentar e enfrentar a perda de biodiversidade.

Água e saneamento

As Partes reconhecem também como ponto crítico *alcançar o acesso universal e equitativo à água potável segura e acessível e ao saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, melhorar a qualidade da água, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive por meio da cooperação transfronteiriça conforme apropriado, proteger e restaurar os ecossistemas relacionados à água , também para garantir um abastecimento sustentável de água para a vida, agricultura e produção de alimentos e ecossistemas relacionados com a água e seus serviços e outros benefícios*. Orientam para a necessidade de expandir a cooperação internacional e a capacitação para apoiar os países em desenvolvimento nestes aspectos e apoiar a participação das comunidades locais na melhoria da gestão da água e do saneamento - É inaceitável que diante de tanta tecnologia sendo desenvolvida, inteligência artificial etc., ainda tenhamos mais de 2 bilhões de pessoas no mundo sem acesso a água potável de qualidade em suas casas, 3,6 bilhões de pessoas, quase metade da população mundial, não têm acesso a saneamento gerenciado com segurança em suas casas. Desses, 1,9 bilhão de pessoas vivem com serviços de saneamento básico e 494 milhões de pessoas praticam a defecação a céu aberto.

O último dia do segmento de alto nível do ECOSOC será realizado na segunda-feira, 18 de julho, após a conclusão do HLPF. Incluirá uma sessão sobre “Multilaterais à prova de futuro para uma recuperação resiliente e inclusiva”. Haverá também um painel sobre possíveis cenários e tendências futuras relacionadas aos ODS e à recuperação do COVID-19 e seu impacto nas economias e sociedades mundiais. Todos os documentos do evento podem ser acessados [aqui](#).

Novos Relatórios sobre Biodiversidade da Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES)

A 9ª. sessão da Plenária da Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (sigla em inglês, IPBES) ocorreu em Bonn de 3 a 9 de julho, nesta reunião, os governos aprovaram dois novos relatórios de especialistas que se baseiam diretamente nos resultados da Avaliação Global. Os relatórios foram lançados no dia 11 de julho. Muitas vezes descrito como o “IPCC para a biodiversidade”, o IPBES é um órgão intergovernamental independente composto por 139 governos membros e com secretariado sob o PNUMA. Estabelecido pelos governos em 2012, fornece aos formuladores de políticas avaliações científicas objetivas sobre o estado do conhecimento sobre a biodiversidade do planeta, os ecossistemas e as contribuições que eles fazem para as pessoas, bem como as ferramentas e métodos para proteger e usar de forma sustentável esses ativos naturais vitais. Para mais informações sobre o IPBES e suas avaliações visite www.ipbes.net.

Os dois relatórios de Avaliação do IPBES são resultantes de quatro anos de trabalho de mais de 80 grandes especialistas das ciências naturais e sociais e detentores de conhecimento indígena e local, além de 200 autores colaboradores, com base em mais de 6.200 fontes. Foi aprovado por representantes dos 139 Estados membros do IPBES em Bonn, Alemanha. O mais interessante é que esses dois relatórios incorporaram não só dados acadêmicos, mas também o conhecimento tradicional dos indígenas e o comportamento social das sociedades e sua relação com a natureza. O primeiro relatório, com o título *Uso Sustentável de Espécies Selvagens* aponta que a exploração de organismos é o fator direto mais significativo para a perda da biodiversidade e, assim, oferece a todos os tomadores de decisão informações sobre a importância das espécies selvagens e opções políticas para garantir um uso mais sustentável. A versão para tomadores de decisão pode ser acessada [aqui](#). Em complementação a essa constatação, o segundo relatório, sobre *Valores e Valorização da Natureza*, fala sobre o valor da natureza e da sua relatividade quando atribuído por pessoas diferentes, respeitando a conexão social com o ambiente e assim seu valor econômico - pilares ambiental, social e econômico que descrevem o desenvolvimento sustentável. O relatório reflete que esse valor social da biodiversidade é negligenciado nas decisões políticas e, fornece aos tomadores de decisão ferramentas específicas para entender e integrar os muitos valores da natureza em escolhas e ações. A versão para tomadores de decisão pode ser acessada [aqui](#). Vamos discorrer um pouco mais sobre ambos abaixo e trazer as correlações com a saúde e o bem-estar humano.

• Relatório sobre o uso sustentável de espécies selvagens

Uso sustentável é definido pela Convenção sobre Diversidade Biológica desde 1992 como “o uso de componentes da diversidade biológica de uma maneira e em uma taxa que não leve ao declínio de longo prazo da diversidade biológica, mantendo assim seu potencial para atender às necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras”. O conceito de *Biodiversidade* integra a diversidade de espécies (qualidade) e abundância de indivíduos (quantidade). E entende-se por *vida silvestre* as populações de qualquer espécie que não foram domesticadas por meio de seleção multigeracional para características particulares e que podem sobreviver independentemente da intervenção humana que pode ocorrer em qualquer ambiente.

Estima-se que 1 em cada 5 pessoas depende de espécies selvagens para obter renda e alimentação, 70% dos pobres do mundo dependem diretamente de espécies selvagens, cerca de mais de 10.000 espécies selvagens são colhidas para alimentação humana, além de 2,4

bilhões (1 em 3) pessoas dependem de lenha para cozinhar, cerca de 90% das 120 milhões de pessoas que trabalham na pesca de captura são sustentadas pela pesca de pequena escala. Essas são nossas estreitas relações com a vida silvestre. O uso regular de espécies selvagens é extremamente importante não apenas no Sul Global. Do peixe que comemos, aos medicamentos, cosméticos, decoração e recreação, o uso de espécies selvagens é muito mais prevalente do que a maioria das pessoas imagina. Bilhões de pessoas, em nações desenvolvidas e em desenvolvimento, se beneficiam diariamente do uso de espécies selvagens para alimentação, energia, materiais, remédios, recreação, inspiração e muitas outras contribuições vitais para o bem-estar humano. A acelerada crise global da biodiversidade, com um milhão de espécies de plantas e animais em extinção, ameaça essas contribuições para as pessoas.

O Relatório identifica cinco grandes categorias de “práticas” no uso de espécies selvagens: pesca; reunião; exploração madeireira; colheita de animais terrestres (incluindo caça); e práticas não extrativistas, como observar. Para cada prática, examina então “usos” específicos, como alimentos e rações; materiais; medicina, energia; lazer; cerimônia; aprendizagem e decoração – fornecendo uma análise detalhada das tendências em cada um, nos últimos 20 anos. Na maioria dos casos, o uso de espécies selvagens aumentou, mas a sustentabilidade do uso variou, como na coleta de medicamentos e na extração de materiais e energia. O uso insustentável leva a escassez de recursos que afeta e afetará principalmente as populações rurais dos países em desenvolvimento que carecem de alternativas complementares muitas vezes forçando-as a explorar ainda mais as espécies selvagens já existentes.

Alguns fatores de pressão negativa na biodiversidade silvestre foram identificados, como mudanças na paisagem terrestre e marítima; mudanças climáticas; poluição e espécies exóticas invasoras que afetam a abundância e distribuição de espécies selvagens e podem aumentar o estresse e os desafios entre as comunidades humanas que as utilizam.

O comércio global de espécies selvagens se expandiu substancialmente em volume, valor e redes comerciais nas últimas quatro décadas. As espécies de árvores silvestres representam dois terços da madeira roliça industrial global; o comércio de plantas selvagens, algas e fungos é uma indústria de bilhões de dólares; e mesmo usos não extrativos de espécies selvagens são um grande negócio. A observação da vida silvestre gera receita substancial, contribuindo com US\$ 120 bilhões em 2018 para o produto interno bruto global (cinco vezes o valor estimado do comércio ilegal de espécies selvagens) e sustentando 21,8 milhões de empregos. O turismo, baseado na observação de espécies selvagens, é uma das principais razões pelas quais, antes da pandemia de COVID-19, as áreas protegidas globalmente recebiam 8 bilhões de visitantes e geravam US\$ 600 bilhões todos os anos. Além disso, o uso sustentável de espécies silvestres é fundamental para a identidade e existência de muitos povos indígenas e comunidades locais.

Dessa forma, garantir a sustentabilidade do uso de espécies silvestres, inclusive promovendo o uso sustentável e freando a superexploração, é fundamental para reverter a tendência global de declínio da biodiversidade. Para isso, o relatório aponta que instrumentos e ferramentas de política são mais bem-sucedidos quando adaptados aos contextos sociais e ecológicos do uso de espécies selvagens e apoiam a justiça, os direitos e a equidade. Instrumentos e ferramentas de política são mais eficazes quando são apoiados por instituições robustas e adaptáveis e estão alinhados em todos os setores e escalas. Mecanismos inclusivos e participativos aumentam a capacidade adaptativa dos instrumentos de política. O monitoramento eficaz dos resultados sociais, inclusive econômicos e ecológicos apoia uma

melhor tomada de decisão. As evidências científicas são muitas vezes limitadas e o conhecimento indígena e local é subutilizado e desvalorizado.

Como perspectivas futuras, o relatório reconhece que a sustentabilidade do uso de espécies selvagens no futuro provavelmente será desafiada pelas mudanças climáticas, pelo aumento da demanda e pelos avanços tecnológicos. Enfrentar esses desafios exigirá mudanças transformadoras. Serão necessárias intervenções para implementar e ampliar as ações políticas que demonstraram apoiar o uso sustentável de espécies selvagens. Também requer uma visão comum de uso sustentável e mudança transformadora na relação homem-natureza. “As visões da relação homem-natureza que separam a natureza (entendida como existente por si mesma) da cultura (produzida pelos humanos) têm profunda influência nas percepções do funcionamento da biosfera e da linguagem utilizada para compreendê-la e descrevê-la. Embora muitas culturas considerem a natureza e os seres humanos indivisíveis, uma separação conceitual entre pessoas e natureza é generalizada e pode ser encontrada na maioria dos instrumentos e políticas nacionais e internacionais. Esse dualismo humano-natureza alimenta ainda mais a ilusão de que a humanidade poderia existir à parte ou no controle do resto da natureza, a tal ponto que o uso da natureza pelos humanos *ad libitum* levou a grandes crises ambientais, como mudanças climáticas e declínio da biodiversidade. Considerar a humanidade como parte da natureza (ou seja, um membro ou um cidadão da natureza entre outros) lançaria as bases para uma relação mais respeitosa e sustentável, como mostram as práticas e usos tradicionais dos povos indígenas e comunidades locais”.

Esse relatório é brilhante em sua colocação, desde o levantamento sobre os fatores da crise da biodiversidade, no caso a exploração da vida silvestre, depois como se dá o uso dessa vida silvestre (quais populações, quais mercados, quem é mais vulnerável), demonstra ainda como o uso sustentável é possível e gera mais biodiversidade e, portanto, mais rentabilidade para aqueles que a usam, demonstra que a biodiversidade intacta gerou mais lucro do que sua pirataria e exploração ilegal. Por isso tudo, deve ser aumentar as políticas públicas de incentivo ao uso sustentável. E ainda vai além do conhecimento científico, incorporando o comportamento social e, especialmente, a sabedoria dos povos indígenas e seu respeito à natureza, cumprindo com o que foi firmado na Declaração de Kunming.

O relatório faz ainda uma análise da relação do uso sustentável da vida silvestre com os Objetivos de desenvolvimento sustentável (Fig. 1) – questão que foi motivo apontado como a falta de sucesso nos acordos multilaterais de biodiversidade, a falta de relação das metas de conservação com as metas já fixadas pelos ODS.

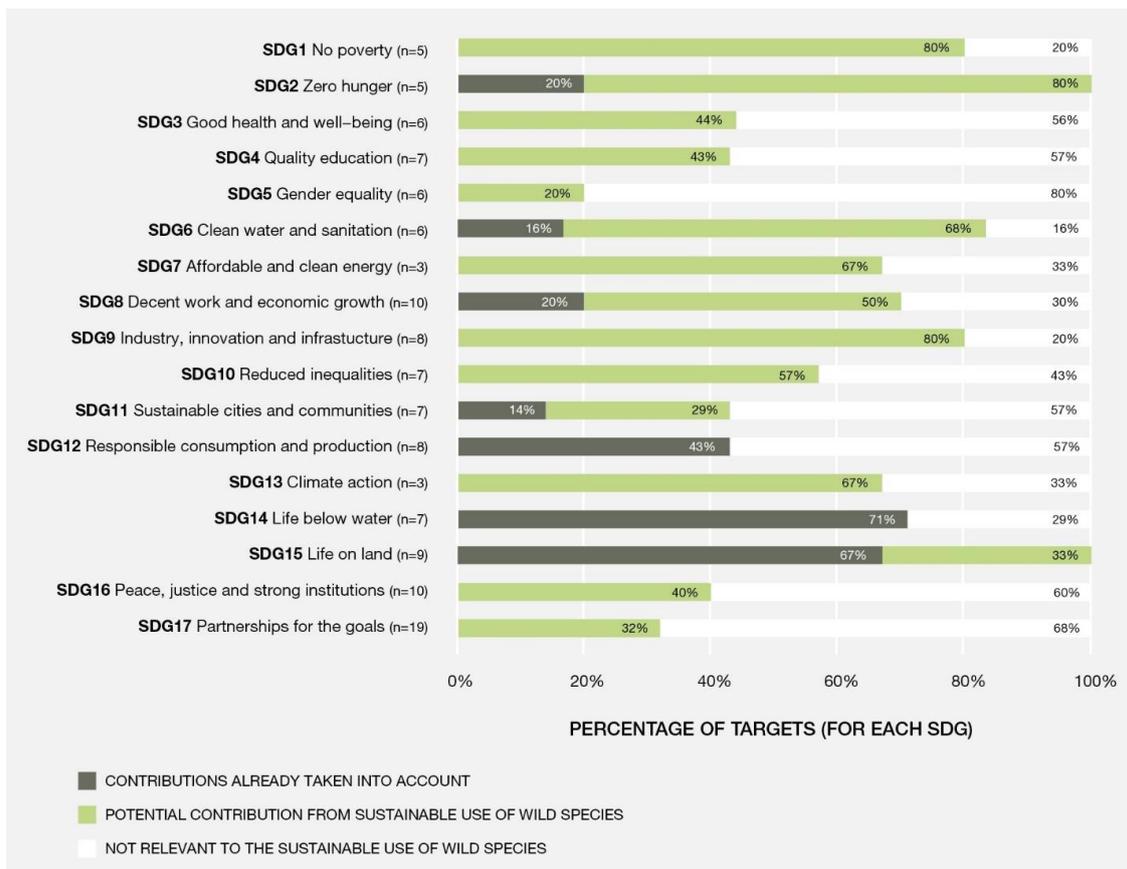


Figura 1 – (Figura SPM.2 no relatório) O uso sustentável de espécies silvestres tem potencial não reconhecido de contribuir para o alcance de muitas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta figura mostra o potencial inexplorado para incluir o uso sustentável de espécies selvagens nas estratégias para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A contribuição potencial do uso sustentável de espécies selvagens para alcançar um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável foi avaliada com base na redação das “metas de resultado” (n = x) em cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável e nas evidências documentadas na Avaliação do Uso Sustentável do IPBES de Espécies Silvestres. As porcentagens apresentadas na figura referem-se ao número de metas relacionadas ao uso sustentável de espécies silvestres que: “já são consideradas” (barra cinza), tem “relevância potencial” (barra verde) ou “não tem relevância” (barra branca) para alcançar cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Informações de apoio e detalhes sobre avaliações para cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável estão disponíveis no Capítulo 1 {1.6}. Um relatório de gerenciamento de dados para esta figura está disponível em: [10.5281/zenodo.6036274](https://zenodo.org/record/6036274).

• Relatório de Avaliação sobre os Diversos Valores e Valorização da Natureza

A Avaliação Global do IPBES de 2019, identificou o crescimento econômico como um dos principais impulsionadores da perda da natureza, com 1 milhão de espécies de plantas e animais agora em risco de extinção. O presente relatório de 2022 (Avaliação sobre os Diversos Valores e Valorização da Natureza) parte desse princípio e inicia pela constatação de que há um foco global dominante no curto prazo de lucros e crescimento econômico, muitas vezes excluindo a consideração de múltiplos valores da natureza nas decisões políticas. Isso porque a forma como a natureza é valorizada nas decisões políticas e econômicas foi e é um fator-chave que nos levou à crise global da biodiversidade. Uma melhor valoração da biodiversidade pode ser uma oportunidade vital para enfrentar essa crise.

As decisões econômicas e políticas têm priorizado predominantemente certos valores da natureza, particularmente valores instrumentais da natureza baseados no mercado, como aqueles associados aos alimentos produzidos intensivamente. Embora muitas vezes privilegiados na formulação de políticas, esses valores de mercado não refletem adequadamente como as mudanças na natureza afetam a qualidade de vida das pessoas. Além disso, a formulação de políticas ignora os muitos valores não comerciais associados às contribuições da natureza para as pessoas, como regulação climática, meio de subsistência e identidade cultural. Dessa forma, o relatório assume que o valor da biodiversidade ela é dependente das diferentes visões de mundo e sistemas de conhecimento que influenciam as formas como as pessoas interagem e valorizam a natureza. Assim como o relatório sobre uso sustentável da vida silvestre, este incorpora não apenas fatores econômicos e ambientais, mas também as ciências sociais e humana, incluindo fontes de informação de conhecimento indígena e local. Reconhecer e respeitar as visões de mundo, valores e conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e comunidades locais permite que as políticas sejam mais inclusivas, o que também se traduz em melhores resultados para as pessoas e a natureza

Existem mais de 50 métodos e abordagens de avaliação para tornar visíveis os diversos valores da natureza. Apenas 2% dos mais de 1.000 estudos revisados consultam as partes interessadas sobre os resultados da avaliação e apenas 1% dos estudos envolveu as partes interessadas em todas as etapas do processo de valorização da natureza. O que está em falta é o uso de métodos de avaliação para combater assimetrias de poder entre as partes interessadas e incorporar de forma transparente os diversos valores da natureza na formulação de políticas.

Para ajudar os formuladores de políticas a entender melhor as diferentes maneiras pelas quais as pessoas concebem e valorizam a natureza, o Relatório fornece uma tipologia nova e abrangente dos valores da natureza. Os autores apresentam quatro perspectivas gerais. São eles: viver da, com, na e como a natureza. Viver da natureza enfatiza a capacidade da natureza de fornecer recursos para sustentar a subsistência, as necessidades e desejos das pessoas, como alimentos e bens materiais. Viver com a natureza tem um foco na vida “além da humana”, como o direito intrínseco dos peixes em um rio de prosperar independentemente das necessidades humanas. Viver na natureza refere-se à importância da natureza como cenário para o senso de lugar e identidade das pessoas. Viver como a natureza vê o mundo natural como uma parte física, mental e espiritual de si mesmo.

O Relatório constata que o número de estudos que valorizam a natureza aumentou em média mais de 10% ao ano nas últimas quatro décadas. O foco mais proeminente dos estudos de avaliação recentes (2010-2020) tem sido a melhoria da condição da natureza (65% dos estudos de avaliação revisados) e a melhoria da qualidade de vida das pessoas (31%), com apenas 4% focados em melhorar as questões ao redor Justiça social. 74% dos estudos de avaliação focaram em valores instrumentais, com 20% focados em valores intrínsecos e apenas 6% focados em valores relacionais.

“Diferentes tipos de valores podem ser medidos usando diferentes métodos e indicadores de avaliação. Por exemplo, um projeto de desenvolvimento pode gerar benefícios econômicos e empregos, para os quais valores instrumentais da natureza podem ser avaliados, mas também pode levar à perda de espécies, associada a valores intrínsecos da natureza, e à destruição de patrimônios importantes para a identidade cultural, afetando assim os valores relacionais da natureza. O relatório fornece orientação para combinar esses valores muito diversos”.

Os autores identificam quatro “pontos de alavancagem” centrados em valores que podem ajudar a criar as condições para a mudança transformadora necessária para futuros mais sustentáveis e justos:

- Reconhecendo os diversos valores da natureza
- Incorporação de avaliação na tomada de decisão
- Reformar políticas e regulamentos para internalizar os valores da natureza
- Mudar as normas e metas sociais subjacentes para se alinhar com os objetivos globais de sustentabilidade e justiça

Entre as outras ferramentas oferecidas pelo Relatório para fortalecer a consideração de uma maior diversidade de valores da natureza na tomada de decisões estão: uma exploração de pontos de entrada para avaliação em todas as partes do ciclo de políticas; seis diretrizes centradas em valores inter-relacionadas para promover caminhos de sustentabilidade; uma avaliação do potencial de diferentes instrumentos de política ambiental para apoiar mudanças transformadoras em direção a futuros mais sustentáveis e justos, representando diversos valores, e uma ilustração detalhada das capacidades necessárias dos tomadores de decisão para promover a consideração e incorporação dos diversos valores da natureza nas decisões .

A Avaliação de Valores do IPBES está sendo lançada em um momento extremamente importante – pouco antes do acordo esperado ainda este ano pelas Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica sobre uma nova estrutura global de biodiversidade para a próxima década. As informações, análises e ferramentas oferecidas pela Avaliação de Valores fazem uma contribuição inestimável para esse processo, para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para mudar todas as decisões para melhores resultados centrados em valores para as pessoas e o resto da natureza.

As novas plataformas de dados do PNUD e o monitoramento do futuro pós-covid

Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa

Em resposta ao seu papel como líder técnico da resposta socioeconômica da ONU à pandemia de COVID-19, o PNUD investiu em uma nova plataforma internacional de dados denominada “COVID-19 Data Futures Platform”. Esta plataforma utiliza os dados de todo o sistema da ONU e parceiros, sendo que a maioria dos dados advém das seguintes organizações: OIT, UNICEF, UNESCO, FAO, OMS, Banco Mundial, FMI, e ONU Mulheres.

A partir destes dados são feitas simulações que se concentram nos desafios mais críticos de recuperação devido às consequências da pandemia para tomada de decisões dos governos. Um ponto forte desta plataforma de dados se encontra na sua abordagem socioeconômica da pandemia, o que inclui o monitoramento da situação e das políticas socioeconômicas dos países, e em especial aquelas fundamentais para a redução da pobreza e aumento da proteção social.

A plataforma destina-se a formuladores de políticas, incluindo funcionários do governo e funcionários da ONU, organizações internacionais, movimentos sociais e academia³. Ela inclui conjuntos de dados brutos, simuladores e insights acionáveis, permitindo que os usuários executem suas próprias estimativas e acessem análises relevantes para informar políticas, programas e esforços de defesa. Além de prover os dados, a plataforma também realiza a tradução dos dados multidimensionais em insights baseados em evidências que promovem o pensamento sistêmico e a cocriação de iniciativas políticas. Desenvolvido pelo PNUD, este balcão para análises multidimensionais apresenta oportunidades de colaboração em torno de estratégias e soluções que buscam reconstruir os países^{4,5}.

Além disso, em consonância com os esforços do sistema ONU, a Data Futures Platform busca promover soluções integradas de desenvolvimento em apoio à Agenda 2030. Ele opera em um amplo escopo de tópicos socioeconômicos com o objetivo de apoiar análises sobre os possíveis impactos de combinações diferentes de políticas entre países e regiões, e possíveis potenciais. A plataforma é ainda um dos serviços de integração estratégica do PNUD, voltado para responder a desafios de desenvolvimento complexos, e se apoia no compromisso da agência com novos investimentos em tecnologia e inovação para responder aos desafios internacionais de desenvolvimento.

Os principais insights desenvolvidos pelo PNUD e disponibilizados na plataforma são baseados em cinco pilares criados a partir da estrutura da ONU para resposta socioeconômica imediata, para apoiar países e sociedades diante do COVID-19. A plataforma está organizada nos seguintes temas: Proteger as Pessoas, Saúde em Primeiro Lugar, Resposta Macro, Recuperação Econômica, Coesão Social. Os pilares incluem cinco fluxos de trabalho dentro de uma perspectiva mais ampla de apoio integrado.

Pilar da “Saúde em primeiro lugar”

Claramente, uma das primeiras preocupações em desenvolver a plataforma sobre o COVID-19 se referia aos sistemas de saúde, que corriam o risco de serem sobrecarregados pelo

³ [Data Futures Platform | SDG Integration \(undp.org\)](#)

⁴ [Home - UNDP Data Futures Platform](#)

⁵ [About - UNDP Data Futures Platform](#)

surto de COVID-19. Os insights providos pela plataforma defendem que quando os sistemas de saúde entram em colapso, as mortes do próprio surto poderiam ser rapidamente superadas por mortes por condições evitáveis ou tratáveis, mas que não seriam mais tratadas devido ao colapso do sistema. O pilar da saúde provê dados organizados em três frentes diferentes:

1. Monitoramento do estado atual do sistema de saúde: Esta visualização de dados mostra os indicadores de óbitos cumulativos, taxa de mortalidade, e casos confirmados cumulativos de COVID-19. Devido ao fato do sistema de saúde ter sido fortemente impactado pela pandemia, a justificativa da plataforma de seleção dos indicadores afirma que o rastreamento de casos e mortalidade mostrará como o sistema de saúde está respondendo e se recuperando dos acionamentos das capacidades do sistema.
2. Tipologia das necessidades de saúde em resposta e planos de recuperação: Atualmente essa tipologia ainda está em construção na plataforma, e não possui nenhum indicador disponível. Ainda assim, sua explicação sobre esta frente consiste em considerar que sistemas de saúde resilientes e sustentáveis requerem programação e coordenação especiais, incluindo maior atenção à preparação para emergências, redução de riscos e construção de resiliência. Ela também chama a atenção para o fato que estas respostas e planos costumam ser fracos em muitos países devido às ligações precárias entre a cobertura universal de saúde e as agendas de preparação para emergências.
3. Recuperação, preparação e fortalecimento dos sistemas de saúde: Esta visualização de dados mostra os indicadores de número de leitos hospitalares, médicos e enfermeiras e parteiras por 10.000 pessoas. A justificativa da plataforma para a seleção dos indicadores seria que, quando os sistemas de saúde entram em colapso, as mortes do próprio surto podem ser rapidamente superadas por mortes por condições evitáveis ou tratáveis, não mais gerenciadas por um sistema de saúde em falha. Portanto, é crucial manter os serviços de saúde essenciais, mesmo ao enfrentar a pandemia.

Outros bancos de dados da Plataforma

O website também abriga outros bancos de dados que dialogam com o COVID-19 Data Futures Platform, como o COVID-19 Global Gender Response Tracker, abordado no informe passado. Outro banco de dados relacionado de destaque é do Global Recovery Observatory⁶, que rastreia e avalia as políticas de gastos fiscais relacionadas à COVID-19 anunciadas por 89 países, que incluem as principais 50 economias e países da região da América Latina e Caribe. Esta base também avalia possíveis impactos no meio ambiente e na socioeconomia. Esta visualização de dados pode ser usada para explorar como os países estão investindo na recuperação em nível global, nacional ou níveis de políticas individuais.

Além deste, um outro banco de dados importante sendo hospedado na plataforma é o Global Dashboard for Vaccine Equity, que combina os dados mais recentes sobre a implementação global das vacinas COVID-19 com as informações socioeconômicas mais recentes. Esta é uma iniciativa conjunta do PNUD, da OMS e da Universidade de Oxford com cooperação em todo o sistema da ONU, ancorado no ODS 3 e no Plano de Ação Global para Vidas Saudáveis e Bem-Estar para Todos⁷.

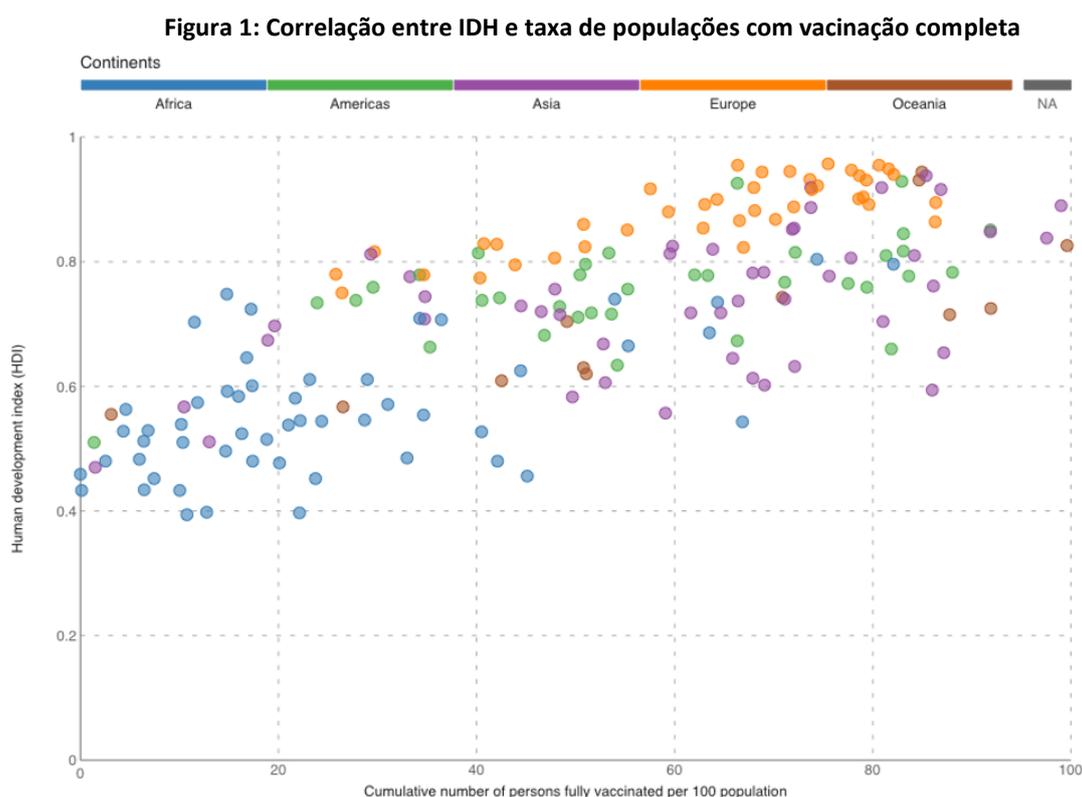
⁶ [How are Countries Investing in Recovery? - UNDP Data Futures Platform](#)

⁷ [Global Dashboard for Vaccine Equity - UNDP Data Futures Platform](#)

O objetivo deste banco sobre equidade de vacinas é de ilustrar por que acelerar a equidade das vacinas não é apenas fundamental para salvar vidas, mas também para conduzir uma recuperação da pandemia com benefícios para toda a população. Ele fornece novos insights e possibilidades para os formuladores de políticas mergulharem nas implicações da desigualdade das vacinas para a recuperação socioeconômica, empregos e bem-estar. As análises podem ser geradas e comparadas por país, região e globalmente, e organizadas por faixa de renda.

A cargo de exemplo das informações disponibilizadas, destacamos os principais dados da plataforma: No que se refere aos países de alta renda, os dados indicam que 3 em cada 4 pessoas, ou 72,1%, foram vacinados com pelo menos uma dose em 13 de julho de 2022. Já em relação aos países de baixa renda, 1 em cada 5 pessoas, ou 20,06%, foram vacinados com pelo menos uma dose na mesma data. No que concerne os gastos públicos com saúde, os países de alta renda precisam aumentar, em média, seus gastos com saúde em 0,8% para cobrir o custo de vacinar 70% da população. Já os países de baixa renda precisam aumentar seus gastos com saúde em 56,6%, em média, para cobrir o custo de vacinar 70% da população.

Segue abaixo o gráfico disponibilizado na plataforma que correlaciona o IDH dos países por região e a taxa de populações com vacinação completa:



Fonte: UNDP Data Future. Data de coleta dos dados na plataforma: 13/07/2022.

Avaliação do impacto do COVID-19 para investidores na China: catalisador para o investimento sustentável?

Em consonância com a preocupação do PNUD em compreender a relação entre a recuperação econômica dos efeitos da pandemia com novos investimentos em

desenvolvimento sustentável, o escritório sediado na China publicou um recente relatório⁸ que dialoga com os dados da plataforma.

Este relatório apresenta os principais resultados de uma pesquisa rápida de avaliação sobre o impacto do COVID-19 nas carteiras dos investidores e suas futuras estratégias de investimento, o que inclui a identificação de novas oportunidades de investimento sustentável durante este processo de recuperação. A justificativa interna do relatório afirma que uma melhor compreensão de como os investidores respondem a crises, incluindo suas necessidades e solicitações de suporte pode ajudar a desenvolver melhores estratégias para explorar os mercados de capitais para alcançar os ODS. Esta avaliação contou com o total de 113 instituições participantes direta ou indiretamente.

Os resultados mostram que a maioria dos investidores indicou preocupação com o impacto do COVID-19 em seu portfólio atual e futuro. As interrupções no comércio e na cadeia de suprimentos foram mencionadas como principais riscos para as perspectivas de investimento. As principais preocupações apontadas foram o risco de recessão, seguido do impacto dos bloqueios na continuidade dos negócios e nos consumidores. Mas apesar destes riscos, há o relato que o volume geral de investimentos na China não diminuiu em 2020 e as expectativas para investimentos futuros permaneceram estáveis.

Ao invés dos investidores adiarem seus planos, o relatório afirma que eles decidiram redirecionar os fundos para os setores de recuperação da COVID-19, ajustando suas prioridades de investimento para os próximos dois anos. Neste meio tempo, a saúde foi a principal prioridade com um forte foco em produtos farmacêuticos biotecnológicos, tecnologia e comunicações. Tanto o campo da saúde quanto as suas aplicações digitais e inovadoras como a telemedicina, compartilhamento de dados médicos e inteligência artificial, foram consideradas áreas particularmente promissoras nos próximos anos.

Outro ponto fortemente destacado foi a relação dos investimentos com a Agenda 2030. Em termos de oportunidades de investimento relacionadas aos ODS além da saúde (ODS 3), os investidores focaram em inovação e infraestrutura (ODS 9) e energia limpa e acessível (ODS 7). Estes mostram um forte alinhamento entre as prioridades nacionais de longa data, o desenvolvimento de alta qualidade, com as novas prioridades, o clima, destacando a influência das orientações de políticas.

Os resultados sugerem um certo nível de resiliência e flexibilidade dos investidores diante de uma crise. No entanto, foi reconhecido o papel fundamental do governo no apoio e mitigação dos riscos. A facilidade de liquidez, bem como um regime tributário favorável, estava entre as principais solicitações dos investidores. Por fim, os entrevistados observaram que o setor público também necessita apoiar modelos de negócios inovadores para impulsionar o investimento sustentável.

⁸ [COVID-19 Impact Assessment: Will COVID-19 be a long term catalyst for sustainable investment? | United Nations Development Programme \(undp.org\)](#)

Migrações, refúgio e saúde global

Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski, Deisy de Freitas Lima Ventura.

Neste Informe do Grupo "Migrações, Refúgio e Saúde Global", destacamos os 25 anos da lei brasileira sobre o refúgio (Lei 9.474/97). Abordamos também o novo Relatório de Revisão de Evidência da OMS em Saúde e Migração, que demonstra como a implementação de planos de imunização inclusivos é crítico para atingir a cobertura universal de saúde. Destacamos duas das maiores crises humanitárias do leste da África, no Sudão do Sul e na Etiópia, ambas geradoras de importantes fluxos de refugiados, causadas por conflitos armados e os efeitos da crise climática, além da contínua negligência internacional. Por fim, repassamos o conteúdo do último relatório anual da Cruz Vermelha.

25 Anos da lei brasileira sobre proteção de refugiados

Ocorreu na última quarta-feira (13), em Brasília, um evento que reuniu parlamentares e representantes do governo e da sociedade civil para celebrar os 25 anos da Lei 9.474 - a qual define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados - e os 40 anos da operação do ACNUR no Brasil. O Representante interino do ACNUR no Brasil, Federico Martinez, aproveitou a ocasião para destacar e comemorar o fato: “O Conare (Comitê Nacional para os Refugiados - um resultado da Lei 9.474) tem mais de 60 mil refugiados reconhecidos, e o Brasil é o segundo país que mais reconhece refugiados venezuelanos no mundo, por meio de procedimento simples e acelerado”.⁹

OMS: novo relatório de Revisão de Evidência em Saúde e Migração

A Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou um novo relatório¹⁰ que demonstra que as políticas existentes de inclusão de refugiados e migrantes nos planos de imunização nacionais variam muito entre regiões e países, e que quando não se definem políticas específicas para migrantes e refugiados acessarem vacinas, há frequentes defasagens em sua implementação.

O relatório, “Assegurando a integração de refugiados e migrantes em políticas, planos e serviços de imunização no mundo”, identifica barreiras impostas a refugiados e migrantes para acessar a vacinação. Essas barreiras são de toda ordem: administrativas e políticas, barreiras individuais (confiança, cultura, religião, normas sociais), de disponibilidade e acessibilidade, informação e comunicação, e barreiras financeiras.

A nova agenda de imunização da OMS para 2030 define uma visão clara de um mundo em que todos, em qualquer idade, se beneficiem da vacinação para saúde e bem-estar. Considerando que a imunização é essencial para alcançar a cobertura universal de saúde, e que o acesso a serviços de saúde é um direito humano de refugiados e migrantes, a implementação de políticas de inclusão e proteção desses grupos é uma prioridade para a organização.

⁹ <https://www.acnur.org/portugues/2022/07/15/seminario-na-camara-dos-deputados-celebra-25-anos-da-lei-brasileira-sobre-protECAo-de-refugiados/>

¹⁰ <https://www.who.int/news/item/12-07-2022-new-who-global-evidence-review-on-health-and-migration-underscores-how-the-implementation-of-inclusive-immunization-plans-is-critical-for-member-states-to-achieve-universal-health-coverage>

Para atingir esse fim e apoiar os países a fortalecer seus planos de imunização nacionais, a OMS destaca três áreas-chave para a formulação de políticas públicas: assegurar acesso universal e igual a vacinas para todos os refugiados e migrantes independentemente de seu status, idade ou gênero; fortalecimento dos sistemas de saúde para aplicação de vacinas em populações deslocadas a qualquer momento da vida; reforçar a coleta de dados para monitorar a cobertura vacinal e identificar defasagens em grupos de migrantes e refugiados.

Oriente Médio: OMS e ACNUR se unem para melhorar o acesso à saúde para refugiados no Sudão

Em 6 de julho de 2022, o Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a OMS assinaram uma carta de entendimento¹¹ para aprimorar os serviços ofertados a refugiados no Sudão, em complemento a um memorando de entendimento oficializado em 2020.

O Sudão está se reconstruindo após sofrer com diversas emergências, levando a uma forte crise econômica que piora as condições de saúde e nutrição de refugiados e comunidades que os recebem. Além disso, o país é o que mais recebe refugiados no continente africano. Em maio de 2022, já se somavam mais de um milhão de refugiados do Sudão do Sul, Eritreia, Etiópia e da República Centro-Africana.

Assim, a OMS e o ACNUR têm apoiado o país a entregar serviços de saúde, apoiando a detecção de potenciais doenças com antecedência, e providenciando medicamentos e equipamentos para atenção primária em regiões com grande fluxo de refugiados. As organizações também trabalham com o governo do Sudão de forma a advogar pelas questões de saúde mais relevantes que afetam as comunidades de refugiados. Essa nova parceria define os papéis e áreas estratégicas de atuação das duas agências da ONU, de forma a colaborar, maximizar a coordenação e o uso de recursos na resposta a fluxos migratórios e de refugiados.

A situação enfrentada pelos refugiados sul-sudaneses

A emergência humanitária no Sudão do Sul e em seus países vizinhos segue gerando um intenso fluxo de refugiados na região, mesmo que as agências internacionais estejam se esforçando para mitigar os impactos dos conflitos no país. A maioria dos refugiados é composta por mulheres e crianças, que cruzam a fronteira sozinhas, apresentando casos de fraqueza e desnutrição.¹²

Um ponto relevante é sobre a assistência à proteção e prevenção da violência, principalmente a sexual. Sara Beysolow Nyanti, a chefe humanitária no Sudão do Sul, defende que os responsáveis pelos crimes de violência sejam devidamente levados à justiça. Ela também aborda que os funcionários humanitários devem seguir promovendo ações de desenvolvimento e engajamento com outros parceiros, garantindo que até as causas mais profundas das permanentes necessidades humanitárias sejam pautadas.¹³ Nyanti relatou que uma das principais causas da crise são os efeitos cumulativos de anos de enfrentamento de questões complexas relacionadas ao clima, conflitos violentos em escala nacional, entre outros. Além disso, existem muitos sul-sudaneses que vivem na condição de deslocados internos por vários

¹¹ <http://www.emro.who.int/media/news/unhcr-and-who-join-hands-to-improve-access-to-health-for-refugees-in-sudan.html>

¹² <https://www.acnur.org/portugues/sudao-do-sul/>

¹³ <https://news.un.org/pt/story/2022/03/1784762>

anos, sendo que a tendência é que mais pessoas acabem abandonando suas casas por conta das inundações recorrentes, que acometem pelo quarto ano seguido o Sudão do Sul.¹⁴

Durante os períodos de chuvas intensas, as necessidades dos refugiados acabam aumentando, já que são intensificados problemas como escassez de alimentos e aumento de doenças.¹⁵ O especialista Andrew Harper diz que os eventos climáticos vão acabar se tornando cada vez piores e mais frequentes no futuro. O Sudão do Sul está dentre os países que possuem a menor contribuição para a redução das emissões de gases, porém é um dos mais afetados pela crise climática, de maneira desproporcional.¹⁶

O ACNUR já vinha alertando sobre a piora dos períodos de cheias prolongadas e do deslocamento de pessoas no Sudão do Sul. Andrew Harper apontou, em Genebra, que a tomada de decisões precisa ser realizada com urgência, com o objetivo de proteger uma população já vulnerável.¹⁷

Aproximadamente dois milhões de sul-sudaneses estão na condição de deslocados internos, enquanto no exterior, mais de dois milhões de refugiados de origem sul-sudanesa buscam refúgio, essencialmente em países como Etiópia, Sudão e Uganda. Este último é o país que acolheu a maioria dos refugiados sul-sudaneses, em mais de um milhão.

A ONU publicou que precisa de USD 1,7 bilhão para atender as necessidades humanitárias de aproximadamente 6,8 milhões de sul-sudaneses em situação de vulnerabilidade. O Plano de Resposta Humanitária do Sudão do Sul 2022/2023 constata que 8,9 milhões de pessoas poderão enfrentar problemas de necessidades significativas somente no ano de 2022.¹⁸

De acordo com a classificação anual do Conselho Norueguês para Refugiados, divulgada em junho, as crises mais ignoradas do mundo são as que ocorrem no continente africano. O estudo aponta a ocorrência de uma espécie de ciclo vicioso de negligência política, fragilidade na cobertura dos conflitos pela mídia, cansaço com relação a constante necessidade de doações por parte dos apoiadores e a frequente necessidade humanitária, cada vez mais profunda.¹⁹ Na lista de países onde o sofrimento humano ocorre principalmente por conta de deslocamentos forçados e conflitos negligenciados internacionalmente, dez países africanos estão no topo da classificação, de acordo com o Conselho. Este ranking é realizado anualmente, com o objetivo de evidenciar o cenário da falta ou da escassa assistência para países que dificilmente estão presentes nas manchetes internacionais.²⁰ À essa análise, é fundamental ter em conta o racismo, já apontado pelo diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, como causa da enorme desproporcionalidade entre as diferentes crises humanitárias ao redor do planeta.²¹

¹⁴<https://news.un.org/pt/story/2022/03/1784762>

¹⁵<https://www.acnur.org/portugues/sudao-do-sul/>

¹⁶<https://news.un.org/pt/story/2022/03/1784422>

¹⁷<https://news.un.org/pt/story/2022/03/1784422>

¹⁸<https://news.un.org/pt/story/2022/03/1784762>

¹⁹<https://www.dw.com/pt-br/%C3%A1frica-tem-as-10-criSES-de-refugiados-mais-negligenciadas-do-mundo/a-62014613>

²⁰<https://www.dw.com/pt-br/%C3%A1frica-tem-as-10-criSES-de-refugiados-mais-negligenciadas-do-mundo/a-62014613>

²¹ <https://www.theguardian.com/world/2022/apr/13/who-chief-tedros-ukraine-ethiopia-tigray>

A crise humanitária da Etiópia

A Etiópia está vivendo uma crise humanitária na região do Tigré, que está levando pessoas a procurarem refúgio no leste do Sudão como apontado acima, totalizando quase 46 mil deslocados até o momento. O conflito iniciou-se em novembro de 2020 entre o governo federal etíope e separatistas da região do Tigré, ao norte do país. Mais de 3 mil pessoas viajam do Tigré ao leste do Sudão diariamente, representando o maior fluxo visto nesta parte do país em cerca de 20 anos.²²

Mulheres e crianças representam a maioria das pessoas deslocadas, como ocorre em muitos outros contextos de crise. As viagens são longas e muitas vezes levam a regiões do Sudão com infraestrutura escassa, longes dos centros urbanos, dificultando o acesso a comida e a suprimentos necessários. Além disso, os centros de deslocamento nas fronteiras estão superlotados devido ao grande número de chegadas de deslocados internos, aumentando o risco de transmissão de doenças, como a COVID-19.²³

9 mil pessoas já foram transferidas para o primeiro abrigo de refugiados identificado oficialmente pelo governo. Porém, ainda há uma necessidade crítica de identificar mais locais para que os refugiados possam ser realocados para longe da fronteira e possam ter mais fácil acesso a assistência e serviços. Dentro da Etiópia, o número de deslocamentos ainda tende a crescer a cada dia. A falta de eletricidade, telecomunicações e acesso a combustível e dinheiro dificulta intensamente a resposta humanitária.²⁴

Além disso, o fenômeno La Niña gerou uma das secas mais severas nos últimos quarenta anos do país, após colapsos de quatro estações chuvosas consecutivas desde o final de 2020. Isso agrava consideravelmente a situação da expressiva população de deslocados internos.²⁵ O ACNUR e outros parceiros vêm fornecendo água, abrigo, roupas quentes e utensílios domésticos às mais de 7.200 famílias afetadas pela seca em diferentes locais, incluindo comunidades anfitriãs.²⁶

A agência da ONU ainda ressalta que as necessidades das pessoas são maiores do que a resposta humanitária atual e continuam aumentando, na fala de Abdullahi Sheik Barrie, Associado de Campo no escritório do ACNUR em Jijiga: “A questão mais urgente aqui é a falta de água, bem como falta da gestão eficaz da água. A assistência que conseguimos fornecer está muito abaixo do que é necessário para atender às necessidades de sobrevivência das pessoas afetadas.”²⁷

Relatório anual da Cruz Vermelha²⁸

²² <https://www.unhcr.org/ethiopia-tigray-emergency.html>

²³ <https://www.unhcr.org/ethiopia-tigray-emergency.html>

²⁴ <https://www.unhcr.org/ethiopia-tigray-emergency.html>

²⁵ <https://www.acnur.org/portugues/2022/07/07/familias-da-etioopia-lutam-para-sobreviver-a-seca-recorde/>

²⁶ <https://www.acnur.org/portugues/2022/07/07/familias-da-etioopia-lutam-para-sobreviver-a-seca-recorde/>

²⁷ <https://www.acnur.org/portugues/2022/07/07/familias-da-etioopia-lutam-para-sobreviver-a-seca-recorde/>

²⁸ https://www.ifrc.org/sites/default/files/2022-07/20220714_AnnualReport2021_OPT.pdf

No mês de julho atual a Cruz Vermelha lançou seu relatório anual referente ao ano de 2021. No documento, constam gráficos sobre a quantidade de recursos despendidos para atuação nos diversos temas e regiões. Nesse sentido, observa-se que o maior orçamento operacional e despesa está na Europa, seguido pela África, Ásia (Pacífico), Américas e por último na região do norte da África e Oriente Médio. Ainda sobre o orçamento, percebe-se que o financiamento se manteve aquém daquele requerido pela instituição (menos nas redes de emergência de seguridade social) para as emergências, programas temáticos, fundos e recursos regulares. Quanto aos endereçamentos temáticos do orçamento: as lacunas crescentes entre bem-estar e saúde, além de crises e desastres foram as responsáveis pela maior alocação; crises climáticas e ambientais, migração e identidade e valores, poder e identidade foram os que receberam as menores alocações. Consta também uma lista dos principais financiadores da instituição e o número de pessoas atingidas por cada um dos projetos temáticos desenvolvidos.

No sumário executivo, a Cruz Vermelha informa acerca dos crescentes desastres relacionados a crises ambientais que vem crescendo desde 1980 - que quase triplicaram na região do norte da África e Oriente Médio, e somados a instabilidades da região fazem-na a região menos pacífica do mundo.

Sobre os progressos feitos em 2021, atestam primeiro para a resposta global à pandemia de COVID-19. Conforme o documento, mais de um bilhão de pessoas foram atingidas pelas ações da instituição em mais de 180 países. Essas ações envolveram assistência aos esforços nacionais de vacinação e campanhas de conscientização e higiene nos países, além de serviços de apoio à saúde mental e quadros psicossociais. Outra ação importante foi a continuidade da educação segura em países que se viram obrigados a fechá-la: em 35 países as sociedades nacionais implantaram esses projetos para que os alunos pudessem retornar às escolas e continuar seus estudos.

Ainda, em outros avanços nesse ano, 30 sociedades entraram para o grupo de trabalho da “resposta verde” a fim de prover assistência humanitária mais sustentável ambientalmente. A instituição conseguiu manter mais de 300 operações relacionadas a crises e desastres, ajudando mais de 1 milhão de pessoas com abrigo e mais de 500 mil pessoas com dinheiro para endereçar suas necessidades.

Quanto à saúde e bem-estar, a Cruz Vermelha publicou um relatório recomendando suas legislações aos governos, a fim de que estejam preparados para responder a crises sanitárias com a continuação de serviços nessas emergências. Além disso, estabeleceram um projeto que visa localizar e responder mais rapidamente a emergências relacionadas à cólera – e consequentemente reduzir suas fatalidades em 50%. Outra questão importante nesse tema foi o desenvolvimento dos suportes psicossociais de pessoas vulneráveis, que atingiram mais de 3 milhões de pessoas indiretamente.

Quanto à migração, o documento atesta a posição imparcial da instituição, alegando que esta trabalha para que todas as pessoas tenham o direito de migrar, independentemente de seu status. Nesse sentido, as sociedades trabalharam para ajudar essas populações durante a pandemia, que afetou e afeta os seus deslocamentos. Entre os serviços importantes para as pessoas nessas condições, está o programa prestado no Panamá, onde crianças receberam assistência primária e ajuda nutricional, além de operações de resgate no Mar Mediterrâneo, que salvaram a vida de 557 pessoas.

Entre discursos, gestações não-desejadas e insegurança alimentar e nutricional: Desafios permanentes para mulheres e crianças

Maria Teresa Massari, Maria Auxiliadora Gomes e Karinne Marieta Carvalho

ONU Mulheres - Discurso de abertura da Diretora Executiva da ONU Mulheres Sima Bahous no ECOSOC (13/07/22)

Em seu discurso de encerramento na ECOSOC, que ocorreu de 5 a 15 de julho de 2022, a diretora executiva da ONU MULheres Sima Bahous salientou que há pouco tempo para que a agenda 2030 seja cumprida e que a pandemia atrasou ainda mais a efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), impactando especialmente meninas e mulheres. Ela também cita a desigualdade no acesso às vacinas em populações mais vulneráveis, a força de trabalho feminina no combate à pandemia, crise climática, guerras e aumento da violência de gênero.



Ainda que mulheres e meninas estejam na linha de frente da resposta à pandemia, elas foram deixadas em segundo plano na recuperação e permanecem sub-representadas nos processos de tomada de decisão. E, embora avanços possam ser observados, no ODS 5 (igualdade de gênero), somente um indicador está próximo de atingir sua meta: garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

Por fim, Sima Bahous pede ações ousadas, baseadas em evidências e um multilateralismo renovado para um novo compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Leia o discurso na íntegra.

“É uma honra estar aqui com todos vocês hoje. Na semana passada, ouvimos fortes compromissos e um renovado senso de urgência na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030. Houve apelos concretos para passar das palavras às ações.

A revisão temática do ODS5 foi clara. Temos que fazer as coisas de forma diferente. Temos que aumentar o investimento na igualdade de gênero. Devemos promover e apoiar a saúde, a educação e a liderança das mulheres. Devemos garantir que as mulheres tenham acesso a financiamento e recursos.

Quarenta e quatro países apresentaram ou apresentarão suas revisões nacionais voluntárias até a conclusão deste fórum. Onze pela primeira vez. Saudamos esse esforço de fazer um balanço do que foi feito e do que ainda deve ser feito.

Excelências, o tempo está se esgotando. Temos apenas oito anos até 2030. E ouvimos dizer que estamos muito fora do caminho. Uma pandemia devastadora afetou todas as regiões do mundo – todos os países, todas as mulheres, todas as meninas – e aprofundou as desigualdades. E mesmo enquanto trabalhamos para nos recuperarmos disso, continuamos deixando pessoas, mulheres e meninas e países para trás. Isso também é evidente na nossa solução para acabar com a pandemia, nomeadamente no acesso a serviços e vacinas.

Em 2021, a OMS estabeleceu uma meta de 70% de cobertura global de vacinação contra a COVID-19 até meados de 2022. Até o mês passado, apenas 58 dos 194 Estados Membros da OMS haviam atingido essa meta de 70%. Em países de baixa renda, apenas 37% dos profissionais de saúde receberam um curso completo de vacinação primária contra a COVID. Isso também tem um impacto de gênero, já que 70% dos profissionais de saúde da linha de frente, globalmente, são mulheres.

Enfrentamos guerras, crises, emergências humanitárias, insegurança alimentar, energética e financeira, inflação e dívidas insustentáveis. Vemos os graves impactos das mudanças climáticas, com a perda de biodiversidade e o aumento da poluição causando inundações e secas, além de mais crises. Paz, segurança, prosperidade e uma vida livre de violência estão longe da realidade da maioria das pessoas e, em particular, de mulheres e meninas. Essas crises agravam a lacuna pré-existente da pobreza de gênero.

Não importa em que lugar do mundo, são as mulheres e as meninas que sofrem o impacto das perdas de empregos e da segurança econômica em queda livre. São mulheres e meninas que navegam na tensão da diminuição dos serviços públicos. São mulheres e meninas que enfrentaram o aumento da violência doméstica, nos níveis de uma pandemia de sombra, como resultado do COVID-19. Não há canto no mundo onde não exista violência contra mulheres e meninas. Duzentos e quarenta e cinco milhões de mulheres e meninas foram submetidas a violência física ou sexual por um parceiro íntimo. Em todo o mundo, as linhas diretas de violência de gênero aumentaram as ligações durante a pandemia do COVID-19, já que mulheres e meninas foram trancadas com seus agressores e os serviços se tornaram inacessíveis.

Excelências, Se tivéssemos alguma dúvida, esta semana passada transmitiu a mensagem de que devemos redobrar nossos esforços – se a história não julgar a Agenda 2030 como evidência de nossa relutância em cumprir as promessas que fizemos àqueles que mais precisam de nossos esforços coletivos.

A boa notícia é que temos soluções. Durante toda esta semana, ouvimos sobre o que precisa ser feito. Simplesmente requer que o façamos. Ele simplesmente exige que todos nós o façamos. Peço que reconheçamos a centralidade da igualdade de gênero para essas soluções. Sabemos que o ODS 5 não é apenas um objetivo por si só. É a chave e o alicerce dos ODS como um todo.

Excelências, este ano, vocês revisaram em profundidade o progresso na implementação do ODS 5. Muitos de vocês apresentaram resultados impressionantes sobre o avanço do ODS 5 em seus países. Do aumento de mulheres na força de trabalho, às novas legislações para combater a violência contra as mulheres. Continuamos esperançosos com essas conquistas. Mas uma análise do progresso da ONU Mulheres e da Divisão de Estatística da ONU revela que, globalmente, apenas um indicador do ODS 5 está próximo da meta. Este indicador é a proporção de assentos ocupados por mulheres no governo local. Eu aplaudo isso.

No entanto, em todas as outras áreas, incluindo igualdade no tempo gasto em cuidados não remunerados e trabalho doméstico, tomada de decisões sobre saúde sexual e reprodutiva e políticas eficazes sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, o mundo está longe de ser o alvo. As lacunas de dados continuam a dificultar nossa capacidade de monitorar com sucesso todos os ODS. Por exemplo, existem vários indicadores do ODS 5 para os quais o mundo tem dados inadequados para avaliar o progresso, sendo o mais difundido o indicador que acompanha os direitos seguros das mulheres sobre a terra.

Excelências, a distância para alcançar o ODS 5 é longa e o tempo é curto. São necessárias ações ousadas e baseadas em evidências e mais financiamento para um esforço de toda a sociedade para atender às necessidades e direitos de todas as mulheres e meninas. Como ouvimos repetidas vezes do Secretário-Geral, precisamos de um multilateralismo renovado e de um compromisso revigorado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A pandemia do COVID-19 foi um lembrete de que estamos interconectados e nossas soluções também; que nosso futuro depende de todos prosperarem e, de fato, que ninguém seja deixado para trás. Sabemos que isso pode acontecer. Vimos isso há alguns meses, durante a 66ª sessão da Comissão sobre a Condição da Mulher. Pela primeira vez, os Estados Membros negociaram acordos que reconhecem o papel crítico das mulheres na busca de soluções climáticas. As negociações foram duras e longas, mas mostraram o melhor de nosso sistema multilateral e da importância de trabalharmos juntos para promover coletivamente os direitos de mulheres e meninas em todos os lugares para um futuro comum mais sustentável. Esperamos que a CSW continue neste caminho.

Excelências, conhecemos a solução. Ouvimos isso aqui, na semana passada. Vemos isso em todas as resoluções aprovadas sobre a liderança feminina. Identificamos isso no Objetivo 5. É simples: o aumento da igualdade de gênero resulta em sociedades mais sustentáveis e pacíficas.

A COVID-19 foi uma lição clara sobre o poder da igualdade de gênero. A ONU Mulheres e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD avaliaram cerca de 5.000 medidas políticas adotadas por 226 países e territórios em resposta ao COVID-19. A avaliação mostrou que, embora mulheres e meninas estejam na linha de frente da resposta à pandemia, elas foram deixadas em segundo plano na recuperação e permanecem sub-representadas nos processos de tomada de decisão.

Mas também descobrimos que países com serviços públicos robustos e sistemas de proteção social sensíveis ao gênero estavam em melhor posição para responder à pandemia. E os países montaram uma resposta mais eficaz quando tiveram mais mulheres na liderança, nos parlamentos e nos ministérios. Assim como sabemos que os acordos de paz têm maior probabilidade de durar quando as mulheres estão significativamente envolvidas, as políticas sociais têm maior probabilidade de serem eficazes quando a liderança é equilibrada.

Para concluir, tenho cinco pedidos para nos colocarmos de volta no caminho da Agenda 2030:

1. Vamos aumentar os investimentos em proteção social e serviços públicos sensíveis ao gênero para aumentar a resiliência a choques futuros;
2. Vamos fortalecer a capacidade institucional, aumentar a liderança das mulheres e reconhecer a voz e a ação de todas as mulheres e meninas na formação de seu futuro;

3. Vamos garantir que haja financiamento adequado para a igualdade de gênero, inclusive priorizando a igualdade de gênero tanto nos orçamentos nacionais quanto na assistência oficial ao desenvolvimento;
4. Vamos garantir que tenhamos uma base robusta de evidências e acesso aos dados. Não é aceitável que, a meio da nossa Agenda, ainda tenhamos áreas onde faltam dados para dar uma imagem adequada do progresso;
5. Vamos reconhecer e abraçar o importante papel e as contribuições da sociedade civil e das organizações de mulheres, das mulheres defensoras dos direitos humanos e do meio ambiente e das mulheres e homens jovens em todo o mundo. Mais espaço para eles nos processos de tomada de decisão se traduzirá em mudanças transformadoras em nossas comunidades e sociedades e acelerará nosso caminho para recuperação e resiliência.

Excelências, garanto novamente que a ONU Mulheres continuará trabalhando ao seu lado. Continuaremos a fortalecer nossas parcerias em nível nacional, apoiando todos os Estados Membros que o solicitarem, com experiência em gênero e o poder de nosso mandato e voz. A Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 continua sendo o melhor roteiro do mundo para a paz, segurança, recuperação, dignidade e prosperidade compartilhada. Estamos todos muito conscientes de que estamos longe do caminho, mas igualmente seguros do poder do multilateralismo e de nossa ação coletiva e solidariedade.

Lembro a todos que nossa capacidade de cumprir as promessas que fizemos na Agenda 2030 depende em grande parte de nossa decisão coletiva de colocar mulheres e meninas no centro de todas as ações. Só assim poderemos lançar as bases para um futuro mais sustentável, resiliente e justo para todos. Desejo a todos muito sucesso e agradeço”.

Para acessar o discurso, [clique aqui](#).

UNICEF - Discurso da Diretora Executiva, Catherine Russell, no ECOSOC: Protegendo os direitos de todas as crianças no ambiente digital

Em seu discurso, proferido dia 12 de Julho, Catherine Russell abordou a proteção dos direitos das crianças no ambiente digital no contexto da pandemia do COVID-19 e no aprendizado remoto e falou da preocupação que o ambiente digital seja um lugar seguro para as crianças aprenderem, socializarem e se expressarem.

A World Wide Web e a Convenção sobre os Direitos da Criança nasceram no mesmo ano – 1989, quando ainda não se podia prever a rapidez com que a disparidade digital crescerá e quão profundamente ela poderia impactar as chances de vida daqueles que não têm acesso à tecnologia digital. Hoje, sabe-se que a internet reformulou profundamente a infância e a adolescência, criando novas oportunidades para o desenvolvimento das crianças – e novos riscos para os direitos das crianças.

É importante garantir que os benefícios da digitalização cheguem a todas as crianças – em todas as situações. E há alguns desafios para que isso ocorra:

- Conectividade - globalmente, cerca de 2,9 bilhões de pessoas – mais de um terço da população global – ainda não têm acesso à Internet. No auge da pandemia, até 1,6 bilhão de crianças foram afetadas pelo fechamento de escolas. Muitas crianças tiveram a sorte de ter acesso a aulas remotas, mas centenas de milhões não tiveram. A exclusão digital afeta as crianças que já estão mais propensas a ficar para trás: crianças que crescem nos lugares mais

pobres, crianças afetadas por conflitos e crises, crianças com deficiência e meninas. Os efeitos dessas crianças nunca desenvolverem habilidades digitais perpetua ciclos de exclusão e pobreza.

- Riscos para a Segurança - À medida que as crianças passam mais tempo online, é preciso protegê-las dos riscos crescentes à sua segurança, privacidade e autonomia. A tecnologia está se tornando mais incorporada e invisível na vida das crianças do que nunca. Assistentes e câmeras digitais e softwares de bastidores, como algoritmos e análises preditivas, podem comprometer a privacidade e o bem-estar das crianças. O abuso e a exploração sexual habilitados digitalmente são uma séria ameaça, bem como o marketing digital.
- Educar e capacitar as crianças para que possam navegar no ambiente digital com segurança - Tão importante quanto isso, deve-se garantir que as crianças tenham voz na formação do ambiente digital - afinal, elas são seus usuários mais ativos.

Para acessar o discurso completo, [clique aqui](#).

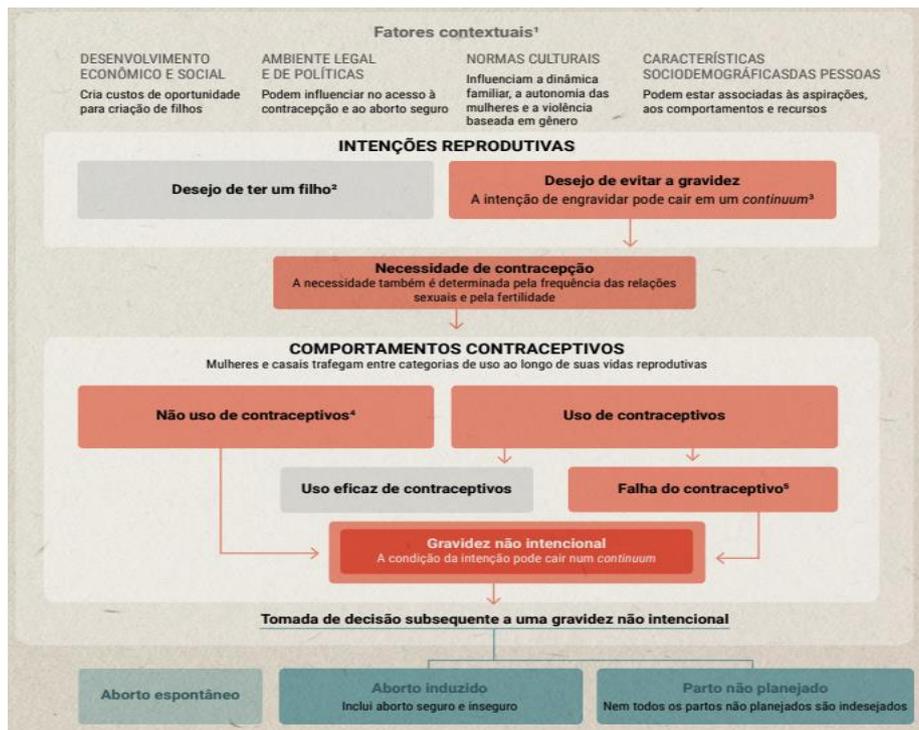
UNFPA - Relatório “Vendo o Invisível: em defesa da ação na negligenciada crise da gravidez não intencional”

O Relatório sobre a Situação da População Mundial é publicado anualmente pela UNFPA, desde 1978, destacando temas de interesse relacionados à população e desenvolvimento. Em 2022, o relatório aborda a crise invisível de gravidez não intencional.



Gravidez não intencional: gravidez que acontece para uma mulher que não estava planejando ter (mais) filhos, ou que foi inoportuna, isto é, ocorreu antes do desejado. Essa definição aplica-se independentemente do resultado da gravidez (seja por aborto induzido, espontâneo ou parto não planejado). Sinônimo: Gravidez não planejada. Estima-se que, globalmente, ocorram 121 milhões de gestações não intencionais por ano.

A contracepção moderna e eficaz está amplamente – embora não universalmente – disponível. Por que, então, metade de todas as gestações não são planejadas, e muitas delas são indesejadas? Isso serve para lembrar quantas pessoas (especialmente mulheres e meninas) enfrentam limitações no exercício de seus direitos básicos. O direito humano básico de escolher ter filhos e decidir sobre seu número e o intervalo entre eles consta de muitos acordos globais (UNFPA, 1994; Assembleia Geral da ONU, 1989; Assembleia Geral da ONU, 1979). Não respeitar este direito é um sinal de que a discriminação de gênero continua a afetar a vida de mulheres e meninas, bem como de pessoas transgênero, não binárias e de gênero expansivo, apontando para profundas disparidades em termos de direitos e justiça, igualdade de gênero, dignidade humana e bem-estar social mais amplo.



Causas negligenciadas - A gravidez não intencional tem como razões o baixo acesso a métodos contraceptivos seguros e modernos e a incapacidade de recusar relações sexuais seja por questões culturais ou por diferentes graus de violência, entre outros. Em contextos de emergência ou adversidades, como a pandemia de Covid-19 e emergências humanitárias como a atual guerra na Ucrânia, esse cenário fica ainda mais evidente.

Alguns estudos mostraram que mais de 20% das mulheres e meninas refugiadas já enfrentaram violência sexual. Nos 12 primeiros meses da pandemia de Covid-19, estima-se que 1,4 milhões de gravidezes não intencionais ocorreram, devido à dificuldade de acesso a métodos contraceptivos modernos e seguros.

Consequências: toda a sociedade é afetada ao longo de gerações - Quando as gestações não são intencionais, muitas vezes levam a uma pior saúde física e mental. Meninas grávidas podem ser forçadas a se casar ou deixar a escola. Muitas mulheres abandonam o emprego. Aquelas em relacionamentos abusivos correm duas vezes mais risco de gravidez não planejada, e essas gestações muitas vezes dificultam o corte dos laços com o agressor. Essas são algumas das consequências, quando mulheres não têm a possibilidade de escolher engravidar ou não.

Outra grave consequência são os abortos inseguros, uma das principais causas de morte materna em todo o mundo e que hospitaliza milhões de mulheres, todos os anos. Mais de 60% das gestações não intencionais terminam em aborto e as melhores estimativas indicam que 45% de todos os abortos são inseguros.

Gestações não planejadas podem desencadear uma série de consequências negativas que ecoam por gerações. Há perdas de educação e renda. O preço cumulativo a se pagar é enorme, custando bilhões aos sistemas de saúde.

Autonomia é fundamental - O mundo deve parar de ver a gravidez não intencional como aceitável, inevitável ou mesmo desejável. O relatório convoca os formuladores de políticas, comunidades, líderes e a sociedade à qualificação do debate e à priorização da autonomia

corporal como chave para um futuro melhor. Deve-se fortalecer os sistemas de saúde e educação, que têm a obrigação no âmbito dos direitos humanos, de fornecer informações precisas sobre reprodução e contracepção. Para tanto, algumas recomendações são feitas:

- Educar os jovens para que possam fazer escolhas informadas;
- Garantir que contraceptivos sejam acessíveis, baratos e disponíveis em uma variedade de opções para aqueles que os demandam;
- Investir em pesquisas para entender melhor as causas e consequências da gravidez não intencional e encabeçar o desenvolvimento de tecnologias contraceptivas que reduzam os efeitos colaterais e ampliem as opções disponíveis para os homens;
- Engajar os sistemas de justiça que, muitas vezes, falham em responsabilizar os perpetradores de violência sexual e coerção, deixando as sobreviventes carregando o estigma de sexo indesejado e as consequências de uma gravidez em potencial;
- Transformar as normas sociais que invisibilizam a gravidez não intencional - quando metade das gestações não são intencionais, o potencial das mulheres não está sendo valorizado além de suas capacidades reprodutivas.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#) e [aqui](#).

OPAS - Situação da Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças em 2022

Redefinir políticas para tornar as dietas saudáveis mais acessíveis - Apesar das esperanças de que o mundo emergiria da pandemia de COVID-19 e a segurança alimentar começaria a melhorar, a fome mundial aumentou ainda mais em 2021. O aumento da fome global reflete desigualdades exacerbadas entre e dentro dos países devido a um padrão desigual de recuperação econômica e perdas de renda não recuperadas entre os mais afetados pela pandemia do COVID-19. As projeções são de que cerca de 670 milhões de pessoas ainda enfrentarão fome em 2030 – 8% da população mundial, o mesmo que em 2015, quando a Agenda 2030 foi lançada.

A edição de 2022 do The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI) destaca a intensificação dos principais fatores de insegurança alimentar e desnutrição: conflitos, extremos climáticos e choques econômicos, combinados com crescentes desigualdades. O relatório deste ano dissipa quaisquer dúvidas remanescentes de que o mundo está retrocedendo em seus esforços para acabar com a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição em todas as suas formas. Estamos agora a apenas oito anos de 2030, o ano da meta dos ODS. A distância para alcançar muitas das metas do ODS 2 está crescendo a cada ano, enquanto o tempo para 2030 está se estreitando. Há esforços para avançar em direção ao ODS 2, mas eles estão se mostrando insuficientes diante de um contexto mais desafiador e incerto.

Globalmente, em 2020, estima-se que 22% das crianças com menos de cinco anos de idade estavam subnutridas. O relatório observa que, apesar do progresso em algumas regiões, as tendências de desnutrição infantil – incluindo nanismo e emaciação, deficiências em micronutrientes essenciais e sobrepeso e obesidade em crianças, continuam sendo uma grande preocupação. Estima-se que 45 milhões de crianças menores de cinco anos sofram de emaciação, 149 milhões têm crescimento e desenvolvimento atrofiados devido a uma falta crônica de alimentos nutritivos em suas dietas, enquanto 39 milhões são afetados pelo excesso de peso. As crianças em ambientes rurais e famílias mais pobres, cujas mães não receberam

educação formal, eram as mais vulneráveis ao atraso no crescimento e à emaciação. Crianças em áreas urbanas e famílias mais ricas estavam em maior risco de excesso de peso. Isso aponta para o fato de que as economias de renda baixa e média baixa suportam o maior fardo de desnutrição, baixo peso ao nascer e casos de anemia, enquanto as economias de renda média alta e alta têm a maior carga de casos de obesidade. Além disso, a anemia materna e a obesidade entre os adultos, especialmente, continuam a ser alarmantes.

Progresso constante foi feito no aleitamento materno exclusivo, com 43,8% dos bebês com menos de seis meses de idade amamentados exclusivamente em todo o mundo em 2020, acima dos 37,1% em 2012, mas a melhoria deve ser acelerada para atingir a meta de 2030. Bebês residentes em áreas rurais, em domicílios mais pobres, do sexo feminino e cujas mães não receberam educação formal têm maior probabilidade de serem amamentados.

A diferença de gênero na insegurança alimentar continuou a aumentar em 2021 – 31,9% das mulheres no mundo estavam em insegurança alimentar moderada ou grave, em comparação com 27,6% dos homens – uma diferença de mais de 4 pontos percentuais, em comparação com 3 pontos percentuais em 2020.

Os recentes retrocessos indicam que as políticas não estão subsidiadas, como frutas, legumes e leguminosas, mas gerando retornos marginais crescentes na redução da fome, da insegurança alimentar e da desnutrição em todas as suas formas. Os governos onde a economia é frágil também enfrentam restrições fiscais para transformar os sistemas agroalimentares. Este é o momento para os governos começarem a examinar seu atual apoio à alimentação e à agricultura.

O relatório 2022 concentra-se em reformas multissetoriais para redirecionar o apoio à alimentação e à agricultura acompanhadas de políticas que promovam mudanças no comportamento do consumidor juntamente com políticas de proteção social para mitigar as consequências não intencionais das reformas para as populações vulneráveis. Uma recomendação importante do relatório é que os governos comecem a repensar como realocar seus orçamentos públicos existentes para torná-los mais econômicos e eficientes na redução do custo de alimentos nutritivos e no aumento da disponibilidade e acessibilidade de dietas saudáveis, com sustentabilidade e sem deixar ninguém para trás.

Acesso o relatório com, [clique aqui](#).

Organização Mundial da Saúde - Mulheres no setor de cuidados e saúde ganham 24% menos que os homens

As mulheres no setor de saúde e cuidados enfrentam uma maior disparidade salarial entre homens e mulheres do que em outros setores econômicos, ganhando em média 24% menos, de acordo com um novo relatório conjunto da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e OMS.

O relatório aponta disparidade salarial bruta de aproximadamente 20%, chegando para 24% ao considerar fatores como idade, educação e tempo de trabalho. Grande parte da diferença salarial é inexplicável, talvez devido à discriminação em relação às mulheres - que representam 67% dos profissionais de saúde e assistência em todo o mundo. O relatório também conclui que os salários no setor de saúde e cuidados tendem a ser mais baixos em geral, quando comparados com outros setores econômicos. Isso é consistente com a constatação de

que os salários geralmente são mais baixos em setores econômicos onde as mulheres são predominantes.

O relatório, intitulado “Disparidade salarial entre homens e mulheres no setor de saúde e cuidados: uma análise global do período da COVID-19” conclui que, mesmo com a pandemia e o papel crucial desempenhado pelos profissionais de saúde e assistência, houve apenas melhorias marginais na igualdade salarial entre 2019 e 2020. Além disso, encontrou-se uma grande variação nas disparidades salariais entre homens e mulheres em diferentes países, sugerindo que as disparidades salariais no setor não são inevitáveis e que mais pode ser feito para diminuir essas disparidades.

As mães que trabalham no setor de saúde e assistência parecem sofrer penalidades adicionais. Durante os anos reprodutivos de uma mulher, as disparidades salariais aumentam significativamente e essas lacunas persistem por todo o resto da vida profissional da mulher. O relatório observa que uma divisão mais equitativa dos deveres familiares entre homens e mulheres pode, em muitos casos, levar as mulheres a fazer escolhas profissionais diferentes.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

Organização Mundial da Saúde - Hepatite aguda grave de etiologia desconhecida em crianças (números atualizados)

Em 8 de julho de 2022, 35 países em cinco regiões da OMS relataram 1.010 casos prováveis de hepatite aguda grave de etiologia desconhecida em crianças, que atendem à definição de caso da OMS, incluindo 22 mortes. Desde que o anterior Disease Outbreak News publicado em 24 de junho de 2022, 90 novos casos prováveis e quatro mortes adicionais foram relatados à OMS. Além disso, dois novos países, Luxemburgo e Costa Rica, relataram casos prováveis.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#). Para acessar material complementar sobre a Hepatite Aguda Grave de etiologia desconhecida em Crianças, acesse o Portal de Boas Práticas do IFF/Fiocruz, [clikando aqui](#).

A permanência da fome global no advento dos sistemas alimentares corporativos no século XXI

Denise Oliveira e Silva, Eduardo Nilson e Erica Ell

O princípio da fome global é impermanente e conjuga ao longo de seu desenvolvimento determinantes com temporalidades decorrentes da histórica desigualdade social e econômica de continentes, países e povos. Este mês o Fórum Político de Alto Nível do Comitê de Segurança Alimentar da FAO (HLPF/CFS/FAO) organizou um seminário sobre Transformações nos Sistemas Alimentares como Aceleradores da Agenda 2030, trazendo experiências nacionais e debates sobre oportunidades e barreiras para as transformações necessárias.

Neste evento a preocupação global com a crise alimentar foi apontada pelo Relatório do Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo de 2022 (Relatório SOFI)²⁹, tendo como ponto comum as discussões o Comitê de Segurança Alimentar da FAO como locus para apoio e busca de articulação com compromissos e processos políticos estabelecidos (convenção do Rio, COPs, G-7, G-20 e outros) e ressaltando a importância das estruturas atuais de governança e de prestação de contas em todos os níveis.

Os dados apresentados no Relatório SOFI traz más notícias: os ciclos impermanentes da fome continuam mesmo depois de anos de progresso no aumento da disponibilidade de grãos oriundos da produção de commodities alimentares globais, que não promoveram a eliminação da fome a soberania e garantia de segurança alimentar e nutricional tendo a fome aumentado vertiginosamente a partir do último biênio. E a insegurança alimentar e nutricional (INSAN) severa aumentou globalmente e em cada região do mundo, com gradientes diferentes, sendo que particularmente na África e na relação de gênero.

Em relação ao progresso em direção às metas globais de nutrição, além do aumento da fome, os avanços na redução da desnutrição infantil crônica (*stunting*) e no aleitamento materno exclusivo estão em maior risco de serem perdidos com a crise alimentar global e indicadores específicos da múltipla carga da má nutrição, como a obesidade na população adulta e a anemia em mulheres, continuam a piorar.

As causas dessa crise são múltiplas e juntam fatores globais, regionais e nacionais, que já vinham se acentuando e foram agravados pela pandemia de covid-19 e mais recentemente pelos efeitos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Mas reforçam o quanto os sistemas alimentares hegemônicos perpetuam as desigualdades, fragilizam as estruturas de resiliência das populações e sistemas alimentares e distanciam-se da sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, esses sistemas são diretamente responsáveis pela sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, colocando em risco o alcance de vários ODS relacionados à saúde, à eliminação da fome e ao meio ambiente.

Por exemplo, as desigualdades, que aumentaram durante a pandemia, representam desafio ainda maior à erradicação da fome e estima-se que, em 2030, mais de 670 milhões de pessoas ainda passarão fome, ou seja, a mesmo número de 2015, quando a Agenda 2030 foi estabelecida.

²⁹ <https://www.fao.org/publications/sofi/2022/en/>

O relatório SOFI traz, além do retrato da fome, outras importantes perspectivas no escopo do direito humano à alimentação adequada e saudável, ao estimar que aproximadamente 2,3 bilhões de pessoas no mundo não tiveram acesso a alimentação adequada em 2021. No contexto do custo e acessibilidade de uma dieta saudável, estima-se que 3,1 bilhões de pessoas não tinham como arcar com uma dieta saudável em 2020. E traz a discussão sobre o quanto políticas de apoio à agricultura no mundo custam e afetam dietas, considerando o reposicionamento das políticas para gerar potenciais impactos na redução do custo de alimentos nutritivos. Além de políticas complementares e fora dos sistemas agroalimentares e da influência da economia e da governança política nesses processos. Como no campo dos preços e subsídios à agricultura, por exemplo, há grande discussão sobre prós e contras sobre a disponibilidade alimentar no mundo globalizado. E a importância das políticas protecionistas e tarifárias em relação à importação de alimentos, principalmente nos países de menor renda que revelam a contradição sobre o acesso aos alimentos de preços domésticos mais baixos como fator de desestímulo à própria produção local.

Segundo Corinna Hawkes³⁰, do Centro de Políticas de alimentação da Universidade de Londres, em recente publicação em seu blog sobre sistemas alimentares³¹, reflete que a globalização do comércio de alimentos permitiu por algum tempo preços mais baixos devido ao incentivo para aumento da produtividade e de competitividade, mas contribui para promover maior risco à resiliência de sistemas alimentares alinhados ao modelo do agronegócio. Como consequência, ela que para o pequeno número de países que dominam a produção das principais commodities agrícolas em nível global, tanto promove o aumento da produção alimentar, mas minou a diversidade das fontes alimentares e as cadeias de distribuição. Como consequência houve fragilidades de resposta a problemas emergenciais como os efeitos da pandemia covid-19, catástrofes ambientais e perpetuou o ciclo de dependência eterna de alimentos de muitos países.

Na leitura do relatório SOFI a concentração das culturas agrícolas e das políticas de preços para das commodities alimentares incentiva o cultivo de variedades mais lucrativas e, desestimula à produção de produtos como frutas e verduras, o que contribui para a oferta de dietas menos variadas e menos saudáveis. Neste sentido, a implementação de políticas públicas sobre a importância dos gastos públicos o que denominam serviços gerais, que englobam infraestrutura, transferência de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, inspeção e marketing devem ser priorizadas para a garantia de dietas saudáveis e acessíveis do que medidas como restrições comerciais.

Alguns desafios globais que envolvem o acesso à infraestrutura e pesquisa e desenvolvimento para os pequenos agricultores, grupos com acesso restrito a apoio governamental de atendimento as medidas de financiamento e regulações sanitárias. Demonstrem necessidade de maior atenção para a garantia de segurança alimentar de

³⁰ É Diretora do Centro de Política Alimentar da Cidade da Universidade de Londres participa do Fellow do George Institute for Global Health, Presidente do Conselho da Bite Back 2030 e conselheira da The Food Foundation. Ela faz parte do Global Evaluation Advisory Committee of the Multi-Country Obesity Prevention Initiative da University of North Carolina/Bloomberg Philanthropies. Tem mais de 20 anos de experiência de trabalho com agências da ONU, governos nacionais e municipais, ONGs, grupos de reflexão e academia para apoiar o projeto de ações mais eficazes em todo o sistema alimentar para melhorar as dietas, desde iniciativas em nível local até políticas nacionais e globais. estratégias.

³¹ <https://www.thebetterfoodjourney.com/>

incorporação de especificidades para os produtores locais na garantia de preços e mercado com estoques públicos e compras públicas de alimentos, como as praticadas em muitos países.

As sociedades industriais do qual o modelo hegemônico dos sistemas alimentares hegemônicos emerge tem o marketing e promoção de alimentos como aspecto muito importante no cenário de promoção da insegurança alimentar global. Esta situação, característica desta pós modernidades revela a impermanência dos determinantes da fome global que valoriza a produção agrícola de grande competição com marketing dos produtos ultraprocessados, que têm substituído a alimentação tradicional em todo o mundo e que têm íntima relação com o sistema alimentar hegemônico de commodities como soja, trigo e milho, entre outros.

O recém lançamento do livro recém-lançado “Da fome à Fome: Diálogos com Josué de Castro” organizado pela ex-ministra Teresa Campello e a pesquisadora Ana Paula Bortolotto³², permite refletir que a fome obedece a ciclos históricos e impermanentes de desigualdades sociais e econômicas. Que segundo as autoras no Brasil observa-se *“a permanência de desigualdades históricas em meio a um processo de modernização acelerado em um país com abundância de água, terra, população ativa e diversidade em recursos naturais. Josué de Castro via em nosso passado colonial e escravocrata as raízes da desigualdade: a adoção do sistema monocultor amparado no latifúndio teve consequências desastrosas e grande responsabilidade pela perpetuação da pobreza no Brasil e na América Latina. Fizeram-nos subdesenvolvidos, “dejetos” do desenvolvimento europeu e norte-americano”*.

A divulgação do Relatório SOFI revelou a necessidade de implementar ações de apoio governamental com subsídios ou incentivos fiscais aos consumidores, que vão desde subsidiar compra de alimentos até a implementação de programas sociais de transferência de renda e distribuição de suplementos alimentares para populações vulneráveis. Precisam ser corajosamente enfrentados não nas trevas da ganância dos sistemas alimentares pela vida humana e do planeta que sustentam a produção de commodities alimentares. Mas de incentivo a produção local e diversificada de alimentos não como “alternativa” e sim como base orientadora da produção de alimentos em nível global.

A impermanência dos fatores determinantes da fome global atua sobre várias dimensões da sustentabilidade ambiental, econômica e social. Para enfrentar esta problemática com mais eficiência nas situações de emergência e/ou calamidade deve ser o caminho adotado de não distorcer e afetar a produção e o acesso a alimentos próprios a cultura alimentar dos territórios para garantir a inclusão, sustentabilidade e resiliência dos sistemas alimentares locais e da vida humana.

São evidentes as diferenças de desafios entre países, dependendo de sua renda, sendo o debate ambiental mais presente entre países europeus, tratando de agendas de longo prazo e de transformação dos sistemas alimentares, enquanto países de menor renda que participavam priorizaram o apelo a fundos globais para a segurança alimentar e nutricional e para o apoio agrícola e os desafios da recuperação mais lenta do que se chamou de choque triplo de covid, mudanças climáticas e guerra.

Fórum Político de Alto Nível do Comitê de Segurança Alimentar da FAO os representantes da sociedade civil levantaram importantes pontos que não foram tratados pelos representantes dos países, tais como a relevância de regular a especulação sobre alimentos, que

³² <http://geografiadafome.fsp.usp.br/>

acentua crises, e a necessidade de imputar responsabilidade dos mercados financeiros: como regular. Além disso, destacaram as fragilidades na governança dos sistemas globais, regionais e nacionais, que se implementam de forma não equitativa e inclusiva. Nesse sentido, reforçou que os sistemas alimentares sustentáveis, inclusivos e resilientes devem ser centrados nas pessoas, garantindo participação no processo decisório, e que isso não tem sido garantido, seja nos espaços das Nações Unidas, ou nos países.

O conjunto de documentos e debates da semana, centrados na segurança alimentar e nos sistemas alimentares, mostraram a impermanência da fome revela em alguns momentos indicadores favoráveis como no caso brasileiro em que o papel das agências internacionais e seus fóruns é fundamental para reverter essa situação. Entretanto, sem mudanças nos sistemas alimentares e uma governança global equitativa e participativa para garantir inclusão, resiliência e sustentabilidade, há risco cada vez maior de aumento nas desigualdades e de não alcance das metas globais para a fome, saúde e meio ambiente.

Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde

Isis Pillar Cazumbá

Competindo no Agronegócio: Estratégias de Negócios e Políticas Públicas para os Desafios do Século – parte da série de relatórios microeconômicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) –, analisa os desafios enfrentados pelo agronegócio, como a necessidade de inovação e modernização e a inclusão de desafios ambientais em sua estratégia de negócios. O estudo detalha políticas públicas que possam facilitar o investimento e a expansão do agronegócio.

O livro – produzido em conjunto por pesquisadores do BID e do BID Invest –, analisa mais de 30 estudos de caso de inserção internacional nos mercados agroalimentares, desde grandes empresas verticalmente integradas até cooperativas e as chamadas "empresas ímãs", que permitem aos pequenos produtores se integrarem às cadeias agroalimentares globais.

Segundo o livro, para integrar-se às modernas cadeias de valor agroalimentar, os produtores devem atender aos padrões de qualidade e cumprir as condições comerciais exigidas pelos compradores internacionais. Os consumidores, por sua vez, querem cada vez mais informações sobre o impacto social e ambiental dos produtos que consomem. Inserir mais empresas latino-americanas, particularmente pequenas e médias empresas, nas cadeias globais de valor é uma das áreas de ação prioritárias no roteiro da Visão 2025 do BID para promover uma recuperação econômica na região.

As histórias de sucesso do agronegócio no livro não se concentram em *commodities*, mas em estratégias para diferenciar e agregar valor, desde aproveitar a *off season* no hemisfério norte até a adoção de certificações ambientais e sociais e a busca de atributos como melhor sabor e tamanho, ou maior prazo de validade. Em um contexto em que certos insumos – como combustível e fertilizantes – têm visto aumentos significativos de preços devido à invasão da Ucrânia pela Rússia, essas estratégias de diferenciação tornaram-se ainda mais importantes.

O livro destaca a importância de incorporar pequenos agricultores à agricultura moderna, adotar processos produtivos resilientes às mudanças climáticas e desencadear o enorme potencial do setor na América Latina e no Caribe³³.

O BID ocupa o terceiro lugar entre as 50 organizações de desenvolvimento e desembolso de auxílios avaliadas no Índice 2022, dois pontos a mais que 2020.

A pontuação do Banco de 96,3/100 reflete suas notas altas em todas as cinco áreas de avaliação de sua carteira de empréstimos soberanos: finanças e orçamentos, dados de desenvolvimento de adesão, atributos de projeto, desempenho e planejamento organizacional e compromissos.

³³ Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/idb-study-advocates-agribusiness-transformation-latin-america-and-caribbean>

A implementação do BID de sua Política de Acesso à Informação sustenta esse ranking. O Índice, produzido pelo Publish What You Fund (PWYF), é o único ranking independente de transparência de auxílios dos principais doadores do mundo³⁴.

O Banco Mundial (BM) divulgou que em seu ano fiscal recém-concluído em 2022, o Grupo respondeu de forma robusta para sobrepor crises globais, fornecendo conselhos e financiamentos em resposta à desaceleração econômica mais acentuada em oito décadas, aumento da inflação, aprofundamento da insegurança alimentar, guerra e o impacto negativo contínuo da pandemia COVID-19.

De acordo com o Banco, em meio ao caos, foi registrado um recorde de US\$ 114,9 bilhões (período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022). Os compromissos durante o ano fiscal de 2022 foram informados pelo trabalho de conhecimento e ajudaram os países a lidar com o aumento dos preços dos alimentos, gerenciar os fluxos de refugiados, reforçar a preparação para a saúde, manter o comércio do setor privado e apoiar os esforços para mitigar e se adaptar às mudanças climáticas, entre outros, beneficiando especialmente os pobres e os mais vulneráveis.

Desde o início da pandemia COVID-19, o financiamento total do BM atingiu US\$ 272 bilhões, incluindo US\$ 52,6 bilhões no último trimestre de 22. Para os 15 meses de abril de 2022 a junho de 2023, o financiamento deve chegar a US\$ 170 bilhões. Um componente importante desse financiamento será dedicado à segurança alimentar, incluindo proteção social e projetos na agricultura, nutrição, água e irrigação. O BM disponibilizou cerca de US\$ 30 bilhões nesses 15 meses como parte de uma resposta global abrangente à crise de segurança alimentar em curso, dos quais cerca de US\$ 12 bilhões serão novos empréstimos, informados por nossos dados substanciais e trabalhos analíticos sobre sistemas alimentares e nutricionais. Desde 1º de abril, o BM entregou 32 operações relacionadas à crise alimentar e comprometeu US\$ 5,3 bilhões nessa área³⁵.

O Presidente do BM, David Malpass, o Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Qu Dongyu, a Diretora-Gerente do FMI, Kristalina Georgieva, o Diretor Executivo do Programa Mundial de Alimentos (PMA), David Beasley, e a Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, emitiram uma declaração conjunta pedindo ações urgentes para enfrentar a crise global de segurança alimentar.

Para os diretores, para ajudar a mitigar este problema, ações como, evitar novos retrocessos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) requerem ações de curto e longo prazo em quatro áreas-chave: (i) fornecer apoio imediato aos vulneráveis, (ii) facilitar o comércio e a oferta internacional de alimentos, (iii) impulsionar a produção e (iv) investir na agricultura resiliente ao clima.³⁶

³⁴ Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/idb-among-leaders-2022-aid-transparency-index>

³⁵ Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/07/14/world-bank-group-responds-to-overlapping-crises-with-nearly-115-billion-in-financing-in-fiscal-year-2022>

³⁶ Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/statement/2022/07/15/joint-statement-by-the-heads-of-the-food-and-agriculture-organization-international-monetary-fund-world-bank-group-world>

Durante a Reunião dos Ministros das Finanças do Grupo dos 20 (G20) e governadores do Banco Central, Kristalina Georgieva, do Fundo Monetário Internacional (FMI), apresentou algumas ações prioritárias para enfrentar o ambiente desafiador vivido no tempo presente:

Em primeiro lugar, os países devem fazer tudo ao seu alcance para reduzir a inflação. O não cumprimento pode colocar em risco a recuperação e danificar ainda mais os padrões de vida das pessoas vulneráveis. A boa notícia é que os bancos centrais estão avançando. A política monetária está cada vez mais sincronizada: mais de três quartos dos bancos centrais aumentaram as taxas de juros e o fizeram 3,8 vezes. A independência do Banco Central é fundamental para o sucesso dessas ações políticas, assim como a comunicação clara e uma abordagem baseada em dados.

Em segundo lugar, a política fiscal deve ajudar – não atrapalhar – os esforços do Banco Central para domar a inflação. Esta é uma tarefa complexa. Com o crescimento desacelerando, algumas pessoas precisarão de mais apoio, não menos. Assim, a política fiscal precisa reduzir a dívida, ao mesmo tempo em que fornece medidas direcionadas para apoiar famílias vulneráveis que enfrentam choques renovados, especialmente de altos preços de energia ou alimentos.

Em terceiro lugar, um novo impulso para a cooperação global será fundamental para enfrentar as múltiplas crises que o mundo enfrenta. Precisamos da liderança do G20, especialmente para enfrentar os riscos da insegurança alimentar e da alta dívida. Aqui, saúdo o foco em questões de segurança alimentar durante essas reuniões. Insegurança alimentar significa fome para milhões de pessoas. No entanto, é um problema solucionável. Juntamente com os chefes da FAO, Banco Mundial, PMA e OMC, o FMI está pedindo à comunidade internacional que avance e trabalhe em conjunto para apoiar aqueles em necessidade imediata, remover restrições à exportação, promover a produção de alimentos e investir na agricultura resiliente ao clima.

Georgieva fez questão de comentar sobre o alto endividamento dos países. Alegou que se faz necessária uma liderança global para enfrentar o problema, pois, o risco dos países de baixa renda ficarem endividados ou muito próximo disso é bastante alto.³⁷

As Reuniões Anuais 2022 do FMI e do BM ocorrerão presencialmente a partir de segunda-feira, 10 de outubro, até domingo, 16 de outubro, na sede do FMI e do BM, em Washington DC.

As inscrições estarão disponíveis para todas as categorias de participantes (Delegados, Observadores, Convidados, Organizações da Sociedade Civil, Imprensa). As inscrições serão abertas no dia 8 de agosto e as inscrições para todas as outras categorias serão abertas em meados de agosto. O público virtual poderá acompanhar eventos públicos nas plataformas digitais do FMI e do BM. Informações adicionais sobre o cronograma e inscrição estarão disponíveis online mais perto das Reuniões.

O FMI e o BM continuarão monitorando a situação mundial de saúde e, se necessário, alterarão este plano de acordo com as orientações relevantes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e dos Centros de Controle de Doenças.³⁸

³⁷ Para maiores informações: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/07/16/pr22261-md-g20-statement>

<https://blogs.imf.org/2022/07/13/facing-a-darkening-economic-outlook-how-the-g20-can-respond/>

³⁸ Para maiores informações: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/07/11/pr22253-joint-statement-by-the-imf-and-world-bank-group-on-the-2022-annual-meetings>

Diagnósticos e Medicamentos e Assembleias dos Estados Membros Informe sobre OMC e OMPI

Claudia Chamas

OMC: Decisão sobre diagnósticos e medicamentos

Em 6 de julho, o Conselho de TRIPS da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) (“Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights – TRIPS”) saudou a adoção da [Decisão sobre Propriedade Intelectual](#) (“Ministerial Decision on the TRIPS Agreement”) no âmbito da 12ª Conferência Ministerial (MC12). O grupo iniciou debates sobre possível extensão da medida para cobertura de diagnósticos e medicamentos para o combate à Covid-19. Essa negociação é fruto de compromisso previsto no Artigo 8º da Decisão: “O mais tardar seis meses a partir da data desta Decisão, os Membros decidirão sobre sua extensão para cobrir a produção e fornecimento de diagnósticos e terapias para a COVID-19 (OMC, 2022).”³⁹

Segundo nota da OMC, um grupo de países em desenvolvimento que apoiam a extensão da suspensão (“waiver”) para cobrir diagnósticos e terapias da COVID-19 circulou proposta na reunião, incluindo cronograma para os próximos passos do Conselho TRIPS a esse respeito. Esses membros defendem que a medida relativa a vacinas contra a Covid-19 fica aquém de suas expectativas e não é suficiente para o enfrentamento dos desafios impostos pela pandemia. Houve apoio de vários países em desenvolvimento, com visão compartilhada de que este processo de negociação deve ser aberto, inclusivo e transparente (OMC, 2022).

O acesso equitativo a terapias e diagnósticos, conforme apontado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é fundamental para ajudar a detectar novos casos e novas variantes. Eles disseram que essa extensão da isenção precisa ser discutida com senso de urgência, dado o fato de que muitos países menos desenvolvidos (“least developed countries – LDCs”) não têm acesso a medicamentos que salvam vidas e diagnósticos adequados.

Na reunião, liderada pela Embaixadora Lansana Gberie, de Serra Leoa, os membros destacaram a [declaração](#) conjunta feita pelos três Diretores-Gerais da OMS, da OMC e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em junho de 2021, reafirmando seu compromisso de intensificar o apoio ao acesso a tecnologias médicas úteis para o combate à Covid-19, incluindo vacinas, medicamentos e diagnósticos (OMC, 2022).

Por outro lado, outros países manifestaram que necessitam de tempo para realizar consultas domésticas sobre o tema e que as negociações precisam ser baseadas em evidências, para estabelecer que a propriedade intelectual de fato constitui barreira ao acesso. Lembraram também a possibilidade de uso das flexibilidades do Acordo TRIPS já existentes antes de reivindicar novas flexibilidades (OMC, 2022).

Os países decidiram manter a atualização das medidas de propriedade intelectual na lista “COVID-19: Medidas relativas aos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio” (em inglês, “COVID-19: Measures regarding trade-related intellectual property rights”) para intercâmbio dos membros e em alinhamento com o artigo 23 da Declaração

³⁹ No original, em inglês: “No later than six months from the date of this Decision, Members will decide on its extension to cover the production and supply of COVID-19 diagnostics and therapeutics.”

Ministerial sobre a Resposta da OMC à Pandemia de COVID-19 e Preparação para Pandemias Futuras (em inglês, “*Ministerial Declaration on the WTO Response to the COVID-19 Pandemic and Preparedness for Future Pandemics*”):

“23. Ressaltamos a importância de entender como as regras da OMC apoiaram os Membros durante a pandemia de COVID-19 e seu papel em futuras pandemias. Afirmamos a necessidade de revisar e aproveitar todas as lições aprendidas e os desafios vivenciados durante a pandemia do COVID-19, para construir soluções eficazes em caso de pandemias futuras, incluindo balanço de pagamentos, desenvolvimento, restrições à exportação, segurança alimentar, propriedade intelectual, cooperação regulatória, serviços, classificação tarifária, transferência de tecnologia, facilitação do comércio e transparência, de forma expedita”⁴⁰.

OMPI: Assembleias dos Estados Membros

De 14 a 22 de julho de 2022, estão em curso as Assembleias dos Estados Membros da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI) em formato híbrido e com a parte presencial na cidade de Genebra. Da [agenda](#), vale destacar:

(1) [Relatório](#) do Comitê Permanente de Direito de Patentes (SCP) *Report on the Standing Committee on the Law of Patents (SCP)*. Pontos principais para informe ou debate:

- (1) exceções e limitações aos direitos de patente; (ii) qualidade das patentes, incluindo sistemas de oposição; (iii) patentes e saúde;
- (2) a confidencialidade das comunicações entre clientes e seus consultores de patentes;
- (3) transferência de tecnologia;
- (4) uso de inteligência artificial (IA) para análise de pedidos de patentes;
- (5) estudo sobre abordagens para a qualidade do processo de concessão de patentes;
- (6) revisão das pesquisas existentes sobre patentes e acesso a produtos médicos e tecnologias de saúde;
- (7) disposições da lei de patentes que contribuíram para a transferência efetiva de tecnologia, incluindo suficiência de divulgação;
- (8) confidencialidade da comunicação entre clientes e seus consultores de patentes;
- (9) proposta das Delegações do Brasil e da Espanha sobre um estudo mais aprofundado sobre a exigência de suficiência de divulgação;
- (10) proposta da Delegação dos Estados Unidos da América para uma informação intercâmbio sobre mecanismos acelerados de exame de patentes em escritórios de propriedade intelectual;

⁴⁰ No original, em inglês: “23. We underscore the importance of understanding how WTO rules have supported Members during the COVID-19 pandemic, and their role in future pandemics. We affirm the need to review and build on all the lessons learned and the challenges experienced during the COVID-19 pandemic, to build effective solutions in case of future pandemics including on balance of payments, development, export restrictions, food security, intellectual property, regulatory cooperation, services, tariff classification, technology transfer, trade facilitation, and transparency, in an expeditious manner.”

- (11) desenvolvimento recente em relação ao Pat-INFORMED, MedsPaL e VaxPaL, e ao Registro Farmacêutico da Eurasian Patent Organization (EAPO);
- (12) patenteabilidade de invenções por IA e por IA;
- (13) mecanismos acelerados de exame de patentes em escritórios de PI, conforme proposto no documento SCP/33/4; e
- (14) uso de inteligência artificial (IA) para exame de pedidos de patentes

(2) Relatório sobre o Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP) e Revisão da Implementação das Recomendações da Agenda de Desenvolvimento (*Report on the Committee on Development and Intellectual Property (CDIP) and Review of the Implementation of the Development Agenda Recommendations*)

- (1) Esforços contínuos feitos pela OMPI na implementação das Recomendações da Agenda de Desenvolvimento (DA);
- (2) adaptação das atividades de assistência técnica da OMPI no contexto da pandemia de COVID-19;
- (3) Conferência Internacional sobre Propriedade Intelectual e Desenvolvimento – “Inovação em Tecnologias Verdes para o Desenvolvimento Sustentável”, realizada de 22 a 23 de novembro de 2021;
- (4) Projeto de Gestão da Propriedade Intelectual (PI) e Transferência de Tecnologia: Promoção do Uso Efetivo da Propriedade Intelectual em Países em Desenvolvimento, Países Menos Desenvolvidos e Países com Economias em Transição, constante do documento CDIP/27/4;
- (5) Relatório de Avaliação do Projeto de Gestão da Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia: Promoção do Uso Efetivo da Propriedade Intelectual em Países em Desenvolvimento, Países Menos Desenvolvidos e Países com Economias em Transição, constante do documento CDIP/27/5;
- (6) Proposta de Projeto Revisada sobre Identificação e Uso de Invenções de Domínio Público, contida no documento CDIP/27/6;
- (7) Proposta de Projeto Revisada do Brasil sobre Capacitação de Pequenas Empresas por meio da PI: Desenvolvimento de Estratégias de Apoio a Indicações Geográficas ou Marcas Coletivas no Período pós-registro, constante do documento CDIP/27/7;
- (8) Proposta de Projeto da Tunísia para a Redução de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais por meio da Inovação e Propriedade Intelectual, constante do documento CDIP/27/8;
- (9) trabalho da OMPI em PI e Turismo;
- (10) “O papel dos Centros de Apoio à Tecnologia e Inovação (TISCs) como catalisadores da Transferência de Tecnologia: Oportunidades e Desafios”. importância dos TISCs para estimular a inovação e torná-la acessível em países em desenvolvimento e LDCs;
- (11) Conferência Internacional sobre PI e Desenvolvimento a ser realizada em 2023; e
- (12) PI e desenvolvimento no ambiente digital, contido no documento CDIP/25/9.

(3) [Relatório](#) sobre o Comitê Intergovernamental de Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC) (*Report on the Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore (IGC)*)

Proteção de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos dentro do sistema [IP] [patente] por:

(a) [Aprimoramento] [transparência], [eficácia] e qualidade no sistema [PI][patente] em relação a recursos genéticos e/ou conhecimento tradicional associado a recursos genéticos;] e

(b) [Garantindo] [Desejando garantir] que os escritórios de [PI] [patentes] tenham acesso às informações apropriadas sobre recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos para evitar a concessão errônea de direitos [PI] [patentes].]

Referências

OMC. [TRIPS Council welcomes MC12 TRIPS waiver decision, discusses possible extension](https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/trip_08jul22_e.htm). Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/trip_08jul22_e.htm Acesso em: 18 de julho de 2022.

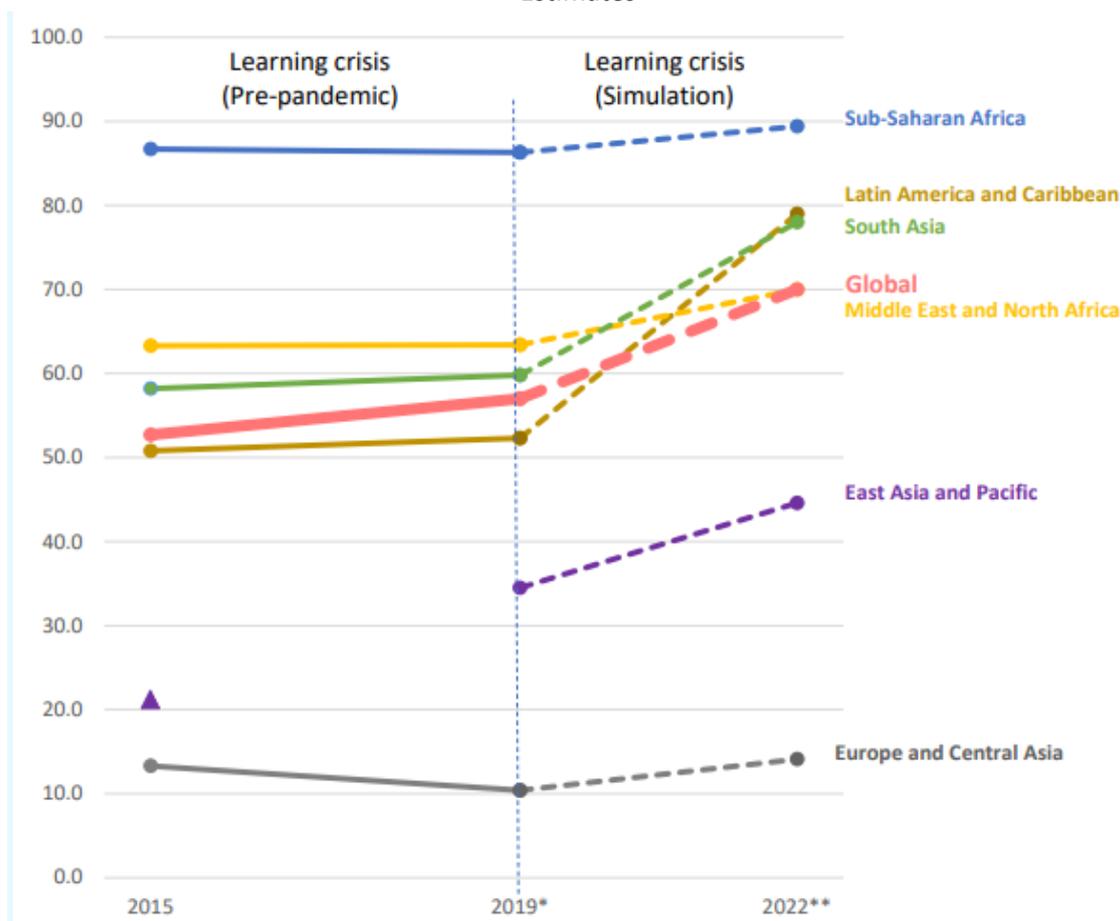
Pobreza & ensino: os impactos da Covid-19

Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues

Em 24 de junho de 2022, a UNESCO, Banco Mundial e a UNICEF, publicaram o relatório anual [“The State of Global Learning Poverty: 2022 Update”](#) alertando sobre a dificuldade de leitura e compreensão de texto de crianças de até 10 anos. Após uma redução considerável do índice global de “Learning poverty” de 2015 até 2019, o planeta enfrenta um aumento considerável após o período da pandemia de Covid-19.

Um dos objetivos da Agenda 2030 é tornar a educação mais inclusiva e oferecer as mesmas oportunidades para todas as crianças e jovens do mundo e, embora os problemas relacionados à educação tenham sido agravados pela pandemia de Covid-19, a situação já era alarmante nos anos anteriores. Em 2019 eram 250 milhões de crianças e adolescentes fora da escola em todo, outro problema é que grande número de crianças de até 10 anos de idade não consegue ler e compreender textos. Para monitorar o problema, o Banco Mundial e a UNESCO criaram um indicador chamado ‘Learning Poverty’ no contexto do ODD 4 em 2019 para medir quantas crianças não conseguem entender textos e através deste monitoramento criar mecanismos para mitigar até 2030.

Learning Poverty Globally and by Region—2015 and 2019, with 2022 Simulation Estimates



Para avaliar o impacto gerado pela pandemia no índice de “learning poverty” foram utilizadas simulações baseadas em cenários, uma metodologia geralmente utilizada para avaliar

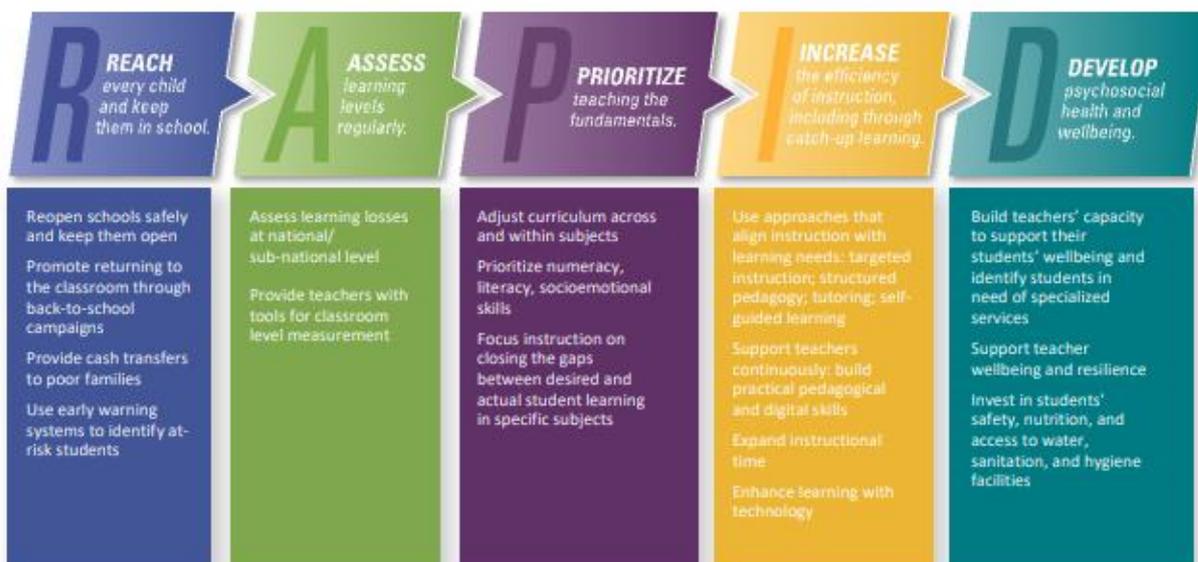
potenciais consequências desse período de calamidade pública. De acordo com as simulações, o ensino remoto foi extremamente prejudicial para o aprendizado das crianças, estima-se que apenas 5% a 20% de conhecimento adquirido em relação ao ensino presencial. As estratégias implementadas para tornar o ensino a distância adequado não foram eficazes na maioria dos países, principalmente aqueles economicamente pobres. Uma série de fatores contribuíram para isso: pedagogias e currículos que foram adaptados rapidamente ao aprendizado remoto; o tempo de aprendizagem dos alunos reduziu consideravelmente em comparação com o presencial; professores sem o treinamento adequado para ministrar as aulas em ambiente online.

De acordo com a base de dados até fevereiro de 2022, a taxa de "learning poverty" pode ter subido até 70% devido às consequências da pandemia, para efeito de comparação em 2019 a taxa estava em 57%, ademais 1 a cada 8 crianças em países de baixa renda não conseguem interpretar um texto. As regiões mais afetadas foram a América Latina, Caribe e o Sul da Ásia, provavelmente sofreram o maior aumento no aprendizado precário, estima-se que a pobreza de aprendizagem aumentou de 52% para 79% na América Latina e no Caribe, no Sul da Ásia de 60% a 78%.

Uma das consequências que a pobreza no aprendizado pode gerar é uma relação ao capital humano e produtividade no futuro, as crianças e jovens afetadas por esse período de até dois anos com aprendizado online podem perder até 21 trilhões de dólares de ganhos ao longo da vida, excedendo consideravelmente os 10 milhões de dólares estimados em 2020. Evidências de desastres passados reforçaram a conclusão das simulações como por exemplo, nos Estados Unidos, jovens de 14 a 17 anos durante a epidemia de pólio de 1916 terminou com menor nível educacional do que seus ligeiramente mais velhos colegas, cuja escolaridade não foi interrompida. No Zimbábue, a seca de 1982-84 acabou levando a 0,4 grau a menos de escolaridade completa para a geração afetada de crianças, o que reduziu seus ganhos ao longo da vida em 14%. Durante o surto de Ebola, a gravidez na adolescência aumentou em algumas comunidades em até 65% e algumas meninas nunca voltaram para a sala de aula após a reabertura das escolas, devido ao aumento das taxas de abuso sexual e exploração.

Para auxiliar os países na recuperação e aceleração da aprendizagem a UNICEF criou uma ferramenta chamada RAPID que consiste em uma série de medidas para serem tomadas no curto prazo para colher resultados o mais rápido possível. Cada país vai adaptar as medidas de acordo com sua realidade, mas os 5 elementos do RAPID são: Monitorar a frequência e o progresso dos alunos; avalie o nível de aprendizado regularmente; priorize aprendizagem de alfabetização e de matemática; procure deixar os alunos da mesma classe no mesmo nível através de programas de aprendizagem individualizados; desenvolver o bem-estar dos alunos

RAPID Framework for learning recovery and acceleration



Source: World Bank, the Bill & Melinda Gates Foundation, FCDO, UNESCO, UNICEF, and USAID 2022.

Apesar do aumento do índice da aprendizagem inadequada e insuficiente, é possível aprender com algumas medidas tomadas que alguns sistemas educacionais mostraram antes da COVID revelando que é possível acelerar o aprendizado. Por exemplo, o município de Sobral do estado do Ceará ficou em 1.366º lugar no índice nacional que mede a qualidade da educação no Brasil em 2005, 12 anos depois, saltou para o primeiro lugar a nível nacional. Sobral conseguiu essa excepcional aceleração do aprendizado, colocando o sucesso de cada aluno no topo da agenda política, usando avaliações dos alunos de forma eficaz para acompanhar o progresso; adotando um enfoque curricular que prioriza habilidades fundamentais (especialmente leitura) preparando e apoiando professores para fornecer instrução de alta qualidade. Da mesma forma, o programa Tusome no Quênia usou a formação de professores, apoiada por avaliação em sala de aula, guias de professores estruturados, e materiais de aprendizagem alinhados, para aumentar o número de crianças alcançando referências nacionais em inglês e Kiswahili de aproximadamente 35% para 65% entre 2015 e 2019.

Desde a pandemia, muitos sistemas educacionais tomaram medidas conjuntas para recuperar e acelerar o aprendizado. O estado de Gujarat, na Índia, por exemplo, realizou todo o currículo para o primeiro trimestre do ano letivo para se concentrar no aprendizado fundamental. Uma avaliação formativa semanal que começou pré-pandemia, foram usados para personalizar a educação ao nível de cada aluno durante o fechamento das escolas. Além disso, Gujarat usou a tecnologia para oferecer educação personalizada e adaptável a cada aluno. Em Gana, o Ministério da Educação lançou uma campanha de volta às aulas que implementou avaliações rápidas de aprendizagem, para alunos em mais de 10.000 escolas em todo o país. Após a reabertura das escolas em janeiro de 2021, o Serviço Educacional de Gana apoiou os professores em todas as escolas para dedicar-se às primeiras oito a doze semanas de aula para avaliar todos os alunos e revisar conceitos ensinados em anos anteriores, para conduzir os alunos ao nível de aprendizagem condizente com a idade.

Para uma análise contínua na luta contra "learning poverty" é crucial que sejam disponibilizados dados e indicadores de qualidade, para se criar ações políticas eficazes através de insights importantes. No entanto, os esforços dos Estados para coletar dados tendem a ser pouco frequentes e de baixa qualidade, especialmente em países de baixa e média renda, onde

os efeitos da crise de aprendizagem são mais sentidos. Por exemplo, em alguns países, as avaliações são uma atividade única, sem nenhuma orientação pedagógica ou política clara. Sem esses dados, os formuladores de políticas não sabem se estão no caminho certo para melhorar os resultados da aprendizagem e se as suas políticas estão orientadas para o sucesso. Da mesma forma, os professores não sabem se as crianças estão no caminho certo para atingir suas metas de aprendizagem. Sem dados qualificados, será incrivelmente difícil para os países implementarem medidas políticas adequadas que podem ajudar a recuperar as perdas de aprendizado provocadas pela pandemia de COVID-19.

Atualmente só é possível encontrar dados em 122 dos 217 países. Cerca de metade dos países de baixa renda não tem nenhuma estimativa do índice de "Learning Poverty". A falta de dados sobre o aprendizado é particularmente intensa na África Subsaariana, onde 24 países carecem de qualquer estimativa de dados relacionados à pobreza na interpretação de texto. Na perspectiva das ODS 4, a crise de dados é ainda pior, cerca de 78 países não relataram nenhum ponto de medição dos ODS nos últimos 7 anos e 131 países não possuem medidas recentes nos últimos 3 anos.

Este relatório mostra que a taxa global de "Learning Poverty" é ainda maior do que se pensava anteriormente: estima-se que 7 em cada 10 crianças em países de baixa e média renda não podem ler e compreender um texto simples aos 10 anos. Novos dados mostram que em 2019, antes da pandemia, a taxa de pobreza de aprendizagem já era de 57% nos países de renda média, e que na África Subsaariana atingiu 86%. Além disso, globais o progresso contra a pobreza na aprendizagem já havia estagnado. Desde então, as interrupções escolares causadas pela COVID-19 aumentaram acentuadamente a pobreza de aprendizagem, para cerca de 70% hoje. Os aumentos foram especialmente grandes no sul da Ásia e na América Latina e no Caribe, as regiões onde as escolas foram fechadas por mais tempo. Para mudar esse cenário é preciso uma mobilização dos países para fornecer dados qualificados sobre a aprendizagem das crianças para que os formuladores de política, professores e educadores possam tomar as medidas mais assertivas e mudar o futuro das crianças no mundo.

Conflitos armados, crise climática e insegurança alimentar são focos das manifestações da sociedade civil

Anna Carole D'Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Patrícia Lewis e Luis Eugênio de Souza.

Introdução

Nesta quinzena, foram registradas manifestações de 28 OSC, das quais 21 de interesse público e sete de interesse privado.

As OSC de interesse público se manifestaram sobre questões de gênero, destacando as desigualdades salariais entre homens e mulheres que trabalham na saúde e as medidas que o sistema multilateral deveria tomar para enfrentá-las. Houve muitas manifestações sobre conflitos armados e crises humanitárias, incluindo as situações vividas atualmente na Síria, no Haiti e no Sudão do Sul, assim como a violência contra migrantes do norte da África. A crise climática e sua associação com a crise alimentar foram objeto de várias declarações, destacando-se o apoio ao Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis. O aumento recente da incidência de covid-19 foi mencionado, repercutindo-se o alerta da OMS. Iniciativas de desenvolvimento de tratamentos para a leishmaniose e doenças de Chagas também foram comentadas. A vacinação foi objeto de destaque, dado o alerta da OMS e Unicef sobre a redução das coberturas desde 2020. Uma ou duas OSC ainda se manifestaram sobre o combate ao tabagismo, o papel da indústria de alimentos frente às doenças não transmissíveis e a governança global, destacando-se a repercussão dos debates durante a última assembleia mundial da saúde.

As OSC de interesse privado, por sua vez, manifestaram-se especialmente sobre a covid-19, as vacinas e as iniciativas de apoio financeiro a pesquisas e programas de saúde pública. Foram destacadas as desigualdades sociais e as ações em prol da equidade, assim como a preparação para as próximas pandemias. Ademais, as crises climática e alimentar foram objetos de várias manifestações, destacando-se um amplo relatório da Wellcome Trust. Também a equidade racial, social e de gênero foi tema de algumas manifestações. Outros temas mencionados incluem: as doenças negligenciadas e a inteligência artificial.

Ao final, estão registrados alguns eventos recém-realizados ou anunciados.

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Equidade de gênero

[Women in Global Health](#) fez duas publicações no período. Um [informe sobre sua primeira participação na Assembleia Mundial de Saúde](#), chamando a atenção para as peculiaridades dessa Assembleia realizada em meio à pandemia, guerra e sob gestão do primeiro africano eleito (e reeleito) Diretor-Geral. Neste informe, trata de cinco temas-chaves: 1) Equidade de gênero e força de trabalho; 2) Cobertura Universal de Saúde e responsabilidade de gênero; 3) Preparação e resposta à pandemia e gênero; 4) Prevenção da exploração sexual, abuso e assédio sexual em saúde, e 5) Equidade de gênero na liderança. O outro informe tratou do [trabalho não remunerado de mulheres](#). Compilando pesquisas e entrevistas com

profissionais de saúde da Etiópia, Índia, Malawi, México e Zâmbia, a WGH estima que seis milhões de trabalhadoras na saúde são sub remuneradas ou não pagas.

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) compartilhou no [Twitter](#) o [novo relatório](#) conjunto da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), que apresenta uma análise sobre desigualdades salariais de gênero na saúde. O ICN ressalta que as mulheres constituem a maioria dos trabalhadores no setor de saúde e cuidados. No entanto, ganham 24% menos do que seus pares que são homens.

A CARE compartilhou no [Twitter](#) um artigo sobre o trabalho de limpeza de minas terrestres ativas em Angola. A guerra civil deixou 1.100 campos minados ativos. Acreditava-se que a desminagem não era trabalho adequado para mulheres. Agora, há quase 400 mulheres neste trabalho, desafiando os papéis tradicionais de gênero.

Conflitos armados e crises humanitárias

O coordenador geral de MSF na Síria afirma que a decisão do Conselho de Segurança de renovar o mecanismo de [ajuda transfronteiriça da Turquia à Síria](#) é absolutamente vital para as pessoas no noroeste da Síria. No entanto, fazê-lo por apenas seis meses é insuficiente e perigoso, com a resolução expirando no auge do inverno, quando inundações e tempestades de neve afetam a saúde e a vida dos sírios.

Em [manifestação pública](#), também a CARE International disse está extremamente desapontada com a votação no Conselho de Segurança da ONU para reduzir a duração da operação de assistência humanitária transfronteiriça da ONU no noroeste da Síria de 12 meses para apenas seis.

A [CARE International](#) destacou o 09 de julho de 2022 como “um dia sombrio na história de 77 anos do Conselho de Segurança da ONU”. Neste dia, ocorreu o veto a uma resolução humanitária de renovação da resolução transfronteiriça que assegurava a chegada da assistência humanitária às pessoas em necessidade crítica na Síria. A falha em renová-lo significará que não há uma rota aprovada pela ONU para fornecer ajuda humanitária ao noroeste da Síria, controlado por rebeldes, a partir de países vizinhos. Os 11 anos desse conflito resultaram em violações generalizadas dos direitos humanos e negação de justiça.

A ONG *Medicins Sans Frontieres (MSF)*⁴¹ no Haiti alerta sobre a difícil situação da população de [Cité Soleil](#) em Porto Príncipe, onde milhares de pessoas estão presas sem água potável, comida ou atendimento médico enquanto grupos armados lutam pelo controle da área. Membros da organização estão atendendo pessoas feridas em uma clínica particular, a única unidade médica ainda em operação no território.

A [CARE International](#) denunciou a deterioração das condições humanitárias no Sudão do Sul, neste momento em que o país completa 11 anos de independência. Cortes no financiamento humanitário afetam milhões de pessoas que necessitam de assistência humanitária. Os problemas foram exacerbados pela violência endêmica, restrições de acesso, desafios de saúde pública, como os efeitos da cólera, COVID-19 e choques climáticos de inundações e secas localizadas. As estatísticas indicam que 7,7 milhões de pessoas estão classificadas em crise ou pior, 3 milhões em emergência e 87.000 no pior nível de classificação de insegurança alimentar, conforme as Classificações de Segurança Alimentar Integradas (IPC).

⁴¹ <https://www.doctorswithoutborders.org/>

A Assembleia Geral da Action Aid assinou uma [declaração](#) sobre o assassinato de migrantes marroquinos na fronteira espanhola. Em 24 de junho, as forças de segurança espanholas e marroquinas empregaram violência indiscriminada contra migrantes que tentavam entrar em Melilla (Espanha).

A Associação Internacional de Médicos para a Prevenção da Guerra Nuclear (IPPNW)⁴² participou da primeira [reunião](#) dos Estados Partes do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPNW), de 18 a 23 de junho, convocada pelo Subsecretário Geral e Alto Representante da ONU para Assuntos de Desarmamento Nuclear. A reunião culminou com a adoção da Declaração e Plano de Ação de Viena.

Crisis climática e alimentar

A Associação Mundial de Medicina de Desastres e Emergências (WADDEM)⁴³ publicou na sua revista *Prehospital and Disaster Medicine*⁴⁴, um [artigo](#) intitulado “A taxa de incidência global anual de desastres e eventos climáticos extremos parece positivamente correlacionada com o PIB mundial, 1961–2020”. O estudo mostra que a incidência global de quatro desastres climáticos extremos (hidrometeorológicos) esteve positivamente associada ao PIB real mundial durante 1961-2020.

A WONCA convidou os médicos de família a participarem de [cursos](#), recomendados pela OMS, sobre saúde planetária.

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) endossou o [Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis](#), destacando os danos à saúde que eles podem causar. Também exigiu uma transição justa dos combustíveis fósseis, de modo que aqueles que mais emitem sejam responsáveis por eliminá-los.

À medida que os preços globais dos alimentos sobem, países como o Quênia têm sido particularmente atingidos. O membro do movimento Internacional Progressista Mathare Social Justice Centre (MSJC) juntou-se a uma grande [mobilização](#) em Nairobi, Quênia, exigindo alimentos para todos.

Covid-19

Na rede social [Twitter](#), a CARE divulgou [reportagem](#) que comenta o alerta da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o aumento dos casos de COVID-19 em todo o mundo à medida que a subvariante BA.5 do Omicron se espalha. A ong destacou que apenas 19,1% das pessoas em países de baixa renda foram vacinadas contra COVID-19. Reafirma que a única saída para o enfrentamento da pandemia em curso é vacinar o mundo e fornecer recursos críticos para apoiar países de baixa renda

A DNDi comunicou a [inclusão do Brasil no ensaio clínico ANTICOV](#) sobre tratamentos para pessoas com COVID-19 leve a moderada, que possam evitar o desenvolvimento de quadros graves da doença. O ANTICOV foi lançado em setembro de 2020 e conta atualmente com a colaboração de 27 instituições de pesquisa e organizações internacionais de saúde. O estudo ANTICOV no Brasil deverá envolver até 600 pacientes.

⁴² <https://www.ippnw.org/>

⁴³ <https://wadem.org/>

⁴⁴ <https://www.cambridge.org/core/journals/prehospital-and-disaster-medicine>

Doenças negligenciadas

A [DNDi](#) registrou a renovação da parceria com a Fundação Wellcome para desenvolver medicamentos para tratamento da leishmaniose. A Wellcome fez uma doação de € 5,7 milhões. A doença é endêmica em 98 países com mais de um bilhão de pessoas em risco globalmente e entre 700.000 e 1 milhão de novos casos estimados anualmente. Os tratamentos existentes são em sua maioria desatualizados, requer injeções dolorosas com toxicidade grave e eficácia variável.

A DNDi divulgou [artigo científico](#) sobre o desenvolvimento de um método para a quantificação do fármaco antiparasitário e antifúngico anfotericina B em tecido de pele humana. A anfotericina B lipossomal é utilizada para o tratamento da leishmaniose cutânea e dérmica pós-calazar.

[Artigo científico](#) do Neglected Tropical Disease (NTD) Drug Discovery Booster ressaltou a importância da abordagem colaborativa para intensificar a descoberta de medicamentos para doenças negligenciadas como a leishmaniose visceral e a doença de Chagas. O *Booster* envolve parceiros farmacêuticos para compartilhar sua experiência de triagem *in silico* (experimentação através da simulação) e bibliotecas químicas proprietárias para desenvolver novos pontos de partida para as doenças.

Acesso e coberturas vacinais

A People's Vaccine Alliance divulgou, em 11 de julho, [declaração conjunta](#) da Anistia Internacional, Human Rights Watch, Knowledge Ecology International e People's Vaccine Alliance sobre a adoção, por consenso, pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, de uma resolução sobre o acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde no contexto do direito de todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental.

Na última quinzena, a WFPHA repercutiu o [alerta](#) da OMS e da Unicef sobre o acentuado declínio das taxas de cobertura vacinal em crianças em 2020 e 2021, em todo mundo, atribuível a múltiplos fatores como a intensificação de conflitos violentos, as campanhas de desinformação, o subfinanciamento dos programas nacionais de imunização, além da pandemia de COVID-19.

Tabagismo, DCNT e indústria de alimentos

No dia 14/07, a WFPHA enviou [carta](#) ao presidente da Espanha, manifestando preocupação com a demora na implementação do Plano Espanhol de Prevenção do Tabagismo. A Espanha tem uma legislação anti-tabagismo avançada, mas o governo espanhol parece estar sob pressão da indústria do tabaco.

A [NCD Alliance](#) publicou um informe que discute [que países têm conseguido afastar a indústria da elaboração de políticas para regulação de alimentos não saudáveis?](#) Segundo estudo de pesquisadores da Universidade Bilkent na Turquia e do Instituto Karolinska na Suécia, a França, Bélgica e Lituânia são os *Top 3* da lista dos países menos afetados pela influência corporativa sobre políticas de DCNT.

Governança em Saúde Global

A [Framework Convention on Global Health](#) divulgou publicação com declaração redigida pelo Human Rights and Equity Working Group of the Sustainable Health Equity Movement (SHEM) e dirigida ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e a Organização Mundial de Saúde, onde pedem novos instrumentos de direitos humanos, como a Convenção-Quadro sobre Saúde Global para o avanço dos direitos à saúde e do desenvolvimento. [A minuta está aberta para colaborações](#).

O observatório WHO-Watch do Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) acompanhou de perto a 75ª Assembleia Mundial de Saúde, reunião anual da OMS que ocorreu no final de maio, e publicou uma [consolidação](#) das intervenções na assembleia.

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PRIVADO

Foram acompanhadas as organizações [Global Fund](#), a [Fundação Wellcome Trust](#), o Centro para Estratégias e Estudos Internacionais (CSIS), a [Fundação Rockefeller](#), a [Fundação Bill e Melinda Gates](#), a Gavi e o Global Health Council, entre 1 e 14 de julho do 2022.

Covid-19

A [Fundação Rockefeller](#) divulgou o financiamento ao trabalho de cientistas do International Livestock Research Institute que criaram uma Equipe de Vigilância e Resposta ao Covid-19 e estão [apoiando as respostas ao COVID-19](#) no Quênia com o apoio do Pandemic Prevention Institute. Também foi mencionado o apoio a trabalhadores de saúde que atendem comunidades indígenas na Amazônia equatoriana e conseguiram avanços na vacinação contra a COVID-19 [unindo organizações indígenas a sistemas de saúde](#).

A [Fundação Bill e Melinda Gates](#) divulgou uma [nova pesquisa](#), que mostra que mulheres grávidas tiveram maior risco da COVID-19, e outro [estudo](#) sobre risco de morte por covid-19 que se evidenciou duas vezes maior em países de baixa renda comparados aos de alta renda.

Na mesma linha, a [Fundação Bill e Melinda Gates](#) e a [Fundação Rockefeller](#) destacaram que as desigualdades globais pioraram o impacto do COVID-19, o que mostra a necessidade de se investir em sistemas de saúde pública mais fortes para garantir o enfrentamento contra a próxima pandemia.

A [Fundação Rockefeller](#) está destinando [US\\$ 15 milhões](#) ao Fundo Intermediário Financeiro do Banco Mundial para ajudar a prevenir, preparar e responder aos surtos em países de baixa e média renda. Também destacou o apoio financeiro da [Allapatta Collaborative CDC](#) às vítimas da COVID-19, lembrando a necessidade de investimentos mais robustos em sistemas globais de preparação para pandemias, sobretudo, em países de baixa renda.

Segundo a Fundação Bill e Melinda Gates, o acesso a recursos para o combate à COVID-19 não deveria depender de onde se mora, sendo necessário tornar vacinas e tratamentos disponíveis em todo o mundo. De igual forma, a Fundação Rockefeller destacou o apoio ao programa [VaxNow](#) que está levando vacinas COVID-19 para comunidades na Índia.

Para a [Fundação Wellcome Trust](#), é essencial aprender com a experiência da pandemia da COVID-19 na preparação e prevenção da próxima ameaça, assim como ainda é preciso pesquisar sobre as causas da escalada de doenças emergentes, para [limitar futuros surtos](#).

A [Fundação Bill e Melinda Gates](#) destacou o uso de [ferramentas de análise visual](#) para identificar surtos inesperados mais rapidamente e evitar a próxima pandemia. Também destacou o [estado da saúde pública na África](#) e os investimentos em inovação como uma solução

vital para os problemas de desenvolvimento do continente. Destacou ainda que a pandemia está longe de terminar e [requer investimentos e cooperação](#) de longo prazo.

Um novo [estudo](#) sobre o impacto das desigualdades globais foi comentado pela [Fundação Bill e Melinda Gates](#) que destacou a necessidade de sistemas de saúde mais acessíveis. Também destacou a importância dos [investimentos e cooperação](#) para fortalecer a resposta global à pandemia e ajudar a tornar vacinas e tratamentos mais disponíveis em todo o mundo, que até agora [salvaram quase 20 milhões de vidas](#).

O Centro para Estratégias e Estudos Internacionais (CSIS) divulgou um [comentário](#) intitulado “Covid-19 Therapies at the Crossroads” (Terapias Covid-19 na Encruzilhadas, tradução literal). Segundo os comentaristas, há grande possibilidade de estagnação no processo de desenvolvimento das terapias COVID-19, que coloca em risco os esforços para aumentar a produção destes produtos em combinação com diagnósticos.

Vacinação

Nas manifestações recentes, houve destaque para o desenvolvimento e apoio aos processos de vacinação.

A [Fundação Rockefeller](#) desenvolveu a iniciativa [Vacinação Equity-First](#), que apoia mais de 100 organizações comunitárias nos EUA para melhorar o acesso às vacinas. O objetivo é garantir a [equidade vacinal](#), econômica e de saúde.

A [Fundação Wellcome Trust](#) divulgou [relatório](#) sobre a regulamentação de vacinas e medicamentos na África, que conclui que a aprovação de novas vacinas atravessa muitos estágios e apresenta lacunas na força de trabalho e em recursos digitais. Isso é um obstáculo para que a África produza suas próprias vacinas, chegando a suprir até 60% de suas [necessidades](#) em 2040.

A [Fundação Bill e Melinda Gates](#) destacou o apoio a campanhas de saúde pública no lêmên contra doenças evitáveis, como a poliomielite, permitindo [fortalecer a confiança da comunidade](#). Sobre novas vacinas, a [Fundação](#) elaborou um documento com [cinco maneiras](#) (aumento dos investimentos, um conjunto de financiamento mais diversificado, parceria e colaboração, realização de testes em paralelo para resultados rápidos, acordos de compra antecipada) de ajudar a encontrar uma vacina contra o HIV.

A [Fundação Wellcome Trust](#) destacou que, considerando que a malária é a principal causa de morte de menores de cinco anos em toda a África, é importante avançar no desenvolvimento da vacina para erradicar a malária até 2040. Os testes da vacina, até agora evidenciaram alta eficácia e 4.800 crianças agora fazem parte da próxima fase.

A *Gavi [foi classificada](#) entre as 50 organizações internacionais de desenvolvimento avaliadas no índice de transparência 2022 Aid Transparency Index. Esta é a quarta vez que a Gavi recebe a classificação mais alta no único índice global existente deste tipo.*

Apoio financeiro

A [Fundação Rockefeller](#) compartilhou um documento sobre [ferramentas de desenvolvimento econômico](#) para ajudar as pessoas das comunidades BIPOC (negros, indígenas ou pessoas de cor).

O Global Fund destacou que a sua 7ª Conferência de Reabastecimento será realizada em setembro de 2022 nos EUA, tendo sido convocados governos, sociedade civil e setor privado para que aumentem o apoio financeiro. A [Fundação Bill e Melinda Gates](#) destacou que a Suécia prometeu SEK3 bilhões para o Sétimo Reabastecimento. A [Fundação Wellcome Trust](#) destacou o apoio de The Crick, contribuindo com £ 1 bilhão em financiamento, ao lado de The Medical Research Council e Cancer Research UK.

A [Fundação Bill e Melinda Gates](#) destacou o compromisso de US\$ 79 milhões com o [Fundo de Incentivo à Assistência Infantil](#) do Banco Mundial nas reuniões do G7 para a igualdade de gênero e o bem-estar das crianças em todo o mundo.

A [Fundação Wellcome Trust](#) lançou esta semana uma nova [oportunidade de financiamento](#) de até £ 2 milhões para gerar evidências que permitam mudanças nos sistemas alimentares, transporte, energia e habitação que melhorem a saúde. Outro financiamento, lançado pela [Fundação Wellcome Trust](#), foi destinado a compreender melhor o papel das interrupções do sono e do ritmo circadiano na ansiedade, depressão e psicose por até £ 3 milhões para desenvolver [intervenções de saúde mental](#). Por sua vez, o [Global Fund](#) convocou pessoas com experiência em saúde global a serem parte da equipe de especialistas independentes do [Technical Review Panel \(TRP\)](#) que analisa solicitações de financiamento para maximizar o impacto dos investimentos do Global Fund.

Crises climática e alimentar

As crises climática e alimentar também foram destaque na última quinzena.

A [Fundação Rockefeller](#) falou sobre as ondas de calor que estão se tornando mais comuns em todo o mundo e a interação entre as mudanças climáticas e o sistema alimentar global, pois o aumento das temperaturas é a maior ameaça global à [segurança alimentar](#).

Para a [Fundação Wellcome Trust](#), um bilhão de pessoas em todo o mundo vai enfrentar o risco de estresse térmico se a Terra aquecer em 2°C. Alguns [desafios](#) a enfrentar incluem a escassez de água, a seca, a inundação, o calor extremo e a degradação do solo. As emissões de gases de [efeito estufa](#) continuam a aumentar em todos os principais setores e estão prejudicando a saúde em grande escala. A [Fundação](#) também destacou os efeitos na saúde dos episódios de seca no Brasil, as inundações na Índia e outras, que [evidenciam os efeitos do clima sobre a saúde](#). Implementar estratégias de [mitigação climática](#) é urgente e pode ajudar a evitar os piores efeitos dos eventos extremos. Entender as maneiras mais saudáveis de [se adaptar](#) é fundamental. Foi destacado também que os líderes mundiais devem intensificar rapidamente as políticas de mitigação climática. Nesse sentido, a [Fundação](#) destaca a importância de mais pesquisas sobre os [impactos das mudanças climáticas](#) na saúde humana. O mapeamento de duas das fontes de dados sobre clima e desastres mais comumente usadas evidenciaram os principais [riscos à saúde relacionados ao clima](#) (seca, inundação, calor e doenças). Segundo a opinião de líderes políticos e expertos, deve-se priorizar a garantia de um [futuro habitável e sustentável](#) para todos. Outra preocupação destacada pela [Fundação Wellcome Trust](#) são as doenças que se espalham entre animais e humanos, decorrentes de mudanças climáticas, produção de alimentos, viagens e transporte, urbanização e destruição de habitats naturais. Estima-se que seis em cada dez infecções humanas são de origem animal. A [Fundação Wellcome Trust](#) se pronunciou ainda sobre a importância de [reduzir as emissões](#) e aprimorar a [transição de combustíveis](#) fósseis para fontes limpas e renováveis, como eólica e solar, destacando Copenhague, cidade que está liderando a [redução das emissões](#) de transporte e a melhoria da saúde de seus moradores.

A [Fundação Rockefeller](#) destacou que a fome está associada a migração, violência política e outras instabilidades. Considerando que mais 150 milhões de pessoas enfrentam fome, a Fundação se compromete em tornar [alimentos saudáveis e sustentáveis](#) mais acessíveis para todo o mundo.

Já a [Fundação Bill e Melinda Gates](#) destacou que quase um bilhão de pessoas em todo o mundo corre o risco de fome e pobreza como resultado de crises globais e mais de 1 bilhão de mulheres e crianças não têm acesso à boa nutrição. Por isso, está reunindo apoio para melhorar a assistência à saúde e nutrição. Destacou também as reuniões com vários especialistas sobre [como lidar com a insegurança alimentar global](#).

Também a [Fundação Rockefeller](#) destacou a parceria com Mahidol University para combater a [desnutrição na Ásia](#).

Equidade social, racial e de gênero

A [Fundação Rockefeller](#) comentou que está apoiando esforços para diminuir a desigualdade racial por meio do projeto Ownership is the New Black. De igual forma, destacou a importância da Academia de Educação e Desenvolvimento de Produção Musical para fornecer [assistência financeira e técnica](#) a negócios de propriedade de negros.

A [Fundação Bill e Melinda Gates](#) destacou a inclusão de mais mulheres e pessoas de baixa renda no sistema bancário segundo o [Relatório Global F index](#). Também destacou a importância de [compromissos globais](#) para tornar os cuidados de saúde mais acessíveis e criar um mundo mais saudável para todos.

O Global Health Council [conversou](#) com a Aliança pelos Direitos em Saúde Reprodutiva (ARHR), uma das primeiras organizações a receber recursos da organização Advocacy in Motion, os chamados AIM Grants. Na entrevista, falou sobre o trabalho que realizam, como planejam usar seus recursos e os desafios que enfrentam

Doenças negligenciadas

Segundo a [Fundação Wellcome Trust](#), a resposta global à COVID-19 mostra o que é possível fazer quando os líderes mundiais se mobilizam contra uma doença mortal e lembra a importância de combater [a malária](#) contando com o mesmo apoio político e financeiro global ou [reacender os esforços globais](#) para acabar com a Tuberculose.

Personalidades: Shinzo Abe e Antony Blinken

O [Global Fund](#) se pronunciou sobre o falecimento do ex-primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, líder dedicado à saúde global, e apoiador do [Global Fund](#). Destacou também a liderança e o compromisso com a saúde global do secretário estadunidense Antony Blinken, fortalecendo os sistemas de saúde e a preparação para pandemias

Crise do ensino

A [Fundação Bill e Melinda Gates](#) destacou o combate à crise de ensino e aprendizagem [do nosso tempo](#), que afeta esta geração de crianças e jovens.

Dia 04 de julho, independência dos EUA

A [Fundação Rockefeller](#), por motivo da passagem do dia 4 de julho, destacou a independência, a liberdade e a [justiça](#) que devem ser sustentadas pela equidade.

Inteligência artificial

A [Fundação Rockefeller](#) anunciou US\$ 1 milhão para dimensionar a [abordagem centrada em IA](#) do BlueConduit para identificar e remover tubos de chumbo que afetam 10 milhões de residências nos EUA.

EVENTOS

Resposta humanitária

→ A Agenda Humanitária do CSIS sediou uma [conferência](#) com o tema Inovação Humanitária em Ação, em 19 de julho de 2022. Esta conferência explora os complexos desafios da ajuda humanitária global e a maneira como as inovações - em pessoas, processos e produtos - podem melhorar a resposta humanitária e mitigar os impactos de crises futuras. Data: Terça-feira, 19 de julho de 2022 08:30 - 17:00 em formato online.

Descolonização

→ O HSG comunicou a realização do [webinário](#) “Avanço da justiça através da descolonização do HPSR: desbastando estruturas e processos”. A proposta é discutir que dentro da Pesquisa em Serviços de Saúde (HPSR), as estruturas de poder são refletidas no privilégio institucionalizado de geração de conhecimento e intermediação de conhecimento por atores do Norte Global. Eles também são evidentes na participação proeminente no HPSR de uma minoria privilegiada situada no Sul Global. Ambos são legados do colonialismo, de maneiras diferentes. As tentativas de descolonizar o HPSR precisam se engajar com essas formas inter-relacionadas de poder e privilégio. Data: 15 de Julho/22, das 14h às 15h30.

Pesquisas sobre sistemas de saúde

→ Estão abertas as inscrições para o 7º Simpósio Global de Pesquisa em Sistemas de Saúde que será realizado em, em Bogotá, Colômbia, no período de 31 de Outubro a 4 de novembro de 2022. Inscrições em <https://healthsystemsresearch.org/hsr2022/>

Congresso do Conselho Internacional de Enfermeiros

→ O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) lançou a [Chamada de Resumos](#) para o [Congresso ICN 2023](#) em Montreal, Canadá. Os resumos podem ser submetidos a partir de 1 de setembro para apresentação oral ou e-poster sob os oito subtemas. Com o tema “Enfermeiros juntos: uma força para a saúde global”, o Congresso presencial acontecerá de 1 a 5 de julho de 2023 no Montreal Palais de Congrès. O sistema de submissão on-line estará aberto de 1º de setembro a 31 de outubro de 2022.

Envelhecimento saudável e equidade

→ A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) realizou, em 15 de julho um [webinário sobre](#) "Equidade em Sistemas de Informação e Abordagem da Divisão Digital", chamando a atenção para o fato que os idosos podem ser mais vulneráveis ao cibercrime, pois a falta de habilidades digitais resulta em dificuldades para detectar os ataques cibernéticos.

→ A IFA convocou as organizações da sociedade civil a se unirem para criar um ambiente que permita que os idosos façam o que valorizam, participando do [Colóquio](#) sobre Envelhecimento Saudável.

Saúde e direitos sexuais reprodutivos

→ No dia 14 de julho, a IFMSA realizou [evento](#) sobre o envolvimento da juventude na tomada de decisões sobre saúde e direitos sexuais reprodutivos.

Crise climática e de saúde

→ No dia 27 de julho, a Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública (IANPHI)⁴⁵ em parceria com TEPHINET⁴⁶ organizará a [3ª edição da série de webinars](#), "Respostas da Epidemiologia de Campo à Crise Climática e de Saúde" onde será discutido o impacto dos incêndios florestais na saúde pública.

Código de Ética Médica

→ A Associação Médica Mundial (WMA) convida para seu [Encontro Regional na África sobre o Código Internacional de Ética Médica](#), que se realizará em Abuja, Nigéria.

Eleições para o Conselho

→ O Health Systems Global está lançando sua eleição para o Conselho de Administração em 2022 e está buscando indicações para **seis** vagas disponíveis em seu [Conselho de Administração](#). O prazo para indicações é 1º de agosto de 2022. Inscrições através do [formulário de indicação online](#).

Conclusão

Em síntese, as crises associadas aos conflitos armados em curso e às mudanças climáticas dominaram as manifestações das OSC na última quinzena, incluindo-se a insegurança alimentar e a fome. No que tange aos conflitos, houve, contudo, um deslocamento de tema, saindo a guerra na Ucrânia e crescendo as referências à Síria, por conta da decisão do Conselho de Segurança da ONU sobre o corredor de ajuda humanitária que foi renovado por apenas seis meses. É interessante ver também a continuidade de manifestações relativas à equidade de gênero que nem sempre estão presentes. As OSC de interesse privado, mais uma vez, concentram suas manifestações públicas para registrar suas iniciativas de apoio financeiro a pesquisas e programas de saúde pública em países de baixa renda.

⁴⁵ <https://ianphi.org/>

⁴⁶ <https://www.tephinet.org/>

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaques do UNOSSC

Nos últimos 10 dias, as Nações Unidas estiveram voltadas para o Fórum Político de Alto Nível da ONU (*High Level Political Forum - HLPF*) sob os auspícios do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), que inclui um segmento ministerial de três dias e de quatro em quatro anos, com a presença dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros.

O Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável foi estabelecido em 2012 após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que culminou com a declaração [“O Futuro que Queremos”](#) que destaca o desenvolvimento sustentável e a economia verde adotada na Rio+20.

O HLPF que se reúne anualmente, é, portanto, a plataforma central das Nações Unidas para o acompanhamento e revisão da Agenda 2030 e os ODS em nível global. Pode-se dizer que é o ápice da arquitetura de acompanhamento e revisão da Agenda 2030 estabelecida pela [resolução 70/299](#) da AGNU.

Mais sobre o HLPF no informe do Santiago Alcazar.



Este ano, o UNOSSC, juntamente com o Reino de Marrocos e República das Filipinas, organizaram um evento paralelo, durante o HLPF 2022, intitulado **“Cooperação Sul-Sul e triangular para apoiar a implementação dos ODS: a partir das lentes das Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs)”**.

O evento reuniu os Estados Membros, entidades da ONU, pesquisadores e formuladores de políticas para refletir sobre a importância de impulsionar a cooperação Sul-Sul e triangular para acelerar os resultados em todos os ODS, discutir as necessidades, desafios e boas práticas relacionadas à integração da cooperação Sul-Sul e triangular nas Revisões Nacionais Voluntárias e na implementação e monitoramento do ODS 17 (parcerias e meios de implementação). O objetivo foi explorar e fortalecer a integração da cooperação Sul-Sul e triangular nas Revisões Nacionais Voluntárias, incluindo o apoio do Sistema de Desenvolvimento da ONU para os Estados Membros.

Deve-se lembrar que no documento final da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul ([BAPA+40](#)), realizada em Buenos Aires entre 20 e 22 de março de 2019, os Estados Membros da ONU reconheceram que a cooperação Sul-Sul e triangular contribui para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e para alcançar o objetivo primordial de erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões.

Como a Cooperação Sul-Sul e triangular vêm ganhando cada vez mais força, complementando a cooperação Norte-Sul, em apoio ao alcance de todos os 17 ODS, a realização deste evento paralelo durante a HLPF 2022, foi um grande incentivo para a discussão dos progressos e retrocessos da Agenda 2030.

A pandemia do COVID-19, assim como outros tópicos importantes, como a segurança alimentar, inflação alta e dívida externa crescente, continuam sendo um desafio real para a cooperação Sul-Sul e triangular. Neste sentido, a solidariedade entre pessoas e países do Sul Global para responder coletivamente à essas crises, foi impulsionada por vários aspectos da cooperação Sul-Sul e triangular, por meio do compartilhamento de conhecimento e experiências, produção e fornecimento colaborativo de equipamentos médicos e vacinas, com apoio mútuo nos esforços de recuperação socioeconômica dos países do Sul Global.

Vale lembrar que as Revisões Nacionais Voluntárias têm o objetivo de acompanhar o progresso na implementação da Agenda 2030, incluindo os ODS e suas metas, em todos os países, de maneira que respeite sua natureza universal e integrada e todas as dimensões do desenvolvimento sustentável. A integração da cooperação Sul-Sul e triangular nos processos nacionais de planejamento dos ODS, os quadros de cooperação para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas (UNSDCFs) e os relatórios nacionais dos ODS por meio das Revisões Nacionais Voluntárias facilitam o compartilhamento de experiências, melhores práticas, lições aprendidas, fortalecem as políticas e instituições dos governos e apoiam a mobilização de parcerias multissetoriais com vistas a acelerar a execução dos ODS.

A reunião foi moderada pela Diretora Adjunta do UNOSSC, Xiaojun Grace Wang e contou com a participação da Exma. Sra. Rosemarie G. Edillon, Subsecretária, Autoridade Nacional de Economia e Desenvolvimento das Filipinas; o Exmo. Sr. Omar Hilale, Representante Permanente de Marrocos junto às Nações Unidas e a Exma. Sra María del Carmen Squeff, Representante Permanente da Argentina junto às Nações Unidas e Presidente do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul.

Segundo Destaque



desenvolvimento sustentável.

Com a aproximação da **décima primeira Global South-South Development Expo (GSSD Expo)** a ser realizada entre os dias 12 e 14 de setembro de 2022, volto a lembrar que este é principal evento organizado pelo UNOSSC em sua capacidade de coordenar e promover a Cooperação Sul-Sul e triangular (SSTrC) dentro do Sistema das Nações Unidas, com mandato da AGNU para mostrar sistematicamente o desenvolvimento de soluções do Sul para o

Esta edição será realizada em Bangkok na Tailândia, e o tema será: **“Avanços da Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Recuperação Sustentável do Covid-19: Rumo a um Futuro Inteligente e Resiliente”**. A GSSD Expo é sempre uma oportunidade para apresentar soluções e iniciativas de desenvolvimento bem-sucedidas baseadas em evidências, em colaboração com agências das Nações Unidas e todos os outros parceiros.



Os três objetivos principais desta GSSD EXPO 2022 são:

Facilitar a discussão sobre como a cooperação Sul-Sul e triangular e como melhorar e apoiar os esforços de recuperação, particularmente no enfrentamento da pobreza extrema, insegurança alimentar, inequidade na vacinação e outros desafios globais.

Identificar, apresentar e facilitar a criação e o fortalecimento de iniciativas específicas de cooperação multissetorial Sul-Sul e triangular que tenham o potencial de contribuir significativamente para uma rápida recuperação.

Rever e discutir políticas de desenvolvimento e esforços de capacitação, identificando impedimentos e medidas corretivas a serem introduzidas por meio de metodologias de cooperação Sul-Sul e triangular nos níveis nacional, regional e global.

Para saber mais sobre a [GSSD EXPO 2022](#)

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁴⁷, Nairóbi (UNEP)⁴⁸, Paris (UNESCO)⁴⁹, Roma (FAO/IFAD)⁵⁰, Viena (UNIDO)⁵¹ e Washington ((G-24)⁵².

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

Entre os dias 29 de junho e 15 de julho de 2022, o G-77 e a China participaram 01 reunião.

New York, 29 de junho de 2022

Declaração feita por Jibrán Durranni, Primeiro Secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante a sessão de encerramento da segunda parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

Esta foi uma sessão desafiadora, repleta de itens importantes, sensíveis e diversos na agenda, que exigiram muito trabalho e duras negociações, mas o G-77 e a China ficaram satisfeitos por terem conseguido avançar na proposta do Secretário-Geral sobre a Abordagem do Racismo e da Discriminação no Sistema das Nações Unidas. Segundo eles, estão determinados a ter um envolvimento mais profundo nas próximas sessões para erradicar completamente esse problema sistêmico dentro da ONU. Paralelamente a isso, a adoção da resolução da Unidade de Inspeção Conjunta (JIU) sobre a melhoria da acessibilidade para pessoas com deficiência, foi outro marco importante em que o G-77 e a China consideraram que a adoção dessas duas resoluções transmite uma mensagem genuína de preocupação do Comitê para todo o Secretariado da ONU.

Também consideraram importante que se tenha adotado a tão esperada resolução transversal após seis anos, considerada como uma resolução histórica sobre transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Esta medida ajudará os países que contribuem com tropas ou policiais, a mitigar este transtorno no pessoal uniformizado.

Também importante nesta reunião foi uma resolução sobre a Melhoria da situação financeira da ONU.

Embora ainda considerem que o número de tropas não corresponda adequadamente à situação no terreno, o Grupo entende que nenhum consenso, incluindo o número de tropas, teria sido possível sem a flexibilidade do G-77 e da China e de outros tantos delegados.

A manutenção da paz é a maior e mais visível representação do trabalho das Nações Unidas. O Grupo reafirma a sua posição de que as missões de manutenção da paz devem ser dotadas de recursos adequados para desenvolverem o seu mandato de forma eficaz. O Grupo também reconhece a inestimável contribuição dos países que contribuem com tropas e policiais para a manutenção da paz e segurança internacionais e a importância de consultas contínuas e

⁴⁷ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

⁴⁸ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁴⁹ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁵⁰ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁵¹ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁵² G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

estreitas entre o Secretário-Geral e os países contribuintes com tropas e policiais sobre todos os assuntos relacionados às operações de manutenção da paz.

Embora reconheça a valiosa contribuição do Conselho Fiscal, o Grupo observa que há certos assuntos dentro do relatório do Conselho que são da competência exclusiva dos Estados Membros.

O G-77 e a China, mais uma vez, gostariam de parabenizar o Escritório de Serviços de Supervisão Interna por sua inestimável contribuição ao trabalho da Organização das Nações Unidas e espera receber sua avaliação concluída sobre o projeto de trabalho flexível.

O Grupo estendeu seu agradecimento a todos, por seu trabalho árduo e a todos os que desempenharam papéis importantes nas difíceis negociações. Agradeceram aos colegas por sua flexibilidade e engajamento construtivo para chegar a um consenso sobre várias questões durante esta sessão. Em particular, o Grupo agradeceu ao secretariado da ONU por sua dedicação ética de trabalho e perseverança.

Finalmente, enquanto todos se preparam para a septuagésima sétima sessão da AGNU, o G-77 e a China reafirmaram seu compromisso de sempre se engajar construtivamente no trabalho do 5º Comitê.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão.

Um dos desafios do Movimento dos não alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Sem destaques do MNA no período

Centro Sul (*South Centre*)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do South Centre

1) O Centro Sul (South Centre) apoiará os esforços acordado na recente Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos sobre a ampliação das ações para lidar com a emergência dos oceanos. Um oceano seguro, saudável e produtivo é fundamental para a segurança alimentar, meios de subsistência e um planeta seguro.

2) O Centro Sul (South Centre) realizou uma série de quatro seminários para juizes africanos sobre propriedade intelectual e saúde pública. Os participantes eram membros de Cortes Supremas e tribunais superiores de 14 países africanos (Argélia, Angola, Camarões, Egito, eSwatini, Quênia, Malawi, Marrocos, Namíbia, Nigéria, África do Sul, Sudão, Tanzânia e Togo), bem como do Tribunal Africano dos Povos e Direitos Humanos. Juizes de várias jurisdições participaram e trocaram experiências, juntamente com acadêmicos do Sul e do Norte global. Os juizes do continente africano observaram a importância das Flexibilidades do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS).

3) No dia 21 de junho de 2022, o South Center e a [ReAct Network](#) organizaram uma discussão de alto nível para analisar como um potencial novo instrumento internacional de preparação, prevenção e resposta a pandemias poderia oferecer oportunidades para uma resposta global mais robusta para a crise silenciosa da resistência antimicrobiana (AMR).



Este ano, o ReAct Africa e o Centro Sul estão organizando, de forma híbrida, entre 25 e 27 de julho de 2022, sua conferência anual sob o tema: **“A resposta da África à resistência antimicrobiana: Acelerando a implementação dos Planos de Ação Nacionais de Saúde para os próximos 5 anos”**.

Tal como nas conferências anteriores, esta Conferência utilizará a abordagem *“One Health”* com representantes da Quadripartite ([OMS](#), [FAO](#), [OIE](#) e [UNEP](#)), [África CDC](#), governos, organizações não governamentais, academia, entre outros. Participarão decisores políticos de alto nível, especialistas em saúde humana, saúde animal e resistência antimicrobiana ambiental, pesquisadores e acadêmicos, representantes da sociedade civil de diferentes países africanos, bem como organizações intergovernamentais e agências.

Resultados do G7 para a Saúde Global - Crise no multilateralismo e tensões geopolíticas no G20

Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar

G7

Ainda na sequência da cúpula do G20, esse informe destaca os temas sublinhados pela presidência alemã, os resultados no campo da saúde global e, finalmente, a resistência ao G-7. De forma a recortar um pouco mais o tema da saúde e retomando os resultados da cúpula do grupo, tem-se, em resumo, três importantes determinações:

1. Foi firmado o compromisso de entregar mais 1 bilhão e 775 milhões de doses de vacinas em resposta à pandemia até junho de 2023, financiadas através de 83% do *Access to COVID-19 Tools Accelerator (ACT-A)* - ultrapassando o compromisso de 2022 (870 milhões de doses);
2. O acordo da necessidade de medidas concretas para melhorar a preparação e resposta a pandemias - por meio do *G7 Pact for Pandemic Readiness*.
3. Aumentar o apoio ao Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, em que a Alemanha se comprometeu com o aporte de 1,2 bilhões de euros⁵³.

Ainda, os resultados-chave destacados pela presidência alemã, podem ser vistos no quadro abaixo, sendo o apoio à Ucrânia, o estabelecimento do Clube do Clima, a Aliança Global para Segurança Alimentar, a garantia do fornecimento de energia e o fortalecimento da saúde global os principais tópicos.



Fonte: G7 Germany⁵⁴.

⁵³ The Outcomes at a Glance. *G7 GERMANY*. 2022. Disponível em: <<https://www.g7germany.de/g7-en/current-information/g7-summit-outcomes-2058314>>. Acesso em: 13/07/2022.

⁵⁴ Ibid.

No entanto, algo a se acrescentar foi a mobilização de um grande número de protestos contrários à agenda das sete maiores economias do mundo. As pautas se baseiam principalmente na eliminação dos combustíveis fósseis, defesa da biodiversidade, justiça social e maior engajamento dos líderes no combate à fome. 18 mil policiais foram colocados a postos para a segurança do evento (180 milhões de euros) e, de forma a se manter longe da opinião pública advinda das ruas, o encontro se deu em um resort isolado em Elmau, em Garmisch-Partenkirchen⁵⁵. Um vale de difícil acesso, acesso via avião e, depois, helicóptero, uma zona de alta segurança e ruas fechadas. Os moradores da região deixaram o lugar durante os dias do encontro, e houve a crítica a um grande espetáculo fora da realidade que ali se criava, afastando a política das pessoas⁵⁶.

Dentre as organizações presentes estavam: Global Citizen, Oxfam, World Vision e ONE. Com cartazes escritos “seu sistema traz guerras e crises” e “aqui encontramos imperialismo”, os protestantes destacam o teatro da participação figurativa dos países do Sul Global e o interesse na energia e matéria prima que esses países oferecem. Além disso, criticaram o contraste entre o *summit* e o discurso de solidariedade à Ucrânia e a contínua ofensiva à Kiev ainda durante o encontro.



Fonte: DW.

G20 - Crise no multilateralismo e tensões geopolíticas no G20

Bali sediou nos dias 7 e 8 de julho a Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G20 (FMM)⁵⁷. Dividido em duas sessões, o encontro teve como foco,

⁵⁵ Thousands of protesters arrive as G7 convenes in Germany. Al Jazeera. 2022. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2022/6/25/protesters-trickle-into-munich-as-g7-set-to-convene-in-germany>>. Acesso em: 15/07/2022.

⁵⁶ G7 summit in Elmau, Germany: More than a show? DW. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/g7-summit-in-elmau-germany-more-than-a-show/a-62270355>>. Acesso em: 15/07/2022.

⁵⁷ G20 Foreign Ministers Meeting to be Held in Bali. G20. 6 jul 2022. Disponível em: <<https://g20.org/g20-foreign-ministers-meeting-to-be-held-in-bali/>> Acesso em: 15 jul 2022

respectivamente, os temas “multilateralismo” e “segurança alimentar e energética” – assuntos que, devido ao atual contexto geopolítico e seus impactos nas cadeias produtivas globais de alimento e energia, possuem grande relevância para a recuperação econômica.

Para além dos Ministros das Relações Exteriores do bloco, também foram convidados participantes externos para ampliar o alcance do grupo. No primeiro dia, participaram o secretário-geral da ONU, António Guterres, e o professor da Universidade de Columbia, Jeffrey Sachs. Em vídeo, Guterres enfatizou que o fortalecimento do multilateralismo é a única via para combater problemas como a escassez de alimentos, a crise energética e financeira, a pobreza e desigualdade intensificadas pela pandemia e as mudanças climáticas – sendo esta considerada a principal emergência a ser resolvida⁵⁸.

O secretário-geral ainda frisou que os membros do G20 possuem a responsabilidade de evitar a crise climática, uma vez que o grupo conta com as vinte maiores economias do mundo e concentra 80% das emissões de gases que causam o aquecimento global. Dessa forma, a falta de ação dos países mais ricos, especialmente no que tange ao cumprimento da promessa de financiamento de US\$ 100 bilhões anuais para financiar a mitigação das mudanças climáticas, seria injustificável. Para o SG a transição energética deve ser acompanhada por uma reforma no sistema financeiro internacional, principalmente no que concerne ao alívio da dívida pública e ampliação do espaço fiscal de países em desenvolvimento. Para Guterres, é o momento para reequilibrar as relações de poder e recursos financeiros através da criação de um novo “New Deal” que leve em consideração as vulnerabilidades dos países.

Figura 1: Reunião dos Ministros de Relações Exteriores do G20



Fonte: Reuters, 2022.

⁵⁸ Em mensagem ao G20, Guterres diz que o caminho é o multilateralismo. **ONU News**. 8 jul 2022. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/07/1795062>> Acesso em: 15 jul 2022.

Dando continuidade ao evento, a segunda sessão tratou de ações estratégicas para combater a insegurança alimentar, a escassez de fertilizantes e o aumento dos preços globais das commodities. O conflito na Ucrânia tem provocado e contribuído para muitos desses problemas, sobretudo pelo bloqueio das rotas de escoamento do país que levam a uma interrupção das cadeias de suprimentos globais. Portanto, a fim de trazer um olhar sobre como conflitos afetam o desenvolvimento e a economia, a presidência Indonésia convidou David Beasley (Diretor Executivo do WFP), Damilola Ogunbiyi (Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para Energia Sustentável para Todos e Co-Presidente da ONU-Energia) e Mari Pangestu (Diretora Geral do Banco Mundial) para compartilharem seus pontos de vista.

Grande parte da reunião e das discussões paralelas foram ocupadas com esforços para persuadir a Rússia a permitir a exportação de grãos ucranianos através de um corredor naval seguro e policiado de forma independente no Mar Negro. As negociações, em grande parte lideradas pela Turquia e pela ONU continuam, no entanto, sem avanços significativos. Os desdobramentos da reunião não foram publicados no site oficial do G20. Porém, como reportado por vários veículos internacionais e nacionais, o encontro provocou tensões com Moscou, marcando o que seria o primeiro confronto direto do chanceler russo, Sergei Lavrov, com líderes do ocidente desde que o conflito começou.

Lavrov deixou o encontro após refutar que a Rússia seria responsável por causar uma crise global de alimentos, afirmando que os grãos ucranianos bloqueados representam apenas 1% da oferta global⁵⁹. O ministro ainda acusou os membros do G20 de utilizarem o bloco de maneira deturpada, a partir do que chamou de uma “russofobia frenética” por parte dos discursos dos representantes ocidentais, desperdiçando a chance de tratar de importantes questões econômicas com críticas desenfreadas ao conflito⁶⁰. Em uma de suas declarações chegou a dizer que não há mais nada para falar com o Ocidente, já que “eles [países ocidentais] não querem negociações, mas a vitória da Ucrânia sobre a Rússia no campo de batalha”⁶¹.

Na esfera econômica, a quinzena foi marcada pelo início da 3ª Reunião dos Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais do G20 (FMCBG), realizada em formato híbrido nos dias 15 a 16 de julho em Bali. O encontro contou com a presença física e virtual do maior número de delegações, convidados e organizações internacionais, o que demonstra o apoio à presidência da indonésia, além, é claro, da centralidade dos temas tratados.

⁵⁹ Lavrov walks out of G20 talks after denying Russia is causing food crisis. **The Guardian**. 8 jul 2022. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2022/jul/08/lavrov-leaves-g20-talks-early-denying-russia-causing-food-crisis>> Acesso em: 15 jul 2022

⁶⁰ Guerra domina reunião do G20 e Rússia repreende críticas 'desenfreadas' do Ocidente. **G1**. 8 jul 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2022/07/08/guerra-domina-reuniao-do-g20-e-russia-repreende-criticas-desenfreadas-do-ocidente.ghtml>> Acesso em: 15 jul 2022

⁶¹ Lavrov deixa reunião do G20: “Nada a falar com o Ocidente”. **Poder 360**. 8 jul 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/europa-em-guerra/lavrov-deixa-reuniao-do-g20-nada-ha-falar-com-o-ocidente/>> Acesso em: 15 jul 2022.

Como forma de iniciar as discussões, a Ministra das Finanças da Indonésia, Sri Mulyani Indrawati, e sua equipe realizaram algumas reuniões bilaterais com uma lista de Ministros das Finanças dos países membros do G20, antecedendo o evento oficial⁶². Cabe destacar o encontro com o Ministro das Finanças da China, Sr. Liu Kun. Em razão da pandemia e da demanda para implementar iniciativas globais, o ministro da China declarou apoio ao estabelecimento do Fundo Financeiro Intermediário (FFI) para Prevenção, Preparação e Resposta à Pandemia (PPR) no Banco Mundial. Assim, é esperado que na próxima reunião da presidência o presidente Xi Jinping possa declarar apoio oficial ao estabelecimento do fundo⁶³.

Outro destaque nessa agenda de encontros bilaterais foi com o Ministro da Economia do Brasil, Paulo Guedes⁶⁴. Durante o encontro, os dois ministros discutiram a agenda prioritária da presidência do G20 sobre o tema de tratamentos de questões globais (como a ameaça de uma pandemia, impactos das mudanças climáticas e a escalada de conflitos geopolíticos) e os impactos desencadeados por essas em múltiplos setores, como também discutir sobre políticas relacionadas às metas de Contribuição Nacionalmente Determinada (CND) e a Zero Emissão de Carbono (NZE), estabelecidas no Acordo de Paris. Ademais, da parte indonésia, buscou-se também o reforço ao compromisso e participação brasileira para com o Fundo Intermediário Financeiro (FIF). Os ministros entraram em acordo sobre a importância de fortalecerem laços de comércio e investimento entre seus países, fomentando também a diversificação de parcerias comerciais e assim mitigando riscos de dependências. Mais informações sobre o encontro não foram disponibilizadas.

Ainda como parte da terceira série de atividades do FMCBG, o Ministério das Finanças da Indonésia realizou em 14 de julho a Mesa Redonda de Finanças Sustentáveis de Alto Nível para uma Transição Climática⁶⁵. O evento, que contou com a presença de todos os membros do grupo e de organizações internacionais, tinha o intuito de explorar de modo mais aprofundado as questões e oportunidades para o financiamento sustentável da energia e da transição climática. Para tal, a Ministra de Finanças indonésia abriu a mesa com um apelo para a criação de Plataformas Nacionais, que seriam mecanismos baseadas no Quadro de Referência do G20 e promoveriam entre seus membros a exposição de estruturas políticas e abordagens para a descarbonização

⁶² Commencing the First Week of 3rd FMCBG, Finance Minister held a Bilateral Meeting and Attend Discussions. **G20**. 11 jul 2022. Disponível em: <<https://g20.org/commencing-the-first-week-of-3rd-fmcbg-finance-minister-held-a-bilateral-meeting-and-attend-discussions/>> Acesso em: 15 jul 2022

⁶³ Second day of 3rd FMCBG, FIF for World Health Architecture and Food Security discussion supported by China. **G20**. 12 jul 2022. Disponível em: <<https://g20.org/second-day-of-3rd-fmcbg-fif-for-world-health-architecture-and-food-security-discussion-supported-by-china/>> Acesso em: 15 jul 2022.

⁶⁴ Finance Minister Sri Mulyani and Brazil's Minister of Economy Agree to Support the Global Health and Sustainable Finance Agenda in Indonesia's G20 Presidency. **G20**. 13 jul 2022. Disponível em: <<https://g20.org/finance-minister-sri-mulyani-and-brazils-minister-of-economy-agree-to-support-the-global-health-and-sustainable-finance-agenda-in-indonesias-g20-presidency/>> Acesso em: 15 jul 2022.

⁶⁵ Indonesia G20 Presidency 2022 Prepares Roadmap, Policies, and Social Impact Mitigation Plan for Just and Affordable Climate Transition. **G20**. 14 jul 2022. Disponível em: <<https://g20.org/indonesia-g20-presidency-2022-prepares-roadmap-policies-and-social-impact-mitigation-plan-for-just-and-affordable-climate-transition/>> Acesso em: 15 jul 2022.

e auxiliariam os governos a financiar e alcançar uma bem-sucedida transição entre fontes de financiamento de natureza pública e privada e alavancas multilaterais e nacionais. Como forma de forte comprometimento com o combate às mudanças climáticas e de exemplo para outras iniciativas, foi-se também apresentado no evento o lançamento da Plataforma Nacional do Mecanismo de Transição Energética (MTE) da própria Indonésia⁶⁶.

Figura 2: 3ª Reunião dos Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais do G20 (FMCBG)



Fonte: G20, 2022.

O discurso de abertura da 3ª Reunião do FMCBG proferido pela Ministra das Finanças, Sri Mulyani Indrawati, salientou a necessidade da cooperação, colaboração e consenso entre os membros do bloco para enfrentar os desafios globais. As temáticas deliberadas foram divididas em sete agendas prioritárias: (i) economia global e riscos; (ii) questões globais de saúde; (iii) arquitetura financeira internacional; (iv) questões do setor financeiro; (v) finanças sustentáveis; (vi) desenvolvimento de infraestrutura; e (vii) tributação internacional.

Ainda que não haja um desfecho para essas questões ou a intenção da publicação de um comunicado oficial, tendo em vista o andamento síncrono do evento com a escrita deste informe e as cisões no bloco, o representante indonésio do G20 para finanças, Wempi Saputra, disse à agência Reuters que as primeiras discussões foram

⁶⁶ Indonesia Launched Energy Transition Mechanism Country Platform. **G20**. 15 jul 2022, Disponível em: <<https://g20.org/indonesia-launched-energy-transition-mechanism-country-platform/>> Acesso em: 15 jul 2022.

produtivas e que não houve troca de hostilidades com a Rússia como no encontro dos Ministros de Relações Exteriores⁶⁷.

Devido a sua influência e alcance, existe uma expectativa de que o G20 possa encontrar uma solução para os problemas ocasionados pela guerra, o aumento dos preços das commodities e os efeitos colaterais sobre a capacidade dos países de baixa renda em pagar a dívida externa. A Ministra das Finanças da Indonésia ainda incluiu a responsabilidade do bloco nesse quesito ao dizer que os membros estão cientes das consequências catastróficas caso falhem em trabalhar lado a lado. Por essa razão, ressaltou a necessidade dos países construírem pontes entre si para entregar ações concretas.

⁶⁷ G20 talks overshadowed by Ukraine war as host Indonesia seeks consensus. **Reuters**. 15 jul 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/asia-pacific/g20-finance-leaders-meet-bali-under-cloud-ukraine-war-2022-07-14/>> Acesso em: 15 jul 2022

O efeito multiplicador do BRICS *plus*

Claudia Hoirisch

Expansão do BRICS?

O presidente argentino Alberto Fernandez disse que seu país está pronto para se tornar um membro pleno dos BRICS. A Argentina recebeu apoio formal da China para ingressar no BRICS em 7/7 e sua adesão ao grupo ajudaria a promover a cooperação entre os BRICS e outros países da América Latina. A embaixada chinesa em Brasília apoia a entrada da Argentina, mas o Itamaraty vê com ressalvas uma possível expansão uma vez que o Brasil pode perder prestígio caso o país se junte à iniciativa.

O Irã apresentou formalmente seu pedido para se tornar um membro do BRICS e está pronto para oferecer seus recursos humanos, reservas energéticas e conquistas científicas para ajudar os países do BRICS a alcançar seus objetivos. Da mesma forma, Egito, Arábia Saudita e Turquia esperam aderir ao grupo em breve. A inclusão desses países não se daria ao mesmo tempo.

China, Rússia e Índia discutiram a questão da expansão do grupo na 14ª Cúpula dos BRICS, ocorrida em junho. Como o BRICS não é um tratado, qualquer pedido de adesão precisa ser discutido entre os cinco membros fundadores. Se a entrada desses países for aceita, aumentará a influência dos BRICS no mundo.

Em 2017, Egito, México, República da Guiné, Tajiquistão e Tailândia foram convidados a participar da reunião dos BRICS realizada em Xiamen, China. O NBD criado pelos países do BRICS (2015), anunciou a entrada de Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Uruguai em setembro de 2021 e do Egito em dezembro de 2021.

As possibilidades oferecidas pelo BRICS+ são substanciais, isso proporcionará o necessário "efeito multiplicador" no processo de cooperação e poderá desencadear um novo processo de globalização que conecta arranjos regionais no mundo desenvolvido e em desenvolvimento.

O 'Efeito Multiplicador' do BRICS+

A principal marca da presidência da China no agrupamento dos BRICS em 2022 foi a revelação de planos para institucionalizar o formato BRICS+ e explorar as possibilidades de expansão do núcleo do bloco BRICS. O debate atual sobre as trajetórias futuras do formato BRICS+ centra-se em saber se a expansão do bloco deve prosseguir um a um, adicionando novos países ao núcleo dos BRICS, ou através do formato de "integração de integrações", com a criação de uma plataforma para a cooperação de acordos regionais nos quais os países do BRICS são membros. Parece que ambas as formas são possíveis, mas há um fator no modelo regional de "integração das integrações" que tem mérito particular – é o multiplicador "BRICS+" que permite uma extensão significativa na extensão empreendida pelas principais economias dos BRICS em relação ao resto do Sul Global.

Em termos de escala, os efeitos dos dois formatos de expansão do BRICS podem ser ilustrados pela diferença entre a progressão aritmética (expansão um a um) e geométrica (integração das integrações).

Com relação à progressão aritmética, as ondas da expansão no núcleo dos BRICS podem envolver uma adição sequencial de um ou vários países representando os pesos pesados mais significativos, possivelmente membros do G20 do Sul Global.

A alternativa é a agregação dos blocos de integração regional de todos os cinco membros do BRICS – constituídas pelo Mercosul, União Econômica Eurasiana, Bimstec (Iniciativa Da Baía de Bengala para Cooperação Técnica e Econômica Multissetorial), Tratado de Livre Comércio ASEAN-China e União Aduaneira Sul-Africana, – levando à adição de até 25 membros do círculo BRICS+ que são os vizinhos/parceiros regionais dos BRICS.

Esta progressão geométrica BRICS+ pode ser levada para o próximo nível em que um círculo mais amplo de países está incluído na plataforma ampliada que compreende a União Africana, CELAC e as economias eurásianas do Sul Global.

A constelação eurásiana pode ser formada com base na agregação dos principais blocos de integração regional, como a Organização de Cooperação de Xangai (SCO), ASEAN, SAARC, EAEU, o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Tal plataforma estendida em todos os três continentes do Sul Global pode ser denominada TRIA ([Trilateral Intercontinental Alliance](#)) e compreende cerca de 125-130 economias em desenvolvimento.

Em outras palavras, para que os efeitos multiplicadores sejam aumentados, a plataforma BRICS+ de integração de integrações precisa ser baseada em alianças escaláveis e capazes de se conectar com outros blocos regionais.

Potencialmente, essa abordagem sequencial para a construção de alianças em todo o Sul Global com base na "integração de integrações" dos BRICS+ poderia se tornar uma base para reanálise do processo de globalização na economia mundial de baixo para cima (do nível dos países e blocos regionais).

Em termos de escala, os efeitos dos dois formatos de expansão do BRICS podem ser ilustrados pela diferença entre a progressão aritmética (expansão um a um) e geométrica (integração das integrações).

Com relação à progressão aritmética, as ondas da expansão no núcleo dos BRICS podem envolver uma adição sequencial de um ou vários países representando os pesos pesados mais significativos, possivelmente membros do G20 do Sul Global.

A alternativa é a agregação dos blocos de integração regional de todos os cinco membros do BRICS – constituídas pelo Mercosul, União Econômica Eurasiana, Bimstec (Iniciativa Da Baía de Bengala para Cooperação Técnica e Econômica Multissetorial), Tratado de Livre Comércio ASEAN-China e União Aduaneira Sul-Africana, – levando à adição de até 25 membros do círculo BRICS+ que são os vizinhos/parceiros regionais dos BRICS.

Esta progressão geométrica BRICS+ pode ser levada para o próximo nível em que um círculo mais amplo de países está incluído na plataforma ampliada que compreende a União Africana, CELAC e as economias eurásianas do Sul Global.

A constelação eurásiana pode ser formada com base na agregação dos principais blocos de integração regional, como a Organização de Cooperação de Xangai (SCO), ASEAN, SAARC, EAEU, o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Tal plataforma estendida em todos os três continentes do Sul Global pode ser denominada TRIA ([Trilateral Intercontinental Alliance](#)) e compreende cerca de 125-130 economias em desenvolvimento.

Em outras palavras, para que os efeitos multiplicadores sejam aumentados, a plataforma BRICS+ de integração de integrações precisa ser baseada em alianças escaláveis e capazes de se conectar com outros blocos regionais.

Potencialmente, essa abordagem sequencial para a construção de alianças em todo o Sul Global com base na "integração de integrações" dos BRICS+ poderia se tornar uma base para reanálise do processo de globalização na economia mundial de baixo para cima (do nível dos países e blocos regionais).

Saúde global e diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe

*Sebastián Tobar, Miryam Minayo
Montserrat Vargas Solórzano, Laura Guadalupe Rolón Gregorio
Juan Carlos Coronel Zarate, María del Carmen Calle Dávila de Saavedra
Bertha Luz Pineda Restrepo, Ivis Pavez Carrasco
Francisca Sabugo Brandes, Marisela Mallqui Osorio*

Apresentação

Como observado pela Cepal⁶⁸ (2022), a guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia gerou uma crise internacional cujos efeitos na América Latina e no Caribe devem ser analisados. O aumento dos preços dos combustíveis tem forte impacto nas economias da região e ocasiona importantes tensões sociais nos países.

O documento da Cepal que trata do impacto da Guerra de Ucrânia na região, assinala que *“A alta dos preços dos produtos energéticos e, em geral, dos produtos básicos, o forte aumento dos custos do transporte internacional, o agravamento dos problemas de oferta e o aumento da demanda nas economias desenvolvidas, analisados posteriormente, resultaram em um aumento da inflação global, que mostra aumentos desde o segundo semestre de 2020, atingindo máximos históricos no primeiro trimestre de 2022”*

Esse contexto somado às características dos países da região, como corrupção, gastos excessivos, fragilidade democrática, pobreza e desemprego, tem gerado importantes tensões sociais.

A segunda onda rosa, que parece surgir na América Latina, se vê diante de desafios muito mais difíceis do que aqueles que estavam presentes no contexto do início deste século.

Os desafios da onda rosa

A *“onda rosa”*⁶⁹ é um termo utilizado nas análises políticas no século XXI para descrever a percepção que a ideologia socialdemocrata e progressista em geral e a esquerda política em particular ganham mais força na América Latina.

A posse de Gustavo Petro na Colômbia encaixa mais uma peça do quebra-cabeça da política latino-americana, na qual presidentes de esquerda estão chegando ao poder em nossa região. Países como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia e México parecem estar avançando nessa direção, cenário que pode se completar com a chegada de Lula ao poder nas próximas eleições no Brasil.

⁶⁸ https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47912/3/S2200419_es.pdf

⁶⁹ De acordo a Wikipédia a origem do termo remonta a uma frase do repórter do New York Times, Larry Rohter, que na época da cobertura do noticiário fora de Montevidéu, caracterizou a eleição de Tabaré Vázquez como presidente do Uruguai *“Não tanto uma maré vermelha... bem uma rosa”*. O termo parece ser um jogo de palavras baseado na substituição do vermelho, a cor associada ao comunismo, pelo tom mais suave de rosa, para indicar a ascensão de forças socialistas mais moderadas. https://es.m.wikipedia.org/wiki/Marea_rosa

Há, no entanto, uma grande diferença no panorama econômico e social na qual emergiu a primeira onda rosa e a atual. A primeira se beneficiou do boom de matérias-primas e de um cenário macroeconômico com vantagens comparativas para a região, além de uma redução significativa das taxas de juros nos EUA.

A segunda, no entanto, chega fortemente impactada pela crise da pandemia da Covid-19 e pela guerra na Ucrânia, além de enfrentar o aumento significativo da taxa de juros nos EUA, em confronto geopolítico com a China, espaço fiscal limitado após uma pandemia e fuga de capitais dos países mais frágeis para os “*fly to quality*”, o que retira o financiamento dos Estados e freia os projetos de investimentos na região.

Essa conjuntura econômica e social tem repercutido nas lideranças de esquerda da América Latina, ocasionando uma crise de legitimidade e afetado boa parte de seu capital político, como é o caso dos presidentes da Argentina, Chile e Peru, que navegam com certa vulnerabilidade.

Outro fenômeno que parece ter aumentado na região é a lacuna ou grande polarização da sociedade, que tende a dificultar os esforços de consenso entre os partidos e de promoção de reformas, às vezes difíceis, mas necessárias.

O surgimento dessa nova onda rosa na região aumenta as expectativas de superação da letargia em que se encontram os processos de integração, com a retomada de um caminho de unidade que a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) havia aberto e a revitalização da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Será assim?

Embora sejam iniciativas alicerçadas em princípios políticos e ideológicos e não econômicos, no cenário atual, o comércio intrarregional diminuiu e deverá diminuir ainda mais diante da forte presença da China como destino das exportações da região.

O Brasil, por exemplo, era o parceiro comercial mais importante da Argentina, o que foi fundamental para a criação do Mercosul e a necessidade da livre circulação de mercadorias. Mas, aos poucos, a China despontou como um importante destino das exportações argentinas. No Uruguai, tanto o atual presidente, Lacalle Pou⁷⁰, quanto a oposição da Frente Ampla expressaram a necessidade de maior abertura à China e a outros atores não pertencentes ao bloco. A mudança no cenário geopolítico condiciona, de certa forma, as possibilidades de integração.

A agenda ambiental e de mudanças climáticas parece ter uma chance com o surgimento dessa nova onda rosa. Gabriel Boric, no Chile, e Gustavo Petro, na Colômbia, já se manifestaram nesse sentido, ao qual o Brasil pode se juntar, em um possível cenário de vitória do presidente Lula. Isso poderia pressagiar uma possível ação coletiva conjunta na diplomacia ambiental global.

Visão geral dos países da região:

⁷⁰ O Presidente de Uruguai vem batalhando apontando que o Mercosul encontra-se estagnado e pouco ajuda ao crescimento de seu país, nesse sentido assinala que o artigo 8 do Tratado do Mercosul permitirá avanços na negociação com China de um TLC. Só para lembrar que Paraguai tem um acordo especial de comércio com Taiwan. <https://www.infobae.com/politica/2022/07/16/la-cumbre-del-mercosur-en-asuncion-corre-peligro-por-las-diferencias-entre-los-presidentes-y-la-invasion-rusa-a-ucrania/>

A **Argentina** tenta surfar as ondas da crise econômica atual, enquanto enfrenta grandes tensões dentro da própria coalizão peronista, que levou ao presidente Fernández⁷¹. O país experimenta o aumento da pobreza e a inflação crônica de mais de 50% ao ano. Existem restrições econômicas, já que uma maior desvalorização implica mais pobreza. O governo tem procurado manter relações cordiais com os EUA, ao mesmo tempo em que aprofunda as relações com China e Rússia, priorizando os investimentos desses últimos na área nuclear, ferroviária e de mineração de lítio, petróleo e gás, em especial em Vaca Muerta⁷². Paralelamente, o país tem aumentado suas exportações para o gigante asiático de carne bovina e soja, entre outros.

No **Chile**, Boric assumiu o cargo de presidente com grandes expectativas após importantes mobilizações e protestos sociais devido à grande desigualdade no país. O novo presidente prometeu profundas reformas do modelo econômico chileno, do sistema de previdência privada e do sistema de saúde. Ele deve governar com um congresso dividido para aprovar uma nova constituição de natureza muito progressista. (Ver artigo Saúde na Proposta de Constituição do Chile).

Na **Colômbia**, o novo presidente Petro chega ao poder com muitas expectativas de mudança em meio a um cenário de desemprego, desigualdade, criminalidade (guerrilhas, paramilitares e ações das forças militares e de segurança), violação dos direitos humanos e sendo um dos países que recebem a maior quantidade de migrantes venezuelanos. O presidente Petro enfrenta um país altamente dividido e o desafio de construir em conjunto com a oposição.

Na **República Dominicana**, o presidente Luis Abinader foi eleito em 2020, encerrando 16 anos de domínio do Partido da Libertação Dominicana e promovendo a luta contra a corrupção e o desvio de fundos do governo anterior. O presidente tem procurado melhorar a relação sub-regional na América Central ao aderir à Aliança para o Desenvolvimento na Democracia com Costa Rica e Panamá, que promove cinco eixos: liderança regional; migração e refúgio; sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas; segurança, justiça e combate à corrupção; crescimento econômico; e oportunidades sociais e trabalhistas. O governo de Abinader foi criticado por maus-tratos aos haitianos em meio ao aumento das deportações e à construção de um muro na fronteira^{73,74}.

Na **Bolívia**⁷⁵, o presidente Luís Arce foi eleito por um percentual importante dos votos populares (55%) e a política tem sido marcada por uma grande brecha entre os bolivianos, uma divisão entre o partido Movimento ao Socialismo (MAS) e os contra o MAS. O MAS é o partido territorialmente mais importante da Bolívia dos últimos 20 anos. A crise derivada da pandemia

⁷¹ A própria Vice-presidente Cristina Fernández de Kirchner tem formulado fortes críticas ao presidente Fernández e a seu Ex-Ministro de Economia Martín Gusmán, o que precipitou a sua demissão

⁷² Vaca Muerta é uma formação geológica jazida de hidrocarbonos não convencionais com maior potencial de desenvolvimento do mundo, segundo estudo da Accenture Consulting.
https://www.clarin.com/politica/Vaca-Muerta-yacimiento-convencional-potencial_0_SypENbj9P7g.html?pwclarin-g&gclid=CjwKCAjwrNmWBhA4EiwAHbjEQM9VsAW-ndetqSrsiexbjCRSTy20aQBTf_oFXmdEzo2wvTr-Z_5hPBoCwtQQAvD_BwE

⁷³ Abinader tem se manifestado publicamente apontando que "A República Dominicana não pode assumir a crise política e econômica daquele país (Haiti), nem resolver o resto de seus problemas"
<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-61252830>

⁷⁴ <https://www.pagina12.com.ar/402954-republica-dominicana-comenzo-a-construir-un-muro-en-la-front>

⁷⁵ <https://youtu.be/oGbnwFWleJl>

tem gerado uma queda da economia do 10% e do PBI. O presidente tem o maior apoio e popularidade, enquanto a oposição está muito fragmentada. No que se refere à pandemia da Covid-19, a Bolívia enfrenta a quinta onda, com relação ao número de casos, mas com letalidade mais baixa por conta da vacinação. O governo acertou ao procurar comprar uma grande quantidade de vacinas o que trouxe um bom resultado para o país. A economia ainda não recuperou o crescimento pré-pandêmico, mas está em processo de recuperação da economia, com uma inflação anual do 2% e crescimento do emprego. A guerra tem impactado no preço dos hidrocarbonetos, e ainda que a Bolívia seja exportadora, ela necessita importar petróleo.

No **México**, o presidente Andrés Manuel López Obrador - AMLO, desde que estava na presidência da Celac, liderou os esforços em resposta da Pandemia com ambições de protagonismo ⁷⁶. Mais recentemente, durante uma entrevista coletiva em 21 de junho, AMLO destacou a importância do "avanço do movimento progressista" na América Latina, mas destacou que o México não buscará liderar governos de países latino-americanos onde há lideranças de esquerda, apesar de sua boa reputação para a gestão da política externa. *"A política atual do México não é nova, foi esquecida durante o período neoliberal porque também retrocedeu nisso, mas não aspiramos a nenhuma liderança. Queremos uma relação horizontal entre todos os povos e governos das Américas, não uma política externa de ponta"*, declarou AMLO. Segundo o presidente: *"O México buscará a unidade dos países latino-americanos com os EUA e o Canadá para ter uma região do mundo que se fortaleça atuando de forma coordenada, integrada, com respeito à soberania, sem domínios hegemônicos"*⁷⁷.

No **Peru**, a falta de experiência do presidente Pedro Castillo tem sido evidenciada, e um indicador disso são as frequentes mudanças de gabinete, acusações de corrupção⁷⁸ e problemas gerenciais. As tensas relações com o Parlamento dificultam as promessas de reforma da Constituição. Apesar das tensões políticas, a economia conseguiu crescer 13,5% em 2021, recuperando-se da recessão do ano anterior. A economia é amplamente beneficiada pela renda da mineração e do petróleo, em um cenário de baixos salários e precarização do emprego.

Na **Venezuela**, a inflação continua muito alta, mas o aumento da produção e os altos preços do petróleo (a produção de petróleo cru cresceu até chegar a 718.000 barris diários) e a dolarização contribuíram para uma recuperação econômica⁷⁹ após uma queda de 35% no PIB em 2019, segundo o FMI. O governo Maduro promoveu a mineração na Amazônia venezuelana, contribuindo para a degradação ambiental e a violência nas áreas de mineração. Os conflitos são comuns na fronteira Colômbia-Venezuela, onde guerrilhas colombianas e grupos criminosos organizados lutam para controlar o território. Estima-se que mais de 6 milhões de venezuelanos já deixaram o país e muitos solicitaram ajuda humanitária. O Estudo sobre condições de vida

⁷⁶ O México como Presidente da CELAC promoveu uma série de reuniões ministeriais e técnicas em relação à pandemia, nas quais participaram OPAS, CEPAL e outras organizações regionais. Talvez o mais importante tenha sido ligado à produção da vacina AstraZeneca entre México e Argentina. <https://revistamovimiento.com/internacional/la-salud-en-la-celac/>

⁷⁷ <https://www.infobae.com/america/mexico/2022/06/21/amlo-nego-que-mexico-busque-liderazgo-con-gobiernos-progresista-de-america-latina/>

⁷⁸ O próprio Presidente Castillo enfrenta, junto a dois sobrinhos, enfrenta um processo judicial pelo tráfico de influências e vinculação a uma licitação da obra pública na Amazônia. No momento que fez um ano de seu mandato, tem um processo aberto na justiça com ameaças de demissão pelo Congresso e a decepção de seus eleitores. <https://elpais.com/internacional/2022-07-09/los-frentes-abiertos-de-pedro-castillo-agudizan-la-inestabilidad-politica-de-peru.html>

⁷⁹ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-61728010>

Encovi, desenvolvido pela Universidade Católica Andrés Bello aponta que há 24,8% de venezuelanos em situação de pobreza e que 60% da população vive em condições de insegurança alimentar entre moderada e grave.

Panamá sofre a maior crise social desde a queda da ditadura militar

Há duas semanas, os panamenhos vêm protestando contra a inflação e a corrupção. A rodovia Pan-Americana está paralisada, com a manifestação de sindicatos, lideranças indígenas e estudantes. Por ser a principal via de acesso à capital, a paralisação gerou desabastecimento.

Os panamenhos se queixam do alto preço da cesta básica, do combustível e dos medicamentos. O descontentamento surgiu num cenário de inflação homóloga de 4,2% e uma taxa de desemprego na ordem dos 10%. O preço do combustível aumentou 47% desde o início do ano. O governo, em resposta à inflação, declarou o congelamento dos preços de uma dezena de produtos da cesta básica e a redução dos gastos das autoridades governamentais, mas os cidadãos consideram insuficiente.

Em relação aos medicamentos, seu alto preço gerou desabastecimento na previdência social, que abrange 75% da população, bem como no Ministério da Saúde. Os preços dos medicamentos farmacêuticos são os mais altos da região.

As manifestações acontecem em um cenário de questionamento dos salários do poder público, corrupção e gastos excessivos dos parlamentares.

O Panamá tem uma economia dolarizada, altas taxas de crescimento e um canal que liga o Oceano Pacífico ao Atlântico, contribuindo com mais de 2 bilhões de dólares anuais, mas tem as maiores taxas de desigualdade do mundo, com 20% da população vivendo na pobreza, mais da metade da população inserida no setor informal da economia e precários serviços públicos de saúde e educação⁸⁰.

A Transparência Internacional informou que as manifestações são produto de um *endividamento público dramático*⁸¹ destinado ao que parece ser um uso discricionário motivado por objetivos políticos. Por sua vez, sindicatos e representantes indígenas e estudantis pedem austeridade.

O governo pediu o diálogo, enquanto a Igreja Católica se ofereceu para mediar na busca de soluções. Os protestos foram pacíficos, mesmo com música e danças, apenas confrontos isolados foram encontrados.

Observa-se uma crise de credibilidade de um governo, que não está conseguindo resolver em um cenário em que a inflação anual chega a 4,2%, em um país que não está acostumado a esse tipo de manifestação. O país espera controle de gastos, mas isso anda de mãos dadas com medidas concretas e, sobretudo, com um Plano.

O presidente Laurentino Cortizo⁸² anunciou medidas de austeridade, mas não é fácil reduzir a força de trabalho dos funcionários públicos e os gastos públicos. O Estado é um grande empregador ou agência de emprego de 80.000 pessoas com um orçamento de 25.000 milhões

⁸⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=zuSDFy6liaA>

⁸¹ <https://www.youtube.com/watch?v=kgDX45rL7t0>

⁸² Laurentino Cortizo Cohen é um político, administrador e fazendeiro panamenho. Desde o 1 de julho de 2019, é o atual presidente de Panamá logo de vencer nas eleições de 2019 e obter o 33,18 % do total dos votos.

de dólares e uma dívida pública acumulada para 2022, que ultrapassa os 44.000 milhões de dólares. Reduzir 10% desses funcionários não é fácil e terá impacto na renda e nas condições de vida das pessoas. A proximidade com as eleições complica ainda mais essa redução de pessoal, que é incorporado ao Estado à luz das redes de clientelismo político.

Haiti entre a crise política, social e econômica devido ao aumento do combustível

O Haiti⁸³ vive uma das maiores crises sociais da América Latina, com manifestações de violência, insegurança, inflação e corrupção. Em uma semana, 90 pessoas foram mortas por confrontos de gangues em Porto Príncipe e a vida cotidiana está paralisada. A situação é crítica porque há fome, pobreza e as crianças não podem ir à escola e há falta de resposta do governo.

Devido à difícil situação política após o assassinato do presidente Jovenel Moise⁸⁴, o primeiro-ministro assumiu o comando interino e declarou estado de sítio. Soma-se à pobreza estrutural que o país vive historicamente, a crise causada pela pandemia, a instabilidade política e o impacto do aumento dos preços do petróleo em decorrência da guerra na Ucrânia.

Além do estado de sítio, o primeiro-ministro estabeleceu tribunais militares, reforçou a presença das forças de segurança nas fronteiras e fechou voos internacionais⁸⁵.

A comunidade internacional manifestou seu repúdio à morte do presidente e alguns países, como a Colômbia, solicitaram a intervenção da OEA na política haitiana.

À crise política somaram-se a má gestão da Covid-19 e o aumento significativo do combustível, a violência e a criação de gangues urbanas na cidade de Porto Príncipe⁸⁶.

Até 2017, as tropas de paz da ONU estavam no país e foram retiradas após 15 anos, considerando que haviam restaurado a lei e a ordem no país mais pobre da América Latina, onde quase 60% da população sobrevive com menos de US\$ 2,40 por dia.

A situação política, econômica e de segurança no Haiti ameaça ter efeitos colaterais em termos de aumento da migração, tráfico de armas e drogas, causando alarme na comunidade internacional. Isso gerou que na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, a Comissão de Relações Exteriores realizou uma audiência especial sobre o Haiti.

III Encontro de Coordenadores Nacionais e Oficiais de Cooperação: Juntos por uma Ibero-América justa e sustentável⁸⁷

Coordenadores Nacionais e Responsáveis de Cooperação dos 22 países da Comunidade Ibero-Americana se reuniram nos dias de 7 e 8 de julho, em Madrid, para a terceira reunião

⁸³ Haiti tem sido um dos países da região que mais cedo declarou sua independência da França em 1 de janeiro de 1804, graças à única sublevação de escravos com sucesso na história e a primeira república negra do mundo. Embora, o país tem uma longa história de ditaduras, democracias frágeis e crises econômicas e sociais.

⁸⁴ Jovenel Moise foi assassinado por um grupo de pessoas não identificado que agrediu sua residência em Port-au-Prince. O governo de Moise já passava por questões políticas porque as eleições que o consagraram presidente em 2015 tiveram índices altíssimos de abstenção e apenas 20% da população compareceu ao voto. Moise venceu com 800.000 votos em um país de 11 milhões de haitianos.

⁸⁵ http://izquierdawe.com/haiti-asesinan-al-presidente-jovenel-moise-y-crece-la-crisis-politica/?gclid=Cj0KQCjwidSWBhDdARIsAloTVb1WZJBGHSVSjhk-NA4K1yfEpYX180saEhcO2SON5-KObcEopwJUqXlaAj6KEALw_wcB

⁸⁶ <https://www.reuters.com/article/us-haiti-violence-feature-idUSKBN1YE2RX>

⁸⁷ <https://www.segib.org/el-iii-foro-iberoamericano-de-innovacion-abierta-impulsa-el-emprendimiento-empresarial-que-se-multiplico-por-32-en-la-ultima-decada/>

preparatória para a XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que será realizada na República Dominicana no primeiro trimestre de 2023 sob o lema: “Juntos por uma Ibero-América justa e sustentável”.

Andrés Allamand, Secretário-Geral Ibero-Americano, detalhou através de um Relatório de Atividades as linhas de ação implementadas pela Segib durante o período de transição e uma vez que assumiu o cargo.

As reuniões também permitiram a troca de ideias e opiniões por meio de dois Workshops divididos em Grupos de Trabalho entre os Responsáveis Cooperação com o objetivo de finalizar os detalhes para a futura aprovação do III Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana (Pacci).

O encontro também contou com a presença do Secretário-Geral da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), Mariano Jabonero; a Secretária-Geral da Organização Ibero-Americana de Segurança Social (OISS), Gina Riaño, o Secretário-Geral da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB), Enrique Gil Botero, e o representante máximo da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), Max Trejo.

ORAS-CONHU lança o documento sobre Desigualdades Sociais em Saúde. Linha de base para uma recuperação transformadora com inclusão social e sustentabilidade ambiental nos países da região andina^{88,89}

A Organização Andina de Saúde - Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) tem a missão de harmonizar, articular e implementar decisões em matéria de saúde, por meio de políticas públicas, planos, projetos, pesquisas conjuntas, trocas de experiências e iniciativas de cooperação técnica, para combater as desigualdades e desigualdades em saúde.

O problema das desigualdades em saúde é prioritário, pois a distribuição desigual de recursos sociais, econômicos e de poder viola direitos e nega a possibilidade de as pessoas desenvolverem suas capacidades para alcançar uma vida plena de dignidade, bem-estar e saúde. As desigualdades são produzidas e sustentadas socialmente por meio de diversos mecanismos (exploração, exclusão, hierarquização, entre outros), porém, como afirma o sociólogo Therborn (2015, p. 63): qualquer análise exaustiva da desigualdade deve atender aos modos possíveis de superá-la.

Precisamente, sobre as ações para enfrentar as desigualdades em saúde, na Resolução XXXIX/547, de 11 de junho de 2021, os ministros da saúde dos seis países andinos resolveram: aprovar a formação da Mesa Intersectorial Andina de Coordenação contra as Desigualdades em Saúde, que promove a criação de um sistema de monitoramento regional com ênfase na redução das desigualdades sociais em saúde e na influência das políticas públicas para atingir as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3): Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.

Como consequência da referida resolução, em agosto de 2021, foi instalada a Mesa Andina com delegados dos Ministérios da Saúde dos seis países andinos, a equipe ORAS-CONHU, o Programa Sub-regional para a América do Sul e assessores regionais da OPAS. /OMS.

⁸⁸ A publicação encontra-se disponível em: https://www.orasconhu.org/sites/default/files/DESIGUALDADES_SOCIALES_EN_SALUD_2022.pdf

⁸⁹ Preparado por: María del Carmen Calle Dávila, Marisela Mallqui Osorio e Bertha Luz Pineda Restrepo

Posteriormente, foram integradas a Divisão de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a Mesa Redonda de Combate à Pobreza do Peru.

A publicação sobre desigualdades sociais em saúde publicada, em junho de 2022, pela ORAS-CONHU, resume os resultados do trabalho coletivo com a Mesa Andina. Em termos introdutórios, o documento constitui a primeira versão de um processo de desenvolvimento de indicadores para uma linha de base, composto por cinco capítulos. Parte-se dos fundamentos conceituais e teóricos construídos para definir o fenômeno da desigualdade e suas implicações nas disparidades em saúde, bem como os tipos de desigualdade desenvolvidos em teorias de diversas disciplinas sociais e os indicadores desenhados para sua mensuração. Em seguida, caracterizam-se as dimensões espaço-temporais do contexto latino-americano e da região andina, e destaca-se o que aconteceu no período da globalização para, em seguida, apresentar um estado da situação das desigualdades sociais em saúde, para finalmente mostrar os desafios, entre os quais se destaca o plano de ação regional (Política Andina) com referência à Agenda 2030 e os indicadores de linha de base a serem usados como referência para comparação.

Em relação aos termos envolvidos neste estudo, o capítulo 1 desenvolve a noção de linha de base e mostra que esse tipo de trabalho é construído para ter um ponto de referência inicial. Nesse sentido, a linha de base descreve “a situação inicial da população, bem como a mudança que se espera nela após o início do projeto, de forma a permitir a tomada de decisões baseadas em evidências”. (MVCS, 2020, p. 10). Para delimitar essa situação inicial que serve de referência, partimos da operacionalização de conceitos para construir variáveis e indicadores, ou seja, os atributos ou características, bem como as medidas observáveis para sua observação, os chamados indicadores. É claro que o desenho dessas variáveis e indicadores é sugerido pela Agenda 2030, particularmente no que diz respeito ao objetivo de desenvolvimento nº 3: *“Saúde e bem-estar nos países andinos: Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar de todas as pessoas. idades”*.

No Capítulo 2, são adotadas inicialmente as definições dadas por pesquisadores da sociologia da desigualdade como François Dubet e Göran Therborn, além de estudos clássicos de economistas como Amartya Sen, Anthony Atkinson e Thomas Piketty, para chegar à conclusão de que devemos falar de desigualdades múltiplas, pois nem todas obedecem à mesma lógica, assim, enquanto as desigualdades de renda estão associadas às diferenças de classe, as desigualdades existenciais expressam aspectos persistentes na história ligados a estereótipos de gênero e étnicos, mas da mesma forma, ambientais, geracionais, devido à mobilidade humana, surgem capacidades, ocupacionais, territoriais e as existentes entre países. Em suma, é um conjunto amplo e complexo de desigualdades (“múltiplas”) que interagem constantemente entre si e que, além disso, são cumulativas, ou seja, podem ocorrer (e, de fato, ocorrem) simultaneamente na mesma pessoa (ou um grupo delas, que partilham o mesmo perfil) o que agrava ainda mais as desigualdades particulares. Portanto, é prioritário estabelecer as conexões e interações correspondentes.

Por outro lado, o Capítulo 3 mostra o quadro contextual do problema da desigualdade na região andina. A análise assume que a desigualdade é antiga, mas todos os estudos disponíveis mostram que ela cresceu exponencialmente desde 1980, como resultado da implementação de modelos de desenvolvimento exclusivos e insustentáveis que afetam muito mais as sociedades carentes de sistemas de proteção eficazes. tempo de ter que enfrentar novos e grandes desafios, como a pandemia, da qual ainda não foi possível sair satisfatoriamente.

A pandemia definitivamente foi seletiva e não afetou todas as pessoas igualmente, o que destaca as desigualdades anteriores como determinantes sociais. Assim, em praticamente todos os países da América Latina em geral, e os da região andina em particular, desde as décadas de 1980 e 1990, várias reformas dos sistemas de saúde estão em andamento, buscando torná-los mais eficazes e eficientes na atenção à saúde. dos serviços de saúde, procurando aproximá-los da garantia do direito à saúde para todas as pessoas. Nesse sentido, foram tentadas reformas de mercado (que privatizaram áreas relevantes da gestão da saúde que limitam o alcance da saúde pública como tal) que não resolveram os problemas de acesso e qualidade que se pretendiam resolver, e os problemas permanecem, entre os quais se destacam os ligados à fragmentação, segmentação e subfinanciamento.

O Capítulo 4 reflete a situação de desigualdade na América Latina e parte da consideração de que esta é a região mais desigual do mundo. Evidenciam-se os indicadores de pobreza e desigualdade existentes em múltiplos relatórios internacionais, especialmente no que diz respeito aos países andinos, o que constitui o primeiro esboço básico para caracterizar a região andina e sua situação de desigualdade em saúde.

Por fim, no capítulo 5, o trabalho busca dar uma contribuição mais original para captar a proposta de indicadores de desigualdade em saúde a serem monitorados nos países andinos, e leva em conta as diretrizes do Objetivo 3 dos ODS da Agenda 2030. Com esses orçamentos, propõem-se as bases de um Plano de Ação Regional (Política Andina) sobre Desigualdades Sociais em Saúde, focado em critérios básicos como assumir o enfoque “desigualdades múltiplas” e atuar sobre o conjunto de desigualdades existentes, por meio de estratégias holísticas, construída com base no caráter cumulativo e interseccional de tais desigualdades, nas mesmas pessoas e comunidades.

No que diz respeito à caracterização do contexto, o critério central consiste em partir do caráter estrutural da crise que a região atravessa, centrada em fortes retrocessos económicos e sociais, sistemas de proteção social precários e democracias frágeis, que levam a que esse impacto de crise seja mais e pior nos setores excluídos. Menciona-se ainda a necessidade de incorporar decisivamente as categorias de análise voltadas para a estratificação social da população, construídas a partir de informações sobre distribuição de renda, cruzando todas as demais variáveis e o tratamento dos indicadores selecionados, com essa perspectiva. Para melhor operacionalizar o conceito de desigualdades múltiplas, é preciso partir da classificação da população como um todo em torno dos principais eixos estruturantes das desigualdades (gênero, gerações, etnias/raças, território, mobilidade humana, deficiências, capacidades) e as abordagens “relacionais” correspondentes. E para realizar o monitoramento, recomenda-se fortalecer o trabalho intersetorial e a institucionalização do monitoramento das desigualdades em saúde nos seis países andinos. Da mesma forma, é utilizada uma estratégia de métodos mistos, uma vez que é essencial melhorar e completar a análise qualitativa e quantitativa em coerência com o quadro conceptual das múltiplas desigualdades.

Na mesma direção, propõem-se outros desafios em que é preciso avançar nos níveis de atuação intersetorial para contribuir com aspectos como: 1) Melhorar o papel mais ativo da gestão do setor saúde e limitar as margens de autonomia com que as dinâmicas de mercado são geridas neste domínio, através de regulamentações mais pertinentes e eficazes. 2) Rever e transformar os sistemas de saúde atualmente vigentes com o objetivo de superar suas duas principais limitações (segmentação e fragmentação) para estarem em melhores condições de garantir o acesso universal à saúde. 3) Aprimorar os mecanismos de financiamento do setor saúde que assegurem e superem a atual existência de diferentes modalidades que reforçam a

desigualdade. 4) Melhorar o desempenho dos profissionais de saúde no enfrentamento das desigualdades sociais em saúde, para o que são necessárias estratégias de formação nesse sentido, avaliar e ajustar suas próprias práticas e rotinas diárias de trabalho, fomentar relações mais empáticas com os usuários e promover a participação social. Nesse sentido, é fundamental abordar a intersectorialidade das desigualdades e o desenvolvimento de abordagens como “Uma Saúde”. 5) Implantar estratégias de informação, educação e comunicação baseadas na comunidade e com uma abordagem baseada em direitos, proativa e que legitime mais e melhor essas novas ênfases no combate às desigualdades sociais em saúde. Por fim, destaca-se a prioridade de fortalecer as capacidades de gestão para o desenvolvimento de políticas públicas que sejam desenhadas e implementadas no futuro e tenham mais e melhor apoio. No seu conjunto, estas e outras medidas conexas que venham a ser definidas, oportunamente, deverão permitir avanços substanciais neste domínio para, assim, contribuir para o cumprimento da Agenda 2030, “não deixando ninguém para trás”.

O relatório tem dois anexos importantes: um conjunto mínimo de indicadores a serem usados como ponto de partida e apresenta dados sobre os indicadores do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3: Saúde e bem-estar. Em conclusão, a evolução até à data da Linha de Base Regional, neste sentido, disponibiliza a informação disponível em grandes agregados e aberturas informativas, mas não com este tipo de cruzamentos simultâneos. Os ODS, nesse sentido, reúnem indicadores relevantes que possuem uma lógica geral e específica própria, mas ainda não foi possível cumprir o que está estabelecido em importante nota de rodapé dos documentos oficiais das Nações Unidas: “os indicadores de os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem ser desagregados, quando relevante, por renda, gênero, idade, raça, origem étnica, status de imigração, deficiência, localização geográfica e outras características, de acordo com os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais”⁹⁰.

A chave, portanto, tem sido e está focada nessa “desagregação” da informação, mas o progresso ainda é parcial e insuficiente. Para isso, torna-se imperativo o desenvolvimento de iniciativas holísticas e abrangentes, que congreguem esforços de diferentes instituições governamentais (Ministérios da Saúde, Desenvolvimento Social e Economia, Institutos Nacionais de Estatística, entre outras) e não governamentais. Tudo isso merece que -no marco do Plano de Ação Regional a ser desenhado e implementado- seja centralizado um Observatório Regional Andino de Desigualdades Sociais em Saúde, para realizar regularmente as tarefas de monitoramento e avaliação correspondentes e influenciar as políticas para alcançar as metas do ODS 3 e avançar no efetivo exercício do direito à saúde da população com justiça social e ambiental.

A saúde no projeto da nova Constituição chilena⁹¹

O Chile acordou um projeto final de uma nova constituição para seu país. O projeto da Constituição Política do Chile nasceu em virtude do que os analistas políticos chamaram de “Explosão Social⁹²”. Uma série de manifestações iniciadas em 18 de outubro de 2019, que conseguiram ser processadas em um acordo político transversal assinado em 15 de novembro

⁹⁰ ONU (2015) Labor de la Comisión de Estadística en Relación con la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible A/RES/71/313. New York.

⁹¹ Preparado por: Sebastián Tobar, Ivis Carolina Pavez Carrasco e Francisca Sabugo Brandes

⁹² Ver “#Chiledespertó: causas del estallido social en Chile” César Jiménez-Yañez http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032020000400008

Tambem: “Cronología del Estallido Social” Deutsche Welle 25.11.2019 <https://www.dw.com/es/la-cronolog%C3%ADa-del-estallido-social-de-chile/a-51407726>

do mesmo ano. Este deu origem a um processo de várias etapas que terminará em 4 de setembro de 2022, com a plebiscito de aprovação ou rejeição do referido projeto. O projeto apresentado, composto por 388 artigos, inicia-se com o preâmbulo:

"Nós, o povo do Chile, formado por várias nações, concedemos livremente a nós mesmos esta Constituição, acordada em um processo participativo, igualitário e democrático."

O artigo 1º define o país como um "...Estado social e democrático de direito, é multinacional, intercultural e ecológico". ...*"uma república solidária"* com *"Sua democracia é inclusiva e igualitária"*. Reconhece a dignidade, a liberdade, a igualdade substantiva do ser humano e sua relação indissolúvel com a natureza como *"valores intrínsecos e inalienáveis"*. O mesmo artigo 1 define que é *"... dever do Estado gerar as condições necessárias e fornecer os bens e serviços para assegurar o gozo igual dos direitos e a integração das pessoas na vida política, econômica, social e cultural para o seu pleno prazer. em desenvolvimento."*

O artigo 44 estabelece que: *"Toda pessoa tem direito à saúde e ao bem-estar integral, inclusive em suas dimensões física e mental"*.

Cabe destacar que a atual constituição política foi promulgada em 1980, durante a ditadura de Pinochet e em seu artigo 19 foi consagrado um catálogo básico de direitos fundamentais, indicando especificamente a saúde:

"Artigo 19. A Constituição assegura a todas as pessoas:

1º.- O direito à vida e à integridade física e mental da pessoa.

A lei protege a vida do nascituro...

Na Constituição vigente, a saúde aparece vinculada à sua proteção e o Estado como tendo que proteger *"o acesso livre e igualitário às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e reabilitação do indivíduo"*. Da mesma forma, afirma-se que: *"É dever preferencial do Estado garantir a execução das ações de saúde, sejam elas prestadas por meio de instituições públicas ou privadas, na forma e nas condições determinadas por lei, que podem estabelecer contribuições obrigatórias... Cada pessoa terá o direito de escolher o sistema de saúde a que deseja recorrer, seja estatal ou privado;"*⁹³

A consideração dos povos nativos e indígenas aparece em toda a Constituição Nacional do Chile. Nesse sentido, propõe-se que: *"Os povos e nações indígenas têm direito a seus próprios medicamentos tradicionais, a manter suas práticas de saúde e conservar os componentes naturais que as sustentam"*. É muito interessante, porque o Chile é um dos países que tem experiências importantes na incorporação do modelo da medicina tradicional em seu sistema de saúde.

Para garantir o direito à saúde, o Estado se apresenta como aquele que deve alcançar esse direito e o importante é que a constituição indica a necessidade de tomar decisões que impactem *"... os determinantes sociais e ambientais da saúde da população"* (Ponto 3 do artigo 33.º). A *"administração do sistema de saúde, incluindo a regulação, supervisão e controle das instituições públicas e privadas"* também é estabelecida.

⁹³ <https://www.bcn.cl/procesoconstituyente/comparadordeconstituciones/constitucion/chl>

A nova constituição proposta estabelece a visão e os princípios que orientam o papel do Sistema Nacional de Saúde do Chile, afirmando que será *“universal, público e integrado. Rege-se pelos princípios de equidade, solidariedade, interculturalidade, relevância territorial, desconcentração, eficiência, qualidade, oportunidade, abordagem de gênero, progressividade e não discriminação”*.

O Sistema de Saúde chileno, em vigor desde sua criação, em 1952, passou por uma série de mudanças e reformas e foi construído historicamente desde então. Sem dúvida, algumas mudanças promovidas pelo governo militar foram fundadas, onde são criados os Institutos de Previdência Social -ISAPRES. O Sistema Nacional de Serviços de Saúde (SNSS) foi configurado com serviços de saúde e algumas instituições autônomas; a municipalização da Atenção Primária à Saúde, a criação do Fundo Nacional de Saúde - FONASA, a criação de empresas privadas para administrar as contribuições ou contribuições previdenciárias; a associação com Fundos de Pensões, a criação dos Institutos de Saúde Previdenciária-ISAPRES; a criação da Superintendência do ISAPRES (Lei 18.933/90).

Mais recentemente, em 2002, em democracia, foi promovido um conjunto de reformas do setor da saúde (cinco projetos de lei) e em 2005 entraram em vigor a Lei da Autoridade Sanitária e a Lei de Garantias Explícitas da Saúde (AUGE), pilares fundamentais do novo Sistema de Saúde Chilena. A chamada Lei AUGE estabelece um plano de saúde obrigatório para as instituições prestadoras de saúde, independentemente de serem do setor público ou privado. A lei também estabelece garantias explícitas quanto ao acesso à pontualidade e qualidade do atendimento e proteção financeira da população. Da mesma forma, considera a cobertura com financiamento público para as filiais do FONASA classificadas como indigentes ou pertencentes à faixa de menor renda.

Nesse sentido, atualmente trata-se de um sistema misto de saúde, que inclui seguros públicos através do Fundo Nacional de Saúde (Fonasa), privados, através das Instituições Seguradoras de Saúde (Isapre) e outros seguros, como o das Forças Armadas. Em 2013, 76,3% da população pertencia à Fonasa e 18,1% a alguma Isapre.

A nova Constituição proposta estabelece que o *“Sistema Nacional de Saúde pode ser composto por prestadores públicos e privados. A lei determinará os requisitos e procedimentos para a adesão de prestadores privados a este Sistema”*.

Embora deixe espaço para prestadores privados, afirma que é *“dever do Estado garantir o fortalecimento e desenvolvimento das instituições públicas de saúde”*.

A nova constituição proposta estabelece claramente o modelo de financiamento do Sistema Nacional de Saúde, que será financiado pela renda geral do país. No entanto, estabelece que *“Além disso, a lei pode estabelecer contribuições obrigatórias para empregadores, trabalhadores e trabalhadoras com o único propósito de contribuir solidariamente para o financiamento deste sistema. A lei determinará o órgão público responsável pela administração de todos os recursos desse sistema”*. A responsabilidade primária pelo financiamento do Estado, através do sistema geral de receitas, confere maior protagonismo ao financiamento público. Atualmente ao referir-se ao financiamento do Sistema de Saúde, fez-se referência à *“... combinação de contribuições públicas e privadas que são cedidas e transferidas entre as*

diferentes entidades seguradoras e prestadoras de serviços⁹⁴

Buscando estabelecer explicitamente nas bases do Sistema uma maior integralidade, a nova Constituição proposta explicita que o “...*Sistema Nacional de Saúde incorpora ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, habilitação, reabilitação e inclusão. A atenção primária constitui a base deste sistema e promove-se a participação das comunidades nas políticas de saúde e as condições para o seu efetivo exercício*”.

Por fim, a Constituição dá conta das mudanças no perfil epidemiológico e da maior presença de problemas de saúde mental. Nesse sentido, o ponto 11 do artigo 44 estabelece: “*O Estado gerará políticas e programas de saúde mental voltados à atenção e prevenção com enfoque comunitário e aumentará progressivamente seu financiamento*”. A OpaS/OMS destacou como os transtornos mentais e o suicídio estão entre as principais causas de incapacidade e morte na Região e são responsáveis por um terço do total de anos perdidos por incapacidade (YLD) e um quinto do total de anos perdidos por incapacidade anos de vida ajustados por incapacidade (DALYs⁹⁵). Nesse sentido, a proposta incorporada pelo Projeto de Constituição chilena para seu Sistema de Saúde parece visionária.

O novo projeto de constituição marca um caminho interessante para o Sistema de Saúde chileno, cujos efeitos ainda não observamos em termos de sua implementação. Mas já podemos ver que é uma construção democrática que vai gerar mudanças substantivas no setor e para a saúde dos chilenos.

Direitos sexuais e reprodutivos

É possível fazer uma menção especial em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente em relação à interrupção voluntária da gravidez, já que o Chile tem sofrido idas e vindas sobre o tema.

Na Constituição de 1980, no já citado artigo 19, em seu 1º ordinário assegura o direito à vida e à integridade física e mental da pessoa e destaca “*A lei protege a vida do nascituro*”.

Porém, já em 1931, o Código Nacional de Saúde contemplava a autorização da interrupção para fins terapêuticos, entendendo por isso o desejo de proteger a vida da mulher. Em seguida, sofre modificações em 1968 para flexibilizar a exigência do parecer de três médicos, reduzindo-o para apenas dois. A referida norma permaneceu em vigor mesmo após a promulgação da Constituição de 1980 e foi revogada, criminalizando-a absolutamente em 15 de setembro de 1989, após o plebiscito que poria fim à ditadura. A referida proibição vigorou até 2017 quando a Lei 21.030 modifica o artigo 119 do Código de Saúde e o descriminaliza em 3 causas, a saber: risco vital da mãe; inviabilidade fetal e estupro, limitado a 12 semanas de gestação.

Por sua vez, o novo projeto de Constituição contempla em seu artigo 61:

- 1. Toda pessoa tem garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Estes incluem,*

⁹⁴ ISAGS (2012). “*Sistema de Salud de Chile*”. Publicado en Sistema de Salud en Suramerica- Desafíos para la Universalidad, la integralidad y la equidad. Pags 299-347. Instituto Sul Americano de Gobierno en Salud. . Giovanella, L. Feo, O. Faría, M. y Tobar, S (ORGs) . Rio de Janeiro ; ISAGS 2012.

⁹⁵ Organización Panamericana de la Salud (2017) “Estado de salud de la población: La salud mental en la Región de las Américas”. Disponible en: <https://www.paho.org/salud-en-las-americas-2017/ro-mental-es.html>.

entre outros, o direito de decidir livremente, de forma autônoma e informada sobre o próprio corpo, sobre o exercício da sexualidade, reprodução, prazer e contracepção.

2. O Estado garante seu exercício sem discriminação, com foco em gênero, inclusão e relevância cultural; bem como o acesso à informação, educação, saúde e aos serviços e benefícios necessários para isso, garantindo a todas as mulheres e pessoas com capacidade de gestar as condições para uma gravidez, interrupção voluntária da gravidez, parto e maternidade voluntária e protegida. Da mesma forma, garante seu exercício livre de violência e interferência de terceiros, sejam indivíduos ou instituições.

3. A lei regulará o exercício destes direitos.

4. O Estado reconhece e garante o direito das pessoas de se beneficiarem do progresso científico para exercer esses direitos de forma livre, autônoma e não discriminatória.

Sem dúvida, a consagração em nível constitucional dos direitos sexuais e reprodutivos e o exercício dos mesmos, especificando a interrupção voluntária da gravidez, representa um avanço para mulheres e gestantes em relação ao estado atual.

Os detratores da referida norma indicaram que a referida menção carece de limitações, mas a seguinte numeração indica que a lei regulará o exercício desses direitos, o que esclarecerá quaisquer dúvidas que possam surgir a esse respeito.

Comentários finais

A aprovação do novo texto constitucional é incerta. As campanhas começaram no dia 5 de julho e, como em todo lugar, as “fake news⁹⁶” prevalecem, principalmente dos setores que estão prestes a rejeitar o texto. Em relação à consagração do direito à saúde, foi dito que será estabelecido um regime único, eliminando-se o sistema privado, o que a partir de uma simples leitura da norma pertinente, pode-se concluir que ambos os setores estão incluídos. Indica-se também quanto à interrupção da gravidez, podendo ocorrer até 30 semanas de gestação, pois a norma não contempla limitação, sem indicar que é uma nova lei de grau inferior que deve regular o exercício.

Soma-se ao cenário apresentado a intenção do governo do presidente Gabriel Boric de reformar o atual sistema de saúde, consagrando um sistema de saúde universal e um fundo único de financiamento. Isso altera ainda mais o poderoso setor do Isapres que vê nesses projetos uma séria ameaça.

Enquanto a região está se inclinando para a esquerda, é importante olhar para o ataque ultraconservador que ganhou força raramente vista. Sem ir mais longe, Boric derrotou um candidato de extrema-direita, que passou de ter menos de 10% de representação política para obter 44% dos votos finais.

O exposto é relevante em espaços como o mencionado: universalidade do sistema de

⁹⁶ Ver: <https://www.lun.com/Pages/NewsDetail.aspx?dt=2022-07-06&NewsID=493722&BodyID=0&Paginald=10>
Mensaje de Ruth Hurtado, Convencional Constituyente distrito 22 15.03.22:
https://twitter.com/ruth_uas/status/1503867705518325762?s=20&t=uqPBdB2-Jn2m0hKkl8_JJg%C2%A0%C2%A0

saúde, concepção de saúde, inclusão da saúde mental e direitos sexuais e reprodutivos.

O tempo dirá...

Plano de Autossuficiência em Saúde da CELAC para a América Latina e o Caribe: oportunidades e desafios - Uma reflexão da Costa Rica⁹⁷

No dia 5 de julho, foi realizada a IV Reunião de Coordenação do Plano de Autossuficiência Sanitária da Celac⁹⁸ para a América Latina e o Caribe, ação que surgiu em resposta ao ataque da crise sanitária causada pela Covid-19. A região latino-americana e o Caribe, como aponta González García (2022), representa pouco mais de 8% da população mundial; no entanto, até o final de 2021, registrou 20% das infecções e 32% das mortes⁹⁹ por Covid-19.

Essa situação evidenciou a necessidade de avançar, como região, para avaliar estratégias e políticas públicas e aproveitar o fato de que, com a pandemia, o setor saúde foi colocado no centro das ações dos Estados, o que poderia permitir realocar prioridades de investimento para, eventualmente, fortalecer as capacidades de pesquisa, desenvolvimento e produção de tecnologias em saúde.

Neste momento são múltiplas as iniciativas promovidas por países ou de vários fóruns multilaterais. Entre essas iniciativas, pode-se destacar o programa de transferência de tecnologia de mRNA (TT), uma iniciativa global cujo objetivo é melhorar a saúde e a segurança sanitária, estabelecendo capacidades de fabricação de vacinas de mRNA sustentáveis e de propriedade local, em e para países de baixa e média renda (LMIC). O programa é baseado em um “hub” Afrigen TT localizado na África do Sul. Esta iniciativa foi lançada em novembro de 2021 com o apoio da Afrigen, Biovac, SAMRC, Africa CDC, Departamento de Ciência e Inovação da África do Sul, OMS e Medicine Patent Pool.

No entanto, em meio a todas essas propostas, há um esquecimento da América Latina e Caribe, possivelmente relacionado ao fato de muitos de nossos países serem classificados como países de renda média ou renda média alta, sem levar em conta as desigualdades internas.

Diante dessa situação, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), solicitou à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) que elaborasse um plano de autossuficiência em saúde para a região, a fim de diagnosticar a situação atual e avançar na tomada de decisões para fortalecer as capacidades de produção e distribuição de vacinas e medicamentos nos países da Celac.

Por tudo isso, é importante apresentar algumas impressões, após a participação em duas das quatro reuniões de acompanhamento e, após a leitura das diretrizes do plano, publicadas no segundo semestre de 2021.

⁹⁷ Preparado por: Montserrat Vargas Solórzano

⁹⁸ O Plano de Autossuficiência em Saúde da Celac para a América Latina e o Caribe foi elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe a pedido da Presidência Pro Tempore da Celac do México. Na XXI Cúpula de Chanceleres da Celac, realizada em 24 de julho de 2021 no México, a Comunidade Econômica para a América Latina e o Caribe-Cepal apresentou seu Plano Integral de Autossuficiência Sanitária. Este Plano surge com a ideia de que a América Latina e o Caribe se tornem atores no desenvolvimento e produção de novas vacinas, no âmbito de uma estratégia regional de saúde concertada.

⁹⁹ [Lineamientos y propuestas para un plan de autosuficiencia sanitaria para América Latina y el Caribe \(cepal.org\)](https://cepal.org)

O primeiro capítulo das diretrizes propostas pela Cepal se concentra no mapeamento das capacidades existentes na região e apresenta o que eles chamam de sete linhas de ação¹⁰⁰:

- i. Fortalecer os mecanismos de compra internacional conjunta de vacinas e medicamentos essenciais.
- ii. Utilizar os mecanismos de compras públicas de medicamentos para o desenvolvimento de mercados regionais.
- iii. Criar consórcios para o desenvolvimento e produção de vacinas.
- iv. Implementar uma plataforma regional para ensaios clínicos.
- v. Aproveite as flexibilidades regulatórias para acessar a propriedade intelectual.
- vi. Fortalecer os mecanismos de convergência e reconhecimento regulatório.
- vii. Fortalecer os sistemas primários de saúde para o acesso universal às vacinas e sua distribuição equitativa.

A Cepal destaca em seu documento que a indústria da saúde pode ser dividida em três categorias: o setor farmacêutico, o setor de produção de equipamentos e dispositivos médicos e as atividades realizadas por entidades dedicadas à pesquisa em saúde, sejam empresas ou organizações sem fins lucrativos.

No caso da Costa Rica, em junho de 2020, o decreto nº 42334 S-COMEX-MCSP¹⁰¹ declarou de interesse público o setor de Ciências da Vida e Bem-Estar, incluindo o setor médico. O Cluster CR-Biomed oferece suporte às empresas do setor, que se estruturam a partir de: Biotecnologia e nanotecnologia, Dispositivos Médicos na categoria Classe III e biotecnologia na agricultura, incluindo pesquisas em engenharia de alimentos.

O impacto do setor de saúde globalmente é amplo e devido à pandemia de SARS-CoV2, houve um aumento no investimento em inovação, tecnologia e telecomunicações. De acordo com o Fórum Econômico Mundial¹⁰², em 2021, US\$ 44 bilhões foram investidos globalmente em inovação em saúde, o dobro do que em 2020, com aquisições de empresas de saúde e tecnologia de saúde até 50%.

Esse posicionamento da indústria da saúde pode trazer benefícios com repercussões em áreas tão diversas como política, academia, sistemas de saúde, social, entre outras, mas para que seja sustentável, a análise deve compreender a saúde como parte da economia, cujos objetivos sociais incluir o acesso universal ao menor custo possível e deve levar em conta os interesses empresariais de rentabilidade, como indicarão os palestrantes do seminário avançado CRIS em 13 de julho: "Economia e saúde"¹⁰³.

Um dos elementos destacados em nível econômico no documento da Cepal é o alto impacto do setor biomédico em termos de condições de emprego e talento humano em relação a outros setores industriais manufatureiros. Assim, por exemplo, em 2019, o presidente do Cluster de Dispositivos Médicos da Costa Rica, Sr. Federico Rivera, indicou que a Costa Rica se distingue pela qualidade do talento humano e, graças a isso, os dispositivos médicos são o principal produto de exportação do país, mas, além disso, é a experiência que permitiu que a

¹⁰⁰ [Idem. pp](#)

¹⁰¹ <https://www.cinde.org/es/noticias/cluster-de-dispositivos-medicos-de-costa-rica-se-consolida-para-generar-mas-oportunidades-de-desarrollo-e-investigacion>

¹⁰² <https://www.weforum.org/agenda/2022/01/biggest-healthcare-shifts-experts-expect-to-see-in-2022/>

¹⁰³ https://www.youtube.com/watch?v=dz-Xcu2YMP4&ab_channel=VideoSa%C3%BAdeDistribuidoradaFiocruz

produtividade por funcionário na indústria aumentasse em 58%, chegando a US\$ 119 mil por funcionário, desde 1999”. Este setor dominou 36% das exportações do país em 2021, com US\$ 5,2 bilhões, colocando o país no top 5 dos principais destinatários mundiais de projetos de dispositivos médicos greenfield, atrás apenas de Alemanha, Estados Unidos, França e Reino Unido, graças para as quais o setor gerou 43.637 empregos formais¹⁰⁴. De acordo com a estratégia e para cumprir os objetivos de curto, médio e longo prazo do cluster, são priorizadas ações em cinco áreas de trabalho, a saber:

1. Abordagem estratégica para o desenvolvimento de fornecedores locais e promoção de cadeias produtivas.
2. Desenvolvimento de talento humano especializado.
3. Segurança jurídica e um quadro jurídico competitivo e moderno.
4. Infraestrutura de classe mundial para aumentar a competitividade do país.
5. Pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a promoção de empreendimentos tecnológicos¹⁰⁵.

Perante este crescimento e claro impacto do setor na economia, a verdade é que no contexto da crise sanitária mundial devido à Covid-19, os países só dispunham de três mecanismos de compra de vacinas: a) através de acordos bilaterais diretos com os desenvolvedores e fabricantes, compras agregadas entre países (exemplo UE) e participação no Mecanismo COVAX para acesso global a vacinas contra a Covid-19. Este último, no entanto, não teve o sucesso esperado. Além disso, pode-se dizer que, em um segundo momento, principalmente a partir do segundo semestre de 2021, foram feitas doações entre governos, o que deu uma pausa a muitos países que estavam atrasados nos processos de vacinação.

Esta situação foi justificada pela incerteza de enfrentar um novo vírus zoonótico, de propagação muito rápida e com processos de P&D&I com tempos de desenvolvimento sem precedentes para a nossa sociedade. No entanto, refletindo, acredito que não há referência adequada e suficiente aos mecanismos regionais de compra de medicamentos que tiveram sucesso, como o mecanismo centro-americano do COMISCA, o Fundo Rotativo da OPAS, que existe há mais de 40 anos. e o Fundo Estratégico da OPAS (1999). Acredito que o desafio para a região é fazer prevalecer esses espaços, que já provaram sua eficácia, e fortalecê-los para gerar cadeias de valor regionais onde os órgãos reguladores existentes alimentem a atividade dos diferentes países da região e permitam a atividade industrial no setor que se fortalece com as forças uns dos outros, questão que, a meu ver, não está suficientemente clara no documento da Cepal.

Alguns países da região têm experiência em processos de pesquisa e inovação, por exemplo em Cuba o Instituto Finlay de Vacinas (IFV) e o Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIGB - que colabora com a rede de institutos Pasteur), trabalham em cinco vacinas : Abdala, Soberana 02 e Soberana Plus, que estão em fase III de ensaio clínico e possuem autorização para uso emergencial. Da mesma forma, Brasil (Instituto Butantan) e México (Avimex) estão desenvolvendo uma vacina em colaboração com a Escola de Medicina Icahn do Monte Sinai e a Universidade do Texas. A vacina mexicana Patria está em protocolo de fase II¹⁰⁶ e, segundo relatórios da Cepal, a ButanVac do Brasil está em fase combinada I/II.

¹⁰⁴ <https://www.cinde.org/es/noticias/cluster-de-dispositivos-medicos-de-costa-rica-se-consolida-para-generar-mas-oportunidades-de-desarrollo-e-investigacion>

¹⁰⁵ <https://costaricalifesciences.com/?lang=es>

¹⁰⁶ <https://conacyt.mx/vacuna-patria-f2r/>

É claro que pesquisa, desenvolvimento, engenharia e inovação causam avanços na ciência. A indústria farmacêutica é composta por: i) grandes empresas transnacionais, conhecidas como big pharma, ii) empresas especializadas em biotecnologia, iii) empresas produtoras de medicamentos genéricos, que vêm sendo desenvolvidas na China, Índia e Brasil¹⁰⁷; e iv) empresas produtoras de medicamentos bioequivalentes, cujas atividades se baseiam na produção antes do vencimento das patentes de medicamentos¹⁰⁸.

O plano de autossuficiência em saúde propõe a criação de um consórcio regional, que buscaria: i) diversificar ou consolidar as plataformas tecnológicas existentes para a produção de vacinas; ii) coordenar os processos de transferência de tecnologia em nível regional; iii) apoiar os esforços dos parceiros na descoberta, produção e distribuição de vacinas, e iv) aumentar a participação regional nas instâncias de pesquisa e desenvolvimento, tanto em países da região quanto fora dela¹⁰⁹.

O que preocupa nesta proposta é a aplicação restrita ao campo Covid-19, e a falta de visão em novas aplicações dessas tecnologias que, além disso, demonstraram capacidade de acelerar nos prazos habituais de P&D. Normalmente, essas iniciativas têm custos elevados e prazos longos nos processos, começando com a prova de conceito, produção de um lote para ensaios clínicos e ensaios de fase I a III (no caso de novas aplicações para a tecnologia de mRNA, alguns desses processos pode ser comprimido). Tradicionalmente, e dependendo do âmbito e da natureza da investigação, estes processos podem demorar entre 7 e 10 anos, alcançando investimentos entre 4 e 6 milhões de dólares, mas se se avança na rede e se utiliza a flexibilidade nos processos, estes poderia ser mais eficiente.

Assim, por exemplo, a OPAS anunciou a criação de uma plataforma de colaboração para promover a produção regional de vacinas contra a Covid-19. Essa iniciativa busca promover a manufatura regional, considerando fatores como: investimento (público e privado), transferência de tecnologia e fortalecimento das capacidades regulatórias. Uma plataforma deste tipo poderia ser o complemento ideal para os fundos rotativos e estratégicos e poderia permitir a coordenação para definir os termos técnicos e operacionais de uma ação regional¹¹⁰, que conta com o apoio político e investimentos nacionais, regionais e/ou globais, bem como nos modelos com incentivos fiscais, para favorecer a atualização da infraestrutura e o apoio monetário.

No entanto, todas estas ações devem ser enquadradas em estratégias públicas apoiadas pelos governos centrais em estreita articulação com os Ministérios do Tesouro ou das Finanças, os Ministérios da Saúde e outros órgãos governamentais, porque embora seja importante ter vacinas e ferramentas terapêuticas para combater à COVID- 19 ou qualquer outra pandemia futura, a verdade é que os fundos devem ser investidos para cobrir as despesas operacionais, garantir a organização dos programas e serviços de atenção primária, acompanhamento de

¹⁰⁷ <https://es.statista.com/estadisticas/635589/volumen-de-ventas-de-la-industria-farmaceutica-por-paises/>

¹⁰⁸ https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46534/1/S2000782_es.pdf

¹⁰⁹ [Lineamientos y propuestas para un plan de autosuficiencia sanitaria para América Latina y el Caribe \(cepal.org\)](https://www.cepal.org/es/publicaciones/lineamientos-y-propuestas-para-un-plan-de-autosuficiencia-sanitaria-para-Am%C3%A9rica-Latina-y-el-Caribe)

¹¹⁰ [https://www.paho.org/es/noticias/25-8-2021-ops-anuncia-nueva-plataforma-colaboracion-para-impulsar-produccion-regional#:~:text=la%20COVID%2D19-,La%20OPS%20anuncia%20una%20nueva%20plataforma%20de%20colaboraci%C3%B3n%20para%20impulsar,vacunas%20contra%20la%20COVID%2D19&text=Washington%2C%20D.C.%2C%2025%20de%20agosto,\(OPS\)%2C%20Carissa%20F.](https://www.paho.org/es/noticias/25-8-2021-ops-anuncia-nueva-plataforma-colaboracion-para-impulsar-produccion-regional#:~:text=la%20COVID%2D19-,La%20OPS%20anuncia%20una%20nueva%20plataforma%20de%20colaboraci%C3%B3n%20para%20impulsar,vacunas%20contra%20la%20COVID%2D19&text=Washington%2C%20D.C.%2C%2025%20de%20agosto,(OPS)%2C%20Carissa%20F.)

pacientes com diferentes doenças, garantir a distribuição e inoculação de vacinas, bem como vigilância de medicamentos e, paralelamente, ser reativo às necessidades emergentes da população, como doenças não transmissíveis e crônicas e doenças mentais, que se intensificaram devido à pandemia.

Nessa linha de ação, o plano propõe a criação de uma rede de ensaios clínicos, com o apoio técnico da OMS e da OPAS e em estreita colaboração entre o setor acadêmico, a indústria privada e o governo. No entanto, novamente, existe a preocupação de que toda a proposta seja voltada para o Covid-19.

Os ensaios clínicos permitem determinar a segurança e eficácia de novos tratamentos, graças à medição dos seus efeitos na saúde humana. Com essa rede, o objetivo é gerar eficiência, escala e coerência regional na avaliação de vacinas, medicamentos e dispositivos médicos; promover o fortalecimento das competências científicas e fomentar a articulação entre os grupos de pesquisa da região. Além disso, uma ação de bloqueio deve permitir uma melhor negociação para acesso preferencial a mercados e tecnologias desenvolvidas na ALC.

Uma vez instalada uma rede deste tipo, indica-se que a região deverá ter¹¹¹:

- a. Laboratórios de biossegurança de nível III e IV para lidar com vírus altamente patogênicos
- b. Biotérios para testes pré-clínicos
- c. Unidades de ensaio clínico
- d. Autoridades reguladoras nacionais de referência regional na América Latina e Caribe¹¹² que permitem avaliar e otimizar a autorização e registro de medicamentos

Por fim, abordaremos a questão da propriedade intelectual, embora, do meu ponto de vista, o plano Cepal/Celac esteja obsoleto após o Conselho sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), realizado em 6 de maio, onde os membros da OMC discutiram o documento final para responder ao Covid-19 no contexto da propriedade intelectual.¹¹³

O documento indica que, na América Latina e no Caribe, a indústria farmacêutica concentra-se na produção de medicamentos genéricos, com os quais as disposições "TRIPS plus", que estendem o período de exclusividade de patente para além de 20 anos estipulado no Acordo TRIPS, afetam negativamente indústrias locais. Portanto, hoje a região busca incluir disposições nos acordos de livre comércio, tais como:

- i. Duração das patentes farmacêuticas, para compensar o processo de autorização para comercialização do medicamento protegido;

¹¹¹ [Lineamientos y propuestas para un plan de autosuficiencia sanitaria para América Latina y el Caribe \(cepal.org\)](https://www.cepal.org)

¹¹² A OPAS avaliou 27 sistemas regulatórios (25 de países da América Latina e Caribe, além dos Estados Unidos e Canadá) e determinou que 8 entidades (incluindo as dos Estados Unidos e Canadá) atendem aos requisitos para serem designadas autoridades regulatórias nacionais de referência regional (OPAS, 2020). Indicado: i) Argentina: Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica (ANMAT), ii) Brasil: Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA), iii) Chile: Instituto de Saúde Pública (ISP), iv) Colômbia: Instituto Nacional de Vigilância Alimentar e Medicamentosa (INVIMA), v) Cuba: Centro Estadual de Controle da Qualidade de Medicamentos, Equipamentos e Dispositivos Médicos do Ministério da Saúde Pública (CECMED) e vi) México: Comissão Federal de Proteção contra Riscos Sanitários (COFEPRIS)

¹¹³ https://www.wto.org/spanish/news_s/news22_s/trip_06may22_s.htm

- ii. A exclusividade, pelo mínimo, de cinco anos dos dados de teste utilizados para fundamentar o pedido de comercialização de um medicamento;
- iii. Os mecanismos de ligação entre a licença e o estado da patente original

Por sua vez, o T-MEC¹¹⁴, por ser mais recente, acrescenta disposições adicionais:

- a. alterações na duração das patentes para compensar o proprietário por possíveis “atrasos injustificados” na concessão da própria patente (artigo 20.46).
- b. ii. extensão do prazo de exclusividade para dez anos para medicamentos biológicos - vacinas (artigo 20.49).
- c. iii. patentes para novos usos de produtos já conhecidos, bem como novos métodos ou procedimentos para o uso de um produto conhecido.

No entanto, essas propostas sobre propriedade intelectual são irrealistas, uma vez que a renúncia aos direitos de propriedade intelectual, que prevê cobertura para vacinas, tratamentos e diagnósticos no contexto da pandemia de Covid-19, inicialmente projetada para 40 artigos do Acordo TRIPS e sem limitação geográfica, foi reduzido em maio a um compromisso limitado e diluído, incluindo apenas a patente de uma vacina contra a Covid-19, e excluindo outros aspectos de propriedade intelectual, como caminhos inovadores ou promoção fiscal, medicamentos e diagnósticos, essenciais para lidar com crises futuras e pandemias, pois estas serão tratadas posteriormente¹¹⁵.

Essa ação tímida mostra o impacto de interesses industriais, dispostos a receber recursos públicos para pesquisa e desenvolvimento, mas com pouca disponibilidade para abortar o potencial de uma inovação (mRNA) que poderia dar um novo rumo ao tratamento de doenças como o câncer¹¹⁶.

Outros obstáculos à flexibilização das regras de propriedade intelectual que são analisados pelo plano de autossuficiência são ¹¹⁷:

- As vacinas Covid-19 são protegidas por múltiplas formas de direitos de propriedade intelectual (patentes, direitos autorais, desenho industrial, dados não divulgados e proteção de segredos comerciais), dificultando a obtenção de licenças compulsórias (mais flexíveis), pois cada aspecto exigiria uma licença separada.
- As cadeias globais de fornecimento para a produção de vacinas dificultam a implementação das flexibilidades do Acordo TRIPS, mas, além disso, os produtores de medicamentos e os países em que estão sediados se opõem a essa flexibilização.

Conclusão

O plano de autossuficiência em saúde da ALC é um excelente primeiro passo para uma reflexão séria que deve se basear em um roteiro claro com um cronograma que permita que a região avance no mecanismo de se tornar um Polo de Saúde. Nossa região já demonstrou eficiência no trabalho conjunto, graças ao Sistema Interamericano e à Opas – mais antiga que a OMS. Devemos usar as forças uns dos outros, para trabalhar em rede no investimento em P+D+i

¹¹⁴ https://macf.com.mx/wp-content/uploads/2020/07/ClienAlert_IP3006_esp-2.pdf

¹¹⁵ Chamas, C. 2022. CRIS-Fiocruz11: 12ª Conferencia Ministerial, Secretos Comerciais e Industria 4.0: Informe sobre a OMC, a OMPI e a UNCTAD.

¹¹⁶ <https://www.arte.tv/es/videos/101940-013-A/42-la-respuesta-a-casi-todo/>

¹¹⁷ [Lineamientos y propuestas para un plan de autosuficiencia sanitaria para América Latina y el Caribe \(cepal.org\)](https://www.cepal.org/es/publicaciones/lineamientos-y-propuestas-para-un-plan-de-autosuficiencia-sanitaria-para-america-latina-y-el-caribe). pp 64.

para o setor Biomédico e Farmacêutico, tendo em conta as necessidades regionais básicas e a construção das capacidades que faltam para alcançar o resultado de ser uma região de saúde autónoma.

Mercosul Saúde: Atividades e principais resultados da Presidência Pro Tempore do Paraguai - Primeiro semestre do ano de 2022¹¹⁸

O período de cada presidência pro tempore dura um semestre, o Paraguai foi designado para o exercício da presidência no primeiro semestre de 2022.

Desde o início do 2022, sob a PPTP e considerando voltar a desenvolver algumas reuniões presenciais, de acordo a situação epidemiológica, ocorreram numerosas reuniões virtuais e presenciais correspondentes à estrutura do Subgrupo de Trabalho Nº 11 e o âmbito das Reuniões de Ministros de Saúde do Mercosul.

Ressalta-se que o campo da saúde foi um dos poucos fóruns que retomaram o atendimento, embora o maior percentual de atividades tenha sido realizado virtualmente, os principais ou relacionados à Pandemia e outros eventos de saúde de importância internacional mantiveram suas reuniões em pessoa.

Temas prioritários no início de 2022, gestão da Pandemia Covid-19

Na sequência da reunião de Ministros da Saúde realizada em 22 de dezembro de 2021, em Buenos Aires, com a participação de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai e a Declaração assinada na ocasião, foi constituído um grupo técnico interinstitucional AdHoc grupo de trabalho que teve reuniões ordinárias desde 5 de janeiro, seguidas de reuniões nos dias 11/01, 18/01, 27/01, 03/02 e 10/02, incorporando em pauta:

- Protocolo de trânsito fronteiriço regional.
- Harmonização regional da Declaração de Saúde do Viajante
- Seguro de saúde obrigatório para o trânsito.
- Seguro de saúde Covid-19 e dispositivos de isolamento.
- Acordo regional para abertura de fronteiras.
- Flexibilidade nas condições de entrada de cargas, passageiros e tripulantes.
- Hierarquia de intervenção dos Centros Nacionais de Ligação
- Medidas sanitárias a serem adotadas nas escolas para o retorno às salas de aula.
- Nas fronteiras terrestres tráfego fronteiriço de veículos particulares
- Posições diversas entre os Estados Partes, no transporte aéreo, fluvial e marítimo
- Cartão de Vacinação, reconhecimento nas fronteiras dos certificados emitidos por cada Estado Parte.
- Critérios para consideração de calendários completos de vacinação Covid-19.

A IV Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde do Mercosul e Chile

Após a reunião de Ministros da Saúde, em 22 de dezembro de 2021, em Buenos Aires, e o andamento do grupo Ad Hoc mencionado na seção anterior e outros assuntos de interesse do Mercosul, como o processo de negociação no Conselho Intergovernamental de Negociação para elaborar e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias (NBI). A posição do Mercosul, o processo de alteração do Regulamento Sanitário Internacional e a questão da ampliação da capacidade

¹¹⁸ Preparado por: Laura Guadalupe Rolón Gregorio, Juan Carlos Coronel Zárate e Sebastián Tobar

regional de produção de medicamentos, imunizantes e tecnologias em saúde. As delegações concordaram em realizar uma Reunião Especial de Ministros da Saúde do Mercosul e Estados Associados, constituindo a IV Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde do Mercosul, que foi realizada na cidade de Montevideu, Uruguai, em 22 de março de 2022, com a participação das delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e Chile, como documento principal, foi assinada a "Declaração da IV Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde do Mercosul e Chile sobre Estratégias Regionais de Saúde".

O seguinte pode ser transcrito da seção declaratória do documento:

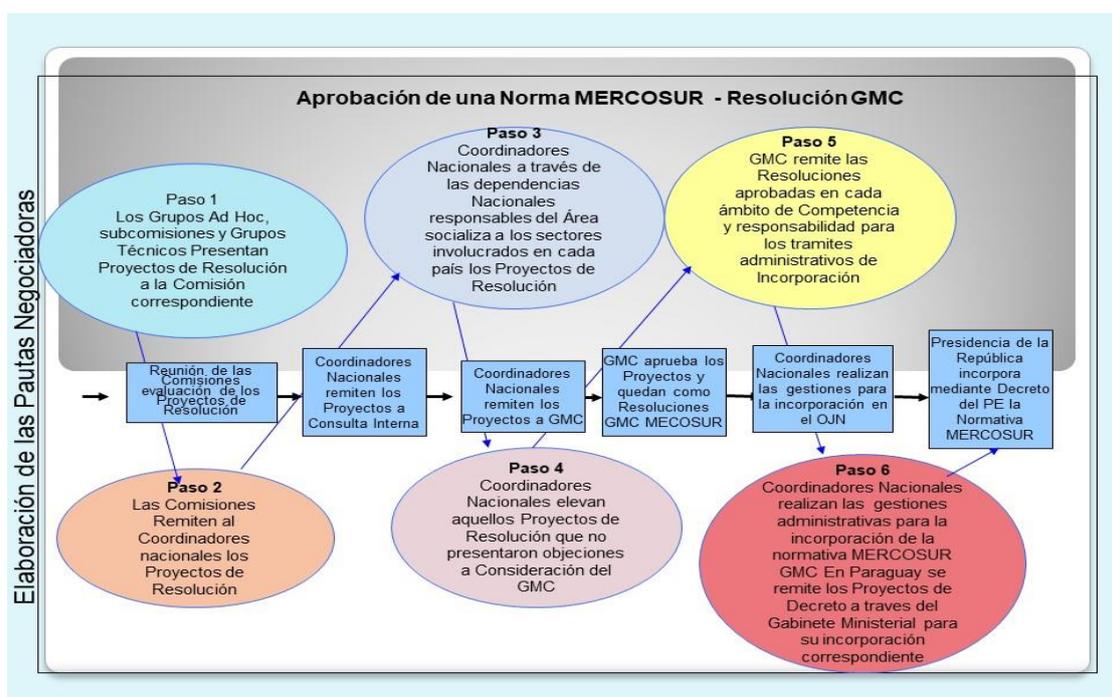
- Reconhecimento de que a Pandemia da Covid-19 não acabou, para o qual afirmaram a necessidade de sustentar as medidas de cuidado, fortalecendo os esforços e estratégias regionais e nacionais para intensificar a vacinação, reduzir as doenças graves e a mortalidade da Covid-19, de acordo com os cenários epidemiológicos e a evolução da pandemia.
- Definir a estratégia integrada de enfrentamento ao Covid-19 no âmbito da circulação de outros vírus respiratórios, reforçando a necessidade de manter as medidas de prevenção comuns a todos os vírus respiratórios (uso de máscara, ventilação adequada dos ambientes, lavagem das mãos e evitar ir ao trabalho, espaços sociais, escolares em período sintomático).
- Implementar uma estratégia de transição da fase inicial da pandemia, adaptando os sistemas de vigilância epidemiológica à fase em que nos encontramos, primeiro modificando a metodologia de notificação de dados, passando de uma frequência diária para semanal, e adaptando a vigilância sentinela universal, para foco em casos graves e falecidos, e apenas em locais ambulatoriais definidos.
- Reafirmar a necessidade de harmonização, no âmbito do Mercosul e Estados Associados, das estratégias, medidas e critérios de saúde relacionados ao trânsito fronteiriço, com base nos princípios e objetivos do Mercosul e nas possibilidades representadas por seu patrimônio jurídico e técnico para o estabelecimento de consenso e processos.
- Promover iniciativas e campanhas de vacinação nas fronteiras, vigilância sanitária entre cidades espelho e reposicionar calendários regulares de vacinação para prevenir o surgimento de doenças como sarampo, rubéola, febre amarela, entre outras.
- Instar, por meio das Unidades de Coordenação Nacional do Mercosul e do "Comitê Ad Hoc para a Ampliação da Capacidade Regional de Produção de Medicamentos, Imunizantes e Tecnologia em Saúde" (CAHECPR) as instâncias pertinentes para fortalecer o diálogo e a definição de estratégias vinculadas ao processo de ampliar a capacidade regional de produção de medicamentos, imunizações e tecnologias em saúde, com vistas a avançar para a cobertura universal, garantindo o acesso equitativo e oportuno ao Mercosul e à Região.
- Reconhecer e parabenizar o Brasil por ter sido eleito representante da Região das Américas na Mesa do Órgão Intergovernamental de Negociação (INB), no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS), e instar por meio das "Coordenações Nacionais" a identificação de elementos substantivos para negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias pela Resolução SSA2 (5), aprovada durante a Sessão Especial da Assembleia Mundial da Saúde, a partir de 1 de dezembro de 2021.
- Acompanhar e participar do processo internacional de fortalecimento da implementação do RSI (2005) por meio da Comissão Intergovernamental para a Implementação do RSI (CIRSI) e demais instâncias técnicas da estrutura de Saúde do Mercosul, com o objetivo de assumir

posições regionais buscando seu aprimoramento, para a mitigação e gestão de Eventos de Saúde Pública de Importância Internacional.

- Fortalecer as estratégias de comunicação de risco no Mercosul e países associados com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde, compartilhando boas práticas aprendidas, com o objetivo de aumentar a eficácia das políticas públicas de saúde, envolvendo ativamente a sociedade para isso.
- Promover, durante a Presidência Pro Tempore do Paraguai, o desenvolvimento de um Workshop que permita avançar em direção a um Plano de Saúde Fronteiriça no Mercosul e sua relação com outras instâncias de integração regional.

Subgrupo de Trabalho N° 11 "SAÚDE"

O Subgrupo de Trabalho nº 11 é o órgão normativo do Mercosul que harmoniza a legislação entre os Estados Partes no campo da saúde pública. As normas emanadas do SGT nº 11 Saúde devem ser incorporadas pelos países, tendo caráter vinculante.



O Subgrupo atua em três áreas principais que são Vigilância Sanitária, Serviços de Saúde e Produtos de Saúde.

Entre a documentação emanada do SGT nº 11 estão: Regulamentos Técnicos, Requisitos Mínimos e Boas Práticas que estabelecem atributos que terão caráter regulatório o de cumprimento nos processos de vigilância, de habilitação o para avaliar a qualidade, eficácia e seguridade dos produtos para a saúde.

LVI Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho N° 11 "SAÚDE"

A Reunião Ordinária da LVI do Subgrupo de Trabalho nº 11 "Saúde" do Mercosul aconteceu na cidade de Assunção, entre os dias 27, 28 e 29 de abril de 2022, com a presença da Argentina, Brasil e Paraguai Uruguai.

Entre os temas discutidos na Reunião estão: Acompanhamento de Projetos de Resolução, Elaboração e revisão de Projetos de Resolução, Cooperação Técnica com o Programa

Sub-regional da OPAS, II Workshop de Saúde Fronteiriça Mercosul e Proposta de Workshop sobre Promoção da Saúde.

Em relação à posição do Mercosul sobre o processo de negociação no Órgão de Negociação Intergovernamental (INB), dando seguimento ao que foi proposto e acordado sobre a proposta de elementos substantivos incorporados na ferramenta online da INB e o exercício de consolidação das posições ou comentários como Mercosul, os Coordenadores Nacionais reafirmaram seu apoio ao processo de fortalecimento da estrutura global de preparação e resposta às emergências sanitárias, incluindo as pandemias, afirmando que o processo de desenvolvimento de um novo instrumento deve ser guiado pela regra do consenso, a fim de alcançar resultados robustos que tenham a maior legitimidade possível e procurem cumprir prazos realistas para que todas as propostas e comentários dos Estados-Membros sejam tratados de forma equilibrada e equitativa. Também destacaram a importância da solidariedade e da equidade como princípios norteadores do novo instrumento sobre pandemias. Foram enviadas algumas considerações sobre as linhas estratégicas: Equidade, Liderança e governança, Sistemas e ferramentas e Financiamento.

Comissão de Vigilância Sanitária (COVIGSAL)

Um dos aspectos em que esta Comissão vem trabalhando é se a atual situação epidemiológica justifica a necessidade de um certificado internacional de vacinação, bem como a vacina contra febre amarela estabelecida no Regulamento Sanitário Internacional. Nesse sentido, a comissão funciona como um fórum de discussão e aprendizado compartilhado, onde os Estados membros do Mercosul trocam informações e tomam decisões com base nas experiências dos países.

Da mesma forma, outro aspecto em que estão trabalhando é que mecanismos de governança podem ser estabelecidos para a Vigilância Sanitária nas fronteiras, procurando estabelecer mecanismos de cooperação que promovam mecanismos virtuosos de troca de informações, estabelecendo fluxos de notificação e o desenvolvimento de ações conjuntas entre cidades gêmeas.

O controle de vetores é outro aspecto que vem sendo considerado nesta Comissão, considerando que os mosquitos não respeitam fronteiras e que as ações de cooperação devem ser combinadas para uma abordagem conjunta, propõe-se avançar em uma proposta de trabalho conjunto para o Mercosul.

A comissão permite que cada país apresente suas experiências e os demais estados membros se alimentem dessas experiências de vigilância e até mesmo desenvolvam instâncias para a formação de recursos humanos. Tal é um exemplo da experiência apresentada pelo Paraguai da REDSUR-TEPHINET - Rede Sul-Americana de Epidemiologia de Campo e a proposta da COVIGSAL de explorar possibilidades de cooperação no Mercosul.

A COVIGSAL não trabalha apenas com doenças transmissíveis, mas também com sistemas de vigilância e informação sobre doenças não transmissíveis administrados por cada país.

Comissão de Serviços de Atenção à Saúde (COSERATS)

Esta Comissão harmoniza os requisitos e atributos dos serviços de saúde e uma das áreas em que tem trabalhado é estabelecer requisitos comuns entre os Estados Partes do MERCOSUL

para Boas Práticas de coleta, processamento, distribuição e uso do Plasma de Sangue Humano Excedente no Mercosul.

Outra área que vem trabalhando é a de Doação e Transplantes, que tem uma Comissão subordinada à Reunião de Ministros. A este respeito, foi feito um trabalho sobre "Requisitos de Boas Práticas para a Gestão da Busca Internacional de Células Hematopoiéticas".

Outro aspecto que tem sido trabalhado é a questão das Localidades Fronteiriças Vinculadas do Mercosul (Acordo CMC/Dec. Nº 13/19), que envolveria algum grau de articulação entre os sistemas de saúde dos Estados Partes, que são assimétricos e surgiram de processos complexos com atores-chave em cada um dos países. Isto envolve a identificação de áreas de interesse para ver onde começar esta tarefa.

Comissão de Serviços de Saúde (COSERATS)

A Comissão harmoniza os requisitos e atributos dos serviços de saúde e uma das áreas em que vem trabalhando é estabelecer requisitos comuns entre os Estados membros do Mercosul de Boas Práticas para obtenção, processamento, distribuição e uso de Plasma de Sangue Humano Excedente no Mercosul.

Outra das áreas em que estão trabalhando é Doação e Transplantes, que tem uma Comissão dependente da Reunião de Ministros. Neste sentido, trabalhou-se nos "Requisitos de Boas Práticas de Gestão da Pesquisa Internacional de Células Hematopoiéticas".

Outro aspecto que vem sendo trabalhado é a questão das "Localidades de Fronteira Vinculadas ao Mercosul (Acordo CMC/Dec. nº 13/19), isso implicaria algum grau de articulação entre os sistemas de saúde dos Estados Partes, que são assimétricos e eles surgiram de processos complexos com atores-chave em cada um dos países. Isso significa identificar áreas de interesse para ver onde essa tarefa começa.

Comissão de Produtos para a Saúde (COPROSAL)

Esta talvez seja a Comissão que tenha tido um crescente interesse diante da importância assumida pelo Complexo Médico Industrial da Saúde nos países do bloco. Basicamente, a ideia é que um medicamento ou produto para saúde, registrado em um dos Estados membros, tenha os mesmos requisitos técnicos garantindo segurança, qualidade e eficácia visando o reconhecimento mútuo entre as Autoridades Sanitárias.

II Workshop de Saúde das Fronteiras no Mercosul

A questão das fronteiras tem sido de interesse de todos os Estados Partes, e o Paraguai liderou o II Workshop sobre Saúde Fronteiriça no Mercosul, realizado em Assunção, nos dias 7 e 8 de junho de 2022, que contou com a participação de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Dentro dos acordos, destaca-se a necessidade de planejar e coordenar ações conjuntas destinadas a formular e implementar planos e medidas imediatas, coincidindo inicialmente em três questões prioritárias:

- Prevenção, vigilância e controle epidemiológico organizados e padronizados entre localidades fronteiriças, para informação e ações comuns.
- Atendimento de urgência e emergência, para estabilização de pacientes com coordenação na continuidade dos cuidados e, se necessário, transferência médica.

- Capacitação de Recursos Humanos nos dois pontos mencionados anteriormente.

Reunião da Comissão de Coordenação Preparatória da 5ª Reunião Ordinária de Ministros da Saúde do Mercosul e Estados Associados

O Comitê Coordenador é o órgão político que supervisiona e elabora os acordos que serão assinados pelos Ministros da Saúde do Mercosul. Portanto, sua reunião é realizada antes da reunião dos Ministros da Saúde. Nesse sentido, revisam os aspectos sobre os quais a saúde do Mercosul vem trabalhando, a saber:

- Segurança Alimentar e Nutricional
- VIH-AIDS
- Doação e Transplantes
- Políticas de Medicamentos
 - ✓ Negociação de Preços de Medicamentos de Alto Custo
 - ✓ Promoção da expansão da capacidade produtiva regionais dos medicamentos, imunizantes e tecnologias da saúde,
- Doenças Não Transmissíveis
- Implementação do Regulamento Sanitário Internacional
- Saúde Ambiental e do Trabalhador
- Controle do Tabaco
- Sangue e Hemoderivados
- Saúde Sexual e Reprodutiva.

Em particular, cabe mencionar a Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDI), bem como a participação do Mercosul na INB para elaborar e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias, cooperação no Mercosul, iniciativas de vacinação nas fronteiras, entre outros.

L Reunião Ordinária de Ministros da Saúde

A reunião de Ministros foi realizada em 1º de julho de 2022, com a participação da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile.

Uma dinâmica já instituída nas Reuniões do Mercosul é o intercâmbio da atual situação epidemiológica regional sobre a dos dados fornecidos pelos Estados Partes. Em particular, é feito o detalhamento da Covid-19 e sua evolução na região. O relatório também incorporou informações sobre Monkeypox e hepatite aguda de origem desconhecida em crianças.

A reunião de Ministros também permite que os Ministros apresentem alguma experiência ou boa prática que considerem poder apoiar o processo de formulação de políticas em outros países. Nesse sentido, o Brasil apresentou seu “Plano Estratégico de Ação de Vacinação nas Fronteiras” – Agenda 2022. A intenção foi socializar o cronograma previsto, o público-alvo, os indicadores de monitoramento e as localidades a serem fortalecidas com esta iniciativa.

Da mesma forma, o Paraguai apresentou os resultados da II Workshop de Saúde de Fronteiras do Mercosul, realizada em Assunção nos dias 7 e 8 de junho.

As reuniões de Ministros também servem para acompanhar regionalmente os processos de negociação em andamento na governança global, como as últimas discussões no Órgão Intergovernamental de Negociação para elaborar e negociar uma convenção, acordo ou outro

instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias (INB) referida área.

O Projeto de Declaração sobre Cooperação Técnica Internacional elaborado no âmbito do Comitê Coordenador foi lido e aprovado. As delegações aprovaram a proposta.

Em decorrência das deliberações, foi lida e assinada a Ata da 1ª Reunião Ordinária, tendo sido assinados os seguintes Acordos e Declarações:

- **Declaração dos Ministros de Saúde sobre em Fronteiras:** Instrui a levantar as capacidades e necessidades de prevenção, vigilância e controle epidemiológico, de acordo com a estrutura institucional de cada país e solicita à Organização Pan-Americana da Saúde que priorize a incorporação da questão da saúde fronteiriça como parte da agenda estratégica da Organização e desenvolver um projeto de resolução.
- **Declaração dos Ministros da Saúde sobre Cooperação Técnica Internacional:** pronuncia-se a favor do fortalecimento dos mecanismos de coordenação e colaboração nesta área, para sinergia e eficiência nas intervenções planejadas nas diversas esferas da Saúde do Mercosul.
- **Acordo nº 01/22 Acordo sobre "Políticas de Controle do Tabaco no Mercosul":** Insta os Estados Membros da OMS a gerar mais informações e evidências científicas sobre os efeitos nocivos produzidos por novos produtos emergentes, além de intensificar a cooperação entre os países para desenvolver marcos regulatórios atualizados e ferramentas para regular e controlar a promoção e publicidade de tabaco e produtos alternativos em mídia digital
- **Acordo nº 02/22 "Recomendações Políticas para Sistemas Alimentares Mais Saudáveis, Sustentáveis e Equitativos":** Reafirma o compromisso de promover a transformação para sistemas alimentares que possibilitem a escolha e garantam a segurança alimentar e nutricional da população.

Considerações finais

No contexto globalizado em que vivemos atualmente, devemos evitar perder economias de escala em nível nacional (e ainda mais em nível local) para enfrentar certos desafios de saúde, entre eles o combate a certas epidemias de doenças transmissíveis como a Covid-19, doenças zoonóticas, vigilância sanitária e promoção da saúde.

Nesse sentido, as Reuniões de Ministros da Saúde do Mercosul permitem a constituição de uma comunidade política de saúde, valores e interesses compartilhados, situação que é alcançada por meio da interação da autoridade sanitária dos Estados Partes, seus técnicos e, principalmente, através de uma tecnologia chave como o consenso.

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg

UNIÃO AFRICANA

Abertura dos trabalhos da 41ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo

A 41ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo reuniu-se de 14 a 15 do corrente mês na em Lusaka, na Zâmbia sob o tema do ano: "*Construir a resiliência na nutrição no continente africano*": *Acelerar o Capital Humano, o Desenvolvimento Social e Económico*".

Exercendo o Senegal a Presidência *pro tempore* da União Africana, a cerimónia de abertura foi presidida pela Presidente deste órgão, a Ministra dos Negócios Estrangeiros, a Senhora Aissata Tall Sall. Ela começou por afirmar que esta reunião se realiza num contexto político e de segurança continental que continua a ser motivo de preocupação visto que vários países e regiões do continente continuam a ser flagelados por crises políticas, ataques terroristas ou conflitos armados e que as consequências socioeconómicas de tal situação são agora largamente agravadas pelos impactos negativos da pandemia de Covid-19 e da crise russo-ucraniana. Disse que as recentes Cimeiras Extraordinárias realizadas a 27 e 28 de maio de 2022 em Malabo sobre a situação humanitária, o terrorismo e as mudanças inconstitucionais de governo são marcos que interpelam à urgência de agir. Afirmou que todos esperam com grande expectativa que os enérgicos compromissos assumidos em Malabo pelos Chefes de Estado e de Governo africanos permitam fazer avançar muito rapidamente as agendas na promoção da democracia, da boa governação e da paz e segurança.

Ela indicou que a presente sessão é chamada a abordar questões importantes incluindo, entre outras, a operacionalização do CDC África, o exame das conclusões da primeira Conferência dos Estados Partes da Agência Africana de Medicamentos (AMA) sobre o acolhimento da sede, a preparação dos documentos de trabalho da 4ª reunião bianual de coordenação, sem esquecer a adopção do orçamento da União para 2023.

No que diz respeito ao CDC África, afirmou que tem permanecido a instituição pan-africana mais proeminente nos últimos anos, dado o seu papel decisivo na luta contra a Covid-19, através da prevenção, tratamento e coordenação da cobertura da vacinação a nível continental. Por isso, considera que é hoje adequado, à medida que se avança para a sua plena operacionalização, consolidar estas realizações, reforçando as capacidades de ação rápida do CDC África nas suas ações de preparação e resposta a epidemias e outras emergências sanitárias.

Por outro lado, com igual relevância, referiu-se à AMA, cuja rápida operacionalização permitirá, a médio prazo, remediar a falta de acesso das populações africanas a produtos médicos de qualidade e acessíveis e reduzir a excessiva dependência de produtos médicos importados.

Em conformidade com o mandato da Assembleia, afirmou que a presente sessão adoptará o orçamento da União Africana para 2023, num contexto de tímida recuperação das economias africanas que foram gravemente afetadas nos últimos anos pela pandemia de Covid-19.

Quanto à reunião bianual de coordenação, sendo o resultado da reforma institucional em curso, deve dizer-se que é da maior importância, pois permite à Mesa da Conferência e às

Comunidades Económicas Regionais (CER) e aos Mecanismos Regionais (RM) trocarem pontos de vista e experiências e aprofundar os debates sobre algumas questões importantes que giram em torno da integração regional africana. Acima de tudo, esta reunião permite a monitorização e avaliação regulares do mecanismo de coordenação, harmonização e planeamento estratégico da União Africana, as CER (Comunidades Económicas Regionais) e programas dos Estados-Membros, com base nos princípios de subsidiariedade, complementaridade e vantagem comparativa, com vista a acelerar a integração de África. Por isso, esta reunião bianual de coordenação, tornada mais necessária pela divisão do trabalho entre a União Africana e as CER, deverá permitir às CER contribuir melhor para a realização dos objetivos da própria União Africana¹¹⁹.

Recorde-se que o Conselho Executivo é o órgão que trabalha em apoio à Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA) e é responsável perante esta. Todos os Estados-Membros participam no Conselho Executivo, geralmente a nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros/Relações Exteriores.

Os principais pontos de agenda¹²⁰:

- Análise do relatório da 44.ª Sessão Ordinária do Comité dos Representantes Permanentes (CRP)
- Análise do relatório da Conferência dos Estados Partes da Agência Africana de Medicamentos (AMA, *Africa Medicines Agency*) sobre o acolhimento da sua sede
- Relatórios de progresso sobre as Fases I e II de Operacionalização do CDC África e da sua sustentabilidade financeira, incluindo a criação do Fundo para as Epidemias em África (AfEF, *Africa Epidemics Fund*)
- Relatório de progresso sobre a implementação do Plano de Transição, incluindo o sistema de quotas, auditoria de competências e plano de recrutamento de emergência
- Relatório sobre a implementação da decisão da Conferência “Assembly/AU/Dec.823(XXXV)” acerca da composição do Conselho de Paz e Segurança da União Africana
- Relatório sobre a determinação do nível adequado de fundos a utilizar no âmbito do mecanismo de resposta em situações de crise (CRF, *Crisis Reserve Facility*) do Fundo para a Paz da União Africana
- Análise do relatório intercalar de implementação do tema da União Africana do ano de 2022 sobre nutrição
- Relatório sobre a implementação da decisão do Conselho Executivo “EX.CL/Dec..1128(XXXIX)”, de outubro de 2021 acerca das eleições para a mesa do Parlamento Pan-africano
- Análise dos relatórios dos Comités do Conselho Executivo e dos Comités ad hoc
- Eleições e nomeações
- Análise dos projetos de documentos de trabalho e da Declaração da 4.ª Reunião de Coordenação Semestral entre a União Africana, as CER (Comunidades Económicas Regionais) e os MR (Mecanismos Regionais)

¹¹⁹ <https://au.int/fr/speeches/20220714/allocution-de-son-excellence-mme-aissata-tall-sall>

¹²⁰ https://au.int/sites/default/files/newsevents/programmes/42009-PG-EN_Draft_Programme_of_Events_13_July_2022.pdf

- Adopção das decisões da 41.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo

CDC África

A União Africana estabelece Grupo de Coordenação Uma Saúde/One Health sobre doenças zoonóticas

Para coordenar, apoiar, monitorizar e avaliar a implementação da Estratégia de Saúde da União Africana para a Prevenção e Controlo de Doenças Zoonóticas em todos os Estados-Membros, foi criado o Grupo Interagências da União Africana sobre Uma Saúde.

A Interagência foi criada durante uma reunião sobre Uma Saúde que teve lugar de 13 a 14 de junho de 2022 no AU-IBAR (*African Union Interafrican Bureau for Animal Resources*) em Nairobi, Quênia.

A Interagência compreende vários departamentos da União Africana que foram mandatados para lidar com vários aspectos das intervenções de saúde humana/animal, nomeadamente:

- O CDC África
- O AU-IBAR
- A Comissão Científica, Técnica e de Pesquisa (STRC, *The Scientific, Technical and Research Commission*)
- O Departamento de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Economia Azul (DARBE, *The Department of Agriculture, Rural Development and Blue Economy*)
- O Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social (HHS, *The Department of Health, Humanitarian Affairs, and Social Development*)
- o Conselho Fitossanitário Inter-Africano da União Africana (AU-IAPSC, *The African Union InterAfrican Phytosanitary Council*)
- As Organizações dos Cidadãos e da Diáspora (CIDO, *Citizens and Diaspora Organizations*).

A Interagência terá especificamente a tarefa de alcançar vários objetivos, nomeadamente:

- desenvolvimento da Estratégia de Uma Saúde da União Africana para as doenças zoonóticas
- desenvolvimento de um roteiro consensual para a implementação de uma estratégia de Uma Saúde para as doenças zoonóticas em África
- realizar um inventário de atividades relacionadas com a prevenção e controlo de doenças zoonóticas
- coordenar, monitorizar e avaliar as atividades de implementação da Estratégia de Uma Saúde da União Africana para as doenças zoonóticas
- compilar um inventário das atividades associadas à prevenção e controlo de doenças zoonóticas levadas a cabo pelas diferentes instituições da União Africana, documentar os papéis das instituições no controlo e prevenção de doenças zoonóticas, e coordenar a implementação, monitorização e avaliação das atividades da Estratégia de Uma Saúde para as doenças zoonóticas.

A Interagência é composta por altos representantes e peritos dos seguintes órgãos da União Africana:

- Gabinete do Presidente da Comissão da União Africana ou do Vice-Presidente

- Centro Pan-Africano de Vacinação Veterinária (AU-PANVAC, *Pan African Veterinary Vaccine Centre*)
- AU- IBAR
- CDC África
- Departamento de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação
- Diretoria Mulher, Género e Juventude
- Os Cidadãos e Organizações da Diáspora (CIDO)
- A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD, *The New Partnership for Africa's Development*)
- Comissão Científica, Técnica e de Pesquisa (STRC)
- Conselho Fitossanitário Inter-Africano da União Africana
- Campanha Pan-Africana de Erradicação da Tsé-tsé e Tripanossomíase (PATTEC, *Pan African Tsetse and Trypanosomiasis Eradication Campaign*);
- Diretoria para o Ambiente Sustentável e Economia Azul (SEBE, *Directorate for Sustainable Environment and Blue Economy*)
- Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social (Divisão de Sistemas de Saúde, Doenças e Nutrição)

Uma força-tarefa funcionará através de reuniões que serão convocadas duas vezes por ano, quer presencial, quer virtualmente. O Secretariado da Força Tarefa será acolhido conjuntamente pelo CDC África e pelo AU-IBAR, prestando apoio em termos de logística e recursos de informação para ajudar com as reuniões, grupos e indivíduos, conforme necessário¹²¹.

*Reforço dos Centros de Operações de Emergência de Saúde Pública em África (PHEOC, Public Health Emergency Operations Centres in Africa) – um apelo para ação*¹²²

À margem da 41ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo da União Africana e da 4ª Reunião de Coordenação Semestral (MYCM, *Mid-Year Coordination Meeting*) e das Comunidades Económicas Regionais Comunidades (REC, *Regional Economic Communities*), ambas realizadas em Lusaka, na Zâmbia, a 16 de julho do corrente ano, os Chefes de Estado e de Governo:

RECORDANDO a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo de 4 de Julho de 2017 sobre a aceleração da implementação do Regulamento Sanitário Internacional em África; que procura abordar os crescentes eventos de saúde pública e epidemias recorrentes no continente e prevenir, proteger, controlar e dar uma resposta de saúde pública à propagação internacional de doenças.

PROFUNDAMENTE PREOCUPADOS com o número crescente de eventos de saúde pública e epidemias recorrentes incluindo a pandemia de Covid-19 no continente;

AINDA PREOCUPADOS pelo enorme impacto socioeconómico destas emergências de saúde pública.

NOTANDO a aplicação inadequada do Regulamento Sanitário Internacional (RSI).

¹²¹<https://africacdc.org/news-item/african-union-establishes-one-health-coordination-group-on-zoonotic-diseases/>

¹²²<https://africacdc.org/wp-content/uploads/2022/07/A-Call-to-Action-Strengthening-Public-Health-Emergency-Operations-Centres-in-Africa.pdf>

CIENTES do facto de as ameaças de doenças, epidemias, emergências de saúde pública e pandemias serem uma ameaça social, económica e de segurança para o continente e, portanto representam um enorme risco para a realização da aspiração continental, Agenda 2063 – “A África que Queremos”.

NOTANDO o dever e o mandato político dos Ministérios da Saúde e dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) de se prepararem e responderem a emergências de saúde pública, e o estabelecimento de sistemas de saúde fortes, resistentes e adaptáveis com coordenação, colaboração e partilha de informação e outros recursos eficazes;

CIENTES do facto de um Centro de Operações de Emergência de Saúde Pública (PHEOC) ser um elemento crítico para coordenar dados, informações e recursos críticos para salvar vidas que ajudam os Estados-Membros a prepararem-se melhor e a responderem eficaz e eficientemente a emergências de saúde pública;

CONSCIENTES de que os Estados-Membros da União Africana se encontram em diferentes fases de estabelecimento dos PHEOC nacionais funcionais para cumprir compromissos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI).

TOMAM NOTA das colaborações estreitas e dos esforços que estão a ser feitos pela Comissão da União Africana, pelo CDC África, pela OMS e por todos os parceiros no estabelecimento e reforço das capacidades dos PHEOC em África. Fazem aqui o seguinte Apelo à Ação de Lusaka:

INSTAM todos os Estados-Membros e parceiros da União Africana a reconhecerem e darem prioridade aos PHEOC como um pilar importante na preparação e resposta a emergências sanitárias.

CONVIDAM todos os Estados-Membros da União Africana a assumirem o compromisso de estabelecer e/ou fortalecer os PHEOC funcionais em cada Estado-Membro.

CONVOCAM todos os Estados-Membros, A Comissão da União Africana, O CDC África, todos os parceiros e líderes mundiais a juntarem-se Ao Chefes de Estado e de Governo para:

- acelerar o estabelecimento e/ou reforço dos PHEOC nacionais funcionais sob a tutela dos Ministérios da Saúde ou dos Institutos Nacionais de Saúde Pública em todos os Estados-Membros até 2026.
- Assegurar que os Estados-Membros desenvolvam roteiros claros dos PHEOC, e que estes sejam dotados de mandatos legais, equipados com as infraestruturas, recursos humanos e financeiros adequados.
- Dar prioridade à mobilização dos recursos necessários para uma implementação acelerada dos roteiros nacionais dos PHEOC, em conformidade com a Nova Ordem de Saúde Pública de África.

EXIGEM AINDA à Comissão da União Africana e ao CDC África para:

- criar um mecanismo e uma estrutura continentais para coordenar o estabelecimento/reforço acelerado dos PHEOC e colaboração com todas as partes interessadas relevantes.
- informar os órgãos políticos da União Africana A sobre os progressos realizados na implementação deste Apelo À Ação anualmente até 2026.

OMS AFRO

Aumento de 63% das doenças disseminadas de animais para humanos

A África enfrenta um risco crescente de surtos causados por agentes patogênicos zoonóticos, tais como o vírus da varíola dos macacos, que teve origem em animais e depois mudou de espécie e infectou seres humanos. Houve um aumento de 63% no número de surtos zoonóticos na região na década de 2012-2022 em comparação com 2001-2011, de acordo com a recente análise da Organização Mundial de Saúde.

A referida análise conclui que entre 2001-2022 houve 1843 eventos de saúde pública substanciais registados na Região Africana da OMS. 30% destes eventos foram surtos de doenças zoonóticas. Embora estes números tenham aumentado nas últimas duas décadas, registou-se um pico particular em 2019 e 2020, quando os agentes patogênicos zoonóticos representaram cerca de 50% dos eventos de saúde pública. A doença do vírus Ebola e outras febres hemorrágicas virais constituem quase 70% destes surtos; com dengue, carbúnculo (antraz), peste, varíola dos macacos e uma série de outras doenças que constituem os restantes 30%.

Os últimos dados sobre a varíola dos macacos mostram um aumento significativo nos casos desde abril, em comparação com o mesmo período em 2021. O aumento é principalmente observado na República Democrática do Congo e na Nigéria, e pode ser atribuído em parte ao aumento da vigilância e da capacidade de testes laboratoriais nos países, embora estejam em curso pesquisas aprofundadas. Contudo, esta tendência ascendente é ainda mais baixa do que em 2020, quando a região comunicou os seus casos mensais mais elevados de varíola dos macacos. Globalmente, os casos de varíola dos macacos têm vindo a aumentar desde 2017, exceto em 2021, onde se verificou uma queda súbita. De 1º de janeiro a 8 de julho de 2022, registaram-se 2087 casos acumulados de varíola dos macacos, dos quais apenas 203 foram confirmados. A taxa global de casos fatais para os 203 casos confirmados é de 2,4%. Dos 175 casos confirmados para os quais existem dados específicos de casos, 53% eram homens e a idade média era de 17 anos.

O aumento de casos zoonóticos pode ser devido a várias razões. África tem a população de crescimento mais rápido do mundo e há uma procura crescente de alimentos derivados de animais, incluindo carne, aves de capoeira, ovos e leite. O crescimento da população está também a levar a uma urbanização crescente e à invasão dos *habitats* da vida selvagem. As ligações rodoviárias, ferroviárias, marítimas e aéreas estão também a melhorar em toda a África, aumentando o risco de surtos de doenças zoonóticas que se propagam de áreas remotas onde há poucos habitantes para grandes áreas urbanas. Como vimos com os surtos de Ébola na África Ocidental, pode haver um número devastador de mortes e casos, quando as doenças zoonóticas atingem às cidades.

A Diretora Regional disse que as infecções com origem em animais e depois saltam para os humanos têm vindo a acontecer há séculos, mas o risco de infecções e mortes em massa era relativamente limitado em África. As deficientes infraestruturas de transporte funcionavam como uma barreira natural. No entanto, acrescenta, com a melhoria do transporte em África, há uma ameaça crescente de agentes patogênicos zoonóticos que viajam para os grandes centros urbanos, havendo necessidade de ação atempada para conter os surtos antes que estas possam causar infecções generalizadas e impedir que a África se torne um ponto de acesso a doenças infecciosas emergentes.

Impedir o aumento das doenças zoonóticas em África é complexo e a OMS recomenda uma abordagem de *Uma Saúde* que requer múltiplos sectores, disciplinas, e comunidades para trabalhar em colaboração. Isto inclui uma vasta gama de peritos, incluindo os que trabalham na saúde humana, animal e ambiental. A informação de rotina sobre vigilância e atividades de resposta - tanto para a saúde animal como humana - deve ser partilhada entre epidemiologistas e outros peritos de saúde pública.

É também necessária mais pesquisa, para identificar fatores ambientais, socioeconómicos e culturais que impulsionam o aparecimento e a transmissão de doenças propensas a epidemias, bem como para compreender melhor os fatores que afetam o impacto e a propagação de epidemias, incluindo o estado imunitário, a nutrição, a resistência genética e antimicrobiana.

A Diretora Regional considera que precisamos de todas as mãos no convés para prevenir e controlar doenças zoonóticas como o Ébola, a varíola dos macacos e até outros coronavírus, pois elas são causadas por eventos de propagação de animais para humanos, tendo concluído que só quando derrubarmos paredes entre disciplinas é que poderemos enfrentar todos os aspectos da resposta.

De referir que desde 2008, a OMS tem reforçado a sua colaboração regional com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e a Organização Mundial de Saúde Animal para apoiar os esforços no combate aos surtos zoonóticos em toda a África. Recentemente, as três agências trabalharam em conjunto no 14º surto de Ébola, que acabou de terminar na República Democrática do Congo.

Recorde-se que a Dr.ª Moeti falava no dia 14 de julho durante uma conferência de imprensa virtual, tendo nela participado o Director de Saúde Pública do Gana e o Representante Regional para África da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, *World Organization for Animal Health*). Também do Escritório Regional da OMS para África para responderem a perguntas também participaram o Chefe do Pilar de Epidemiologia para a Resposta Regional da Covid-19, entre outros responsáveis ligados a emergências da organização¹²³.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS DA ÁFRICA, DO CARIBE E DO PACÍFICO (OEACP)

Plano Estratégico 2022-2025

O Secretariado da OEACP divulgou o seu Plano Estratégico 2022-2025 (SP2022-2025), tanto em formato impresso como digital.

O seu Secretário-Geral, o antigo Ministro de Relações Exteriores de Angola, Georges Rebelo Pinto Chikoti, disse que o novo Plano Estratégico, orientará a transformação do Secretariado num Centro de Excelência. Ele também frisou que o novo Plano Estratégico aponta para uma ambição de mudança, aspiração de excelência e compromisso de produzir resultados e impactar na vida das pessoas dos Estados-Membros da OEACP.

São 4 principais áreas de impacto deste Plano Estratégico:

Desenvolvimento sustentável e inclusivo - a realização dos ODS ajudará a reduzir a pobreza e a alcançar crescimento sustentável e inclusivo e desenvolvimento socioeconómico, que permitem o empoderamento das pessoas através de:

¹²³ <https://www.afro.who.int/news/africa-63-jump-diseases-spread-animals-people-seen-last-decade>

- Investimento e desenvolvimento do sector privado
- Comércio, incluindo o multilateral
- Saúde
- Educação
- Ciência, tecnologia e inovação
- Pesquisas
- Indústrias culturais e outras atividades afins.

Governança e construção da paz – o que implica melhorar a eficácia dos sistemas de governação, incluindo as das instituições públicas, e construção e manutenção da paz para promover os objetivos da OEACP e valores de solidariedade e unidade através de:

- Democracia, Estado de direito, respeito pelos direitos humanos, governação inclusiva
- Gestão de conflitos, paz, segurança e estabilidade
- Migração
- Atores Não Estatais

Ambiente e alterações/mudanças climáticas – pela utilização sustentável e conservação do ambiente, gestão de recursos naturais, e a implementação do Acordo de Paris, tendo como resultado:

- Integridade ambiental
- Segurança alimentar e nutricional
- Redução e gestão do risco de desastres
- Resiliência, adaptação, e mitigação das alterações/mudanças climáticas
- Financiamento do clima
- Governação dos oceanos

Multilateralismo e governança global – implicando a promoção do diálogo internacional e a procura do multilateralismo, soluções para impulsionar a ação global, influenciando a agenda global, e reforço das parcerias e inovações em apoio aos Estados-Membros e Regiões do OEACP com: Parcerias e alianças; Ordem mundial baseada em regras; e Governação de múltiplos intervenientes.

Este SP2022-2025 estará disponível nas quatro línguas oficiais da OEACP: espanhol, francês, inglês, português. Estão atualmente disponíveis apenas versões digitais em inglês e francês no website da OEACP¹²⁴.

PARTICIPAÇÃO DA FIOCRUZ NA “SALMA Dialogue for Health Innovation Conference 2022”

“SALMA¹²⁵ Dialogue” ou “Diálogo SALMA” é um programa internacional implementado para criar uma dinâmica positiva entre países africanos e latino-americanos, visando estimular a cooperação Sul-Sul entre os dois continentes e criar um espaço eficaz para um diálogo aberto.

¹²⁴http://acp.int/sites/acpsec.waw.be/files/user_files/user_15/ACP-Plan%20strategique%20UK-WEB_0.pdf

¹²⁵ SALMA = Strategic Alliances: Latin America Meeting Africa

A iniciativa é patrocinada pela *Konrad-Adenauer-Stiftung* (KAS¹²⁶), uma fundação política ativa em toda a Alemanha e no estrangeiro, financiada na sua maioria por fundos públicos. Sendo um *think tank*, o foco do seu trabalho reside nas três questões-chave da inovação, segurança, bem como da participação e representação.

O Diálogo SALMA inclui atualmente mais de cinquenta países de África, América Latina e Caribe.

O objetivo geral do programa é conseguir um impacto positivo nas condições de desenvolvimento dos intervenientes de África e da América Latina, a fim de alcançar os seguintes objetivos estratégicos:

- Impulsionar as interações entre as duas regiões
- Reforçar as trocas económicas entre elas
- Estabelecer uma estratégia para criar sinergias entre os diferentes países parceiros, a fim de apoiar os seus respectivos processos de desenvolvimento
- Integrar parceiros envolvidos na advocacia para conseguir iniciar uma verdadeira dinâmica de criação de valor.

O foco temático é a principal característica do Diálogo SALMA. Os temas tratados no seu âmbito são definidos de acordo com os objetivos do programa, centrando-se nos desafios socioeconómicos comuns das duas regiões, sendo um instrumento único de múltiplas partes interessadas, um espaço para o intercâmbio de múltiplos intervenientes, que permitem a ativação de alavancas que contribuam para o desenvolvimento de ambas as regiões.

Atuando como catalisador no quadro da sua estratégia inclusiva, o Diálogo SALMA não se orienta apenas para as partes interessadas em cada uma das questões abordadas, mas atua também como um catalisador e uma locomotiva que permitem a mobilização de atores empenhados a fim de gerar sinergias que possam remover obstáculos identificados.

Em anos anteriores realizaram-se algumas conferências temáticas, nomeadamente sobre Paz e Segurança e Igualdade de Género.

Para 2022 o tema escolhido foi sobre *“Inovação em Saúde”* (*SALMA Dialogue For Health Innovation*) em que a Fiocruz foi convidada como a única representante do Brasil. Os objetivos deste Diálogo:

- Impulsionar a cooperação em matéria de melhores práticas e inovação no sector da saúde;
- Acelerar a transição digital para a adopção de novas ferramentas e tecnologias para o acesso aos cuidados e melhorar a sua qualidade, que constituem grandes desafios para os países emergentes nas suas políticas de saúde;
- Estimular o crescimento baseado na inovação, apoiando a criação e/ou desenvolvimento de empresas e *startups* de África e da América Latina;
- Aproveitar os respectivos pontos fortes de cada país participante, a fim de construir redes de e apoiar iniciativas de colaboração Sul-Sul em matéria de saúde com a ajuda de intervenientes no programa.

¹²⁶ <https://www.kas.de/en/about-us>

Entre 10 e 13 de julho, a conferência desenrolou-se em 7 sessões, cada uma com um tema e vários painelistas. Fiocruz participou em duas sessões: (a) Políticas de acessibilidade à atenção: semelhanças e diferenças entre África e América Latina e (b) Desigualdades no acesso à atenção: soluções inovadoras e perspectivas em que o Paulo Buss apresentou e atualizou os participantes sobre desigualdades e propostas do seu enfrentamento. E dentro do espírito desta conferência, ele aproveitou para anunciar que a Fiocruz vai abrir o seu escritório de cooperação em África na cidade de Maputo em Moçambique. Esse anúncio foi objeto de comentários durante alguns dias principalmente dos participantes da América Latina, considerando a Fiocruz em África uma plataforma para o impulso da cooperação com organizações e países da América Latina.

Nesta conferência participaram representantes da África do norte, ocidental e oriental, da América Latina, Central e Caribe e da Europa (Alemanha, Espanha e Itália e Suíça). Ilona Kickbusch deu a conferência inaugural sobre "*The world health system after Covid-19*". E na última sessão houve debates sobre Cooperação Sul-Sul no acesso aos cuidados de saúde, estratégias comuns e sinergias.

AUTORIDADE INTERGOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO (IGAD)

Desenvolvimento Sustentável na região da IGAD¹²⁷

A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) publicou o relatório de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Sudão, onde participaram o Ministério das Finanças e Planeamento Económico, Ministério da Irrigação e Recursos Hídricos, Ministério do Petróleo e Energia, Ministério da Agricultura e Florestas, Ministério dos Recursos Animais, Autoridade de Portos Marítimos, Ministério da Mídia, Cultura e Turismo, Ministério do Centro Estatístico, Alto Conselho do Meio Ambiente do Sudão, Ministério dos Transportes, Ministério do Interior, Ministério da Justiça, Autoridade Nacional de Eletricidade, Universidade do Mar Vermelho, Federação Empresarial Sudanesa e, finalmente, o Gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O principal objetivo do workshop é criar espaço para receber contribuições dos diferentes setores da Economia Azul, denominado em inglês como *Blue Economy* (BE) para o desenvolvimento econômico nacional do Sudão. O relatório de linha de base atualizado servirá como uma entrada para desenvolver a Estratégia Nacional de BE para o Sudão e será alinhado com o documento de estratégia regional de cinco (5) anos da IGAD que foi endossado pelos Ministros de todos os países membros da IGAD responsáveis pela coordenação da BE em abril 2022.

Segundo Diretor Geral da Administração de Desenvolvimento Regional do Ministério das Finanças e Planeamento Económico Elhadi Omer Mohamed, o Sudão tem um enorme potencial de BE em corpos marinhos e de águas interiores e trabalhará com a IGAD para utilizar o potencial de forma sustentável. Os resultados esperados do workshop são: dados/informações em falta preenchidos; validação do relatório da BE Nacional; contribuição para o relatório regional da BE da IGAD. Importa referir que os relatórios nacionais de base da BE dos Estados-Membros da IGAD foram elaborados com o apoio financeiro da União Europeia (UE). O workshop de validação a nível nacional é apoiado pelo Projeto "*Enhancing Blue Economy in the IGAD Coastal Member States for Biodiversity Conservation and Livelihood diversification*" financiado pelo Governo da Suécia, e visa fortalecer a estruturação e integração do BE a nível nacional como

¹²⁷ <https://igad.int/igad-promotes-sustainable-development-in-sudan-through-blue-economy/>

regional, ao mesmo tempo que aumenta a cooperação e a integração regional, e reforça o apoio aos Estados-Membros para desenvolverem as suas próprias estratégias nacionais de BE.

MERCADO COMUM PARA A ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL (COMESA)

Desenvolvimento do ecossistema em África¹²⁸

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA) assinaram em Zâmbia um Memorando que prevê a alocação de US\$ 550.000 do Mecanismo de Preparação de Projetos de Infraestrutura da NEPAD para viabilizar a criação de um projeto do Ecossistema de Nuvem da África (ACE). Trata-se de um fundo que será aplicado numa primeira fase para análise de mercado (estudo de pré-investimento) que avalia o mercado para o projeto ACE e examinar a sua viabilidade bancária, incluindo o teste de conceito na região do COMESA.

Para Raubil Durowoju, representante do BAD na Zâmbia, *“O projeto Africa Cloud Ecosystem será o primeiro de seu tipo, estabelecendo as bases para facilitar o continente africano a realizar essa mudança nos principais setores da economia, gestão de transporte, educação, governo, agricultura e saúde através do fornecimento de um ecossistema confiável de datacenters”*. Ademais, o projeto servirá de base de consulta de informações importantes de diversos sectores sociais, para além de ser fonte de inspiração de outros países ao nível continental com foco nos Estados Membros do COMESA como piloto.

Por outro lado, o representante do COMESA, Chileshe Kapwepwe, afirma que, *“a maioria dos países africanos ainda está limitada pela falta de infraestrutura crítica de TIC, incluindo baixa penetração de banda larga de cerca de 10% e pequena capacidade de energia avançada, juntamente com alto custo de serviços de hospedagem”*. Por isso, a iniciativa torna-se prioritária para o COMESA devido ao seu potencial para reduzir o custo de fazer negócios e aumentar a competitividade, promovendo a conectividade regional e aprofundando a integração continental.

Atendendo que, a maior parte dos dados de países africanos estão hospedados fora do continente, o projeto ACE estabelecerá as bases para o fornecimento de uma instalação premium alimentada principalmente com energia eficiente e limpa para hospedagem em nuvem acessível, seguro, confiável e rápido para África. Também se espera que o projeto facilite a integração regional, através das TIC's, garantindo o desenvolvimento sustentável e viável de informação, que se torna fundamental na transição da comunidade africana. Além de reduzir significativamente o custo dos serviços de hospedagem, identificados como a principal razão para as empresas africanas hospedarem seus serviços no exterior, o projeto também removerá as barreiras enfrentadas pelas empresas africanas, promovendo o comércio intrarregional impulsionando a inovação.

Pequenas e Médias Empresas (PMEs) ruandesas estendem seus investimentos no mercado egípcio¹²⁹

As Pequenas e Médias Empresas (PMEs) do Ruanda envolvidas em horticultura e agro processamento devem aceder ao mercado egípcio após uma missão comercial bem-sucedida facilitada pelo Programa Regional de Competitividade Empresarial e Acesso a Mercados

¹²⁸ <https://www.comesa.int/afdb-comesa-sign-us550000-grant-to-conduct-study-on-developing-africa-cloud-ecosystem/>

¹²⁹ <https://www.comesa.int/rwanda-smes-set-to-access-egyptian-market/>

(RECAMP) do COMESA. Cerca de 14 PME acompanhadas por dois funcionários do Ministério do Comércio e Indústria de Ruanda, participaram da missão comercial de quatro dias ao Egito, de 16 a 19 de maio de 2022, e exploraram oportunidades de comércio e investimento.

Ruanda qualificou-se para este apoio depois de cumprir os critérios estabelecidos no Mecanismo de Assistência Técnica (TAF) no qual o RECAMP é financiado. O TAF é financiado pela União Europeia (UE) ao abrigo do 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), que visa fornecer suporte adicional aos países do COMESA para implementar atividades, com foco em compromissos de nível nacional relacionados à Área de Resultado 1 do RECAMP, que é a competitividade e o acesso ao mercado das PME e de outras empresas nas cadeias/setores de valor visados são reforçados de forma sustentável.

No Egito, o Ruanda participou de uma conferência de comércio e investimento que reuniu funcionários do governo e 300 empresas da Federação Egípcia de Indústrias com discussões focadas em oportunidades de comércio e investimento. A maioria dos negócios estava no setor têxtil, construção, agro-processamento e manufatura. As PME do Ruanda também tiveram a oportunidade de mostrar alguns de seus produtos a potenciais clientes atacadistas e distribuidores em uma feira comercial em andamento, onde o diálogo entre empresas foi realizado, e isso permitiu o compartilhamento de experiências e o aprendizado mútuo.

As equipes discutiram acesso ao mercado, oportunidades e *joint ventures* que levaram um fornecedor de café do Ruanda a garantir com sucesso o acesso ao mercado para seus produtos no Egito. Também foram realizadas visitas de campo aos maiores parques industriais do Egito e as que utilizam matérias-primas que podem ajudar a impulsionar a industrialização no Ruanda.

“Esperamos que a tradução geral do sucesso da missão comercial seja um melhor acesso ao mercado viável e sustentável dos produtos no mercado egípcio e, assim, garantir o aumento do fluxo comercial entre o Egito”, disse Kajangwe Antoine, Diretor Geral de Comércio e Investimento em Ruanda.

O RECAMP visa aumentar a competitividade e o acesso ao mercado das PME nos Estados Membros do COMESA, defendendo o desenvolvimento de cadeias de valor em agroprocessamento (milho, pecuária, peixe, laticínios, aves, carne) e agroinsumos, em particular sementes de qualidade, horticultura e couro e produtos de couro.

COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

Grupo de Trabalho Ministerial da SADC faz revisão das Políticas e Estratégias para Aumentar o Crescimento no Comércio Regional¹³⁰

A SADC continua a apostar em ações com vista a implementação da estratégia e Roteiro de Industrialização da Comunidade da região (2015-2063) como uma das suas prioridades para continuar a manter um ambiente de comércio livre para o desenvolvimento do continente e da região em particular.

O grupo Trabalho Ministerial sobre Integração Económica Regional da SADC reuniu em Malawi (Lilongwe) a 9 de julho respeitando todo o protocolo de prevenção de Covid-19 para

¹³⁰ <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-ministerial-task-force-reviews-policies-and-strategies-enhancing-growth-regional>

avaliar o progresso na implementação da Estratégia de Industrialização e Roteiro 2015-2063, particularmente o progresso na ratificação do Protocolo da SADC sobre a Indústria, Engajamento do Setor Privado, Cadeias de Valor, Macro convergência, Desenvolvimento de Infraestruturas, Zona de Comércio Livre (ZCLCA/AfCFTA) e regras de origem.

Em relação à ratificação do Protocolo da Indústria da SADC, os Ministros instaram os Estados-Membros que ainda não assinaram ou ratificaram o Protocolo da Indústria a fazê-lo para facilitar o desenvolvimento industrial e o comércio na região, assim como, incorporar algumas das recomendações do Programa de Atualização e Modernização Industrial e do estudo de análise de lacunas que foi realizado em 2021 pela Secretaria, incluindo o estabelecimento de unidades de inteligência industrial e as funções do Observatório Industrial em seus programas nacionais de industrialização. Na mesma nota, os Ministros orientaram o Secretariado a continuar a trabalhar com o Conselho Empresarial da SADC na implementação das recomendações do estudo que requerem o envolvimento do sector privado.

Destacaram o papel das PME e instaram os Estados-Membros a preencherem e apresentarem o *status* das PME em nível nacional ao Secretariado. Na mesma linha, os Ministros instruíram o Secretariado a acelerar o desenvolvimento do Quadro para aumentar a contribuição das PME para o Desenvolvimento Industrial, e finalizar a revisão do Protocolo sobre Mineração e apresentar o andamento em sua próxima reunião, assim como finalizar o Estudo Regional para Identificação e Avaliação de Pré-Viabilidade de Projetos de Investimento para Desenvolvimento de Armazenamento de Energia (Baterias), Cobre e Insumos de Mineração das Cadeias Regionais de Valor.

No que diz respeito à Implementação do Plano Regional de Investimento Agrícola da SADC (RAIP) (2022-2030), os Ministros orientaram o Secretariado para desenvolver a nova fase do Plano Regional de Investimento Agrícola da SADC (2022-2030); desenvolver planos de desenvolvimento do setor de commodities para trigo, arroz, soja, feijão e algodão; e realizar um mapeamento das bolsas de commodities agrícolas e sua contribuição para o comércio de commodities agrícolas. Os Ministros instaram os Estados Membros a utilizarem plenamente as informações geradas pelo Sistema de Informação de Gestão da Informação Agrícola (AIMS) em seu processo de tomada de decisão e a apoiarem a operacionalização do AIMS, fornecendo dados e informações atualizadas.

A SADC potencia novas abordagens para garantir a segurança alimentar, hídrica e energética¹³¹

O Secretariado da SADC comprometeu-se a criar um ambiente propício que impulsionasse o envolvimento intersetorial e implementasse projetos de investimento integrados nos três sectores, para melhorar a segurança hídrica, alimentar e energética na África Austral, durante a reunião havida com os responsáveis dos três (3) sectores, com objetivo de identificar prioridades e compartilhar experiências sobre como melhorar a coordenação setorial e acelerar as oportunidades de investimento nacional.

Ademais, o Secretariado da SADC aplaudiu os Estados-Membros pelos seus compromissos de usar uma abordagem integrada na resolução de desafios nos três sectores. Por sua vez, a Direção de Infraestruturas da SADC elogiou os Estados-Membros por apoiarem os

¹³¹ <https://www.sadc.int/latest-news/southern-african-governments-commit-use-new-approach-food-water-and-energy-security>

compromissos do *WEF Nexus* demonstrados através do envolvimento de altos funcionários no projeto.

“O objetivo geral do projeto é garantir que a Região responda à crescente demanda por água, energia e segurança alimentar, desenvolvendo uma abordagem integrada tendo em vista as mudanças climáticas na região da SADC. Esperamos criar um ambiente propício que impulse o envolvimento intersectorial e implemente projetos de investimento que melhorem a segurança hídrica, alimentar e energética na região da SADC,” disse o Dr. Kabeya Oficial Sênior do Programa de Águas da SADC.

Há uma formulação contínua de grupos de trabalho técnicos a nível de país para incentivar várias partes interessadas na agenda do *WEF Nexus*. *“A SADC está empenhada em trabalhar com os parceiros de implementação e os Estados-Membros através destes grupos de trabalho técnicos para assegurar mobilização de recursos e resolver os estrangulamentos encontrados durante a implementação dos projetos do nexo,”* acrescentou o Dr. Kabeya.

Os diálogos foram realizados até agora no Lesoto, Zâmbia, Malawi, República Democrática do Congo, República Unida da Tanzânia, Madagáscar, Seychelles, Angola e Zimbabué. Os restantes países da SADC irão realizar Diálogos de *Nexus* do *WEF* durante o ano.

“O Projecto SADC WEF Nexus está a ser implementado em duas fases. A primeira fase começou em 2017 e durou até 2020, que viu o desenvolvimento e adoção da estrutura de governança da SADC e uma ferramenta de triagem WEF Nexus”, disse Shamiso Kumbirai-Mlilwana, especialista em investimentos em águas do GWPSA SDG.

O projeto está atualmente na Fase II, que visa institucionalizar o *WEF Nexus* e acelerar os investimentos para permitir a transformação que abordará água, energia e segurança alimentar na região, em um clima em mudança. Nesta fase, as intervenções visam aumentar a aplicação da abordagem *Nexus* no planeamento, formulação de políticas, implementação e investimentos públicos e privados em projetos que apliquem essa abordagem.

Entre incêndios incontroláveis e quedas de premiês, gás e energia nuclear ganham rótulo verde na Europa

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Em meio a uma forte onda de calor, grandes incêndios estão queimando o sul da Europa. Portugal – em estado de contingência -, é o país mais atingido, com [incêndios incontroláveis](#). O país registrou, em uma tarde, mais de 20 **incêndios** rurais de norte a sul do território. Também há registros de fogo na Espanha, na Croácia e no sudoeste da França. Milhares de pessoas estão desalojadas.

O Reino Unido emitiu alerta de calor extremo com previsão de temperatura recorde. A meteorologia britânica emitiu seu primeiro alerta vermelho de "calor extremo" para partes da Inglaterra, que terão temperaturas recordes, provocando um nível de alerta de "emergência nacional". [A Agência de Segurança da Saúde do Reino Unido \(UKHSA\) aumentou o alerta de saúde sobre calor ao Nível 4](#), definido como emergência nacional e usado quando uma onda de calor "é tão grave e/ou prolongada que seus efeitos se estendem para fora do sistema de saúde e assistência social. Nesse nível, doenças e morte podem ocorrer entre os aptos e saudáveis, e não apenas em grupos de alto risco".

No sentido figurado, o clima também está quente no espectro político europeu, com a renúncia dos premiês Boris Johnson, do Reino Unido e Mario Draghi, da Itália. [Boris Johnson renunciou](#) ao posto de líder do Partido Conservador do Reino Unido, mas deve continuar como primeiro-ministro até que seu sucessor seja escolhido, o que deve ocorrer em 3 meses. Até que a renúncia como primeiro-ministro seja formalizada, Johnson exercerá os mesmos poderes, ainda que não tenha apoio para introduzir novas políticas. Ele continuará representando o Reino Unido no exterior e poderá continuar a nomear cargos públicos ou fazer alterações em sua equipe ministerial.

O primeiro-ministro da Itália, Mario Draghi, anunciou a sua demissão, mas o presidente **Sergio Mattarella** não aceita e pede que o premiê reconsidere a renúncia. Draghi anunciou seus planos de renunciar depois que o Movimento 5-Estrelas, um dos partidos de sua coalizão governista, se recusou a apoiá-lo em um voto de confiança sobre seu plano de combate à alta de preços.

Está em manutenção o gasoduto Nord Stream 1, do grupo russo Gasprom, que transporta grande parte do gás fornecido à Alemanha e outros países do oeste da Europa. A manutenção é programada e anual, mas no contexto da guerra, gera temores de que o fornecimento seja cortado. Além do problema no reabastecimento, se Putin fechar a torneira por mais tempo que o normal, a Europa também enfrentará uma [enorme pressão nos preços](#) do gás. No caso de corte total no fornecimento, planos de emergência preveem a [priorização de hospitais e serviços de emergência](#). O fornecimento residencial terá prioridade sobre o industrial, o que coloca em risco a produção de produtos como fertilizantes e produtos farmacêuticos.

E por falar em gás, a aprovação do enquadramento dele e da energia nuclear como fontes de energia limpas, pelo Parlamento Europeu, gerou reações de governos e da sociedade civil. A rotulagem verde permite acesso a bilhões de euros em recursos via empréstimos e subsídios e pode determinar onde esse dinheiro será investido nas próximas décadas. O debate

já vinha em curso antes da guerra, mas foi impulsionado pelas sanções à energia russa e pela necessidade europeia de reduzir a dependência energética da Rússia.

[A Áustria quer levar para o Tribunal de Justiça da União Europeia \(TJUE\), o rótulo verde do gás e da energia nuclear.](#) Os opositores argumentam que classificar o gás e a energia nuclear como sustentáveis poderia desviar milhões de euros do incentivo às energias renováveis ou outras tecnologias verdes, o que, por sua vez, colocaria em risco os compromissos assumidos ao abrigo do Acordo Climático de Paris e da Lei Europeia do Clima. A taxonomia, visa clareza para que os mercados financeiros, investidores, pessoas comuns possam investir em projetos "verdes."

[UE aprova adoção do euro pela Croácia a partir de 2023,](#) quando a kuna croata deixará de circular no país. Com o aprofundamento da integração, as autoridades financeiras croatas perdem o poder de definir os rumos da política monetária do país para o Banco Central Europeu (BCE). Para aderir ao euro, o país levou quase 10 anos para atender a um conjunto de condições econômicas, como baixa inflação, finanças públicas sólidas, taxa de câmbio estável e custos de empréstimos limitados.

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução que [condena o presidente do Brasil,](#) Jair Bolsonaro por sua política marcada por constantes violações contra defensores dos povos indígenas e meio ambiente no Brasil. Os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips são colocados como exemplo de violações protagonizadas pelo governo brasileiro. O documento, alerta para sanções, caso o governo não se comprometa com acordos para o clima e direitos humanos. Se não houver uma resposta e mudança de atitude do governo, os europeus sugerem, por exemplo, que a adesão do Brasil na OCDE ficará comprometida.

Quarta dose

A rápida escalada de casos de COVID-19 em meio à redução da vigilância do vírus prevê um outono e inverno desafiadores na Região Europeia da OMS, afirma o DG da OMS para a Europa, Hans Kluge¹³². Em meio a nova onda, a Comissão Europeia e as agências de saúde da União Europeia (UE) recomendaram [segunda dose de reforço](#) das vacinas contra a Covid-19 para todas as pessoas com mais de 60 anos e para as pessoas vulneráveis. Anteriormente, a recomendação era destinada à população acima de 80 anos. No comunicado conjunto enviado à imprensa, o Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (ECDC) e a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) dizem não haver evidência que justifique a segunda dose de reforço a pessoas com menos de 60 anos que não possuem risco de desenvolver forma grave da doença.

Segundo a diretora do ECDC, Andrea Ammon, a Europa enfrenta "um aumento dos casos de Covid, mas também uma tendência ascendente do número de internações ou internações de urgência em vários países, principalmente devido à subvariante BA.5 da ômicron, o que sinaliza o início de uma nova onda generalizada de Covid-19 em toda a União Europeia. Ainda há muitas pessoas em risco de infecção grave que devemos proteger o mais rápido possível".

¹³²

<https://www.who.int/europe/news/item/19-07-2022-rapidly-escalating-covid-19-cases-amid-reduced-virus-surveillance-forecasts-a-challenging-autumn-and-winter-in-the-who-european-region>

Oriente Médio e Ásia Pacífico no *High Level Political Forum*

Lúcia Marques

O presidente dos EUA disse que Washington não deixará um vácuo no Oriente Médio para China e Rússia, mas isso é mais fácil de dizer do que de fazer.
Yasar Yakis¹³³

Oriente Médio (OM) e Ásia Pacífico (AP) abrigam 71 países com diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, diferentes realidades geográficas, climáticas, políticas e geopolíticas. É lá que estão os países mais populosos do mundo e alguns dos mais ricos. E também os mais vulneráveis às mudanças climáticas, com temperaturas em elevação, escassez de água ou grandes inundações, degradação do solo, incêndios florestais e êxodo rural. Nas duas regiões, não há como pensar em saúde sem olhar para os determinantes sociais da saúde e para as desigualdades sociais e sanitárias. Muitos deles abrigam centenas de refugiados e muitos enfrentam o retrocesso na implementação da Agenda 2030.

Mas não são só esses fatores; também é necessário olhar para os contextos culturais, históricos, geográficos, de segurança, de paz e econômicos que estressam governos, atraem interesses, geram conflitos, influenciam políticas públicas e desembocam em crises humanitárias. A convergência entre Covid-19, conflitos e eventos climáticos são um somatório crítico para os sistemas de saúde e para os sistemas econômicos, aumentando a crise social, a pobreza e a fome – e, como descrito no [Cadernos CRIS-Fiocruz 2022– Informe 6, p. 133-147](#), a crise ucraniana está gerando cenários mais críticos. Um efeito cascata que sobrecarrega e desafia governos e contribui para o aumento de refugiados e deslocados, principalmente no Oriente Médio. Às vésperas da COVID-19, a maioria dos países não estava no caminho certo para alcançar os ODS. Ao mesmo tempo, ambas as regiões olharam para as fragilidades que vieram à tona pela pandemia ([Marques, 2020](#)) – sejam tecnológicas ou energéticas, sejam de infraestrutura, sejam de trabalhadores e direitos humanos e das mulheres – e viram o momento como uma oportunidade estratégica para promover mudanças estruturais e uma recuperação inclusiva e verde¹³⁴. E, inclusive, para frear o retrocesso rumo a Agenda 2030.

Esse cenário de perdas, esforços e exemplos de abordagens inovadoras, que merecem ser institucionalizadas e ampliadas no futuro, podem ser vistos nos relatórios finais dos dois fóruns organizados pelas Comissões Econômicas e Sociais da ONU das duas regiões (ESCWA e ESCAP), realizados em março último ([Caderno CRIS-Fiocruz 2022 – Informe 7, p.149-162](#)), e nas [Revisões Nacionais Voluntárias](#) (VNR em inglês) que foram apresentados no [High Level Political Forum \(HLPF\)](#),

Fórum Político de Alto Nível (HLPF)

O HLPF é a plataforma central das Nações Unidas para o acompanhamento e revisão da [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#) e dos 17 [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#) em nível global. É o momento mais importante para o acompanhamento e revisão da Agenda 2030, que acontece no âmbito do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU.

¹³³ *Ex-ministro das Relações Exteriores da Turquia e membro fundador do Partido AK no poder*
<https://www.arabnews.com/node/2123956>

¹³⁴ MARQUES, Lúcia. [Pandemia na Ásia-Pacífico e no Oriente Médio: trabalhando as fragilidades reveladas para um pós-Covid inclusivo e verde](#). In: BUSS, Paulo M.; BURGER, Pedro (org.). *Diplomacia da saúde: respostas globais à pandemia*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 381-394. (página 390)

A reunião do HLPF de 2022 se dividiu em dois segmentos: o ministerial, seguido do segmento de [alto nível do Conselho](#). O ministerial teve como principal missão sintetizar os pontos levantados e apresentados pelos delegados e escritórios regionais – que esse ano revisou cinco dos ODS: o 4 sobre educação de qualidade, o 5 sobre igualdade de gênero, o 14 sobre a vida abaixo da água, o 15 sobre a vida em terra e 17 sobre parcerias, implementação e financiamento, transversal a todos os ODS. Santiago Alcazar, em seu informe deste caderno, comenta sobre essa prática de escolher somente alguns ODS para análise. O Cazaquistão, em sua VNR, destaca justamente que os ODS e metas elencados pela sua população como prioritários (o país realizou vários fóruns, seminários e jornadas para consultas) não eram exatamente os escolhidos pelo HLPF; a população priorizou os ODS 1 (pobreza), 3 (saúde), 4 (educação), 6 (água e saneamento) e 8 (crescimento econômico e trabalho). A VNR destaca que todos os ODS estão interligados.

O segmento de [alto nível do Conselho](#), com o tema *Reconstruir melhor a partir da COVID-19) enquanto avança a implementação completa da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, contou com as apresentações dos relatórios do Secretário-Geral sobre o tema do HLPF e do ECOSOC e sobre cenários e impacto a longo prazo das tendências atuais sobre os ODS¹³⁵. O [relatório](#) do Secretário Geral fornece uma visão global da situação atual dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e utiliza as contribuições de mais de 50 organizações internacionais e regionais. O documento aponta que as múltiplas e interligadas crises globais que estamos enfrentando – a pandemia de Covid-19, a crise climática e os impactos do conflito na Ucrânia e em outros lugares – estão colocando em grande risco a própria viabilidade de alcançar os ODS até 2030. O secretário Geral também preparou um [relatório](#) sobre a Implementação de projetos integrados, coerentes e coordenados apoio ao Sudão do Sul e à região do Sahel pelo Sistema das Nações Unidas.¹³⁶ Cento e trinta Organizações Não Governamentais apresentaram suas [declarações](#), que foram reunidas num único documento.

Cerca de 300 [reuniões paralelas](#) discutiram uma infinidade de assuntos: digitalização da gestão das cadeias de abastecimento, de suprimentos agrícolas, resiliência na agricultura, transportes sustentáveis, povos indígenas, direitos das mulheres e igualdade de gêneros (no mundo árabe), empoderamento das mulheres e meninas, capacidade de gestão de crises, ciência e inovação oceânicas, ecossistemas resilientes, refugiados como professores e capacitação de refugiados, entre muitos.

Ao longo do evento a [minuta da Declaração final](#) foi sendo atualizada e divulgada. O draft será enviado à Assembleia Geral da ONU. Como comentado por Regina Ungerer, em seu informe sobre o G77 + China, deste caderno, o grupo apontou falhas nessa declaração. A [Sociedade civil na ECOSOC](#) também [manifestou sua crítica](#), decepção e frustração sobre a minuta. Para eles, a Declaração deveria ser uma oportunidade para orientar a ação, demonstrar uma forte liderança política, fazer recomendações para superar as desigualdades e impulsionar os compromissos sobre o desenvolvimento sustentável, no entanto essa ambição ficou muito aquém. “Com apenas oito anos para chegar à Agenda 2030, manter o status quo, e até mesmo regredir na linguagem acordada, é inaceitável. Em nossa opinião, esse resultado se deve em parte ao envolvimento limitado do MGOS e da sociedade civil em geral.” O documento ressalta

¹³⁵ [Relatório do Secretário-Geral sobre tendências e cenários futuros de longo prazo - impacta na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#).

¹³⁶ [Relatório do Secretário-Geral sobre o Progresso para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Relatório do Secretário-Geral sobre a Construção melhor pós coronavírus \(COVID-19\) enquanto avança a implementação completa da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#)

a falta de envolvimento político refletida na Declaração: “Sublinhamos a importância da Declaração Ministerial, mas atualmente achamos que falta vontade política, ambição e ação coletiva sobre o desenvolvimento sustentável, levando a um crescente sentimento de desânimo, derrota e desespero.”

Organização Internacional para os Países Menos Desenvolvidos (IOLDCs) no HLPF

A [declaração](#) da IOLDCs chama a atenção para os desafios substanciais para a implementação dos ODS nos Países Menos Desenvolvidos¹³⁷ E lembra que o parágrafo 17 do Anexo da Resolução A/RES/75/290 B, adotada pela Assembleia Geral em 25 de junho de 2021, afirma que "o fórum político de alto nível dedicará tempo adequado para analisar o progresso na implementação da Agenda 2030 em países em situações especiais, especialmente os cinco ODS em análise e suas interligações, particularmente em países africanos, países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem litoral, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países em situações de conflito e pós-conflito.

O documento destaca que a Agenda 2030 enfatiza que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, nem paz sem desenvolvimento sustentável. Por meio do ODS 16, a Agenda estabelece metas para promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas. Os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) afetados por conflitos enfrentam desafios substanciais, incluindo o extremismo, a disseminação do terrorismo, a corrupção e as mudanças climáticas, cada um dos quais dificultando o progresso para alcançar os ODS. A declaração descreve a situação do **Iêmen** (apesar da assistência humanitária em andamento, 17,4 milhões de iemenitas estão passando por insegurança alimentar; esse número deve aumentar para 19 milhões até dezembro de 2022), **Afganistão** (da acessibilidade dos alimentos ao respeito pelos direitos das mulheres, estima-se que existam 36 milhões de afegãos aparentemente com pouca esperança para o seu futuro), **Chifre da África** (essas comunidades vulneráveis continuam a sofrer os efeitos de grandes extremos climáticos, com inundações e secas cada vez mais recorrentes) e **região do Sahel** (onde o *Boko Haram* tem ligações com o Estado Islâmico e outros grupos extremistas e continua a ser um grande desafio de segurança para os países da região do Sahel, que já afeta mais de 7 milhões de pessoas). Nesses países e regiões o conflito e a falta de acesso continuam sendo um desafio que afeta negativamente a implementação dos ODS 4, 5, 14, 15 e 17. Por tanto, Aumentar os investimentos em paz, diálogo e reconciliação como base para alcançar o desenvolvimento sustentável é fundamental para catalisar transições para dinâmicas sociais e econômicas mais estáveis.

A carta da IOLDCs faz recomendações para preparar o caminho para a implementação dos ODS em LDCs afetados por conflitos. Além do trabalho integrado entre agências, escritórios, sociedade civil, empresas privadas, etc, o HLPF e a próxima cimeira sobre desenvolvimento sustentável que se realizará em 2024 devem dar prioridade à resolução dos obstáculos e constrangimentos e a sua divisão em três desafios principais: instabilidade, implementação, governação e realizar um plano de ação para eliminar e erradicar as causas profundas desses obstáculos e constrangimentos. Recomenda ainda que os Estados Membros devem reafirmar seu compromisso com a [Estratégia Antiterrorista da ONU](#) e uma implementação equilibrada e integrada de seus quatro pilares, conforme adotado em sua Resolução 60/288, e em sua sexta

¹³⁷ O Escritório do Alto Representante para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Sem Terra e Pequenos Estados em Desenvolvimento de Ilhas Pequenas Ilhas ([UN-OHRLS](#)) apoia grupos de países vulneráveis: **46 países menos desenvolvidos** LDCs; **32 países em desenvolvimento sem litoral** LLDCs; e **38 pequenos estados insulares em desenvolvimento** (SIDS).

revisão, reconhecendo a necessidade de redobrar esforços para igualdade atenção e implementação de todos os pilares da estratégia.

Lembrando que *Paz para Saúde e Saúde para Paz* foi o tema da Assembleia Mundial da Saúde e, recentemente, a *Conferência sobre Mediação de Conflitos* da Organização de Cooperação Islâmica [discutiu](#) as várias formas e mecanismos de mediação para prevenção e resolução de disputas e conflitos e o papel da diplomacia. Ainda, na *8ª Reunião do Pacto Global de Coordenação Contra o Terrorismo* o Secretário Geral Antonio Guterres [destacou](#) a importância de adotar uma abordagem integrada e holística da questão, que exige investimentos em saúde, educação, proteção, igualdade de gênero e sistemas de justiça acessíveis a todos, uma vez que os grupos terroristas usam os vácuos de poder, conflitos étnicos e fragilidades do Estado para se instalar. Guterres afirmou não há como enfrentar efetivamente o terrorismo **sem enfrentar as condições que conduzem à sua disseminação**, como instituições fracas, desigualdades, pobreza, fome e injustiça.

Relatórios ESCAP e ESCWA para o HLPF

Os Escritórios Regionais da ECOSOC Asia e Pacífico (ESCAP) e da Ásia Ocidental (ESCWA) abrangem 82 países. Ambos os escritórios realizaram fórum específicos para avaliação dos ODS, que foram apresentados no segmento ministerial.¹³⁸

A [ESCWA](#) é composta pelos 20 estados árabes: Argélia, Bahrain, Egito, Iraque, Kuwait, Jordânia, Líbano, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Omã, Palestina, Qatar, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Síria, Tunísia, Emirados Árabes e Yemen. Camarões e Djibuti como observadores. [Relatório para o HLPF.](#)

A [ESCAP](#), além dos países da Ásia-Pacífico, alcança também países persas, russos e árabes da Ásia Central e Ásia Ocidental. São 53 estados membros e 9 membros associados. Dada a vasta cobertura e diversidade da região da Ásia e do Pacífico, a ESCAP se organiza em cinco sub-regionais: [Pacífico](#) – 21 países membros; [Leste e Nordeste da Ásia](#) – oito países membros; [Sul e Sudoeste da Ásia](#) - 10 países: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Irã, Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanka e Turquia. [Ásia do Norte e Central](#) - nove membros: Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Kazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Todos esses países são economias em transição e sete são sem litoral (LLDCs). O Afeganistão participa dos trabalhos como membro do escritório sub-regional da Ásia Central. [Sudeste Asiático](#) abrange Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia, Timor-Leste e Vietnã – com exceção do Timor Leste, todos são membros da ASEAN. [Relatório para HLPF.](#)

Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs) 2022

Como parte de seus mecanismos de acompanhamento e revisão, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável incentiva os Estados-membros a "realizar revisões regulares e inclusivas dos progressos nos níveis nacional e subnacional. Essas revisões nacionais servem de base para as revisões regulares do fórum político de alto nível (HLPF). Conforme estipulado no nº 84 da Agenda 2030, as revisões regulares da HLPF devem ser voluntárias e visam facilitar o compartilhamento de experiências, incluindo sucessos, desafios e lições aprendidas, com vistas a acelerar a implementação da Agenda 2030. O secretariado do fórum elaborou uma [síntese](#) das VNRs apresentadas de 44 países: [Andorra, Argentina, Bielorrússia, Botsuana, Camarões, Costa](#)

¹³⁸ Ver mais em [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 07 - 2022](#), p. 149-162

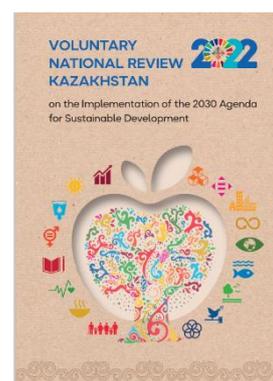
[do Marfim, Djibuti, Dominica, El Salvador, Guiné Equatorial, Eritreia, Eswatini, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Grécia, Granada, Guiné-Bissau, Itália, Jamaica, Jordânia, Cazaquistão, Letônia, Lesoto, Libéria, Luxemburgo, Malawi, Mali, Montenegro, Holanda, Paquistão, Filipinas, São Tomé e Príncipe, Senegal, Somália, Sri Lanka, Sudão, Suriname, Suíça, Togo, Tuvalu, Emirados Árabes Unidos, Uruguai.](#) Alguns estão em sua quarta revisão, outros, como Djibuti, apresentaram sua primeira revisão.

A seguir, as revisões do **Cazaquistão**, uma das mais completas e trabalhou com consulta popular; do **Djibouti** e de **Tuvalu**, que apresentaram suas primeiras VNRs, do **Sri Lanka**, que enfrenta uma grave crise econômica; da **Jordânia**, cujos sistemas estão tensionados pelo aumento de refugiados e que foi um dos primeiros países a dar cobertura nos sistemas de saúde e a aplicar vacina Covid-19 aos refugiados; dos **Emirados Árabes Unidos**, que trouxe estudos de caso para cada ODS; e, embora avançado em tecnologias, ainda precisa avançar em direitos humanos e do trabalho.

Cazaquistão

Localizado na Ásia Central, é o maior país sem acesso ao oceano. Faz fronteira com a China, Rússia, Quirguistão, Uzbequistão e Turcomenistão. É um dos países cáspios, com o maior litoral do Mar Cáspio. É uma ex república soviética. Sua população é de mais de 18 milhões de habitantes, composta por mais de 100 etnias, entre cazaques (que compõem 68,5% da população), russos, uzbeques, ucranianos, alemães, tártaros e uigures. Classificado em 51º no IDH. É uma das economias fortes da Ásia Central; vem estabelecendo parcerias e acordos com a China, no âmbito da Rota da Seda, principalmente.¹³⁹ É rico em petróleo, gás natural e outros minérios importantes para a indústria. O Cazaquistão tem a segunda maior reserva de urânio, cromo, chumbo e zinco, além da terceira maior reserva de manganês, a quinta maior reserva de cobre e reservas de carvão, ferro e ouro que estão entre as dez maiores do planeta. O país também é um exportador de diamantes. E um importante e estratégico parceiro da China e sua Rota da Seda e para segurança das suas fronteiras. Entenda em *Por que a China se concentrará também na Ásia Central à medida que a rivalidade dos EUA se intensifica?* nos [Cadernos Cris-Fiocruz 11-2022, p. 185-189](#).

Em 2019, o Cazaquistão apresentou sua primeira [Revisão Nacional Voluntária](#) (VNR), na qual identificou as principais áreas em que o Cazaquistão deveria focar. A segunda [VNR](#) avalia o progresso e demonstra a implementação dos objetivos determinados na edição anterior da VNR.



¹³⁹ O Cazaquistão é membro do programa CAREC - Cooperação Econômica Regional da Ásia Central, do Banco Asiático de Desenvolvimento, uma parceria de 11 países (Afeganistão, Azerbaijão, China, Georgia, Cazaquistão, Quirguistão, Mongólia, Paquistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão) para promover o desenvolvimento por meio da cooperação, levando a um crescimento econômico acelerado e à redução da pobreza. É guiado pela visão abrangente de "Bons Vizinhos, Bons Parceiros e Boas Perspectivas". O programa acaba de lançar a Estratégia Carec 2030, com foco no desenvolvimento compartilhado e sustentável.

O país introduziu requisitos, aprovou indicadores nacionais e valores para 2030, identificou¹⁴⁰ limitações e oportunidades que afetam o progresso na obtenção dos ODS: a necessidade de determinar o montante total dos requisitos de financiamento; pressões de custos crescentes associadas ao Covid-19; fraca integração orçamentária dos ODS; a grande capacidade das organizações não governamentais e do setor filantrópico. Em 2020, com o apoio da ONU-Mulheres, desenvolveu uma metodologia de análise de gênero no exemplo da região de Akmola. No âmbito do novo código ecológico, a gestão dos resíduos, seu processamento e consumo foram melhorados. Com o apoio do PNUD e da União Europeia, uma plataforma regional de compartilhamento de conhecimento ODS para a Ásia Central foi lançada em 2021. O principal objetivo da Plataforma é facilitar a realização dos ODS no Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e Turquemenistão, integrando esforços em escala regional através do processo de monitoramento e financiamento dos ODS.

O relatório aponta o sucesso do trabalho ativo de envolvimento da população no processo de implantação de ODS, quando a ampla gama de população esteve envolvida no processo de preparação da VNR, realizando oficinas de campo nas regiões do país. Participaram da discussão mais de 2.500 cidadãos do país, entre representantes de órgãos executivos locais, sociedade civil, especialistas independentes, pessoas com deficiência, pensionistas, representantes da comunidade acadêmica, jovens (escolares e estudantes), representantes do setor privado e demais atores. A "Missão-2030" em todas as 17 regiões do país permitiu identificar áreas prioritárias de implementação de ODS para cada região do país e desenhar um retrato de cada região. Os seguintes ODS relevantes foram identificados por votação: Eliminação da Pobreza do ODS 1; ODS 3 Boa Saúde e Bem-Estar; ODS 4 Educação de Alta Qualidade; ODS 6 Água Limpa e Saneamento; ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico. Como se pode ver, o relatório mostra que o TOP 5 de prioridades da população não correspondeu aos ODS elencados para 2022 pelo HLPF.

Assim a [VNR](#) do Cazaquistão apresentou os objetivos prioritários através dos olhos do Cazaquistão (p. 32): objetivo 3.8 “Garantir a cobertura universal de saúde”; objetivo 6.3 “Melhorar a qualidade da água reduzindo a poluição, eliminando despejo de lixo, etc.”; objetivo 4.4: “Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos com habilidades em demanda”; objetivo 8.3 “Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que promovam produtivas, geração de empregos decentes, empreendedorismo, criatividade e inovação”; objetivo 11.6 “Reduzir o impacto ambiental negativo das cidades”.

A VNR faz ainda uma análise comparativa dos resultados da Revisão de 2019 e de 2022 e mostra que houve uma mudança nas opiniões da população sobre os objetivos reais dos ODS nas regiões.

Djibouti

O país apresentou sua primeira [Revisão Nacional Voluntária](#). Localizado no Chifre da África, faz divisa com a Eritreia, com quem mantém relações de conflito sobre fronteiras, Etiópia, Somália e Golfo de Áden – localização estratégica na entrada do Mar Vermelho, uma das rotas comerciais marítimas mais importantes. Com clima tórrido, regiões desérticas, com arbustos espinhosos, só 1% do país é cultivável, sendo 9% dessas terras ocupadas com pasto. Por conta

¹⁴⁰ Com apoio do Banco Asiático de Desenvolvimento e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

da seca, o país tem uma população de mais de 53 mil deslocados. E ainda abriga mais 100 mil refugiados dos países vizinhos, fugidos dos conflitos ou dos eventos climáticos extremos.

Djibouti ocupa o 166º lugar no IDH. É membro da União Africana, da Liga Árabe e da Organização de Cooperação Islâmica. O país importa a maior parte dos bens de consumo e de produção: máquinas, veículos, alimentos, produtos têxteis e derivados de petróleo, procedentes da França, Etiópia, Japão e vários países europeus. É um dos integrantes da Rota da Seda chinesa. Possui um porto importante no mar Vermelho que é usado para escoar a produção africana e está construindo um outro maior ainda.

A [VNR](#) de 131 páginas apresenta a integração (página 26) entre os objetivos da *Visão Djibouti* e os ODS, desde 2016: *SCAPE 2015-2019* e *Plano Nacional de Desenvolvimento Djibouti ICI (Inclusão, Conectividade e Instituições) 2020-2024* – cujo alinhamento alcança mais de 80%, com as metas do ODS.

Como parte do princípio de não deixar ninguém para trás, Djibouti apresenta as conquistas para os grupos mais vulneráveis: direitos das pessoas com deficiência e inclusão de refugiados nos sistemas nacionais de saúde e educação. Apresentou os avanços na educação de qualidade, aumento de crianças nas escolas e melhora da equiparidade de meninos e meninas no ensino fundamental e médio, por conta do Plano Nacional que tornou a educação obrigatória e gratuita de 6 a 16 anos, promoveu capacitação de professores e atualização de conteúdos.

O relatório aponta a Lei do Código de Família para proteção de meninas de casamento precoce e mulheres de todas as formas de violência doméstica. Sobre equiparidade de gênero, registra que o percentual de mulheres parlamentares aumentou 2,5 vezes e o número de mulheres ministras dobrou desde 2015 e que a proporção de mulheres em cargos de gestão dobrou desde 2017, para 24,8% em 2019. Sobre preservação marinha e terrestre, o relatório apresenta os dados de restauração de áreas de plantio, do aumento de áreas sob proteção e investimentos em uso sustentável da biodiversidade.

Sobre os desafios que permanecem, o relatório aponta lacunas nas políticas setoriais, disponibilidade dos dados necessários e as consequências econômicas da pandemia Covid-19, agravadas pelos conflitos no Chifre da África.

Tuvalu

Tuvalu é o quarto menor estado do mundo com 26 km² de terra, em 9 ilhas e atóis espalhados em uma grande área marítima no sul da Oceania – algumas ilhas distam 900 km entre si. Seu vizinho mais próximo são as Ilhas Salomão. Sua população de 12.000 pessoas vive em atóis de corais que não estão a mais de 2,5 metros acima do nível do mar - país está entre os mais vulneráveis ao aumento do Nível do mar.

Em sua primeira [Revisão Nacional Voluntária](#), o documento aponta que o impacto dos ciclones anuais e o aumento do nível do mar agravam ainda mais a vida em Tuvalu. Erosão, eventos de tempestade, inundações de marés, intrusão de água salgada, condições de seca e infestação de insetos de árvores e plantas, são alguns dos eventos que estão desfazendo o progresso da Agenda 2030 que foi alcançado até o momento¹⁴¹. Os programas de recuperação de terras reagindo ao aumento do nível do mar também é outro projeto nacional crítico para a



¹⁴¹ *National Strategy for Sustainable Development 2005 - 2015* - [Te Kakeega 1-25 .indd \(un.org\)](#)

sobrevivência do estado de Tuvalu e do povo. **Tuvalu também está solicitando que outros Estados continuem a reconhecer o Estado de Tuvalu quando ele for submerso, sem um território geográfico.** Alguns estados responderam positivamente.

Ainda segundo o [relatório de VNR](#), o país enfrenta problemas com a força de trabalho (falta de habilidades, experiência de trabalho e oportunidades de trabalho); muito trabalhadores migram ou trabalham com contratos marítimos em frotas mercantes no exterior. O trabalho ligado à pesca reduziu em função das mudanças climáticas e da pandemia Covid-19. A pandemia, em particular, teve impacto nos preços das mercadorias importadas, com efeito na cadeia de produção e fornecimento de commodities alimentares básicas, bem como na indústria da construção.

O desempenho nos setores sociais de educação e saúde tem sido misto. As questões na educação incluem taxas de aprovação voláteis nas escolas, baixas taxas de alfabetização e numeração e baixa relação professor-aluno, com muitos professores sem as qualificações certas. No setor saúde, muitos profissionais de saúde vêm do exterior para preencher lacunas deixadas por médicos locais que saíram para cargos mais bem remunerados na região.

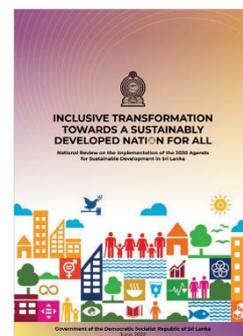
Um dos avanços apontados no relatório, que durante a consulta popular receberam pontos positivos foram a construção do portos de barcos e aeródromo para todas as 7 ilhas externas e a compra de aeronaves para o início do Serviço Aéreo de Tuvalu.¹⁴²

Sri Lanka

A ilha do subcontinente indiano, localizada na Baía de Bengala, próxima à Índia, foi colônia britânica. Muitas etnias e religiões. O país ocupa o 72º lugar no IDH (2019). A grave crise econômica que atingia o país desde 2019, se agravou com a pandemia, por conta da perda da receita do turismo e redução das atividades econômicas. Os protestos populares contra o governo, pela falta de energia, emprego, alimentos, deixaram mortos e feridos e uma onda de destruição e culminou com a derrubada do Primeiro-Ministro (que fugiu do país no início deste mês de julho). Ver [Novos Líderes na Ásia em Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 9-2022, p.161-174, \(p. 164\)](#)

Após a primeira [Revisão Nacional Voluntária](#) (VNR) em 2018, o Sri Lanka enfrentou os ataques da Páscoa de 2019, a pandemia Covid-19 e atualmente a crise da dívida externa. Apesar dos retrocessos, a implementação de medidas políticas continuou nos níveis nacional e subnacional para cumprir os compromissos da Agenda 2030 do país, integrando a Agenda 2030 e dos ODS em políticas como o Marco Nacional da Política –Vistas da Prosperidade e Esplendor, e o Programa de Investimento Público 2021-2024.

A [segunda VNR](#) aponta a transformação inclusiva, através da Diversificação Econômica – plano para diversificar a dependência da economia em algumas indústrias exportadoras; políticas para Economia Azul-Verde, para aproveitamento de recursos marinhos subutilizados de forma sustentável e regenerativa, transição para energia renovável, desenvolvimento agrícola sustentado pela biodiversidade e sustentabilidade e gestão de resíduos, focada em proteger a biodiversidade e enfrentar as mudanças climáticas – alguns analistas



¹⁴² Um dos maiores problemas das ilhas do Pacífico é a distância entre vizinhos e a distância das rotas marítimas e aéreas comerciais e turísticas.

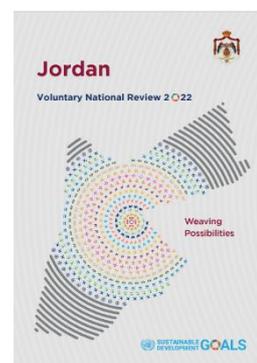
apontam que, como essa transição não foi gradativa e nem contou com soluções para substituir produtos ou programas que foram proibidos, nem houve capacitação de mão de obra, contribuiu para crise atual do país: falta de alimentos, de energia, desemprego.

Limitações em alcançar grupos pobres e vulneráveis durante a pandemia destacaram a necessidade de acelerar uma Transformação Baseada no Conhecimento e em Tecnologia em todos os setores. Assim, estão em andamento projetos para coleta precisa e oportuna de dados que permitirão ao Governo responder a emergências com medidas políticas direcionadas e eficazes.

Jordânia

O Reino da Jordânia fica na Ásia Ocidental, às margens do Rio Jordão. Faz fronteira com a Arábia Saudita, o Iraque, a Síria, a Palestina, Israel e Mar Vermelho. À população de 9,5 milhões de pessoas, se somam 2,1 milhões de refugiados palestinos, 1,4 milhões de sírios e milhares de iraquianos e libaneses. A Jordânia é a administradora da Grande Mesquita Al-Aqsa de Jerusalém, que é compartilhada (dias e horários específicos) por judeus, muçumanos, católicos e turistas. Investe 9,3% do PIB em saúde.

Na sua [segunda RVN](#) (a última foi em [2017](#)), a Jordânia fala dos desafios, de como olhou para as oportunidades e avança nas transformações legislativas, políticas e econômicas radicais para prover o ambiente necessário e superar obstáculos. Como exemplo, relato o aumento da população refugiada (cerca de 4 milhões), principalmente síria, que exacerbaram o fardo sobre o orçamento geral, comunidades anfitriãs e serviços públicos, uma vez que a Jordânia vem fornecendo proteção e cuidado para ondas de refugiados, como assistência médica universal e tratamento em hospitais do governo, educação e serviços de assistência social – o país foi um dos primeiros países a incluir os refugiados na vacinação contra Covid-19. Outro exemplo são efeitos da recente crise russo-ucraniana têm se refletido na interrupção das cadeias de fornecimento e no aumento dos preços do petróleo e das commodities



O país estabeleceu vários programas e planos de ação para desenvolvimento, mudanças climáticas – que o governo chama de ambicioso -, combate à pobreza e proteção social, capacitação e empoderamento das mulheres, segurança alimentar, gestão de dívida pública e combate à corrupção. A Jordânia trabalha para ser um hub regional em muitas áreas, incluindo segurança alimentar, controle de doenças e epidemias, logística e troca de energia.

Além da descrição dos contextos, o [relatório](#) compara a evolução nos ODS em relação aos dados e indicadores do primeiro VNR, de 2017 (páginas 17 e 18).

Emirados Árabes Unidos

Os Emirados Árabes Unidos são uma confederação de sete emirados, que se formou em 1971 após retirada da cora britânica. Os maiores e mais modernos emirados são Abu Dhabi e Dubai. Um conselho formado pelos emirados escolhe a cada cinco anos seu presidente e vice-presidente. Localizado na Península Arábica, faz fronteira com Omã e Arábia Saudita e possui a sexta maior reserva de petróleo do mundo. Apesar do IDH alto (34º lugar), os Emirados estão mal classificados nos índices de liberdade que medem as liberdades civis e os direitos políticos; é considerado "não livre" pela organização Freedom House. A Human Rights Watch aponta

vários atropelos de direitos humanos no país - muitos dos trabalhadores estrangeiros, em sua maioria de origem asiática, são transformados em escravos através de dívidas após sua chegada ao país. A confiscação dos passaportes, embora seja ilegal, ocorre em grande escala, principalmente com trabalhadores não qualificados ou semiquilificados.

Os Emirados Árabes Unidos entregaram seu primeiro [VNR](#) em 2018. O país estabeleceu a Visão 2021 para um futuro sustentável alinhando com os ODS, cumprindo assim suas metas ao classificar em primeiro lugar mundial em 152 indicadores de índices internacionais e entre os 10 principais países do mundo, em 425 indicadores.

Em janeiro de 2020, o país celebrou seus 50 anos com a chegada da Sonda Hope a Marte. Também começaram a moldar um plano de desenvolvimento abrangente para os próximos 50 anos, com intervalos de 10 anos nas próximas 5 décadas. Os "Princípios dos 50" contém diretrizes para construir uma economia sustentável e diversificada e aproveitar recursos para um crescimento próspero.

Segundo a revisão 2022, o Plano Centenário 2071 garantirá a resiliência dos Emirados Árabes Unidos para se adaptar aos desafios futuros, ao mesmo tempo trabalhar avanços em transporte, saúde, excelência em educação, infraestrutura para uma “economia diversificada e uma sociedade coesa.”



O país estabeleceu um comitê Nacional para os ODS, desde 2017, composto por 15 entidades do governo federal e serve como uma plataforma de engajamento multi-stakeholder e adotaram tecnologias e iniciativas para apoiar os setores social, ambiental e econômico, a nível nacional. O relatório fala de iniciativas que fortalecem o país internacionalmente e regionalmente, como o Hub Regional da ONU, que serve como uma plataforma para usar Big Data e ciência de dados para estatísticas oficiais e os ODS. Os Emirados Árabes Unidos lançaram sua plataforma em janeiro de 2022, e um dos quatro países do mundo para sediar uma plataforma regional. Também relaciona a cooperação internacional e ajuda a mais 170 países, incluindo 46 LCDs e LMICs.

A [revisão VNR 2022](#) destrincha cada um dos 17 ODS: a situação atual, as políticas e iniciativas, os desafios e as oportunidades, o que foi feito diante da pandemia e apresenta estudos de casos. E ainda traz um curiosidade do tipo “você sabia?”, a cara da estratégia de propagando do país para atrair turismo e negócios, como a EXPO Dubai 2020.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA E OUTRAS POLÍTICAS

Biden tenta recuperar as relações com Oriente Médio

Mas é mais fácil de dizer do que fazer, como escreveu o ex-ministro das Relações Exteriores da Turquia, Yasar Yakis ¹⁴³

A viagem do presidente americano, Joe Biden, ao Oriente Médio tinha vários objetivos, mas nenhum deles fáceis e com chances de fracassos e críticas.¹⁴⁴ Afinal, a retirada dos EUA do

¹⁴³ <https://www.arabnews.com/node/2123956>

¹⁴⁴ Os Estados Unidos estão simplesmente voltando às suas velhas formas de apoiar regimes opressores na esperança de que isso possa promover seus interesses? Em referência à Arábia Saudita. <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2022/07/12/can-biden-pivot-to-normalcy-in-the-middle->

acordo nuclear do Irã, pelo ex-presidente, Donald Trump, a retirada catastrófica da América do Afeganistão e o “fechar de olhos” às ações de Israel na Palestina deixaram os líderes cautelosos. Durante sua visita, Biden reafirmou seu compromisso com uma solução de dois Estados para a questão israelense-palestina. Esse foi um dos assuntos que chamou a atenção dos países árabes. Mas como dizem, o diabo está nos detalhes: Biden tem a reputação de ser generoso em seus favores pró-Israel e tais favores podem irritar os países árabes. Se a atitude dos EUA terminar com a usurpação dos territórios palestinos na Cisjordânia, muitos países árabes provavelmente reagirão a isso. No entanto, não houve sinal de Biden recuar da decisão de Trump de transferir a embaixada dos EUA de Tel Aviv para Jerusalém. Além disso, Washington está tentando formar uma coalizão global para interromper o programa nuclear do Irã, mas vários países não apoiarão as políticas desastrosas adotadas por sucessivas administrações dos EUA.¹⁴⁵

E tem mais, tanto a guerra Rússia-Ucrânia quanto a luta contra os remanescentes do Estado Islâmico (EI) são preocupações secundárias para os estados regionais e eles estão preocupados que o foco dos EUA na Ásia e na Europa torne os Estados Unidos um parceiro de segurança menos útil para o Oriente Médio.¹⁴⁶

Por isso na Cúpula Saudita-Americana e na Cúpula para Segurança e Desenvolvimento, que reuniu o Conselho de Cooperação do Golfo (GCC, em inglês) – Bahrein, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes – o Egito, o Iraque e a Jordânia (conhecidos em conjunto como GCC+3), em Jeddah, os EUA pretenderam consertar os laços tensos e deixar claro aos líderes árabes – desconfiados – que a América está comprometida com a segurança e estabilidade na região. E também garantir petróleo para compensar o déficit no suprimento russo. Mas a promessa de aumento na produção de petróleo pela Arábia Saudita não saiu de graça para a América. O Reino e os EUA assinaram 18 acordos de investimento em setores como energia, aeroespacial, defesa, têxtil, manufatura, educação e turismo.¹⁴⁷

Durante a Cúpula com os líderes árabes, Biden apresentou sua [Estratégia para a região](#) que envolve cinco princípios declaratórios – parceria, dissuasão, diplomacia, integração e valores. Sobre “dissuasão” os EUA declarou que “não permitirão que potências estrangeiras ou regionais comprometam a liberdade de navegação pelas vias navegáveis do Oriente Médio, nem tolerarão esforços de qualquer país para dominar a região – através de acúmulos militares, incursões ou ameaças.” “Não vamos nos afastar e deixar um vácuo a ser preenchido pela China, Rússia ou Irã”, disse Biden.¹⁴⁸

Não é tão simples, pois há fortes divisões sobre a política externa regional entre os chefes de Estado que participaram da cúpula. Por exemplo, Arábia Saudita, Bahrein e Emirados Árabes estão tentando isolar o Irã sobre seu alcance regional. Omã e Catar têm laços diplomáticos sólidos com o Irã e atuaram como intermediários nas negociações entre

[east/?utm_campaign=Brookings%20Brief&utm_medium=email&utm_content=219587262&utm_source=hs_email](#)

¹⁴⁵

https://apnews.com/article/russia-ukraine-biden-africa-israel-iran-ba943ceaceb78d17cf50c64511ba6db4?user_email=eb606f3b18fb1c25c84951a1ae9c8ba64016b53b23a6c3d3cf2b28284b739f59&utm_source=Sailthru&utm_medium=email&utm_campaign=July16_Morning_Wire&utm_term=Morning%20Wire%20Subscribers

¹⁴⁶

<https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2022/07/08/bidens-difficult-task-reviving-us-partnerships-in-the-middle-east/>

¹⁴⁷

<https://www.arabnews.com/node/2123921>- Parte desses investimentos serão dos estados árabes, que já estavam previstos nas conferências do Banco Islâmico de Desenvolvimento e da Organização de Cooperação Islâmica.

¹⁴⁸ [EUA espera atrair apoio para iniciativa regional | Notícias árabes \(arabnews.com\)](#)

Washington e Teerã. E até agora, nenhum dos países participantes da cúpula se moveu em sintonia com os EUA para sancionar a Rússia, uma prioridade de política externa para o governo Biden. Por exemplo, os Emirados Árabes surgiram como uma espécie de paraíso financeiro para bilionários russos e seus iates multimilionários, enquanto o Egito continua aberto a turistas russos.¹⁴⁹

Na [Declaração](#) conjunta EUA e GCC, os líderes afirmaram seu compromisso com a cooperação conjunta para reforçar os esforços de recuperação econômica global, abordar as repercussões econômicas causadas pela pandemia e pela guerra na Ucrânia, garantir a resiliência das cadeias de suprimentos e a segurança do abastecimento alimentar e energético, desenvolver fontes e tecnologias de energia limpa, e ajudar os países necessitados, ajudando a atender às suas necessidades humanitárias e de socorro. Também saudaram a decisão do Grupo de Coordenação Árabe (ACG), que inclui dez instituições árabes e nacionais especializadas em desenvolvimento financeiro, de fornecer um mínimo de US\$ 10 bilhões em resposta aos desafios de segurança alimentar regional e internacional, em linha com os objetivos do Roteiro para a Segurança Alimentar Global liderado pelos EUA – *Call to Action*. Os líderes também saudaram o anúncio dos Estados Unidos de US\$ 1 bilhão em nova assistência humanitária aguda e de segurança alimentar de curto prazo para a região do Oriente Médio e Norte da África.

Putin viajará ao Oriente Médio¹⁵⁰

Moscou anuncia que Vladimir Putin deve visitar Teerã (Irã) em breve, onde se reunirá com os líderes do Irã e Turquia. Será a primeira viagem de Putin ao exterior desde que ele ordenou a invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro. O anúncio do Kremlin de que visitará veio depois que o conselheiro de segurança nacional dos EUA, Jake Sullivan, acusou o Irã de fornecer centenas de drones para ajudar na guerra da Rússia na Ucrânia. Putin realizará uma reunião trilateral com o presidente iraniano Ebrahim Raisi e o presidente turco Recep Tayyip Erdogan como parte do chamado Processo de Paz de Astana para encerrar a guerra na Síria. O Kremlin observou que Putin também se reunirá separadamente com Erdogan enquanto estiver em Teerã. Compreender como a Turquia, a Rússia e o Irã estão trabalhando juntos é importante por muitas razões relacionadas à cúpula da OTAN em Madri no mês passado, à guerra na Ucrânia e ao acordo nuclear com o Irã. Há uma série de áreas em que a Turquia coopera, separadamente ou em conjunto, com a Rússia e o Irã. O primeiro é o já mencionado Processo de Paz de Astana, que foi iniciado pelos três países e está focado no sistema constitucional da Síria, transição política, segurança e reassentamento.

Considerações finais

É inegável que as duas regiões MENA e Ásia Pacífico precisam acelerar o progresso para alcançar qualquer um dos dezessete ODS. As regiões não estão no caminho certo para alcançar nenhum dos 17 ODS. E a pandemia da COVID-19 foi uma grande vilã, que se somou ao agravamento das mudanças climáticas e ao aumento dos conflitos e tensões e, agora, à crise alimentar e energética decorrente da guerra russo-ucraniana.¹⁵¹ São 71 países com diferentes

¹⁴⁹

https://apnews.com/article/russia-ukraine-biden-africa-israel-iran-ba943ceaceb78d17cf50c64511ba6db4?user_email=eb606f3b18fb1c25c84951a1ae9c8ba64016b53b23a6c3d3cf2b28284b739f59&utm_source=Sailthru&utm_medium=email&utm_campaign=July16_Morning_Wire&utm_term=Morning%20Wire%20Subscribers

¹⁵⁰ <https://www.arabnews.com/node/2123496>

¹⁵¹ Marques, L. Insegurança alimentar na Região Mena e Ásia Pacífico se agrava com a guerra. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz 2022 – Informe 6, p. 133-147](#)

níveis de desenvolvimento econômico e social, diferentes realidades geográficas, climáticas, políticas e geopolíticas. A maioria está entre os Países Menos Desenvolvidos (LDCs), Países em Desenvolvimento sem Litoral (LLDCs) e Pequenos países Insulares em Desenvolvimento (SIDs). E consequentemente, com necessidades específicas e especiais, como ficou claro na declaração da Organização Internacional para os Países Menos Desenvolvidos (IOLDCs), no HLPF, que chamou a atenção para os desafios substanciais para a implementação dos ODS nesses países. É preciso agir e rápido.

Os documentos produzidos pelos escritórios regionais da ECOSOC, ESCWA e ESCAP, para o HLPF, frutos de várias discussões e fóruns, assim como as declarações apresentadas durante a Assembleia Mundial da Saúde¹⁵², refletem os anseios, urgências e prioridades das duas regiões. E as VNRs apresentadas por alguns dos 44 países refletem essas realidades – 21 países da África, nove da Europa, sete da América Latina e sete da Ásia Pacífico. Mas também descrevem os esforços e exemplos de abordagens inovadoras para superar esses cenários de fragilidades que merecem ser institucionalizadas e ampliadas no futuro. Muitos países viram como oportunidade e começaram a avançar em planos de ação e mudanças nas legislações.

A declaração crítica da Sociedade Civil descreveu a decepção e frustração sobre a minuta da Declaração final do HLPF. O que deveria ser uma oportunidade para orientar a ação, fazer recomendações para superar as desigualdades e impulsionar os compromissos sobre o desenvolvimento sustentável, não aconteceu. “Com apenas oito anos para chegar à Agenda 2030, manter o status quo, e até mesmo regredir na linguagem acordada, é inaceitável. Em nossa opinião, esse resultado se deve em parte ao envolvimento limitado da representação da sociedade civil em geral.” Para eles, a Declaração Ministerial demonstra “falta de vontade política, ambição e ação coletiva sobre o desenvolvimento sustentável, levando a um crescente sentimento de desânimo, derrota e desespero.” Outra oportunidade perdida.

¹⁵² Marques, L. Ásia Pacífico e Oriente Médio na Assembleia Mundial da Saúde. In: [Cadernos Cris-Fiocruz - Informe 10-22 sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde](#), p. 134-141.

As voltas que o mundo dá entre Bali e Bandung

André Costa Lobato

Diplomático

O Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, se encontrou com o chanceler chinês Wang Yi nas margens da reunião do G20 na Indonésia. Foram cinco horas de reunião. Os comunicados oficiais¹⁵³¹⁵⁴ e a imprensa dos dois lados¹⁵⁵¹⁵⁶ indicam a continuidade da piora das relações entre os países.

O comunicado do Departamento de Estado é mínimo, quatro parágrafos com pronunciamentos anteriores à reunião. No texto, Blinken fala em diplomacia com e sem máscaras e Wang da importância da relação entre os dois países.

O texto da chancelaria chinesa é mais extenso e diz que as “autocontradições e as lacunas entre o que os EUA fala e faz em relação à China refletem sérios erros de calibragem” que podem levar as relações a “um beco sem saída”¹⁵⁷. Dois pontos importantes dessa reunião foram a guerra na Ucrânia e a guerra comercial da Casa Branca.

Os EUA querem manter uma frente dupla anti-Rússia e anti-China e, simultaneamente, “pressionar”¹⁵⁸ a China para que adote a visão estadunidense de segurança para a Ucrânia. Para os chineses, Washington apenas joga gasolina nas chamas e pede ajuda para combater o incêndio.

No caso da guerra comercial, a pressão inflacionária nos EUA tem levado a discussões sobre a redução das tarifas. Entretanto, o debate fica nos limites da mitigação da inflação para os consumidores estadunidenses e desconsidera outros efeitos sistêmicos para a economia global¹⁵⁹ e, portanto, não reconhece os interesses chineses. Vale notar, porém, o reconhecimento implícito do papel deflacionário da industrialização chinesa nas últimas décadas. Uma das preocupações de Pequim é justamente como não importar inflação dos EUA¹⁶⁰¹⁶¹.

Então aí estariam dois erros de calibragem: demandar que a China aja em linha com uma estratégia de segurança que a coloca como um alvo e ignorar que ela não está interessada apenas em amenizar a inflação às vésperas das eleições estadunidenses em novembro.

¹⁵³ <https://www.state.gov/secretary-antony-j-blinken-and-chinese-state-councilor-and-foreign-minister-wang-yi-before-their-meeting/>

¹⁵⁴ https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202207/t20220709_10718037.html

¹⁵⁵ <https://english.news.cn/20220709/e7960e19179e40cb92ad8d34491b5b18/c.html>

¹⁵⁶ <https://english.news.cn/20220709/e7960e19179e40cb92ad8d34491b5b18/c.html>

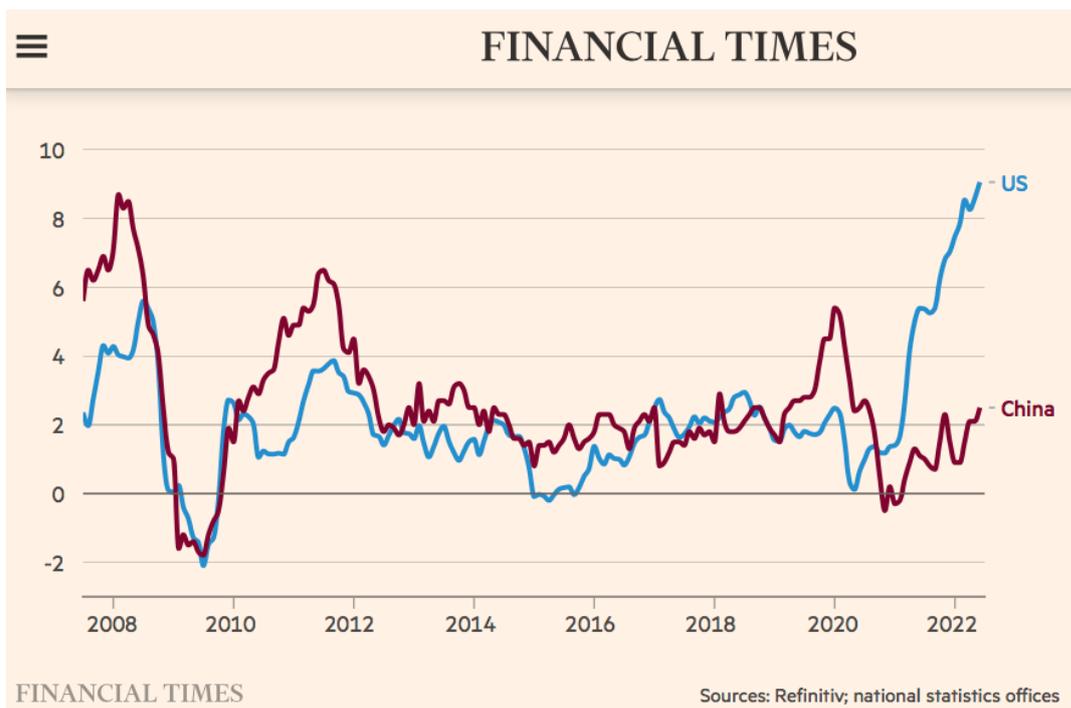
¹⁵⁷ https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202207/t20220709_10718037.html

¹⁵⁸ <https://www.nytimes.com/2022/07/09/world/asia/blinken-china-ukraine.html?searchResultPosition=1>

¹⁵⁹ <https://abcnews.go.com/Business/wireStory/chinese-envoy-expresses-concern-us-tariffs-yellen-86219518>

¹⁶⁰ <https://english.news.cn/20220714/19ec3e2982fe4d668466b35a2f1a7925/c.html>

¹⁶¹ <https://www.businesstimes.com.sg/government-economy/chinas-li-warns-of-imported-inflation-risks-as-economy-recovers>



Inflação dos Estados Unidos e da China segundo gráfico do Financial Times¹⁶²

Blinken e Wang estavam em Bali porque em novembro ocorre a cúpula dos chefes de governo ou estado do G20. O agrupamento foi útil no enfrentamento da crise financeira de 2008, quando o então G8 se mostrava ineficiente. A China fez contribuições importantes para o resgate da economia internacional, entre elas a compra de títulos dos EUA e através de um gigantesco estímulo econômico. Apesar da atual situação global demandar concertação comum das maiores economias, parece pouco provável que haja qualquer consenso relevante. Como notou o vice-presidente da Comissão Europeia Josep Borrell, o G7 está perdendo a batalha de narrativas sobre a Guerra na Ucrânia¹⁶³. O encontro deve ocorrer depois das eleições dos EUA e após a provável aprovação do terceiro mandato de Xi Jinping, em outubro. Convites para reuniões de Xi com líderes europeus em novembro já estão sendo enviados¹⁶⁴.

Lembremos então de outra conferência na Indonésia, a Conferência Afro-Asiática de Bandung, em 1955. A Nova China recém-nascera e, segundo uma enciclopédia da internet chinesa, a “Declaração sobre a Promoção da Paz e Cooperação Mundial” “é uma importante contribuição dos países asiáticos e africanos para as normas das relações internacionais e um marco marcante no processo da história mundial”¹⁶⁵. Cinco membros do atual G20 estavam na conferência: Turquia, China, Índia, Arábia Saudita, e Indonésia.

Para que lado oscilará este encontro? De afirmação da hegemonia norte-atlântica e socorro global a de suas economias – como foi o início do G20 – ou uma continuidade das afirmações de Bandung, com a formulação de uma agenda para a pandemia e a inflação global que não passe pela narrativa atlântica de culpa de Rússia e China pelos problemas mundiais?

¹⁶² <https://www.ft.com/content/088d3368-bb8b-4ff3-9df7-a7680d4d81b2>

¹⁶³ https://www.eeas.europa.eu/eeas/g20-difficult-times-multilateralism_en

¹⁶⁴ <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3185727/china-asks-european-leaders-meet-xi-november-will-they-accept>

¹⁶⁵ <https://baike.baidu.com/item/万隆会议/622194?fr=aladdin>

Sanitário e Socioeconômico

A capital Beijing voltou atrás do anúncio¹⁶⁶ de que iria exigir comprovantes de vacinação para entrada em lugares públicos de grande circulação. Com isso, o caráter voluntário da vacinação permanece. Voluntário e popular: apenas 2% da capital e 10% do país não se vacinaram. A China tem 18% da população global e 25% das pessoas vacinadas.

Entretanto, os estabelecimentos do país não exigem comprovante de vacinação. O controle das entradas e dos contágios é feito essencialmente via o cruzamento dos dados de localização com os dados das testagens e, claro, com máscaras e termômetros. Uma pessoa, por exemplo, pode receber uma ligação pedindo que faça um teste de Covid porque alguém em sua área testou positivo. Durante a Olimpíada de Pequim, algumas exigências a mais eram feitas para atletas não vacinados. Mas nada perto da exclusão, por exemplo, do tenista Novak Djokovic do Aberto da Austrália. Ele foi deportado por não ter se vacinado¹⁶⁷.

No caso de Pequim, foi a reação popular¹⁶⁸¹⁶⁹ contra a vacinação obrigatória que fez as autoridades voltarem atrás e manter a vacinação voluntária. Entre os argumentos, a vulnerabilidade de alguns grupos que temem os efeitos colaterais da inoculação - como grávidas e idosos. Várias agências de notícias mencionam o post em que Hu Xijin, comentarista do Global Times, diz que o recuo das autoridades mostra o “poder da opinião pública”. É raro nesses dias ver Reuters e Global Times contando qualquer história com esse grau de coincidência.

Isso ocorre num momento em que as quarentenas amplas, duradouras e severas imobilizaram a circulação econômica das populações de três dezenas de cidades, entre elas, Pequim e Xangai. Se já é entediante ficar em casa em cidades tomadas por contágios, assassinatos e fome, imagine em cidades prósperas, seguras e onde o governo faz campanha para que se exagere no pedido do restaurante. Especialmente se a quarentena é mandatária e pode virar caso de polícia.

Assim, embora, alguns mecanismos de vigilância estejam sendo desativados, como as testagens de itens importados da cadeia fria¹⁷⁰, a estratégia das quarentenas continua e pode até se expandir nos próximos meses¹⁷¹.

Com o recuo da prefeitura de Pequim em tornar a vacinação mandatária, fica menos provável que outras cidades adotem a estratégia, pois a capital funciona como um modelo de políticas públicas. Assim, a existência de mandatos nacionais de vacinação na China¹⁷² parece menos provável.

¹⁶⁶ <https://www.chinadaily.com.cn/a/202207/06/WS62c57ad3a310fd2b29e6acb2.html>

¹⁶⁷ <https://www.aljazeera.com/news/2022/1/16/australia-court-rules-novak-djokovic-to-be-deported>

¹⁶⁸ <https://www.reuters.com/world/china/after-backlash-beijing-drops-covid-vaccination-mandate-crowded-venues-2022-07-08/>

¹⁶⁹ <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-07-08/beijing-revokes-first-ever-vaccine-mandate-after-public-outcry>

¹⁷⁰ <https://english.alarabiya.net/coronavirus/2022/07/13/China-to-stop-testing-some-imported-goods-for-COVID-19->

¹⁷¹ <https://www.ft.com/content/d12159d4-8d94-44ae-92fe-d4ad0b731006>

¹⁷² <https://www.scmp.com/week-asia/opinion/article/3185427/china-needs-national-covid-vaccine-mandate-one-bungled-roll-out>

Estados Unidos: Seguem os esforços para cumprir compromissos com as crises social, climática e sanitária

Guto Galvão

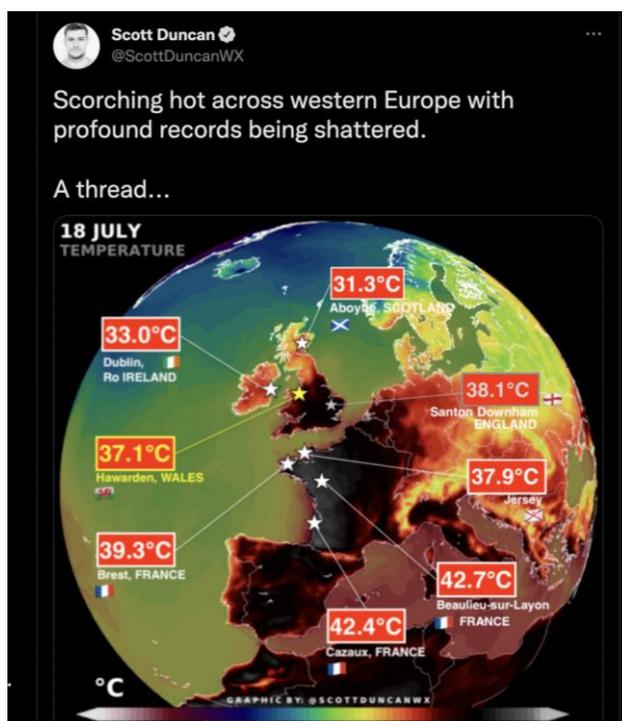
Seguem os desafios à administração dos Estados Unidos em avançar os compromissos com a crise climática, sanitária e social atuais.

Os meios de comunicação estão cheios de notícias sobre os desafios da administração atual que tenta avançar nos temas centrais dos nossos tempos: preparação em saúde global, enfrentamento da crise climática e estabelecimento de um novo acordo social.

Os avanços tímidos obtidos na cúpula das Américas, ainda que longe das expectativas mais exigentes da região, marca a abertura do diálogo regional integral e um início de ações conjuntas e articuladas pelos organismos multilaterais regionais, como a OPS.

Essa última quinzena, devido ao verão nos países do norte, tomou destaque a crise climática que, como outras, acaba afetando a saúde pública, que mais uma vez está despreparada e enfocada em buscar soluções médicas. Lamentavelmente não existe vacina contra altas temperaturas, fogo e eventos climáticos extremos.

Como destacou o climatologista Scott Duncan na sua postagem na web, as temperaturas na Europa excederam o esperado e foi confirmado o recorde histórico de temperatura máxima no Reino Unido 39.1º C.



Kris Ebi, professora e autora na área de mudanças globais e saúde, concedeu entrevista na qual afirmou: "*Infelizmente, tivemos um verdadeiro teste de estresse ao vivo aqui no calor do Pacífico, onde as temperaturas estiveram tão altas que causaram um aumento de 69 vezes nos casos relacionados a hipertermia nos hospitais*".

A comunidade científica e as organizações não governamentais reclamam da ineficiência da oficialia nacional e internacional que acumulam declarações, estudos e iniciativas

para a ação que depende de decisões políticas cada vez mais difíceis pela profunda cisão entre as diferentes opiniões e partes da sociedade. Os editores várias revistas de saúde de todo o mundo [publicaram simultaneamente um editorial conjunto](#) pedindo ações climáticas urgentes para evitar o aquecimento catastrófico, citando as consequências do aumento das temperaturas que causam mais mortes por doenças cardíacas e pulmonares, alergias, problemas renais e complicações da gravidez e afirmam: "A maior ameaça à saúde pública global é o fracasso contínuo dos líderes mundiais em manter o aumento da temperatura global abaixo de 1,5° C e restaurar a natureza".

Recentemente o periódico [New England Journal of Medicine](#) lançou uma [série](#) que aborda os riscos à saúde ligados à poluição do aquecimento do planeta. O periódico explica que a série "está alinhada com a missão central de equipar médicos e estagiários com os conhecimentos e ferramentas necessários para a prática médica no século XXI. Os principais objetivos incluem informar médicos e administradores de sistemas de saúde sobre as consequências da extração e uso de combustíveis fósseis que estão afetando cada vez mais nossos pacientes e sistemas de prestação de cuidados e fornecer informações sobre estratégias eficazes para reduzir os riscos associados. Esperamos que esses artigos deixem claro o papel complementar dos setores médico e de saúde pública no enfrentamento dessa crise e, ao identificar lacunas de conhecimento, estimulem pesquisas para orientar o desenvolvimento de políticas de adaptação e mitigação equitativas."

A administração Biden-Harris enfrenta novos e constantes desafios na implementação dos seus claros compromissos com a crise climáticas e outra de relevância transcendental para a sociedade moderna. Além das inúmeras ações internacionais e nacionais para estimular respostas práticas e objetivas à crise climática a administração estuda lançar medidas executivas para contrapor as dificuldades que existem em conseguir o apoio necessário para estabelecer a legislação pertinente relacionada à crise climática e suas consequências que podem ir muito além e de forma mais definitiva que o que assistimos durante a pandemia pela Covid-19.

O secretário-geral da ONU, António Guterres disse no HLPF 2022: "Nosso mundo está em apuros — assim como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável". Não é a primeira vez que um oficial de alta patente alerta o mundo sobre os perigos do que fazemos ao planeta. Essa conversa sem fim deve continuar durante o [Diálogo Climático de Petersberg](#), em Berlim, Alemanha, de 19 a 20 de julho. A administração Biden-Harris será representada pelo enviado presidencial para o clima, John Kerry, que tentará avançar acordos para acelerar a cooperação global sobre a crise climática e a transição energética limpa.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Bertha Luz Pineda Restrepo - Socióloga y Coordinadora de la Mesa Andina del ORAS-CONHU

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Danielle Keylla Alencar Cruz - Mestre em Saúde Pública, Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, Fiocruz Pernambuco. Consultor, Ministério da Saúde

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Francisca Sabugo Brandes - Jornalista e Mestre em Comunicação Estratégica. Profissional de Cooperação e Assuntos Internacionais da Oficina de Cooperação e Assuntos Internacionais do Ministério de Salud de Chile

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Ivis Pavez Carrasco - Advogada, Mestre em Direito Internacional. Profissional de Cooperação e Assuntos Internacionais do Escritório de Cooperação e Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde do Chile

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

José Luis Fiori - Professor emérito de economia política internacional e de ética internacionais do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, PEPI da UFRJ; e do Núcleo de Bioética e Ética Aplicada, NUBEIA da UFRJ

Jório Dauster – Embaixador brasileiro (aposentado); consultor de empresas

Juan Carlos Coronel Zarate - Jefe del Departamento de MERCOSUR SLAUD de la Dirección General de Relaciones Internacionales del Ministerio de Salud y Bienestar Social del Paraguay

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Karinne Marieta Carvalho – IFF/Fiocruz

Laurenice de Jesus Alves Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laura Guadalupe Rolón Gregorio – Médica y Directora Técnica de Integración Regional del Ministerio de Salud y Bienestar Social del Paraguay

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Lívia Almeida de Menezes - Pediatra, Mestre em Saúde da Criança e da Mulher, Coordenadora de Atenção do IFF/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública da USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria de Fátima Ramos Moreira - Engenheira Química, Doutora em Saúde Pública, Vice-coordenadora de Pesquisa, Centro de Estudos do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz)

María del Carmen Calle Dávila de Saavedra - Médica y Secretaria Ejecutiva del ORAS-CONHU

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marisela Mallqui Osorio - Médica y Secretaria Adjunta del ORAS-CONHU

Marcos Augusto Bastos Dias - Obstetra, Doutor em Ciências, Pesquisador e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança do IFF/FIOCRUZ

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Montserrat Vargas Solórzano – Advogada, Mestre em Bioética e Direito. Oficial da diplomacia científica, tecnológica e de inovação do Ministério das Relações Exteriores da Costa Rica

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **53** Informes quinzenais produzidos. Em 2022 já foram **13** Cadernos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **14** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

OU

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

Desenvolvimento e saúde global: Agenda 2030 e HLPF 2022

27 de Julho, Quarta-feira, 10h-12:30h

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 13/2022

Período de 5 a 18 de julho de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, XXXX de 2022.

165 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.